

Janeiro de 2018

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governação descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Migração](#)
12. [Exploração Mineira](#)
13. [Investimentos Chinês em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Folha 8, A Capital, O PAÍS, Novo Jornal, Expansão, Economia e Finanças, A República, O Crime, Manchete, Liberdade, Grandes Notícias e Visão
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	7
1.1 Empreendedorismo juvenil ganha espaço na cidade do Cuito	7
1.2 Angolanos perderam metade do poder de compra desde o início da crise financeira	8
1.3 Milhões de angolanos vivem sem emprego	9
1.4 Morre-se de fome no Cunene, diz CASA-CE	9
1.5 Fome em Benguela atinge mais de oito mil famílias	9
1.6 Angolanos perderam metade do poder de compra desde o início da crise financeira	10
1.7 Orçamento Geral do Estado 2018 não aborda como deveria a desigualdade	10
1.8 Executivo contra os pobres salva banca comercial	12
1.9 Lotadores de táxi defendem que também buscam sustento das famílias	13
2. MICROFINANÇAS	15
2.1 Programa “Angola Investe” não atingiu os objectivos	15
3. MERCADO INFORMAL	16
3.1 Governo preocupado com exploração ilegal	16
3.2 Bebidas a venda nas ruas de Luanda	16
3.3 Taxistas ameaçam paralisar caso o preço do combustível suba	17
3.4 Vendedora de múcua detida ao tentar vender liamba	18
3.5 Zeca Moreno e Jeremias Dumbu apoderam-se de mercados	18
3.6 ‘Zungueiros’ vencem a luta pela sobrevivência	19
3.7 Venda ambulante garante subsistência	20
3.8 Taxistas são desvalorizados e sofrem preconceitos	21
3.9 Empresários consideram “péssimo” ambiente de negócio em Angola	21
4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	23
4.1 Angola entra no presente ano com menos fundos de impostos	23
4.2 Agricultura, o parente pobre do OGE?	25
4.3 As (in) consistências da proposta de OGE 2018	26
4.4 Aumentos de impostos sobre o trabalho, o consumo e as casas “castigam” famílias	27
4.5 Ministério das Finanças promete pagar a dívida	28
4.6 Comunidade de Tchipepe bloqueia acesso à água a fazendeiros	29
4.7 Receitas insuficientes para obras nas estradas	30
4.8 Debate do OGE em directo nos órgãos de comunicação	30
4.9 Aprovação do OGE até 15 de Fevereiro	31
4.10 OGE desafiado a superar dúvidas dos empresários	31
4.11 Parlamentares dão início às discussões do OGE 2018	32
4.12 OGE aprovado na generalidade e em 5 anos é o 1º sem voto contra	33
4.13 Proposta de Orçamento Geral do Estado 2018 aprovada na generalidade	34
4.14 Um orçamento coerente e consistente	34
4.15 Sentido inverso na abordagem sobre o OGE 2018	35
4.16 “OGE 2018 empobrece ainda mais os angolanos”	36
4.17 70 Por cento do orçamento para defesa gastos em salários	37
4.18 Continua a 'batota' do peso do sector social no OGE	38
4.19 Orçamento aberto	39

4.20	Orçamento Geral do Estado 2018 não aborda como deveria a desigualdade	40
4.21	Quatro províncias e o Governo ficam ao todo com 92% do OGE	41
4.22	Deputado afirma que compra de Lexus não está contemplada no OGE 2018	42
4.23	Governo talvez aceite auditoria a dívida pública	42
4.24	Adra e Unicef apresentam análise social do Orçamento	43
4.25	Orçamento poderá ainda ser revisto no II Semestre deste ano	43
4.26	Orçamento vai à aprovação final global	44
4.27	ADRA apela à transparência na gestão de bens a nível do OGE	44
4.28	Angola vai emitir OT indexadas ao dólar	45
5.	GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	46
5.1	MPLA promove legislação sobre autarquias	46
5.2	As autarquias não são pertenças dos políticos	46
5.3	UNITA rejeita coexistência e quer Poder Local	47
5.4	Sediangani Mbimbi: desenvolvimento do país passar por autarquias	48
5.5	Sobas lutam por autoridade própria	48
5.6	Mais capacitação aos municípios	49
6.	URBANISMO E HABITAÇÃO	51
6.1	Metro Ligeiro transportaria 395 milhões de passageiros por ano	51
6.2	Projecto com um custo aproximado de 1,2 mil milhões de dólares	52
6.3	Resposta a um dos problemas de Luanda	52
6.4	Os resistentes da zona pedonal de Cacucaco	52
6.5	Bairro social Tala Hady é agora uma vila digital	54
6.6	Mais capacitação aos municípios	54
6.7	Procuradoria investiga o caso “Build Angola”	55
6.8	Sonho da casa própria continua a estar adiado	56
6.9	Queixa formal à visita na centralidade do Kilamba	57
6.10	Jovens e viúvas recebem casas	58
6.11	Moradores do Zango decidem tomar de «assalto» a suas casas	59
6.12	Falta de infra-estruturas externas na base da inundação do KK 5000	59
6.13	Apartamentos no KK 5000 vetados à comercialização	60
6.14	Decorre primeira fase de pagamento do IPU	60
6.15	Fisco aperta cobrança ao Imposto Predial Urbano	61
6.16	Lunda Sul com mais casas	62
7.	TERRA	63
7.1	Crispação Água divide fiéis católicos e Governo provincial da Huíla	63
7.2	“Defendemos sim a revisão da Lei de Terras”	63
7.3	Intermediários ilegais vendem espaços em Viana	64
7.4	Moradores de Belas em risco de perderem as casas	65
7.5	Negócio de terrenos rende milhões de Kwanzas em Luanda	66
7.6	O aproveitamento das terras e o desenvolvimento rural	67
7.7	O uso dos solos e a maka das ravinas	67
7.8	Mais capacitação aos municípios	68
8.	SERVIÇOS BÁSICOS	70
8.1	Incumprimento das normas pode elevar casos de cólera	70
8.2	Bovinos morrem por falta de água e pasto na Chibia	70
8.3	Equipas de combate à cólera e à malária estão reforçadas	70

8.4	Finalmente água para o Dondo já em Maio	71
8.5	Chafarizes inoperantes podem ser recuperados	72
8.6	Cólera faz vítimas mortais na província do Uíge	72
8.7	Crispação Água divide fiéis católicos e Governo provincial da Huíla	73
8.8	Anunciados 28 novos casos de cólera no Uíge	73
8.9	Comunidade de Tchihepepe bloqueia acesso à água a fazendeiros	74
8.10	Estação de tratamento tem novo equipamento	75
8.11	Sede do Golungo-Alto com mais água potável	76
8.12	Sistema de abastecimento de água vandalizado em Saurimo	76
8.13	Mais de 300 pessoas afectadas pelo surto de cólera no Uíge	77
8.14	EPAL lança campanha contra o garimpo domiciliário	78
8.15	Falta de água afecta produção de Banana em Moçambique	79
8.16	Sapú 2 “sitiado” entre a falta da água e a delinquência	79
8.17	Água e luz vão custar mais caro	82
8.18	Longonjo vai ter mais água	83
8.19	Mais água potável em Massango	84
8.20	Novo (+ ou -) artista para o mesmo semba	85
8.21	Centralidade da Quilemba está sem água e energia	87
8.22	Mais de 250 pessoas morreram este ano de malária no Uíge	87
8.23	Província regista menos casos de cólera	88
8.24	Cólera faz vítimas mortais na província do Uíge	88
8.25	Lixo por água nas valas de drenagem	89
8.26	Manutenção Previne Inundações e Doenças	89
8.27	Baixa de Cassanje: «vivemos como se fosse um massacre»	90
8.28	Governo lança apelo para a recolha do lixo	91
8.29	VTB da Rússia vai financiar agricultura e energia e águas	91
8.30	Focos de lixo embarçam a circulação de viaturas	92
8.31	Bié ganha 15 mil novas ligações de energia eléctrica	93
8.32	Malanje tem linhas telefónicas para as denúncias e sugestões	94
8.33	Mobilização para recolha de resíduos	94
8.34	Água e luz vão custar mais caro	95
8.35	Centralidade da Quilemba está sem água e energia	96
8.36	Hospital deposita lixo no aterro sanitário	97
8.37	Província regista menos casos de cólera	97

9. GÉNERO E VIOLENCIA 98

9.1	SIC regista redução de crimes em 2017 no Bengo	98
9.2	Sapú 2 “sitiado” entre a falta da água e a delinquência	98
9.3	Moradores da Pia Marta aterrorizados com onda de assaltos	101
9.4	Bairro é transformado em campo de batalha	102
9.5	“Se controlamos a criminalidade em Luanda, controlamos o resto do país”	103

10. AMBIENTE 106

10.1	Bovinos morrem por falta de água e pasto na Chibia	106
10.2	Ravinas ameaçam cortar circulação nos principais eixos rodoviários	106
10.3	Governador quer reposição dos polígonos florestais	108
10.4	Exportação de madeira rende mais de USD 21 milhões em 2017	108
10.5	Cartoon	109
10.6	Corte de madeira no país está dentro dos limites aceitáveis	109
10.7	Ponto final à exploração desenfreada de madeira?	111
10.8	Zonas de convergência sofrem forte devastação	112
10.9	36 Ravinas ameaçam a província da Lunda-Sul	113
10.10	Angola perde 60% de madeira comercial	114
10.11	Estrangeiros devastam florestas com apoio de cidadãos nacionais	115

10.12	Ravinas mortais ameaçam famílias	115
10.13	Transportação de madeira para a 31 de Janeiro	116
10.14	Ravina ameaça destruir centralidade do Dundo	118
10.15	Legislação deve introduzir a figura do concessionário	118
10.16	Chuvas desabrigam famílias no Assango	119
10.17	Falta de infra-estruturas externas na base da inundação do KK 5000	120
10.18	Chuvas aceleram o avanço de ravinas na cidade do Luena	120
10.19	Morre-se de fome no Cunene, diz CASA-CE	121
10.20	Estiagem prolongada causa crise alimentar	122
10.21	Polícia det�m grupo de desmatadores florestais no Zaire	122
10.22	Autoridades apertam o cerco � exploração ilegal de carvão	122
10.23	Chuvas torrenciais causam estragos	123
10.24	Autoridades criam acções para impedir exploração ilegal de carvão	124
10.25	Empresas proibidas de explorar madeira em Cabinda	125
10.26	Protecção ambiental assegura economia	125
10.27	Campanha florestal 2017 suspensa a partir de hoje	126
10.28	Corte e transporte de madeira proibidos em todo o território	126
10.29	Fortes chuvas destroem ponte sobre rio Vavayela	127
10.30	Parques nacionais passam a unidades orçamentadas	127

I I. MIGRAÇÃO **I29**

11.1	SME repatria em três meses mais de mil cidadãos da RDC	129
------	--	-----

I2. EXPLORAÇÃO MINEIRA **I30**

12.1	Combate cerrado aos garimpeiros	130
12.2	Exploração de inertes no Soyo ganha contornos alarmantes	131
12.3	Mina de ouro gera divergência entre garimpeiros e administração do Chipindo	132

I3. INVESTIMENTOS CHINÊS EM ANGOLA **I34**

13.1	Trocas comerciais com a China superam USD 20 mil milhões	134
13.2	China pretende assinar acordo de supressão de vistos com Angola	134
13.3	China tenta evitar uma maré negra de petroleiro em chamas	135
13.4	Angola e China sem vistos	135
13.5	China já concedeu USD 60 mil milhões a Angola	136
13.6	Empréstimo da China supera 60 mil milhões	137
13.7	Angola e China assinam acordo	138
13.8	Angola e China assinam hoje um acordo de Facilita�o Vistos	138
13.9	China anuncia apoio total a Angola	139
13.10	China minimiza alarmes sobre a dívida de Angola	140
13.11	Facilita�o de vistos entre Angola e China dentro de 30 dias	141
13.12	Angola e China mant�m sintonia	142
13.13	Consórcio Chinês quer investir no sector agro-industrial	142
13.14	“Em termos de novos investimentos chineses, 2017 foi um ano péssimo”	142
13.15	Como se diz “sim patrão” em chinês	144
13.16	Barcos chineses acusados de violar legislação em Benguela	145

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Empreendedorismo juvenil ganha espaço na cidade do Cuito

Jornal Economia e Finanças

12 De Janeiro de 2018

Texto: Delfina Victorino

O número de jovens que aposta na criação de pequenos negócios como forma de subsistência em várias áreas no município do Cuito, província do Bié, está a aumentar de forma considerável nos últimos meses e, como consequência disso, regista-se também um aumento do número de empreendimentos comerciais em toda a cidade.

O JE fez uma ronda em várias artérias da capital e constatou o surgimento de pequenos estabelecimentos comerciais geridos na sua maioria por jovens, desde boutiques, cantinas, lojas, estações de serviço, construção civil, salões de beleza, recauchutagens, hamburgarias, entre outros, que perfazem a preferência dos jovens na criação de pequenos negócios para o seu ganha-pão diário.

Os negócios, que na sua maioria são geridos por jovens com idades compreendidas entre os 25 e os 40 anos, ajudam no crescimento e desenvolvimento económico da província. A falta de emprego nas instituições do Estado e privadas, a busca de novas oportunidades nos negócios e a escassez de determinados serviços locais, estão na base da criação de alternativas ao emprego para jovens que não existe na prática, afirmaram os jovens.

Por exemplo, Óscar Kapenda de 27 anos, gerente e proprietário da boutique "Chivinda", aberta há cinco anos, possui um funcionário e está localizado no centro urbano da cidade do Cuito, disse que o número de clientes reduziu nos últimos anos devido a situação financeira do país.

O empreendedor salientou ainda que começou a exercer o seu negócio próprio no mercado informal com a venda de pequenas quantidades de roupas masculinas. Fruto dessa experiência, o jovem pensou na abertura e legalização da sua boutique e hoje é autónomo financeiramente.

"A venda de roupa aumentou de forma considerável, então pensei em legalizar a minha loja aqui mesmo no

centro da cidade para atender a mais clientes", acrescentando, que actualmente importa a roupa que vende com a ajuda de pessoas que vão ao exterior para a comprar as suas mercadorias.

Óscar Kapenda revelou que no princípio do seu negócio foi muito difícil, sobretudo quando abriu a boutique em 2014. O espaço é alugado, e diariamente 15 clientes.

Já Aniceto Cassoma, outro jovem empreendedor, que aposta na área alimentar, estética e construção civil há 10 anos com o objectivo de atender as necessidades da província, disse que começou a actividade comercial com urna hamburgaria e estética com um estudo de viabilidade e pesquisas de negócios para saber o nível de rentabilidade e os riscos que corria no princípio.

O jovem é proprietário da hamburgaria "Garagem" e do salão de beleza e de estética "Flor do Oriente", com o diferencial do serviço de entrega ao domicílio. "Havia essa lacuna de entrega de comida porta-a-porta e o grande objectivo do negócio foi esse", explicou.

O negócio que começou com seis funcionários, hoje conta com 15 devido ao volume de clientes que procuram os seus serviços.

Aniceto Cassoma começou o seu negócio com fundos pessoais, "ter um investimento privado não tem sido fácil, tendo em conta a situação financeira em que o país se encontra e os bancos não concedem créditos para reforçar a expansão dos serviços", afirmou."

Actualmente, os estabelecimentos de estética e de hamburgaria, empregam no total 40 funcionários, que têm naqueles o sustento das suas famílias e o ganha-pão diário, com a criação desses pequenos negócios.

A capacidade financeira actual para aquisição de meios para o apetrechamento das instalações tem impossibilitado, segundo o mesmo, a criação de negócios e a abertura de estabelecimentos privados, facto que preocupa os jovens da província e um pouco por todo país.

A experiência de Filomena Pedro, de 40 anos, comerciante de roupas femininas há mais de oito anos é diferente. Ela, por exemplo, faz a venda dos seus produtos em casa dos seus clientes, andando de casa em casa, quer para atrair mais compradores, como para facilitar a vida dos seus clientes.

Filomena Pedro foi funcionária de uma empresa privada que fazia a venda de produtos de construção

civil que encerrou as portas por razões financeiras e ela viu-se obrigada a reagir em função disso.

Hoje ela se desloca com frequência às terras do Samba, Brasil, onde compra a roupa que lhe servem de grande sustento da família. "É assim que aguentamos", admitiu.

1.2 Angolanos perderam metade do poder de compra desde o início da crise financeira

Jornal Expansão

19 De Janeiro de 2018

Texto: Martins Chambassuco

Os trabalhadores que auferem o salário mínimo viram o seu poder de compra cair 48% desde o início da crise, em 2014, de acordo com cálculos do Expansão.

Entre Julho de 2014, mês a seguir ao início da crise, e Dezembro do ano passado, o salário mínimo nacional no sector da agricultura (o mais baixo dos salários mínimos) apenas aumentou 10%, passando de 15.003 Kz para 16.503,3 Kz. Os restantes dois sectores dos salários mínimos nacionais (transportes, serviço e indústria transformadora; comércio e indústria extractiva) também viram aumentos na mesma percentagem. Como os preços em Luanda aumentaram 111,4% desde 2014, de acordo com cálculos do Expansão sobre o Índice de Preços no Consumidor do Instituto Nacional de Estatística (INE), os trabalhadores que recebem salário mínimo nacional viram o seu poder de comprar cair para metade.

Na prática, significa dizer que estes assalariados ficaram mais pobres, sem condições para aumentar o consumo nem fazer poupanças, nos últimos quatro anos, apesar do reajuste salarial no salário mínimo em Julho de 2017. Assim, em Dezembro de 2017, os angolanos que ganham salário mínimo só conseguem comprar 52% dos bens e serviços que compravam em Julho de 2014.

Só no ano passado, o poder de compra diminuiu 20,8%, porque os preços aumentaram 26,3% (inflação) e os salários não sofreram um reajuste.

Enquanto os preços da comida e da bebida, da saúde e da educação, dos telefones e dos transportes (ver infografia) duplicaram nos últimos quatro anos, os salários mínimos apenas sofreram um aumento de 10% em Junho de 2017.

Economistas e empresários consideram que o aumento da inflação e a escalada no índice de preços ao consumidor pesa todos os dias nos bolsos dos angolanos e que são necessárias medidas para inverter a situação. Na prática, muitos angolanos não tiveram outra solução que não fosse apertar o cinto, pois o salário não cobre as mesmas despesas do passado. "Tivemos dois anos de inflação alta e reajustes salariais abaixo dos índices", lembrou o economista Lopes Paulo, reconhecendo que, para encaixar as despesas no orçamento, os consumidores cortam quantidades, eliminam produtos não essenciais e mudam hábitos.

Fernandes Wanda, investigador de Economia da Universidade Agostinho Neto, diz que os últimos anos têm sido drásticos para as famílias e o problema de Angola tem a ver com a produtividade. "O País não produz e os serviços são péssimos", justifica.

Olhando para a marcha dos preços, em Luanda, de acordo com o índice de preços ao consumidor registou-se um aumento dos preços na ordem dos 111,4% entre 2014 e o final de 2017. Ou seja, os preços duplicaram. A classe da habitação, água, electricidade e combustíveis foi a que mais encareceu, tendo registado um aumento de 67,3%, seguindo-se os bens e serviços diversos, com 45,7%.

O vestuário e calçado, com 44,9%, registou a terceira maior subida, enquanto os serviços de educação, com 42,06, ocuparam a posição imediata. A alimentação e bebidas não alcoólicas posicionaram-se na nona posição, comum aumento de 20,3%, e a comunicação, com 1,96% que dou-se na última posição, ou seja, foi a classe que menos subiu.

Onde os luandenses gastam

De acordo com o cabaz de 12 classes do consumo das famílias do IPC, 44,0% dos rendimentos dos angolanos foram para alimentação e bebidas não alcoólicas, ao passo que 12,5% foi para a habitação, água, electricidade e combustíveis. Os transportes consumiram 7,9% dos salários e apenas 6% foi gasto com vestuário e calçado. Com um orçamento cada vez mais apertado e um custo de vida mais elevado, os angolanos gastaram 3,4% com a saúde e 3,3% com as comunicações. As bebidas alcoólicas e tabaco, com uma quota de 2,7%, posicionaram-se na antepenúltima posição, acima apenas da educação e cultura, com 2,4% e 2,2%, respectivamente.

Já o economista Samora Kitumba explica que esses indicadores, por si só e analisados individualmente, já representavam uma corrosão significativa do poder de compra das famílias, levando-as a canalizar, quase integralmente, os seus recursos para a função consumo em detrimento da poupança. "Com o início do ano, e a novidade que foi a depreciação da moeda a partir de taxas de câmbio flutuantes, essa realidade ficou mais acentuada pois levou a que a especulação provocasse subidas acima dos 50% nalguns produtos", revela o administrador do Instituto Nacional de Pequenas e Médias Empresas (Inapem).

Por sua vez, o empresário Manuel Pinto de Andrade afirma que é uma situação muito difícil para as famílias. "Infelizmente, o reajuste salarial não conseguiu acompanhar o nível de inflação que tende a aumentar fruto da flutuação constante da taxa de câmbio. Há mais necessidade de divisas do que a oferta disponível. O facto de termos uma economia inteira indexada ao dólar vai dificultar a poupança das famílias ou permitir prever custos com as despesas fixas", garante o empresário.

I.3 Milhões de angolanos vivem sem emprego

Jornal Liberdade

19 De Janeiro de 2018

A taxa de emprego da população com idade entre 15 e 64 anos é de 70 por cento, sendo mais elevada entre os homens, 72 por cento, do que nas mulheres, 68 por cento. A rural apresenta uma taxa de serviço mais elevada que a área urbana de 81 por cento, contra os 65 por cento. Os resultados deste inquérito foram apresentados aos jornalistas nacionais em Dezembro último, e refere que estes dados estão integrados na estratégia nacional de desenvolvimento estatístico 2015-2025, e nos planos anuais de actividades para o sistema estatístico nacional. Estes são realizados de acordo com as recomendações mais recentes da Organização Internacional do Trabalho, e foram realizados com periodicidade anual em 2009, 2010 e 2011, e justifica que, devido a preparação do censo de 2014, não foi possível realizar em 2012 e 2013.

No período de 2009 a 2011, a maioria das pessoas empregadas trabalhavam por conta própria, respectivamente cerca de 60 por cento. Segundo o inquérito do INE, os sectores de actividade económica que mais geram empregos em Angola, são a agricultura com 34 por cento e o comércio a grosso e a retalho é de 20 por cento, e a função pública, parece um paradoxo, mas é a realidade emprega 9,0 por cento de funcionários.

I.4 Morre-se de fome no Cunene, diz CASA-CE

Jornal A República

19 De Janeiro de 2018

Partido vai levar caso ao Parlamento e quer que João Lourenço visite o local.

Há gente a morrer de fome no Cunene, denuncia uma delegação da CASA-CE que visitou o local. A delegação integrada pelos secretários provinciais da coligação da Huíla e Cunene constatou a situação de fome que se abate sobre as comunidades do município do Curoca, na província angolana do Cunene e ficou "desolada" com o que viu.

O secretário provincial da CASA-CE na Huíla, Serafim Simeão, disse ser lamentável que num país potencialmente com recursos, haja regiões com gente a padecer de como é o caso do município do Curoca.

Serafim Simeão apelou o Presidente da República a deslocar-se ao Curoca para constatar a situação de penúria daquela população.

"O Presidente João Lourenço disse que conhece o país, mas nós convidamos o Presidente que venha ao Curoca pessoalmente para ver in loco, o sofrimento deste povo nas profundezas de Angola porque não basta receber relatório", desafiou Simeão.

O assunto é tão grave que a coligação pretende levá-lo à Assembleia Nacional por via da sua bancada parlamentar.

Uma campanha de recolha de bens alimentares a decorrer até 28 do corrente mês foi lançada na região pela CASA-CE com propósito de acudir à situação.

O município do Curoca está entre aqueles que no sul de Angola vivem uma situação de profunda escassez de água com grande impacto na vida das comunidades locais que dependem da agricultura e da pastorícia.

I.5 Fome em Benguela atinge mais de oito mil famílias

Jornal O PAÍS

20 De Janeiro de 2018

Texto: Constantino Eduardo

Cresce no município de Benguela a onda de solidariedade de vários segmentos da sociedade no sentido de minimizar a grande carência de alimentos que aflige famílias dispersas no interior da província

de Benguela. Organizações da sociedade civil, juntamente com a Bolsa de Solidariedade Social, instituição associada ao Ministério da Acção Social, mobilizam esforços destinados a acudir à falta de alimentos nas comunidades mais vulneráveis, onde as pessoas chegam a comer manga verde na ausência de alimentos mais condignos.

Um organismo que também abraçou a causa, após ouvir o "grito de socorro" da directora do Gabinete provincial da Acção Social; Família e Igualdade do Género, Leonor Fundanga, é a Associação Beneficente Cristã, órgão social da Igreja Universal do Reino de Deus.

Segundo o seu responsável, Felix Manuel, a organização prevê realizar, no dia 27 do corrente mês, uma partida de futebol destinada à angariação de bens não perecíveis para acudir os mais carenciados. Inicialmente, revela o responsável, a acção destinava-se a uma das casas de caridade espalhadas em Benguela. Todavia, face à crise alimentar vigente no interior, a instituição resolveu virar as suas atenções para as localidades do interior da província. "Porque é uma coisa que nos tocou a nós todos", justificou o responsável.

Além da ABC, o Movimento Nacional Espontâneo tem igualmente a sua máquina caritativa accionada. A direcção do Movimento prevê levar alimentos aos habitantes afectados nos próximos dias, soube o Jornal OPAÍS.

Na localidade de Lomua, os habitantes - entre eles, crianças - alimentam-se de manga verde. Segundo o analista clínico Ivanov Emiliano, as crianças correm o risco de contrair problemas de estômago. "Devem ser submetidas a exames laboratoriais para se fazer um diagnóstico", recomenda, em entrevista à RNA.

Quando a sociedade benguelense se convencia de que atendendo a localidade de Lomua tinha a questão da fome ultrapassada, eis que chega igualmente o grito de socorro do município do Chongoroi, onde a seca afectou 20 mil pessoas, oito das quais em situação de vulnerabilidade. Ou seja, estão a passar fome. Não, havendo alimentação, segundo uma denúncia das autoridades tradicionais a OPAÍS. A múcua e folhas de abóbora preenchem a dieta alimentar. "Há muita fome aqui, as pessoas estão a passar mal", declarou o regedor do Sendje Tchivangalula Catraio em língua nacional umbundu, à margem da visita que o governador Rui Falcão efectuou à localidade. Visivelmente agastado, apela à sensibilidade dos vários segmentos sociais, para que pior não aconteça.

Administradora do município do Chongoroi, Idalina Carlos, mostrou-se igualmente preocupada com o

cenário vivido nas localidades do município sob sua jurisdição, contudo, garante que não há, até aqui, registos de mortes causadas pela fome. No entanto, para minimizar a carência, a administração sugere à população o cultivo de produtos mais resistentes à seca, como o milho, a mas samba la e a mandioca.

"Podemos dizer que estão directamente afectadas, quer na região do Sendje, como da própria sede, cerca de 20 mil pessoas afectadas directamente, por causa da estiagem. Entre eles, podemos considerar aquelas vulneráveis, que precisam de uma assistência alimentar, estamos a falar de 8 mil pessoas", estimou.

1.6 Angolanos perderam metade do poder de compra desde o início da crise financeira

Jornal O Crime

26 De Janeiro de 2018

Os trabalhadores que auferem o salário mínimo viram o seu poder de compra cair 48% desde o início da crise, em 2014, de acordo com cálculos do Expansão.

Entre Julho de 2014, mês a seguir ao início da crise, e Dezembro do ano passado, o salário mínimo nacional no sector da agricultura (o mais baixo dos salários mínimos) apenas aumentou 10%, passando de 15.003 Kz para 16.503,3 Kz. Os restantes dois sectores dos salários mínimos nacionais (transportes, serviço e indústria transformadora; comércio e indústria extractiva) também viram aumentos na mesma percentagem.

Como os preços em Luanda aumentaram 111,4% desde 2014, de acordo com cálculos do Expansão sobre o índice de Preços no Consumidor do Instituto Nacional de Estatística (INE), os trabalhadores que recebem salário mínimo nacional viram o seu poder de comprar cair para metade.

1.7 Orçamento Geral do Estado 2018 não aborda como deveria a desigualdade

Jornal Expansão

26 De Janeiro de 2018

A desigualdade é uma das grandes preocupações mundiais, tal tem sido a velocidade com que se agrava e aprofunda, deixando enormes faixas da população mundial em situação de pobreza, miséria e exclusão social. Existe um relevante grupo de economistas que se tem dedicado ao estudo da desigualdade no mundo

e à identificação dos factores que mais relevantemente podem estar na sua origem. São identificadas (enumero sem comentários adicionais, que deverão aparecer nos próximos estudos do CEIC sobre esta importante matéria): globalização, evolução tecnológica, crescimento dos serviços financeiros, alteração das normas salariais (atenção ao conteúdo da mais recente Lei do Trabalho em Angola), papel reduzido dos sindicatos e fraqueza das políticas de redistribuição fiscal dos governos (um mal de que a nossa política orçamental padece).

Dentre os autores que mais recentemente se têm dedicado a este tema destacam-se Thomas Piketty (o Capital no século XXI), Joseph Stiglitz (The Price of Inequality), Antony Atkinson (Desigualdade - O que Fazer), Fundo Monetário Internacional (Fiscal Policy and Income Distribution).

As desigualdades são tremendas em Angola (1) - pessoalmente não acredito que a mesma se expresse por um índice de Gini de 0,55 ou por um coeficiente de concentração de 20%-60%, ou seja, 1/5 da população deter quase 2/3 do rendimento nacional, aguardando com enorme expectativa os resultados do novo inquérito às receitas e despesas familiares e formulando votos para que algumas das trapalhadas que ocorreram com o censo populacional se não repitam nesta grande pesquisa estatística - não sendo crível e possível atenuá-las no período de uma legislatura.

Se mais razões não houvesse, os novos ciclos políticos e de governação são eles próprios geradores de distorções e desigualdades, porque a sobrevivência política de quem detém o poder de governar e decidir passa pela criação de grupos de apoio a todos os níveis, exigentes em distribuição de benesses e de privilégios. O balanço comparativo com os ciclos anteriores pode ser positivo (maior consideração pelos problemas sociais da população) ou negativo (cobertura das pretensões individuais e individualistas dos novos protagonistas). Sinceramente hesita em, a esta distância tão curta, pronunciar-me a favor de um balanço positivo da governação de João Lourenço neste item.

A governação de José Eduardo dos Santos foi geradora de enormes desigualdades entre os cidadãos decorrentes de políticas sociais desequilibradas. Acrescendo-se a concentração de benefícios e de distribuição de rendimentos e riqueza na sua família parental e política. Na verdade, as riquezas concentraram-se nos grupos restritos próximos do Presidente e do exercício da função presidencial.

Via de regra, espera-se que a governação seguinte melhore (muitas coisas, claro, mas neste item

particular da desigualdade) os canais de redistribuição do rendimento, do acesso à riqueza e de criação de activos facilitadores da saída de uma parte da população da sua condição de pobreza, destacando-se a educação, a saúde e o acesso ao crédito (muito dificultado no País por razões estritamente económicas, umas, mas igualmente por burocracias e traficância de influências, só assim se explicando algumas fortunas constituídas na base do não reembolso de empréstimos solicitados ao sistema bancário angolano).

O processo de transição política em curso ainda não está, do meu ponto de vista, completamente caracterizado. Para além do afã das demissões - outra hesitação da minha parte e relativamente a este aspecto leva-me a questionar se as cessações compulsivas de funções de quadros e responsáveis do aparelho do Estado (na sua acepção lata) nomeados pela Administração política anterior, tiveram como fundamento político essencial o desmantelamento dos lobis constituídos e que eu esperava fossem mais poderosos (2) - ainda não se vislumbram sinais significativos de mudanças (para além das próprias demissões, não se tendo a certeza de que os substituintes sejam, política e tecnicamente, melhores que os substituídos).

O Orçamento Geral do Estado (OGE), apesar do seu carácter de documento fundamental de política económica e financeira, não nos apresenta a "cartilha" fundamental através da qual se possa perceber o tempo e o modo do ataque à desigualdade no País. Ter-se-á de aguardar pelo Plano de Desenvolvimento de Médio Prazo 2018- 2022 (gostaria de ser esclarecido se a sua elaboração foi ou não entregue a uma empresa estrangeira de consultoria).

A desigualdade prevalecente em Angola é económica e social. E esta última é profunda e, mais grave, estrutural. O rompimento do seu círculo vicioso demanda por tempo. É tipicamente um círculo clássico dos países subdesenvolvidos e tão bem caracterizado, em tempos passados, por economistas como Raymond Barre, René Dumont, François Perroux, Mário Murteira, mais recentemente Simon Kuznets (3) e mesmo Anthony Atkinson (já citado anteriormente). Trata-se, afinal, de uma reprodução alargada das condições de pobreza: em cada ciclo económico a pobreza não apenas se renova, mas amplia-se. Evidentemente que, para que o kick off aconteça, tem de se estudar muito bem por onde começar, isto é, quais as políticas com maiores índices de eficácia e eficiência. A educação é uma delas, mas os seus efeitos positivos só aparecem a longo prazo, embora a médio termo se possam elencar alguns benefícios a favor do combate à

pobreza e atenuação da desigualdade. A melhoria da saúde pode desencadear efeitos a curto prazo sobre a produtividade do trabalho ao diminuir a incidência do absentismo e recuperar energias.

Qualquer um destes sectores em Angola sofre de corrupção, desvio de fundos, desorganização, falta de qualidade dos serviços prestados, sendo discutível afectarem-se crescentemente maiores volumes de despesas orçamentais enquanto se não reorganizarem os ministérios e respectivos departamentos e se não estripar a corrupção. Para mim, e sempre o afirmei, mais importante do que aumentar as verbas a si destinadas é melhorar a eficiência e eficácia na sua utilização.

Tem-se depois a desigualdade económica, expressa pela diferença de rendimentos (trabalho qualificado/trabalho não qualificado, trabalho agrícola/trabalho industrial e no sector dos serviços, trabalho manual/trabalho intelectual), de acesso ao crédito bancário (ainda prevalecem situações em que o bilhete de identidade do MPLA abre e facilita as portas para a obtenção de empréstimos), de obtenção de facilidades de criação de negócios, etc. Daí que seja fundamental a despartidarização do Estado e das mentalidades. O MPLA tem de tomar a liderança deste processo porque é o responsável último pela criação de uma mentalidade partidária nas instituições públicas e privadas (desde o partido único e a organização administrativa da economia e da sociedade).

1.8 Executivo contra os pobres salva banca comercial

Jornal Folha 8

27 De Janeiro de 2018

Texto: William Tonet

O Titular do Poder Executivo prometeu, durante a campanha eleitoral mais de 500 mil postos de trabalho, durante o seu mandato visando baixar o nível elevado de desemprego.

No dia 24 de Junho de 2017, João Lourenço disse o seguinte na província do Uíge: "É nossa maior preocupação e grande prioridade do MPLA baixar os índices de desemprego. Queremos ver uma sociedade com os mais baixos níveis de desemprego para que grande parte dos cidadãos em idade laboral tenha emprego", garantiu o então candidato do MPLA e actual Presidente da República, para quem o "Estado tem a responsabilidade de criar o ambiente para que o sector privado cresça e cumpra a sua responsabilidade de dar emprego aos cidadãos".

Mas, no virar da esquina, já nas vestes de Chefe de Estado, qual Messias, as promessas que levaram ao rubro milhares de eleitores, talvez incautos, andam em sentido contrário ao antes dito.

Vejamos o que João Lourenço disse no dia 8 de Janeiro de 2018: "No que diz respeito à Função Pública, pagar melhor será possível se pagarmos melhor a menos gente. A Função Pública tem excedentes de trabalhadores. Portanto, o passo de melhorar o salário da Função Pública deve ser acompanhado da redução desta mesma Função Pública".

Com esta constatação, os 500 mil empregos, prometidos pelo MPLA e o seu candidato ficam em "banho-mana" e, mais grave, trazem a milhares de trabalhadores, a desilusão dos políticos, depois das eleições, serem "useiros e vezeiros" em não honrarem a palavra dada, porquanto no poleiro (o objectivo principal, talvez único) já lá estão.

Mas o Presidente foi ainda mais categórico quanto ao sonho de consumo e melhoria do nível de vida dos cidadãos pobres, ao descartar qualquer aumento salarial: "É um dilema que enfrentamos, da necessidade de pagarmos bons salários, por um lado, da necessidade de redução da máquina do aparelho do Estado". Para além de afastar solidariedade ante eventuais injustiças no sector privado, principalmente, no da rádio, a maioria das emissoras foram criadas pelo MPLA, em 1992, mas no caso específico à Rádio 2000 do Lubango: "Essas rádios não são públicas. Portanto, eu tenho que olhar para as rádios públicas. As rádios são privadas. Portanto, os accionistas, dessas rádios são que têm que velar por elas. Lamento dizer isso, mas não posso assumir a responsabilidade que não é nossa. Nem os accionistas deixariam, se calhar".

Infeliz saída presidencial. É mentira que um chefe de Estado seja apenas dos cidadãos ligados aos órgãos do Estado. Não! O Presidente da República deve estar preocupado com os trabalhadores da Função Pública e do sector privado. Com todos, sem excepção.

É verdade ser hercúlea a tarefa de João Lourenço, ante o estado deplorável das finanças públicas, mas, neste quesito, infelizmente, não existe "virgem inocente", no seio dos membros dirigentes do partido de regime. Ademais, quando alguém concorre à mais alta magistratura, não pode justificar, chegado ao poder, não saber do quadro do país e das soluções que o mesmo carece.

Mas se João Lourenço, como político pensa desta forma a sua equipa económica deveria ter uma visão

mais pragmática sobre o quadro económico-financeiro do país e apontar soluções realistas para o controlo e combate da inflação, diminuição do desemprego e criação de um fundo, para quem se encontra nessa condição, fomento do consumo, com a criação de empregos de carteira assinada.

Foi com base nestas premissas que o eleitor depositou o seu voto na urna, esperando renovar esperanças com uma nova política económica.

Infelizmente a equipa económica liderada por Manuel Júnior prometeu, prometeu, prometeu... e nada, não consegue tirar uma da cartola, capaz de oxigenar esperança, aos operadores e empreendedores económicos e aos mais pobres.

A inconsistência demonstrada na apresentação do programa não inspira dias melhores, pelo contrário, os autóctones pobres que se preparem para o pior cenário.

A inflação, os preços dos produtos de primeira necessidade e o desemprego, não pararão de crescer, causando o aumento da fome e o desalento nos lares, enquanto os ricos, continuarão a ficar mais ricos, com as fortunas a crescerem, face à nova política proteccionista do Banco Nacional de Angola aos bancos comerciais.

1.9 Lotadores de táxi defendem que também buscam sustento das famílias

Jornal O Crime

27 De Janeiro de 2018

Texto: Stélvia Faria

Os serviços de táxi têm a nobre e importantíssima tarefa de transportar pessoas e bens de um ponto para o outro, numa cidade numerosa onde a maioria esmagadora não possui meio de transporte próprio. A actividade comporta vários riscos e, às vezes, é banalizado. "Apesar das dificuldades, é neste trabalho que conseguimos ganhar a vida", alegam.

Razões não faltam a taxistas como Cristóvão Cardoso, na função há quatro anos, para afirmar que a actividade que exercem deveria ser mais respeitada e valorizada, porquanto é através dela que há fácil locomoção e fluência no comércio. Do contrário, é só relembrar a paragem de táxi registada nos anos anteriores. Resultado: caos...faltas no serviço, na escola, doentes sem ir ao hospital, enfim, daí que ele se orgulha da sua profissão e sente-se com um grandioso papel na sociedade.

Entretanto, ao lado dos motoristas, trabalham os cobradores, "cobeles" na gíria, ou então gerentes, como alguns deles exigem que os chamem, em detrimento de cobradores, que consideram uma ofensa. Esses, como o nome primitivo diz, têm a função primordial de receber o valor do transporte de cada passageiro, que é avaliado segundo cada paragem ou distância e, por outro lado, são os que, gritando, dão a conhecer o destino que seu táxi segue.

Os cobradores são os que têm comando da movimentação do táxi, pese embora seja o motorista a conduzi-lo. São os cobradores que, via de regra, lidam com os passageiros, animando-os ou irritando-os... é com eles que algumas negociações são feitas, como no caso de transportar alguém de favor por não ter dinheiro ou por ser conhecido, tanto dele quanto do motorista, ou então permitem que alguém, com valor insuficiente, chegue ao destino que pretenda. São o tronco e membros do motorista. Ficam com o dinheiro para, no final do dia, entregarem ao motorista e esse, por sua vez, ao "patrão".

Não obstante, nos últimos tempos, vê-se a figura de uma terceira pessoa no serviço de táxi: os chamados lotadores. Não se sabe ao certo como foi o seu surgimento, mas informações dão conta que tudo começou no antigo Roque Santeiro, sito no distrito urbano do Sambizanga, quando alguns jovens sem emprego, por força da necessidade de ganhar dinheiro para o seu sustento, adoptaram o trabalho de persuadir passageiros a subir em determinado táxi.

Assim, já é comum ver na cidade de Luanda jovens que, próximos aos táxis, gritam, na tentativa de convencer passageiros a subir para os táxis a que esses lotadores (aqueles que fazem o táxi ficar lotado) estejam ligados ou queiram encher rapidamente. Um trabalho nada fácil, afirmam, sobretudo quando há facilidade de táxi, tudo para ganharem 50 a 150 Kwanzas em cada táxi.

Em conversa com passageiros, entende-se que os lotadores são tidos com pessoas agressivas e delinquentes, chegando mesmo a roubar, enquanto chamam os passageiros. Eles, muitas vezes, são acusados de influenciar negativamente os taxistas a praticarem preços muito altos ou mesmo a fazer linhas curtas.

Por sua vez, os cobradores, que trabalham directamente com os táxis, sentem-se muitas vezes ameaçados pelos lotadores quando não lhes é permitido chamar os clientes, podendo até mesmo fazer recurso à força. Para melhor explicitação, há paragens em que, obrigatoriamente, deverão ser os lotadores a chamarem os clientes, com a

contrapartida de serem remunerados. Caso o cobrador ou motorista negue, é o bastante para abrir uma briga.

Entretanto, o lotador Gabriel, que faz o seu trabalho no São Paulo, desmentiu a afirmação que os mancha como ladrões. "Nós não somos gatunos, estamos aqui porque não há emprego. Mas há gatunos que tentam roubar onde nós estamos, por essa razão pensam isso de nós e acabamos, muitas vezes, por ser levados pela Polícia".

Assim como ele, outros lotadores afirma que não são ladrões, que são simples pais de família tentando garantir "um pão com chá para as crianças" e que alguns ladrões descredibilizam o seu trabalho. Apesar de tudo, muitos taxistas partilham a opinião de que eles não são tão ruim quanto parecem, uma vez que aqueles que são responsáveis acabam por ser cobradores ou até mesmo motoristas, por seu senso de seriedade e responsabilidade.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Programa “Angola Investe” não atingiu os objectivos

Jornal Economia e Finanças

05 De Janeiro de 2018

Texto: Xavier António

O programa “Angola Investe” coordenado pelo Ministério da Economia e Planeamento operado pelos bancos comerciais nacionais faz parte do leque de projetos que fracassaram, cuja intervenção serviu para beneficiar muita gente que hoje não consegue provar aonde meteu os fundos alocados para o investimento.

A denúncia é do empresário e presidente da Associação dos Empreendedores de Angola (AEA), Jorge Baptista. Em entrevista ao JE assegura que o programa pode ser reabilitado de modo a torná-lo mais eficiente e proactivo.

Reconhece que um dos grandes desafios do actual Governo é não permitir que os vícios se mantenham na economia porque o país pode continuar a perder dinheiro.

Neste particular, o programa de Governo do MPLA 2017-2022 prevê ampliar o escopo e a capitalização do fundo de garantia de crédito e da linha de bonificação de juros através do programa “Angola Investe”, de modo a financiar pelo menos 400 projetos.

O Governo pretende estimular a produção nacional que neta componente engloba incentivos ao cooperativismo e dinamização dos sectores de bandeira.

Falência de banca

Jorge Baptista afirma que a banca não existe e é um factor chave para alavancar os negócios. “Como é possível um país possuir cerca de 27 bancos quase falidos e ainda a operarem no mercado?”, questiona.

Para o empresário, não se pode voltar a inventar créditos às quais não se sabe dos seus destinos e ninguém diz nada. Exemplifica ainda que o Projovem e outros são prova disso e do desperdício de recursos financeiros.

“O país precisa de acionar o crédito para acelerar a retoma económica. Se abrimos as fronteiras para o mercado da SADC, temos que ter empresas com capacidade de vender os seus produtos na zona de

comércio livre sem sobressaltos”, adverte o empresário.

Jorge Baptista considera ainda que 2018 é um ano de afirmação para o Presidente da República, João Lourenço e que não se pode aferir os 100 dias de governação sem o conjunto do ano inteiro, “e acredito que boas novas virão para o país”.

Sublinha ser essencial que o sistema financeiro passe a conceder mais créditos ao sector privado se quisermos desenvolver e diversificar a economia.

Imediatismo empresarial

Por sua vez, o empresário Gentil Viana assegura que o mediatismo empresarial e a busca do lucro fácil são os piores inimigos da diversificação económica.

Defende a promoção de uma mentalidade empresarial estruturante, na qual a dimensão do que se edifica assente em fundações profundas.

“Enquanto não tivermos a paciência de construir em profundidade e executar tijolo a tijolo a maturação dos nossos projetos, continuaremos a comprar dos outros sem ter nada para lhes vender”, disse.

Na visão do empresário, António Henriques da Silva, o ambiente de negócios em Angola vai depender das novas medidas que estão a ser tomadas e sobre tudo naqueles sectores de grande relevância, mas cuja burocracia é excessiva.

“É urgente o crédito à economia, mas os critérios de adesão devem ser transparentes para permitir o retorno e não serem fundos perdidos”, disse.

Realçou que o financiamento externo pode ajudar na recuperação da economia, basta que sejamos sérios na sua aplicação.

Defende que Angola deve olhar em parceiros internacionais em função dos interesses e aqueles que respondem às reais necessidades do mercado.

Para Afonso Hossi, os sectores como a agricultura, agro-pecuária, indústria e o comércio livre são decisivos nesta fase da economia.

Por isso, diz ser necessário mais incentivos à classe empresarial, de modo a assegurar os empregos. “Precisamos de dar um basta à importação de bens e apostar na produção local sem receio”, alerta o empresário da província do Huambo.

Afonso Hossi frisou não ser aceitável a constante falta de combustível que tem inviabilizado vários projetos empresariais.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Governo preocupado com exploração ilegal

Jornal de Angola
03 De Janeiro de 2018
Texto: Nicolau Vasco

O governador do Cuando Cubango manifestou-se seriamente indignado ontem, na cidade de Menongue, devido ao descontrolo na exploração de forma ilegal de diamantes e madeira por cidadãos chineses, vietnamitas e congoleses.

Discursando na cerimónia de cumprimentos de fim de ano, Pedro Mutindi explicou que a ilegalidade na exploração de diamantes verifica-se com maior incidência no município de Mavinga, localidade da província com grande potencial em termos deste recurso natural.

Realçou que depois de serem expulsos em 2016, os garimpeiros instalaram-se novamente na maior reserva diamantífera da província do Cuando Cubango, em Mavinga, onde usam materiais artesanais para o garimpo de diamantes.

Pedro Mutindi disse que a mesma prática ilegal acontece com a exploração da madeira, sobretudo, do tipo mussivi, onde milhares de metros cúbicos são contrabandeados diariamente.

"Neste momento regista-se na província a exploração excessiva de madeira por parte de cidadãos estrangeiros, encobertos por nacionais em zonas de difícil acesso, onde derrubam várias espécies de plantas proibidas, desde as menos crescidas, medicinais e raras, violando as regras do Ministério do Ambiente", afirmou o governador, que exortou a população e os órgãos de defesa e segurança para apoiarem o governo local no sentido de pôr fim a tais práticas ilegais, que acarretam enormes prejuízos para os cofres do Estado.

Pedro Mutindi pediu à população para colaborar com as autoridades policiais, sobretudo na denúncia e expulsão de todos os garimpeiros e madeireiros ilegais.

Balanço de 2017

Em relação ao balanço das acções desenvolvidas pelo governo da província ao longo do ano passado, Pedro Mutindi reconheceu que muitos projectos não foram

concretizados por falta de recursos financeiros. Ainda assim, acrescentou, foi possível concluir algumas infra-estruturas sociais, com destaque para o novo hospital geral, construção de escolas, postos de saúde, pontes e iluminação pública no bairro Boa Vida.

A província do Cuando Cubango enfrenta dificuldades que têm a ver com a falta de vias de acesso, para garantir melhor circulação de pessoas e bens nos municípios mais recônditos.

O governador assegurou que um dos maiores desafios para o presente ano é continuar a resolver os problemas nos sectores da saúde, educação, energia e águas. A cidade de Menongue conta com mais de 300 mil habitantes e apenas 35 por cento têm acesso a esses serviços.

As autoridades da província garantem ao longo deste ano apostar mais na formação e recrutamento de novos médicos, enfermeiros e docentes para responder às necessidades nas diferentes localidades do Cuando Cubango. O governador Pedro Mutindi defendeu a materialização de projectos agro-indústrias e pecuários na província, para o bem-estar das populações e crescimento da economia local.

3.2 Bebidas a venda nas ruas de Luanda

Jornal de Angola
08 De Janeiro de 2018
Texto: Arcângela Rodrigues

Larazo Muanza, 46 anos, vende, há um ano, no mercado do Beato Salú, no bairro Operário, whisky 'The Best', cigarros, pastilhas, rebuçados, recargas electrónicas e chamadas para as redes moveis.

O vendedor explicou que, por dia, 'despacha' duas ou mais caixas de whisky. "Um pacote custa 50 Kwanzas. Os meus principais clientes são os homens e o maior aumento das vendas tem sido a sexta-feira", disse Muanza, que compra a caixa de "The Best" a 10 mil Kwanzas, nos armazéns da zona do São Paulo e nos mercados da Pombinha e dos Kwanzas.

Larazo lucra dois mil Kwanzas por caixa. Vive deste negócio. 'Antigamente, vendia sapatos, na zona do Hoji-Ya-Henda, mas devido a um incêndio perdi o negócio", adiantou que com o apoio da esposa conseguiu montar este pequeno negócio, para não ficar sem fazer nada.

Jimmy Santos também é comerciante há três anos. Vende, na zona do São Paulo, cervejas nacionais. As cervejas Cuca, Nocal e Eka custam cada 100 kwanzas.

As grades de Eka e Nocal custam 1.850kz e a de Cuca 1800kz. "Vendo bem todas as marcas. Os clientes estão sempre à procura. O negócio dá para cobrir algumas necessidades. Tenho diversos clientes; desde adolescentes e jovens a adultos. O nível de consumo é cada vez maior e não existe diferença de sexo", observou.

“THE BEST”, o melhor nas vendas

Na ronda que fizemos também pelas zonas da Ingombota, Mutamba e mercado dos Kwanzas constatamos que o whisky em pacote 'The Best' é o campeão de vendas. Tem muita procura, por parte de jovens e adultos.

O preço do “The Best” é o mesmo em todas as zonas. Já o preço das diferentes marcas de cerveja varia, em algumas zonas. Muitos consumidores de bebidas alcoólicas confessaram não ter corrido absolutamente nada antes de beber. Também encontramos muitos fisicamente debilitados.

Cigarros: quem os vende e quem compra

A aquisição de cigarros, particularmente os de marcas internacionais, não tem sido fácil, para muito dos comerciantes, face à escassez de divisas e ao aumento dos preços deste produto. Houve redução nas importações, segundo os vendedores. Miguel David, funcionário bancário, fuma cigarros há 10 anos, por influência de um amigo. No decorrer destes anos de vício, o jovem garante que já fez várias tentativas para deixar de fumar. 'O efeito não foi positivo', salientou.

Já o estudante Salvador Domingos confessou que fuma há um ano. No início foi difícil, porque tinha tosses constantes e dores no peito. “No começo, senti um mal-estar, mas depois de me habituar tudo passou”. O estudante também teve problemas com a família por causa do tabaco, mas nem isso o fez parar de fumar. "Em casa, não me é permitido fumar, mas até ao momento não me passa pela cabeça deixar de consumir", garantiu.

Daniel Bumba passou a consumir tabaco há cerca de nove meses. O funcionário público explicou que o vício por cigarros surgiu de forma voluntária e que também já fez uso de bebidas alcoólicas.

“Neste momento, deixei de beber. Apenas faço uso de cigarros. Diariamente, fumo seis cigarros”, assegurou. Daniel Bumba disse que, quando deixar de fumar, vai voltar a beber.

Quanto à sua família garante que não estranhou vê-lo fumar. Apesar de conhecer os riscos que o cigarro e a bebida alcoólica acarretam, o funcionário público afirmou que é uma sensação que não tem explicação

e, por isso, não consegue prever quando vai dizer se vai deixar de fumar.

Como Daniel Bumba, outros entrevistados têm conhecimento dos danos que o consumo de tabaco causa, mas afirmam que o vício é mais forte. Não conseguem largá-lo.

Preços e vendedores

De um tempo para cá, o volume de 10 maços de cigarros custava dois mil Kwanzas. Agora, o preço é 2.500 Kz, explicou Dionísio Manuel, que, além de vender cigarros, é engraxador, há sete anos, no Largo Serpa Pinto.

Dionísio vende o maço de cigarros a 500 Kwanzas e a unidade a 20. Compra-os a grosso, no mercado da Pombinha, no distrito do Sambizanga. “Por dia, vendo três a quatro maços de cigarros. Os que mais consomem são os homens adultos”.

O vendedor, que antes comercializava diversas marcas, actualmente e devido ao aumento dos preços, tem dificuldades em colocar todas as marcas à disposição dos clientes. "As marcas SL e a Aspen são as mais procuradas", salientou.

Manuel Baptista também vende diversas marcas de cigarros. Há um ano que anda pela Mutamba. Por cigarro, ganha 25 Kwanzas e pelo maço 500. Ele também tem como mercado preferencial a Pombinha, onde faz a aquisição do produto. Na baixa, vende mais aos adultos e, particularmente, aos homens. António Calembenha, 22 anos, é engraxador e vende cigarros há dois anos. Ele observou que os clientes consomem mais no tempo de frio e que por dia vende sete a 10 maços.

3.3 Taxistas ameaçam paralisar caso o preço do combustível suba

Jornal O PAÍS

29 De Janeiro de 2018

Texto: Romão Brandão

Geraldo Wanga, presidente da ANATA, que falou em exclusivo ao jornal OPAIS, deixou claro que não há nenhuma intenção de os taxistas subirem o preço da corrida de táxi, uma vez que tal medida "vai deixar mais pobre o povo". O seu alerta vai para o facto de que não reagirão de bom grado caso o preço dos combustíveis suba novamente.

A princípio, estavam dispostos a subir a tarifa de táxi de 150 para 200 Kz, mas a ANATA recebeu várias cartas e telefonemas, principalmente da sociedade civil, a pedir que não procedessem daquela forma,

pois "a vida ficaria mais difícil para os que têm baixo poder aquisitivo".

"Assim, tivemos de repensar a nossa decisão, mas impomos duas condições: que a actividade de táxi seja subvencionada, tal como as transportadoras TCUL e a Macon são. Havendo uma subvenção, não haverá necessidade de subirmos o preço do táxi. Não procedendo desta forma, pretendemos parar três dias, por cada semana, até que o preço do combustível baixe", garante.

De acordo com Geraldo Wanga, os seus associados das outras províncias como o Bengo, Huíla e Benguela estiveram reunidos também e apenas aguardam pelo seu sinal, como presidente, para paralisarem, como jeito de reivindicação, "Não vamos dançar a mesma música do Governo, que sobe cada vez mais os preços de tudo. Não vamos subir e sim reivindicar contra a subida, paralisando 3 dias por semana", reforça.

Para Wanga, não se deve pensar na diversificação da economia com estas constantes subidas de preços. É importante que o Estado se organize, pois, pelo número de taxistas existentes no país, perde muito nos impostos, caso não esteja organizado. Há ainda, acrescentou, a necessidade de se desenvolver uma campanha nacional de auscultação, porque acredita que existem ideias boas na população.

Importa frisar que a primeira paralisação dos taxistas, com maior expressão, foi organizada pela ANATA em 2015 e provocou imensos transtornos na mobilidade da população, principalmente na cidade capital. Agora, a mesma associação garante que desta vez tudo vai voltar a parar.

3.4 Vendedora de múcua detida ao tentar vender liamba

Jornal O PAÍS

18 De Janeiro de 2018

Texto: Romão Brandão

A única mulher entre os supostos marginais apresentados, ontem, pela Polícia, é Joana Manuel Gamba, de 35 anos, que vem acusada do crime de posse de estupefacientes. A Polícia deteve-a em flagrante a transportar um saco contendo 80 quilogramas de liamba. Joana disse que antes vendia múcua, mas foi aliciada por alguém que alegara não ser um negócio lucrativo, pelo que devia mudar para a venda de estupefacientes.

"Fui ao Uíge comprar múcua e lá estava difícil lucrar. Falaram-me que o negócio de liamba rende, então

tentei", disse ela, lamentando o que aconteceu e também por ter de deixar, agora que foi presa, os dois filhos aos cuidados dos pais.

Joana Manuel Gamba não terminou a entrevista com a imprensa porque estava a sentir-se mal e teve de receber cuidados médicos no posto do Comando Provincial de Luanda. Entretanto, mostrou-se arrependida do que fez e disse que será uma lição para si, pelo que pensa em arranjar um emprego quando sair da cadeia.

Importa frisar que foram recuperadas pela SIC 14 armas de fogo do tipo AKM, Macarov e uma granada FI; nove viaturas de marcas diversas e seis motorizadas. Esta instituição alerta que o crime não compensa e que a população deve colaborar com denúncias e medidas que reduzam as oportunidades aos marginais.

3.5 Zeca Moreno e Jeremias Dumbu apoderam-se de mercados

Jornal Liberdade

19 De Janeiro de 2018

Texto: Ana Mendes

Segundo a fonte, as empresas "Transgoi Lda" e a "Janita comercial Lda" são de familiares das figuras acima citadas e não passaram por um concurso público para que as mesmas pudessem ser as responsáveis pela gestão dos mercados, violando assim a lei da probidade pública, frisou a fonte.

Estas figuras não consultaram ninguém e fizeram tudo silenciosamente para se apoderarem dos mercados, porque eles sabem que estes empreendimentos têm rendimentos fáceis, disse a fonte, acrescentando que o administrador Jeremias Dumbu ficou com dois mercados que é o da Sanzala e do Zango e o ex-administrador de Viana, Zeca Moreno, ficou com o de Luanda Sul. Mas o que se questiona é a forma como trataram o assunto, que não é viável, frisou a fonte.

"Já os funcionários que trabalhavam anteriormente com a gestão antiga foram retirados dos postos de trabalho e outros diminuíram os subsídios, portanto os jovens estão a passar dificuldades tremendas e alguns se encontram nesta altura no desemprego".

De acordo com a fonte, o administrador municipal de Viana, Jeremias Dumbu, meteu as empresas "Transgoia Lda", "Janita comercial Lda" e "Sarnir Soluchon Lda", cujos proprietários são familiares seus e de Zeca Moreno, como uma fachada para explorar os referidos mercados em proveito deles

mesmos, disse, reiterando que tais instituições é que estão a gerir os mercados da Vila Sanzala, Luanda Sul e no Distrito do Zango. Contactado o Director do Gabinete dos Mercados de Luanda, Zeca Moreno, afirmou: "Estou passado e diga a estas pessoas que provem disso, acho que as mesmas estão preocupadas porque andavam aí a roubar dinheiro do Estado e hoje já não con- seguem".

Moreno afirmou ainda que quando se trata destas matérias deve-se contactar as administrações "porque é que têm maior domínio do assunto e vão mostrar-vos números como era antes e hoje".

Já o administrador de Viana, Jeremias Dumbu, mas conhecido como o "homem do jardim milionário", remeteu-nos para o Director municipal do Comercio porque, segundo o gestor, a referida área é que tem mais informações sobre o assunto em causa...

3.6 'Zungueiros' vencem a luta pela sobrevivência

Jornal O PAÍS

25 De Janeiro de 2018

Texto: Maria Teixeira

Todos os dias útil da semana a cidade de Luanda é invadida por pessoas de vários bairros que vão em busca de sustento. Muitas dessas pessoas são provenientes de várias províncias do país e vêm para a capital em busca de melhores condições de vida. Actualmente, presume-se que a capital angolana tenha cerca seis milhões de habitantes, o que representa a maioria do total da população do país.

Nesta senda, OPAÍS traz à estampa a história de jovens que, não estando vinculados a nenhuma instituição, trabalham por conta própria para a sua sobrevivência. Um deles é Flávio Adelino Kinguia, nascido a 28 de Novembro de 1980, solteiro, de 37 anos, vindo de Pambangala, Amboím, província do Cuanza-Sul, terceiro de 7 filhos de Isaac Kinguia e de Lucinda Adelino.

Depois da morte do seu pai, em 1988, a sua mãe viu-se obrigada a mandar os filhos para Luanda, para casa dos seus irmãos, para poderem estudar e serem homens dignos. Porém, as coisas só pioraram, Flávio viu os seus sonhos mais uma vez interrompidos quando a sua tia Maria (nome fictício) morreu num acidente de viação... nos dias a seguir ao funeral voltou para sua terra natal. .. Dois anos depois, por doença, o jovem sonhador volta para Luanda, onde foi abandonado no hospital Josina Machel por cerca de 7 meses. Quando saiu, Flávio obrigado a deixar o hospital por não haver condições para o manterem lá,

mais uma vez foi entregue à sua sorte. O menino abandonado foi obrigado a ir viver na rua, debaixo de pontes, em casas abandonadas, com 12 outras crianças de rua, que considerou terem sido os seus melhores companheiros de vida.

Nesses tempos, o garoto de Pambangala começou a ajudar senhoras nas compras, onde ganhava alguns tostões em troca de carregar pesados fardos e tudo o que podia, faina que durou alguns anos.

No fim da adolescência, conheceu Nando, aquele que viria a ser o seu mentor... colega das ruas e parceiro de lutas, juntaram-se numa nova e grande amizade e, numa daquelas noites frias e molhadas, em que ambos estavam na Praça da Independência a falar dos seus sonhos e projectos de vida, chegaram à conclusão de que deviam fazer algo diferente para saírem das ruas, construir vidas melhores e realizar os seus sonhos.

"Foi então que começamos a vender sacos de plásticos e lapiseiras BIC, porém, mais uma muralha se ergueu nos meus caminhos, numa tarde de boas vendas, vimos os nossos sacos e lapiseiras serem confiscados pela Polícia Fiscal", disse.

Nessa altura, Flávio pensou em voltar para a sua terra, mas Nando insistiu que deviam tentar mais uma vez... Foi então, que resolveram lavar carros junto ao estádio Nacional da Cidadela, onde depois de alguns meses conheceram um jogador de futebol que, tendo gostado do trabalho, convidou-os para cuidarem do seu jardim, ambos aceitaram e em pouco tempo já estavam a cuidar do jardim e dos carros de quase duas dezenas de moradores do bairro do Prenda.

Mas o pior estava por vir e o Flávio a contar. "Em 2003, quando tudo corria bem, Nando, o meu amigo motivador e mentor, morre por intoxicação alimentar", lamentou Flávio.

O garoto de Pambangala, com a morte de Nando, tinha perdido o seu braço direito, o seu ponto forte, que, antes de morrer, lhe disse a frase que lhe ficou na memória até hoje: "Nunca desistas de nossos sonhos".

Ainda dominado pela dor da perda de Nando, Flávio continuou a fazer jardinagem, estudou, concluiu o ensino médio na área de informática e entrou para a universidade.

O jovem especializou-se em jardinagem e em 2012 criou a empresa "Garden Dream", onde tinha como funcionária administrativa a namorada, Sula, que tratava dos contratos, das finanças e de todo o stock. Em pouco tempo, já eram 4,5,6,7,8,9 funcionários, pois o negócio estava a crescer... Foi neste momento

que Flávio conheceu uma das suas grandes quedas, quando em 2014 foi atropelado em plena passeadeira por um condutor embriagado, que lhe causou a amputação do membro inferior direito.

Enquanto, recuperava da amputação, Sula, a namorada, comandou as operações da "Garden Dream" ... Meses depois, Flávio Kinguia voltou ao comando da empresa e mesmo na cadeira de rodas ou de muleta, continuou cuidando de jardins. Daí em diante apenas conheceu conquistas atrás de conquistas. Hoje, a "Garden Dream" tem mais de 90 funcionários e atende mais de 150 residências e edifícios das centralidades do Sequele, Zango 0, Nova Vida e em vários condomínios.

Flávio é casado com Sula Kinguia, têm dois filhos e trouxe para sua casa a mãe e os dois últimos irmãos. Durante as suas lutas, licenciou-se em engenharia informática e está construindo o colégio "Sonho Verde", que comportará 20 salas de aulas, campo multiusos e outras instalações, no bairro Dangereux, onde tem duas outras residências e uma estação de serviços gerais.

"Neste momento estou a escrever um livro em homenagem ao meu amigo, um livro que contará o seu percurso e todas as histórias de parceria que tive com Nando", contou...

Aos 37 anos, Flávio sente-se um homem realizado, mas os seus sonhos aumentam de tamanho todas as manhãs e, por isso, continua a luta feito louco para atingir todos os objectivos que tem.

Uma história de superação nas ruas de Luanda

Um outro jovem também vencedor é Abel Chimuco, natural da província do Huambo, 35 anos de idade, que também veio para Luanda em 1997, em busca de melhores condições de vida.

Tudo começou quando Abel Chimuco viu-se obrigado a deixar a sua terra natal, cidade do Huambo, assolada pela guerra, para tentar sobreviver em Luanda.

"Quando cheguei a Luanda comecei a viver com a minha irmã mais velha e a minha vida não estava a correr bem, porque não tinha nada para fazer e com a idade que tinha ficava mais frustrado, porque já tinha os meus sonhos", explicou.

Foi então que Abel Chimuco decidiu comprar alguns negócios no antigo mercado do Roque Santeiro para revender na zunga. Eram utensílios domésticos como panos de louça, facas, talheres, entre outros.

O jovem girava pela cidade de Luanda só para poder vender os produtos que tinha. Foram uns cinco anos nessa vida. Mas o dinheiro que conseguiu juntar serviu para comprar um terreno no bairro do Golf II e continuar causa da guerra.

Entretanto, matriculou-se na Escola Católica de São José, no bairro Morro Bento, onde concluiu o ensino de base. Quando a-guerra cessou, decidiu regressar à sua província de origem e concluir o ensino médio.

Foi então que, ao tentar continuar com os estudos, em 2005, Abel conheceu Lena, a sua actual esposa. Apaixonados, decidiram casar-se e formar uma família. Posteriormente, ambos regressaram para Luanda, onde já tinham uma casa própria para morar, fruto do seu trabalho de zungueiro.

"Quando regresssei a Luanda decidi deixar de zungar e comecei a me dedicar ao negócio de fardo. Comprava a roupa de fardo no Hoje Ya Henda e revendia na praça da Madeira. Essa actividade durou mais de dois anos", conta o jovem.

Segundo ele, nessa actividade conseguiu juntar mais dinheiro e tirou a sua carta de condução, ao mesmo tempo matriculou-se na escola 17 de Dezembro, onde fez o curso Médio de Instalação Eléctrica.

"Depois de terminar o meu curso decidi trabalhar como taxista com o carro de um senhor, com o passar do tempo comprei um carro, porque já tinha algum dinheiro guardado que ganhei como zungueiro. Mais tarde comprei outro e hoje trabalho por conta própria", contou.

Hoje, Abel Chimuco é casado e pai de quatro filhos, afirma ser um homem realizado e que não tem vergonha da sua história, porque consegue sustentar a sua família sem dificuldades.

3.7 Venda ambulante garante subsistência

Jornal Economia & Finanças
26 De Janeiro de 2018

A economia informal ganha corpo na cidade de Luanda. Prova disso são as várias mulheres "Zungueiras" que diariamente percorrem avenidas, ruas e caminhos da cidade na busca do almejado e necessário pão de cada dia. Um verdadeiro exercício de comércio e gestão que merece ser enaltecido e iniciativa empreendedora que deve ser apoiada.

3.8 Taxistas são desvalorizados e sofrem preconceitos

Jornal O Crime

27 De Janeiro de 2018

A tarefa de transportar pessoas de um lugar para o outro não se afigura fácil, segundo o taxista Joaquim José, de 53 anos de idade, vinte e um dos quais a fazer serviço de táxi. "O trabalho é duro, mas o faço com dedicação. Nós somos quem levamos os trabalhadores aos seus postos de serviço, os estudantes às suas escolas e não só, então me orgulho pelo que faço", disse.

Francisco Ferreira, mais conhecido por 'Sony', é pai de dois filhos e mora numa casa arrendada. Trabalha de segunda a sexta-feira, tendo apenas o domingo para descansar. Esclarece que é preciso começar a trabalhar cedo para aproveitar levar os passageiros que vão à paragem a partir das 5 horas, para não estar no engarrafamento, sendo que a partir das 6h30 o trânsito já não se encontra fluído. "A solução é começar uma hora antes da jornada laboral", revela.

Sony realça que para ser um bom taxista não basta saber conduzir um carro, deve-se conhecer o Código de Estrada e respeitá-lo. Ser bem-humorado e saber lidar com os passageiros.

Para Cristóvão Cardoso, deve-se trabalhar com muito cuidado e atenção, evitando, por exemplo, o risco de acidentar. "Nós temos uma responsabilidade acrescida pelo facto de estarmos a transportar vidas". Cristóvão, com a formação média, queria muito ter um trabalho na função pública. "O táxi foi a solução e é nesse trabalho que consigo ganhar algum dinheiro para sustentar a minha família", atesta.

Antes de se tornar taxista, Joaquim José trabalhou numa empresa de segurança, mas revela que muitas vezes são desvalorizados por membros da sociedade e tratados com arrogância. "Falam muito mal dos taxistas. Por alguns terem má conduta, não quer dizer que todos têm". Joaquim aponta os jovens como os principais prevaricadores e lamenta pelo facto de serem jovens que ainda têm muito para viver e tão cedo terem atitudes tão preconceituosas.

Apesar de "pouco valorizado", é o trabalho que mais agrada a Pedro Lopes, "Sou apaixonado pelo meu trabalho". Ao contrário de Joaquim, Pedro não vê nenhuma desvantagem em ser taxista e explica que o bom lado desse trabalho é que se ganha diariamente, pois sabe bem quando o dia finda e se consegue ganhar o dinheiro que tanto se necessita para a sua sobrevivência. Ele aconselha a todos os taxistas a minimizarem todos os abusos vindos de "pessoas

sem noção". Ser tolerante e paciente é o que recomenda.

Na mesma senda, Gonçalo Félix diz que apesar dos abusos constantes, das faltas de respeito por parte dos passageiros e, inclusive, dos polícias, encara o seu trabalho como um outro qualquer. "Gosto e tenho orgulho de ser taxista".

Na fileira das dificuldades, Joaquim José alista o engarrafamento como uma das grandes. "O engarrafamento dificulta-me na rápida circulação e tenho de estar a comprar, a todo tempo, combustível". Por outra, o mau estado das vias faz com que "Não conseguimos trabalhar devidamente porque as vias estão sempre esburacadas. Como se não bastasse, também não temos paragem", reclama.

"Há vias em que é proibida a nossa circulação, por exemplo, a do Patrício, na Cuca, e a do Asa Branca. Temos que passar pelas vias alternativas, para podermos chegar ao IFA, mas estas ruas estão completamente esburacadas. Além de causarem transtornos a nós, causam igualmente à população, porque passa poucos táxis naquelas imediações e muitas vezes têm que andar a pé.

Pedro Lopes junta ao rol de preocupações o facto de serem diariamente interpelados pelos polícias de trânsito, com o intuito de lhes "extorquir dinheiro". Segundo Pedro, os polícias inventam uma série de argumentos para eles cederem. "Nunca temos razão. Deveriam ajudar-nos, mas só nos complicam", lamenta, com um semblante triste.

"Porque é que pagamos a taxa de circulação?" Esta está na linha das questões que são colocadas todos os dias por taxistas de Luanda. Assim, o dia vai indo, num clima agitado, outras vezes calmo, mas sem deixar de desempenhar a nobre missão de transportadores públicos.

3.9 Empresários consideram "péssimo" ambiente de negócio em Angola

Jornal O PAIS

31 De Janeiro de 2017

Texto: Constantino Eduardo

Ministério das Pescas e do Mar, em parceria com o Ministério da Economia e Planeamento' promoveu, em Benguela, um encontro de auscultação à classe empresarial do sector pesqueiro das províncias de Benguela, na qualidade de anfitriã, Cuanza-Sul, Namibe, Luanda, Uíge e Bengo, no âmbito do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das

Exportações e Substituição das Importações' designado por PRODESI.

O encontro serviu para os industriais das seis provinciais colocarem à titular da pasta das pescas e ao Ministério da Economia e Planeamento as suas inquietações' que se prendem com a exportação do pescado e o acesso ao crédito bancário, entre outras questões. Na ocasião, recomendaram melhorias no ambiente de negócios em Angola, pois o actualmente vigente não estimula o investimento estrangeiro.

Os empresários salientam que neste momento Angola não está em condições de fazer grandes exportações de pescado, porquanto o país ainda se debate com problemas de "consumo interno" e sugerem que se faça uma avaliação ao sector, caso se queira avançar com as exportações em grande escala.

Para Manuel Bernardo de Azevedo, o ambiente de negócios é "péssimo", a julgar pelas dificuldades que os empresários enfrentam, entre outras, no licenciamento de novas embarcações para aumentar a produção. "Também temos dificuldades com o combustível. No mês de Outubro estivemos 25 dias com as embarcações paradas", queixou-se o empresário, para quem essas dificuldades afiguram-se impeditivas para o estabelecimento de parcerias com investidores estrangeiros. E sugere uma maior coordenação dos serviços de fiscalização marítima para evitar aquilo que designou como "excessiva fiscalização".

Por sua vez, Saraiva dos Santos lembra que a aquicultura é um ramo importante para o qual se deve igualmente prestar a devida atenção.

Em declarações à imprensa, a ministra das Pescas e do Mar, Victória de Barros Neto, que reconheceu as dificuldades dos empresários, referiu que o PRODESI é um programa concebido pelo Executivo angolano e inclui medidas para acudir às preocupações levantadas pelos empresários do sector.

Em relação à importação/exportação, a governante refere que a produção de transformados de pescado pode mitigar a importação de conservas e produzir excedentes de pescado seco, salgado, de qualidade para o mercado Internacional;' salientando' contudo, que a indústria salineira poderá, a médio prazo, satisfazer o mercado interno e criar excedentes para exportar.

"A região em que Angola está inserida continua bastante carente deste importante produto", pontualizou.

Embora não se quisesse 'pronunciar, e ante à insistência da imprensa, o secretário de Estado da

Economia e Planeamento, Sérgio Santos, assegurou que o objectivo do PRODESI é aumentar a produção para, conseqüentemente, exportar os excedentes.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Angola entra no presente ano com menos fundos de impostos

Jornal de Angola

02 De Janeiro de 2018

Texto: Armando Estrela

As contas do Estado angolano para 2018 começam com um "buraco" na arrecadação de impostos de pelo menos dois mil milhões de dólares nas contas do ano que terminou, em que se previu arrecadar em torno de 1,243 biliões de Kwanzas, contra os 1,708 biliões de Kwanzas inicialmente previstos.

A previsão consta da proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2018, que o Executivo entregou na sexta-feira, 15 de Dezembro, na Assembleia Nacional, que reflecte uma quebra nos impostos provenientes do sector não petrolífero. Em contrapartida, em 2017 o sector petrolífero deve garantir 1,703 biliões de Kwanzas, de acordo com as projecções do Governo, um dado positivo em relação aos 1,695 biliões de Kwanzas inicialmente inscritos no OGE do ano findo.

Entre o OGE aprovado há um ano, elaborado pelo anterior Executivo, e a projecção de fecho de 2017, feita agora pelo Governo liderado por João Lourenço, há uma diferença negativa de 458 mil milhões de Kwanzas de impostos arrecadados durante todo o ano.

Na proposta de OGE para 2018, que incorpora já informação substancial da execução fiscal" de 2017, como reconhece o Governo, mostra-se que o mesmo ficou abaixo do programado. O orçamento que entra em discussão no próximo dia 5 na Assembleia Nacional prevê, para este ano, um cenário de aumento da receita fiscal de 35,4 por cento face ao plano executado e de 20 por cento para a receita prevista no OGE aprovado há um ano.

O ministro das Finanças, Archer Manguera, destacou, num seminário sobre Integridade, as várias acções preventivas e de consciencialização, com a participação de funcionários e contribuintes, para que a Administração Tributária possa cumprir os objectivos estabelecidos de maior justiça fiscal.

Archer Manguera lembrou que os ajustamentos ao novo contexto da economia, que estão em grande medida reflectidos na proposta de Orçamento Geral de Estado (OGE), obrigam a fazer mais com os mesmos recursos e, em alguns casos, a fazer mais com menos recursos.

O ministro das Finanças explicou que esse ajustamento envolve toda a Administração Pública, sem excepção, no qual o Ministério das Finanças não é excepção e a Administração Geral Tributária também tem de se ajustar a essa nova realidade. "Uma das medidas previstas para esse ajustamento é a alteração da componente variável da remuneração, que depende sempre da receita fiscal efectivamente arrecadada. Esse ajustamento pode implicar algum sacrifício, mas os sacrifícios são para todos", disse.

O Estado prevê arrecadar em impostos, durante todo o ano de 2018, mais de 4,139 biliões de Kwanzas (24.900 milhões de dólares). Entre estes incluem-se 2,399 biliões de Kwanzas de impostos do sector petrolífero, com os direitos da concessionária Sonangol a subirem para 1,538 biliões de Kwanzas na previsão do OGE.

Grandes Contribuintes

Sem contrariar as previsões do Executivo, o presidente do Conselho de Administração da AGT (Administração Geral Tributária), Sílvio Franco Burity, anunciou, a 12 de Dezembro, a arrecadação de impostos acima de 1,1 biliões de Kwanzas, equivalentes a 5,7 mil milhões de euros, no período entre Janeiro e Outubro de 2017. Os "Grandes Contribuintes", representados por mais de 350 empresas ligadas aos sectores financeiro, diamantífero, telecomunicações e petrolífero, são os que mais peso tiveram nessa receita fiscal, em torno de 76 por cento. O sector imobiliário, em forte expansão no país, constitui outra importante fonte de arrecadação de receitas, com a cobrança do Imposto Predial Urbano (IPU) que incide sobre o valor patrimonial dos imóveis ou sobre o seu rendimento, em caso de arrendamento.

Numa perspectiva de alargamento da base tributária e o consequente aumento das receitas, a Administração Geral Tributária tem em mãos o Plano de Potenciação da Receita (PPR), cuja acção assenta, entre outros aspectos, no incremento da comunicação e sensibilização dos contribuintes (de forma a cumprirem com as obrigações fiscais voluntariamente), na reconversão da economia informal e na criação de brigadas de sensibilização para o pagamento de impostos.

Para a AGT, os desafios para a criação de uma Administração Tributária de excelência continuam a ser enormes, tendo em conta que exige instrumentos de gestão modernos, uma força de trabalho com elevado nível de experiência, exigência e especializada, assim como sistemas de tecnologias de informação capazes de responder integralmente às necessidades da instituição.

Para já, o país possui perto de 50 Repartições Fiscais, 80 Postos Fronteiriços e 36 Delegações Aduaneiras. Ainda assim, o território carece de muito mais, para que esse empenho na arrecadação de receitas tributárias e fiscais seja abrangente e torne o sistema nacional de arrecadação justo, permitindo que todos sejam tributados à altura e em pé de igualdade, conforme a legislação.

Introdução do IVA

Apesar de se verificar alguma evolução positiva na arrecadação de impostos, o país deve conhecer um novo impulso com a implementação gradual do Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA) dentro de um ano. Aliás, a contagem agora é decrescente, pois, Angola corre, incansável, para juntar-se aos demais países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) que convivem com o IVA há anos. Até aqui, o sistema tributário angolano é o único da SADC que não usa o IVA.

O IVA é um imposto aplicado aos produtos, serviços, transacções comerciais e importações, não sendo ainda conhecido, em concreto, o modelo que será adoptado pelo Governo para o regime fiscal angolano, que actualmente incorpora um regime mais simples do Imposto de Consumo.

Actualmente, está a ser desenvolvido um estudo profundo sobre os aspectos que suscitam a necessidade de adopção do IVA em Angola. Além do IVA, a AGI pode instituir certos impostos especiais de consumo, justificados por razões financeiras e extras financeiros em bebidas alcoólicas, tabaco, e eventualmente, veículos pesados de luxo, e sobre os derivados do petróleo.

No que respeita a diplomas legislativos na área fiscal, a implementação do IVA exige, também, alterações ao Código Geral Tributário, ao Imposto de Sisa, ao Código do Imposto de Selo, à contribuição especial sobre as operações bancária e, num caso específico apenas, à Lei Sobre a Tributação das Actividades Petrolíferas. Serão igualmente necessárias alterações ao regime jurídico de facturas e documentos equivalentes.

Várias situações devem ser acauteladas com a implementação do IVA, tendo em atenção a realidade angolana e a protecção de diferentes sectores da economia, como banca, seguros, telecomunicações, petrolíferas e diamantíferas, em que se espera que o IVA venha a ser retido na fonte por essas entidades que beneficiam de bens e serviços, de modo a reduzir a fuga do imposto, quando os serviços são prestados a essas entidades.

Para os diversos sectores da economia, afigura-se também a criação de um regime especial de tributação do IVA para as microempresas, de modo a proteger os empreendedores com rendimentos reduzidos, a criação de regras especiais de isenção para o sector da agricultura, pecuária, piscatória, aquicultura, silvícola, avicultura e apicultura, bem como para manter o regime de isenção sobre as importações de bens de primeira necessidade, a regra de isenção no princípio da equiparação das isenções e, também, a regra de isenção ao sector petrolífero nas áreas de pesquisa e desenvolvimento.

É importante não descurar que a implementação do IVA em Angola pressupõe suprir determinadas contingências, designadamente, a baixa cultura fiscal, promover o surgimento de mais profissionais de contabilidade, auditoria e de direito, reforçar o capital humano com experiência necessária, quer no sector público, quer no sector privado, e a implementação de sistemas informáticos eficientes e robustos.

Medida do Plano Intercalar

Já no Plano Intercalar do Governo, de Outubro de 2017 a Março de 2018, ficou definida a institucionalização do regime de IVA, que entra já nas previsões do OGE de 2019, a ser preparado em Junho próximo.

A introdução do regime de IVA em Angola tem sido muito sugerida pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) nos últimos anos, que classifica a medida como fundamental para a arrecadação de receitas.

"Esse imposto é fundamental, para se manter uma cena estabilidade da arrecadação tributária. Foi muito importante para vários países, mas é um processo que demora. Não é urna coisa que se implemente da noite para o dia, uma coisa que pode levar dois, três anos, talvez mais, e tem que ser feita de uma maneira bem pensada", disse, em Junho de 2016, o chefe da missão do FMI para Angola, Ricardo Velloso.

4.2 Agricultura, o parente pobre do OGE?

Jornal Expansão
5 De Janeiro de 2018

A 15 de Dezembro 2017, o ministro de Estado do Desenvolvimento Económico e Social, acompanhado do ministro das Finanças, procedeu à entrega da proposta do Orçamento Geral de Estado (OGE) para 2018 ao Presidente da Assembleia Nacional para a devida apreciação, discussão e aprovação pelos senhores deputados.

Sendo o Estado um importante agente económico, o seu orçamento afecta profundamente o curso da economia e revela a sua função de preferência. As despesas inscritas no OGE possibilitam discernir a importância relativa que o Governo atribuiu a um determinado sector da vida económica, social e política do país.

A proposta do OGE para 2018 apresenta, no resumo das despesas por função, dez principais sectores: Serviços Públicos Gerais (com uma alocação de 9,47% do total das despesas); Defesa 5,63%; Segurança e Ordem Pública 4,44%; Educação 5,41%; Saúde 3,36%; Protecção Social 7,03%; Habitação e Serviços Comunitários 3,69%; Recreação - Cultura e Religião 0,34%; Assuntos Económicos 7,89% e a Protecção Ambiental 0,08% (1).

Dentro da função dos assuntos económicos encontra-se, entre outros, o sector da agricultura, que é de suma importância para o combate à pobreza, para a segurança alimentar, para a diversificação da economia nacional (pois é o fornecedor de matéria-prima por excelência para a manufactura), para a geração de emprego (é geralmente intensivo em mão-de-obra), etc.

É interessante notar que as estatísticas sobre o emprego por sectores de actividades dão conta que o sector da agricultura é o que mais emprega pessoas no País. Os dados indicam que de 2002 a 2016, em média, 51% (2) das pessoas empregadas estavam a trabalhar no sector agrícola. Este sector tem a particularidade de não exigir muita mão-de-obra qualificada. Assim, muitos vendedores ambulantes (zungueiros e zungueiras) poderiam ser atraídos para o sector e reforçar a mão-de-obra nas aldeias se fizer uma aposta séria e garantir que seja visto como um sector gerador de rendimento.

A agricultura praticada no País é usualmente encarada em duas perspectivas: a agricultura empresarial e a agricultura familiar, o que em rigor não deveria ser assim, pois dentro de cada "categoria" encontramos

semelhanças e diferenças que justificariam outro tratamento. Com tal ressalva, podemos dizer que a chamada agricultura familiar é responsável por 95% das áreas cultivadas ou semeadas e mais de 90% da produção. E é interessante notar que mais 63% da área cultivada pela agricultura familiar é feita, como diz o agrónomo Fernando Pacheco, usando "tecnologia extremamente rudimentar", com o uso predominante de enxadas e catanas. Os agricultores familiares têm ainda sérias dificuldades em escoar a produção devido à falta de um sistema estruturado de comercialização dos produtos agro-pecuários, incluindo estradas adequadas que ligam as zonas de cultivos às estradas principais ou às sedes das aldeias e vilas.

Os agricultores familiares precisam de apoios especializados em assistência técnica, o que inclui o uso adequado dos solos, das sementes e dos fertilizantes, o combate a doenças e pragas, a prática de irrigação, etc. Para tal, o Executivo deveria providenciar a estruturação adequada do sistema de extensão rural, o que só será possível com investimento adequado na formação dos técnicos e no apetrechamento dos serviços a nível dos municípios e das comunas, e investir mais na investigação científica.

Desse modo, o potencial enorme representado pelo universo dos agricultores familiares poderia ser aumentado através de uma maior eficiência e do aumento da produtividade. Mas para tal são necessários recursos financeiros.

Ora, como se pode observar no gráfico, nos últimos dez anos o Governo tem vindo a alocar ao sector agrícola recursos insignificantes do OGE, tendo em conta a importância económica e social do sector. O mais grave, porém, é que dessas verbas apenas uma percentagem irrisória foi afectada à agricultura familiar, sendo a outra dirigida para projectos públicos megalómanos com muito pouca eficácia e eficiência. A proposta para o OGE de 2018 contempla uma verba de apenas 29 mil milhões Kz (cerca de 176 milhões USD), representando 0,3% do total de despesas! Como se pode desenvolver agricultura com tão pouco dinheiro? A título comparativo, a Guiné-Bissau aloca em média 7% do seu OGE para agricultura e o Malawi cerca de 15% (3).

Quando o senhor Presidente da República, João Lourenço, fez a abertura oficial da campanha agrícola 2017/2018, na Província do Huambo, deu um sinal que o actual Governo daria mais atenção ao sector, mas não é o que se verifica na proposta do OGE para 2018. Vamos esperar pelo OGE de 2019.

4.3 As (in) consistências da proposta de OGE 2018

Jornal Expansão
5 De Janeiro de 2018

A proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2018 deve reflectir, com verdade, a planificação financeira do Estado, ou seja, a receita que se espera arrecadar para que se possa realizar despesa pública.

É como quem diz, "diz-me que orçamento tens, que dir-te-ei como vais governar", começamos por olhar para as bases da proposta, os pressupostos, pois a qualidade do cabouco define resiliência de toda casa. Como ainda estamos em presença de uma proposta, esperamos que a presente análise contribua para um documento final mais robusto e realista e se evite que o documento aprovado pela Assembleia Nacional (AN) tenha pés de barro.

A receita fiscal e não fiscal do Estado define e/ou condiciona a despesa, pois o Estado gasta o que arrecada ou então se endivida para continuar a gastar. É aqui pensamos estar a primeira inconsistência na projecção da receita, em que se estima uma produção petrolífera média diária de 1.698.600 barris de petróleo, 25.000 mil barris acima da quota de produção "autorizada" pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), que é de 1.673.000 barris até Abril de 2018.

Angola é membro da OPEP e ratificou o acordo para o corte na produção que tem surtido efeitos - o preço do barril de referência para Angola já está acima dos 60 USD. Por isso, tudo indica que o País deverá manter ou diminuir a quota actual. Assim sendo poderemos estar em presença de uma sobrevalorização da receita, o que não deve acontecer.

Aumentando artificialmente a receita estar-se-á a erradamente a expandir a despesa, é como se, se estivesse a falsear a abrangência da capacidade de investimento do Estado, ou seja estar-se-á a dizer às famílias, empresas que o Estado vai fazer mais investimentos públicos quando não é verdade, criando uma expectativa ilusória de que obras serão feitas e problemas prementes serão resolvidos quando não serão.

Por outro lado, estar-se-á a passar a ideia errada sobre a dimensão do endividamento do Estado, pois se Estado pode sempre recorrer a endividamento para efectuar a despesa que a receita não cobre, então aumentando a despesa sem a respectiva receita. O Estado estará na verdade aumentar o défice

orçamental que é coberto com recurso a mais endividamento do que o apresentado.

O que pretendemos dizer é que com uma receita irreal aumentar-se-á o défice orçamental e, conseqüente mente, haverá mais endividamento em 2018. Este facto levará a um mais pesado serviço da dívida nos anos subsequentes, reduzindo a capacidade do Estado de fazer melhores investimentos públicos nos próximos exercícios.

A segunda inconsistência, é a omissão do stock da dívida, o que pensamos ser um sinal muito, mas muito errado ao mercado. Especialmente num período em que se pretende atrair investimento estrangeiro a todo custo, querer-se-á mostrar que somos uma economia resiliente (com redução da intervenção do Estado na economia) e que gera riqueza para remunerar os capitais investidos.

Escondendo o stock da dívida estar-se-á a deixar de dizer qual a parte da receita pública arrecadada, que não será aplicada na economia, não se estará a dizer qual a percentagem de despesa pública que ficará por fazer (com a receita pública) e conseqüentemente qual será o endividamento adicional em que o Estado terá de incorrer.

Mais uma vez estar-se-á a alargar o défice orçamental para 2018 e a comprometer o investimento público nos próximos exercícios e principalmente dir-se-á aos investidores estrangeiros e nacionais que terão menos investimentos públicos para reduzir os seus custos de contexto.

A terceira inconsistência é a omissão da taxa de câmbio de referência, aliás uma prática recorrente dos OGE. Mas, tal como nas edições anteriores, "fomos à caça" da taxa câmbio. Como o produto interno bruto (PIE) nominal petrolífero é de 5.016,52 mil milhões Kz, a produção petrolífera de 620 milhões de barris e o preço de 50 USD por barril, a taxa de câmbio omissa na proposta é de aproximadamente Kz 161,02 por USD, o que é estranho, porque é mais alta. Ou seja a taxa de câmbio do Kz implícito no OGE é mais forte do que a taxa actual quando no Programa Intercalar do executivo está a intenção de desvalorizar o Kz.

Uma taxa de câmbio irreal poderá potenciar dificuldades na execução do serviço da dívida governamental em moeda externa, caso a receita em moeda externa seja inferior à prevista e seja necessário recorrer à conta única do tesouro para garantir disponibilidades em moeda nacional para efeitos de aquisição de divisas.

Omitir deliberadamente a taxa de câmbio é extremamente negativo e mesmo suspeito, visto que ainda somos uma economia cronicamente importadora. Neste contexto, o mercado, as famílias e as empresas precisam saber quantos Kz o Estado prevê gastar para comprar cada dólar e importar bens de consumo e matéria-prima; As empresas, precisam fazer sua programação financeira, bem como os novos projectos de investimento precisam deste dado para que se aproximem da realidade e saiam do papel como mínimo de realismo.

A quarta inconsistência consiste na taxa de inflação, o documento faz uma previsão da taxa de inflação de 22,9% para o fecho do ano de 2017, inferior em 1,95 pontos percentuais (pp) relativamente à taxa de inflação acumulada até Novembro de 2017 cifrada em 24,85%, o que é mais um contra-senso.

A combinação dos erros e omissões nos pressupostos do OGE 2018 (taxa de câmbio, stock da dívida pública, e o rácio da dívida em percentagem do PIB e a sobrestimação da produção petrolífera), permite, por um lado, a sobrestimação do PIE nominal, o que poderá ocultar uma estagnação ou recessão económica. Mas, por outro, também permite a subvalorização do stock da dívida governamental. Este facto poderá encobrir o ciclo vicioso da dívida pública, levando o país a nível de endividamento governamental, superior àqueles considerados internacionalmente sustentáveis.

Há fortes razões para acreditar que a proposta do OGE 18 foi uma reprodução fiel das metas do programa do partido vencedor do último pleito eleitoral, correndo-se o risco de nos estarmos a afastar de forma substancial da realidade económica nacional. Até as previsões/metastas do OGE 2018 são as mesmas do Programa de Governo: taxa média de inflação inferior a dois dígitos, taxa média de crescimento do PIE não inferior a 3,1 % e a taxa de crescimento do PIB não petrolífero superior a 5%. Se estas são as variáveis objectivo, o PIE nominal, a taxa de câmbio, o stock da dívida pública, e o rácio da dívida em percentagem do PIB são as variáveis instrumentais.

Inquestionavelmente, torna-se inevitável uma análise mais profunda para compreender como variaram as rubricas de um ano para o outro, como estão espelhadas as promessas eleitoras do partido vencedor no que respeita ao investimento em sectores económicos. De acordo com a redução ou aumento das rubricas da despesa, ver-se-á qual a importância que este novo Governo atribui às várias dimensões da sociedade angolana.

Adicionalmente, fica também por apresentar a análise ao acréscimo ou decréscimo esperado das receitas, simbolizando ou mostrando os sectores em que o Estado menos pretende apostar mais ou menos. Tais decréscimos ou acréscimos nas receitas poderão ser encarados como falhas ou conquistas face aos orçamentos anteriores.

Para terminar, sendo a aprovação do OGE a principal actividade de controlo dos actos do executivo pela AN, acreditamos que a mesma solicitará ao Executivo as variáveis omissas na proposta de OGE 2018.

Esperamos que a presente análise seja entendida unicamente como um contributo para que se corrija o que, salvo argumento em contrário, não esteja bem estimado e para promover uma discussão mais profícua do documento, concorrendo, assim, para uma exitosa execução orçamental. Rui Malaquias e António Estote iniciam esta edição a coluna *Ipsis Verbis* Que terá periodicidade quinzenal

4.4 Aumentos de impostos sobre o trabalho, o consumo e as casas “castigam” famílias

Jornal Expansão

5 De Janeiro de 2018

Texto: Carlos Rosado de Carvalho

A ser aprovada tal como foi entregue na Assembleia Nacional a proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2018 poderá abrir a porta ao maior aumento de impostos s de que há memória em Angola, em particular sobre as famílias.

Naquilo que um fiscalista considerou em declarações ao *Expansão* poder vir a ser uma segunda reforma fiscal, o Presidente da República pediu à Assembleia Nacional "autorização legislativa para, em matéria de definição do sistema fiscal e criação de impostos, aprovar medidas de ajustamento pontual" a vários regimes fiscais do sistema tributário. As alterações previstas abrangem desde o código sobre o imposto sobre os rendimentos, até ao código do imposto industrial, passando pelo código do imposto sobre a aplicação de capitais código do imposto predial urbano e regulamento do imposto de consumo, entre outros.

Com as receitas petrolíferas sob pressão devido à baixa do preço do petróleo o Governo joga o tudo por tudo no aumento das receitas não petrolíferas subindo impostos e alargando a base tributária.

Começando pelos aumentos de impostos, os mais sacrificados deverão ser os trabalhadores por conta de outrem cujo salário líquido mensal deverá ser reduzido com a revisão dos impostos sobre os rendimentos do trabalho (IRT). O Governo pretende introduzir maior progressividade neste imposto directo, "o que faz antecipar um aumento do imposto para os contribuintes de rendimentos mais elevados e que hoje estão sujeitos a uma taxa máxima de 17%", alerta a KPMG numa análise às alterações fiscais em exclusivo para o Expansão.

Além do IRT, as famílias também deverão confrontar-se este ano com aumentos de impostos sobre o consumo de produtos ligados aos vícios, como bebidas alcoólicas jogos lotarias, mas também sobre os bilhetes de passagem dos transportes aéreos e marítimos, para percursos a realizar integralmente em território Angolano.

Os dividendos distribuídos pelas empresas e as mais-valias de investimentos bolsistas também não deverão escapar ao cerco fiscal. O mesmo sucede com a tributação sobre o património. A liquidação do imposto predial urbano passará a recair sobre o efectivo utilizador dos imóveis, independentemente da formalização do título de posse ou propriedade.

Os pequenos comerciantes, principalmente do sector agro-pecuário e pescas, também serão afectados já que os seus clientes com contabilidade organizada passarão a reter cativar parte do preço dos produtos que adquirem a esses pequenos comerciantes.

São estas e outras medidas que levaram o Governo a projectar uma subida de 39,9% para 1,7 biliões Kz da receita com os impostos não petrolíferos.

Em 2018, as contas públicas angolanas deverão registar um défice global de 724,8 mil milhões Kz, resultado da diferença entre receitas de Kz '4,4 biliões Kz, e despesas de Kz 5,1 biliões Kz.

Em dólares, considerando a actual taxa de câmbio, as receitas deverão ascender a 26,5 mil milhões USD e as despesas a 30,9 USD mil milhões, sendo o défice correspondente de 4,4 USD mil milhões.

Em percentagem do Produto Interno Bruto (PIE) o défice será de 3,0% da riqueza gerada.

Comparando a proposta do OGE 2018 com as estimativas de execução do OGE 2017, as receitas aumentam 35,4%, de 3,3 biliões Kz para os referidos 4,4 biliões Kz, enquanto os gastos públicos dão um pulo de 21,9%, de 4,2 biliões Kz para os referidos 5,1 biliões.

A votação na generalidade da proposta de OGE está prevista para 18 de Janeiro e a votação final global para 15 de Fevereiro. No dia 1 de Março o orçamento entra em vigor.

4.5 Ministério das Finanças promete pagar a dívida

Jornal de Angola
06 De Janeiro de 2018

O Ministério das Finanças declarou na quinta-feira, em nota de imprensa, que o pagamento do serviço da dívida interna e externa está reflectido na proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) 2018 e é suportado pelos actuais níveis de tesouraria do Estado.

Um dia antes, na apresentação do Programa de Estabilização Macroeconómica (PEM), o ministro das Finanças, Archer Mangureira, indicou que a dívida pública está situada em 12,2 triliões de Kwanzas, 67 por cento do PIB, com a dívida externa a representar 38,06 mil milhões de dólares norte-americanos.

Na nota, o Ministério das Finanças realça a necessidade da gestão da carteira da dívida pública com instrumentos de mercado como resgates antecipados no mercado interno e externo, a compra antecipada de dívidas de curto prazo, bem como a contratação para reembolsos de mais longo prazo.

Na conferência de imprensa de quarta-feira, o ministro de Estado do Desenvolvimento Económico e Social, Manuel Nunes Júnior, considerou que os défices orçamentais levaram a um aumento do endividamento.

A dívida pública, que representava menos de 30 por cento do PIB em 2013, ascendeu rapidamente para quase 60 por cento, em 2016.

O crescimento do endividamento interno do Estado elevou as taxas de juro internas, reduzindo o potencial do crescimento económico, principalmente o que poderia ser promovido pelo sector privado por via do crédito bancário.

4.6 Comunidade de Tchihepepe bloqueia acesso à água a fazendeiros

Jornal O PAÍS

6 De Janeiro de 2017

Texto: João Katombela,

Para impedir o acesso dos fazendeiros ao precioso líquido, com o qual os criadores de gado abeberam os seus rebanhos, os fiéis e também criadores tradicionais de gado na localidade usaram barreiras de pedras e árvores cortadas. Um dos protagonistas desta acção informou que o gesto serve para retaliar contra a "falta de respeito" cometida pelo Governo Provincial da Huíla que convocou um encontro entre os fazendeiros e os fiéis criadores de gado mas não compareceu.

Segundo apurou este jornal, o encontro teria sido convocado pela vice-governadora provincial para o Sector Político, Social e Económico, Maria João Tchiplavela, com o objectivo de auscultar as comunidades envolvidas na contenda que opõe o Governo Provincial aos fiéis de Tchihepepe. Sofia Mariana Luís, da Promoção da Mulher na Igreja Católica (PROMAICA), disse que a vice-governadora, convocou o encontro com a sua comunidade mas foi reunir-se com uma outra comunidade e em local diferente do combinado.

"No dia 27 de Dezembro do ano passado, ela nos disse que viria aqui para conversar com o povo da PROMAICA e no entanto não apareceu! Eles chegaram e, em vez de pararem aqui, segundo o prometido que o encontro seria aqui, passaram directo lá pelos lados da fazenda do governador, chamaram aquele povo do outro lado do rio, que é do Nguelengue, para falar sobre este problema da água", apontou.

Por outro lado, a também integrante das minorias dos Gambos, explicou que a auscultação sobre o assunto tinha de ser feita com os povos que são beneficiários da água de Tchihepepe, ao invés do que foi feito, daí o bloqueio da estrada.

"Por isso nós fizemos esta barreira na estrada, para que os fazendeiros não tirem mais água, se tiverem que tirar água têm que chamar primeiro aquele povo do Nguelengue para vir falar qual é o acordo que eles têm, ou então vão tirar no rio! Daqui não saímos enquanto os do Lubango não vierem", informou.

O descontentamento é extensivo também aos membros da PROMAICA, que se sentem desrespeitados pelo facto de terem esperado acima de

10 horas por um encontro que supostamente daria fim à contenda com o Governo Provincial.

Julieta Fernanda Mumbinda disse que por este facto vão continuar a bloquear o acesso à fonte de Santo António até que o Governo explique os reais objectivos do seu projecto.

"Dia 27 nos mandaram esperar aqui, das 8 até às 17 horas, que a vice-governadora precisava de conversar com a PROMAICA, mas não apareceu, foi reunir com os fazendeiros, foram instruir o povo do Nguelengue, juntaram-se na fazenda para dizerem - lhes que o povo do Tchihepepe aceitou este projecto que vai puxar águas para as fazendas! Já que não nos respeitam, fizemos essa barreira na estrada", assumiu.

A luta pelo acesso à água já dividiu o povo criador tradicional de Gado, sendo que uma ala apoia o projecto do Governo Provincial da Huíla, orçado em Kz 318.035.020,00 (trezentos e dezoitos milhões, trinta e cinco mil e vinte Kwanzas), para apoiar a transumância e abastecer as populações.

Um projecto que, segundo os criadores de gado, só vai beneficiar quatro grandes fazendas cujos proprietários fazem parte do Governo Provincial, com destaque para o governador provincial da Huíla, João Marcelino Tyipingue, e o director provincial da Energia e Águas, Abel João da Costa.

Questionado sobre uma possível briga que se poderá desencadear entre o mesmo povo dividido apenas pelo rio Caculuvar, Dionísio Tyemueta Cachululu disse que há uma divisão entre o povo, sendo que parte do mesmo já anda alinhado ao Governo Provincial e outra que não aceita o projecto.

"A equipa da vice-governadora não reuniu connosco, reuniu com um povo que não é daqui! Eles foram buscar o povo do outro lado do rio para que estes aceitassem o projecto! Nós somos todos povo dos Gambos, o que nos divide é o rio Caculuvar, nós estamos na comuna e outros estão na sede, próximo ao rio que tem água. Tinham que ouvir todos os principais beneficiários destes furos", defendeu.

Face ao risco eminente de uma rinha entre os povos dos Gambos, o pároco da Missão de Santo António, Padre Jacinto Pio Wacussanga, disse que qualquer situação adversa que resultar desta acção será da responsabilidade do Governo Provincial da Huíla. "É verdade que numa comunidade nem todos têm a mesma ideia, mas aqui não se trata de uma opção! O estar a favor ou contra não se trata de uma opção resultante do livre arbítrio que é inerente à vontade humana, não! Trata-se, de facto, do mau trabalho do director provincial das Águas, apoiado pelo

administrador municipal dos Gambos, que manipulam algumas pessoas para aceitarem o projecto e a outra comunidade venha a dar o braço a torcer para o projecto passar. Assim sendo, responsabilizo esses dois órgãos pelas eventuais consequências que daí advierem no futuro", ressaltou.

O sacerdote lembrou que a disputa pelas fontes de água e das zonas de pasto tem resultado em conflitos violentos, sobretudo em África. "Todos eles sabem dos choques violentos havidos entre pastores por causa dos poços de água, e isto é conhecido. Os Gambos têm uma memória fresca desses conflitos que têm os pontos de água como centro!

4.7 Receitas insuficientes para obras nas estradas

Jornal de Angola
2 De Janeiro de 2018

Pelo menos dez mil milhões de kwanzas foram empregues pelo Fundo Rodoviário, em 2017, na manutenção de dois 2.200 quilómetros de estradas nacionais e secundárias, embora o país tenha 30 mil quilómetros de vias asfaltadas e as necessidades ascendam a 90 mil milhões por ano.

A informação foi prestada sexta - feira pelo director de Estudos e Planeamento do Fundo Rodoviário, Nascimento Cassule, que sublinhou que 17 por cento do valor empregue, 1.700 milhões de kwanzas, tem origem nas receitas arrecadadas com a taxa de circulação de 2016.

Nascimento Cassule disse que a maior fatia, 83 por cento daquele valor ou 8,3 mil milhões de kwanzas, proveio de recursos do Estado alheios à taxa de circulação e, as obras de manutenção, visaram, também, estancar 45 ravinas.

Os 2.200 quilómetros abarcados pela manutenção representam apenas 15 por cento do total das estradas fundamentais (nacionais) que, nos últimos dez anos, passaram de cinco mil para 13 mil quilómetros, gerando compromissos de manutenção acrescidos a nível das 18 províncias do país, assinalou o responsável.

Nascimento Cassule apontou que a rede fundamental de estradas, que liga as províncias, registou um crescimento considerável, o mesmo que a secundária e terciária, que aumentaram de 26 mil para 56 mil quilómetros de estradas.

Em dez anos, prosseguiu o responsável, o Fundo Rodoviário teve um crescimento da rede de estradas de 200 por cento, mas, a arrecadação de receitas para

a manutenção atinge apenas 20 por cento das necessidades.

"Quanto maior for o número de infra-estruturas, maior será a necessidade de manutenção", notou Nascimento Cassule, acrescentando que "a taxa de circulação, por si só, não satisfaz as necessidades financeiras para a manutenção das estradas a nível do país".

A Administração Geral Tributária (AGT) declarou no lançamento da venda dos selos da taxa de circulação, na sexta-feira, que mais de 60 por cento dos automobilistas do país não pagou a taxa de circulação de 2016, alegando a degradação das vias para tomar de decisão de não contribuir.

Os dados avançados pela AGT indicam que, de uma previsão de arrecadação 4.426 milhões de kwanzas com a taxa de circulação de 2016, apenas 17 por cento da receita está ligada com a cobrança dessa contribuição.

4.8 Debate do OGE em directo nos órgãos de comunicação

Jornal O PAÍS
11 De Janeiro de 2018
Texto: Iracelma Kaliengue

No final da reunião dos líderes parlamentares, orientada pelo presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, auscultou os parlamentares em busca de subsídios para a elaboração da agenda de trabalhos para as plenárias dos dias 18 e 19 de Janeiro.

O segundo dia será marcado pela discussão de cinco pontos, entre os quais o deslocamento de deputados por solicitação do grupo parlamentar do MPLA, o empossamento do provedor e provedor de justiça adjunto, a tomada de posse de dois membros indicados pelo partido MPLA e a coligação CASA-CE para integrarem a Entidade Reguladora da Comunicação Social Angolana (ERCA).

Afirmou ainda que o regimento da Assembleia Nacional garante aos grupos parlamentares liberdade de proferir declarações políticas ao longo do decorrer da reunião.

Será também, no dia 19, discutido e colocado em votação internamente do projecto de resolução que aprova o regulamento de gestão de transportes da Assembleia Nacional. Em declarações à imprensa, os líderes parlamentares foram unânimes em discordar

da ausência da proposta de lei sobre o património apresentada pela UNITA.

Adalberto da Costa Júnior, líder da bancada parlamentar da UNITA, afirmou que "não se admite que numa altura em que se diz que há maior abertura política, transparência, e abertura para a discussão dos problemas da sociedade, o presidente da Assembleia Nacional negue a entrada da proposta da UNITA como ponto da agenda de trabalhos para as próximas plenárias quando faremos um exercício sobre o OGE".

Adalberto da Costa Júnior garante que a proposta tem condições para ir à discussão e votação no Parlamento.

Disse ainda que a UNITA não concorda com o modelo anunciado pelo Presidente da República em que quem roubou agora trás e não é penalizado. "Não pode ser assim", afirmou o deputado.

Já o presidente da bancada parlamentar do MPLA, Salomão Xirimimbi afirmou que para o MPLA, a discussão do OGE é urgente, e propõe a apreciação sobre a proposta de Lei do Património Não Declarado apresentado pela UNITA para uma outra ocasião.

4.9 Aprovação do OGE até 15 de Fevereiro

Jornal Economia e Finanças

12 De Janeiro de 2018

Texto: Isaque Lourenço

A proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2018 que o Executivo submeteu ao Parlamento em Novembro do ano passado deverá ser aprovada na generalidade em Fevereiro deste ano.

O deputado Vicente Pinto de Andrade, que é vice-presidente da Comissão de Economia & Finanças lembrou que dos deputados esperam-se contribuições que enriqueçam a proposta do Executivo mais do que um simples levantar de mãos.

Contrariando as suspeitas que têm sido lança das por deputados de partidos da oposição e economistas de várias sensibilidades, o também economista e docente universitário assegurou que o Presidente da República na sua mensagem ao parlamento disse esperar que a AN contribua para que no final se tenha um texto orçamental que responda às prioridades do país.

Para Vicente Pinto de Andrade, até à data de 15 de Fevereiro, em que está prevista a sessão na generalidade, as comissões de especialidade vão

continuar a receber propostas, ouvir classes profissionais e as demais forças interessadas.

A proposta de Orçamento Geral de Estado para o exercício fiscal de 2018 entregue nesta sexta-feira ao Parlamento para apreciação, discussão e aprovação pelos deputados, apresenta uma redução do défice das contas públicas de 2.9 por cento contra 5.3 do exercício de 2017.

As indicações dadas pelo Executivo, até aqui fazem crer que os encargos com a dívida possam ser mitigados, aliás, a redução do défice para 2.9 por cento, contra 5.3 do exercício de 2017, mostra que se está perante uma tendência decrescente.

O OGE/2018 apresenta como cenário um crescimento económico de 4.9 por cento. O mesmo comporta receitas de 9,6 triliões de Kwanzas, superiores aos 7,3 triliões do exercício de 2017 e 5,3 de 2016. Desde logo, está evidente a preocupação do Executivo com o bem-estar.

4.10 OGE desafiado a superar dúvidas dos empresários

Jornal Economia e Finanças

12 De Janeiro de 2018

Texto: Isaque Lourenço

Os economistas têm uma visão quase que consensual de que o Orçamento Geral do Estado (OGE) deste ano precisa de uma nova abordagem por, em muitos casos, definir prioridades pouco assertivas face ao momento do país.

Na terça-feira à noite, durante um debate promovido pela Televisão Pública de Angola (TPA), num dos seus estúdios em Luanda, o economista e deputado Vicente Pinto de Andrade, também ele vice-presidente da Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional, o economista Carlos Rosado de Carvalho, os empresários Carlos Cunha e Bartolomeu Dias e o presidente da Associação dos Criadores da Região Sul, Paulo Gaspar, avaliaram os 100 dias do Presidente João Lourenço e os cenários futuros, terminado o que entendem ser o período de graça.

Na perspectiva do OGE, viu-se, durante o debate, quase que a unanimidade de que o texto do orçamento que entrou no Parlamento deverá merecer muitas correções dos deputados, uma vez que a defesa e segurança (essencialmente as casas Militar e Civil do Presidente da República) continuam a levar a maior fatura do bolo, contra as prioritárias necessidades da educação, saúde e do sector económico.

Bartolomeu Dias disse que todo o cenário traçado pelo OGE 2018 deverá fazer com mais impostos sobrecarreguem os empresários, pois será esta a variável encontrada pelas Finanças para dar cobertura aos eventuais défices da balança de pagamentos.

"Os empresários são os que pagam os impostos. O aumento de impostos poderá significar mais dificuldade às empresas, pois muitas já estão a fechar, menos emprego e maior pressão social às famílias", disse.

Já Carlos Cunha acredita que os imputes dados desde a tomada de posse até ao momento servem para reanimar muitas áreas da economia. Com um levantamento preciso, Cunha disse que as 42 leis e 23 decretos, somados aos despachos, denotam "um presidente que não é preguiçoso (rsrsrs)".

Já Vicente Pinto de Andrade disse que o deixa tranquilo a onda de confiança nas pessoas, facto pouco observado nos últimos anos em Angola.

Segundo disse, a economia precisa desse ambiente de optimismo, pois a esperança que se vê nas pessoas servirá de impulsor ao crescimento económico nacional.

Carlos Rosado diz porém que quer ver mais do que simples optimismo e que o OGE defraudou as expectativas iniciais, uma vez que se esperava muito mais face ao que se prometeu. Por essa razão, apela mesmo aos deputados que tenham sentido patriótico em redefinirem as prioridades, "pois que saíram os aparatos militares presidenciais da rua, mas está uma alta fasquia orçamental ainda dirigida aos serviços".

Paulo Gaspar quer que os encontros com as classes empresariais sejam mais abrangentes e apontem soluções precisas. Contudo, também diz estar motivado pela nova presidência.

4.11 Parlamentares dão início às discussões do OGE 2018

Jornal de Angola
12 De Janeiro de 2018

A Assembleia Nacional discute e vota, na generalidade, no dia 18, a Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o exercício Económico de 2018, cuja sessão vai ter transmissão em directo.

O anúncio foi feito quarta-feira, em Luanda, pela porta-voz do Parlamento, Emília Carlota Dias, no final da reunião de líderes parlamentares, orientada pelo Presidente da Assembleia Nacional, Fernando

da Piedade Dias dos Santos. A questão das transmissões dos debates na Assembleia Nacional tem sido muito reclamada nos últimos anos pelos partidos da oposição, que consideram fundamental para o exercício da actividade parlamentar junto da sociedade.

No mesmo dia, as comissões de Economia e Finanças, dos Assuntos Constitucionais e Jurídicos e da Administração do Estado e Poder Local deram parecer favorável para apreciação e votação na generalidade da proposta do OGE 2018.

A proposta estima receitas de KZ 9.685.550.810.785,00 (nove triliões, seiscentos e oitenta e cinco bilhões, quinhentos e cinquenta milhões, oitocentos e dez mil, setecentos e oitenta e cinco Kwanzas) e fixa despesas em igual montante.

Para garantir a estabilidade macroeconómica na presente conjuntura, o Executivo elaborou a proposta do OGE 2018, tendo como suporte a taxa de crescimento real do PIE global de 4,9%, preço médio do barril do petróleo bruto de USD 50,00, produção petrolífera anual de 620 milhões de barris, taxa de inflação de 28,7 % e défice fiscal de 2,9 % do PIE.

Na reunião dos líderes parlamentares, que contou também com a participação dos deputados Lucas Ngonda (FNLA) e Benedito Daniel (PRS), na condição de convidados, o grupo parlamentar da UNITA viu rejeitada a inclusão, na agenda da plenária do dia 18, de uma proposta sobre o repatriamento de capitais que entrou no Parlamento com carácter de urgência.

Adalberto da Costa, presidente do grupo parlamentar da UNITA, manifestou-se indignado com a rejeição da proposta, que considera fundamental para facilitar aspectos de financiamento do OGE e regular desvios ao património e às finanças públicas. "É uma decisão muito negativa porque também contraria a prática. Nesta casa é comum dizer-se que a prática faz a lei. Temos recebido imensas iniciativas sobre processo de urgência vinda da Presidência da República e mesmo chegando na véspera das plenárias, são agendadas", lamentou.

De acordo com o parlamentar, o projecto de lei sobre o Regime Especial de Regulação Patrimonial traz oportunidade de se pôr ordem aos roubos ao património, ou seja, uma regulação não apenas para aquele (riqueza) que foi levada para fora do país, mas também para a desviada dentro do país. "Ao não aceitar agendar a proposta, contrariando a prática e o regimento, estamos a dar um indicador de que, provavelmente, a actual gestão política do país não

está assim tão aberta a acelerar a busca de soluções", venceu o líder do grupo parlamentar da UNITA.

O parlamentar adiantou que o Presidente da República tem falado muito sobre o repatriamento de capitais, mas o MPLA não tomou nenhuma iniciativa trazida ao Parlamento para regular esta matéria.

André Mendes de Carvalho, da CASA-CE, e os deputados Lucas Ngonda (FNLA) e Benedito Daniel (PRS) lamentaram também a rejeição da referida proposta.

Sobre o assunto, o presidente do grupo parlamentar do MPLA, Saio mão Xirimambi, disse que sendo um momento especial de discussão do OGE, a proposta da UNITA sobre o repatriamento de capitais pode ser discutida depois da apreciação do Orçamento Geral do Estado.

Provedor de Justiça

O novo provedor de Justiça e sua adjunta, Carlos Alberto Ferreira Pinto e Antónia Flor Bela Rocha, tomam posse durante a 5ª reunião plenária ordinária, agendada para o dia 19 deste mês, informou a porta-voz do Parlamento, Emília Carlota Dias.

O Provedor de Justiça e o seu adjunto são eleitos pela Assembleia Nacional, por deliberação da maioria absoluta dos deputados em efectividade de funções. Tomam posse perante o hemiciclo para um mandato de cinco anos, renováveis apenas uma vez.

A plenária do dia 19 reserva ainda a tomada de posse de dois membros do Conselho Directivo da Entidade Reguladora da Comunicação Social Angolana (ERCA) indicados pelo MPLA e pela coligação CASA-CE, para além da votação final global do Projecto de Alteração à Lei Orgânica da ERCA.

No capítulo das questões internas, os parlamentares vão discutir e votar, na mesma sessão, o projecto de resolução que aprova o Regulamento de Gestão de Transportes da Assembleia Nacional.

A propósito, André Mendes de Carvalho, da CASA-CE, disse que, não havendo muitas verbas, deve-se enveredar por uma viatura que tenha dignidade para se apresentar como protocolar e ao mesmo tempo permitir ao deputado realizar as suas actividades com regularidade.

Dignidade aos jornalistas André Mendes de Carvalho, da CASA-CE, manifestou-se indignado com o facto de o Parlamento continuar a confinar os profissionais da comunicação social a uma sala durante a cobertura de debates parlamentares.

O parlamentar defende que os jornalistas devem ter acesso ao plenário para realizarem as suas actividades. "Quando confinados naquela sala, têm que se cingir às imagens que o Parlamento canaliza para lá e isso não é recomendável", disse o deputado, que aflorou o assunto na conferência de líderes.

Adalberto da Costa Júnior é da mesma opinião: "Não somos favoráveis a confinar jornalistas numa sala, na medida em que no passado já houve urna ocorrência da plenária que não foi vista pelos jornalistas. Auguramos que o relacionamento entre o Parlamento e a classe jornalista melhore", disse.

4.12 OGE aprovado na generalidade e em 5 anos é o 1º sem voto contra

Novo Jornal

19 De Janeiro de 2018

Texto: Borralho Ndomba

O Orçamento Geral do Estado para o exercício económico de 2018 foi nesta quinta-feira, 18, aprovado na generalidade com 144 votos a favor, nenhum contra e 56 abstenções, contrariando a tendência dos últimos cinco anos, em que este instrumento contou sempre com os votos contra dos partidos da oposição.

A sessão plenária que aprovou o documento, e contou com a presença do Titular do Poder Executivo, João Lourenço, foi transmitida em directo pela Televisão Pública de Angola e pela Rádio Nacional de Angola, tendo igualmente contado já com a presença dos jornalistas nas galerias, tal como foi avançado pelo Sindicato dos Jornalistas Angolanos.

Na ocasião, o Presidente João Lourenço, que dirigiu uma mensagem sobre a apresentação do OGE para 2018, considerou que a proposta de orçamento submetida ao Parlamento é "a melhor" e "a mais realista, tendo em conta a situação financeira e económica que país vive".

Apesar disso, continuou João Lourenço, "a previsão de receitas será um importante instrumento para acelerar o processo de desenvolvimento do nosso país garantindo um futuro próspero para todos os angolanos".

O Presidente angolano voltou, na ocasião, a tocar na tónica do repatriamento de capitais, dizendo que o Executivo está a trabalhar na proposta de lei que vai definir as formas e procedimentos de o fazer em segurança.

"Não é vergonha assumir que se tem fortuna lá fora. Vergonha é continuar a esconder algo que pode contribuir para minimizar o sofrimento de milhares de compatriotas nossos", disse o PR angolano.

O Titular do Poder Executivo esclareceu igualmente a polémica à volta da fatia destinada aos sectores da Defesa e Segurando Estado. Segundo João Lourenço, os gastos nestes sectores são, na sua maioria, para pagar salários e pensões ao pessoal no activo e na condição de reforma.

"Dispensar esse pessoal da folha de pagamentos destes sectores implica que o sector produtivo privado da economia tenha a capacidade de absorvê-lo, sob pena de se agravar ainda mais a já preocupada situação do desemprego", sublinhou.

Tudo não passa de propaganda

Em reacção ao documento orçamental, a CASA-CE acusou o MPLA de, em 42 anos de governação, "não ter apresentado ao país um projecto económico estratégico coerente, articulado e exequível". Para aquela formação política, "tudo não passa de propaganda".

O OGE para 2018 recebeu, assim, nota negativa da coligação partidária, que o considerou uma "desilusão". Entretanto, a CASA-CE espera que "as correcções que vão ser sugeridas na discussão na especialidade sejam acolhidas e introduzidas no orçamento, acabando com as práticas do passado".

4.13 Proposta de Orçamento Geral do Estado 2018 aprovada na generalidade

Jornal Expansão

19 De Janeiro de 2018

Texto: Quingila Hebo e Hermenegildo

Tchípilica

A Assembleia Nacional aprovou quinta-feira, na generalidade, a proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2018, com despesas e receitas de 9.658 biliões Kz, com abstenção da oposição.

A proposta de Lei do OGE 2018 foi aprovada com 144 votos a favor, do MPLA, nenhum contra e 56 abstenções dos deputados da UNITA, CASA-CE, PRS e FNLA.

A Proposta do OGE 2018 comporta receitas e despesas na ordem dos 9.65 biliões Kz. A decomposição do montante estipula 4.4 biliões Kz de receitas fiscais e despesas fiscais de 5.1 biliões Kz,

traduzindo-se num défice de 697.4 mil milhões Kz, ou seja, equivalente a 2.9% do PIE. Segundo o ministro de Estado do Desenvolvimento Económico e Social, Manuel Nunes Júnior, "ao diminuir o défice teremos menos necessidades de endividamento e por esta razão a procura por parte do Estado de fundos emprestáveis vai diminuir. o que implicará, por sua vez, uma diminuição das taxas de juros que hoje são relativamente altas".

Na sua comunicação aos deputados, o Presidente da República, João Lourenço, anunciou que o seu Governo vai, durante este ano, continuar o programa de "redução dos subsídios" do Estado, com "destaque" para os sectores da energia eléctrica e distribuição de água, mas também nos transportes rodoviários, ferroviários e marítimos, anunciando uma "revisão das tarifas" que salvguarde as classes mais baixas, que também deverão beneficiar da baixa nos preços de produtos essenciais.

João Lourenço disse ainda que o país se "encontra em situação económica e financeira desafiante", devido à "grande dependência" das vendas de crude ao exterior.

Embora o preço do petróleo tenha estado a apresentar melhorias nos últimos tempos, oscilando entre os 67 e os 69 USD, a proposta do OGE 2018 foi elaborado com o preço de referência de 50 USD por barril.

O chefe de Estado alertou também durante a sua intervenção na Assembleia Nacional que "não é vergonha nenhuma que cidadãos nacionais assumam ter fortunas no exterior", desde que sejam repatriadas e encorajou os que têm avultados recursos no exterior "a trazê-los de volta para financiar projectos que, com certeza, tratarão emprego e maior oferta de bens e de serviços", desafiou João Lourenço.

4.14 Um orçamento coerente e consistente

Jornal de Angola

20 De Janeiro de 2018

Na quinta-feira foi aprovada na generalidade a proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE), o mais importante documento de execução da política económica e financeira do Executivo para o ano civil que decorre até finais de 2018. Tão aguardado e, atendendo a natureza política e institucional novas traduzidos na entrada em funções do novo Executivo saído das eleições de 23 de Agosto de 2017, a aprovação do documento com larga maioria

demonstra o sentido de compromisso da parte dos legisladores.

Na verdade, a discussão e aprovação do OGE, a cada ano legislativo, por parte da Assembleia Nacional, constitui das atribuições mais relevantes dos nossos legisladores enquanto representantes do povo e fiscalizadores da execução de um documento virado para o povo.

O diploma, depois de discutido e aprovado, representa igualmente o ponto de partida para a materialização das promessas eleitorais feitas pelo partido no poder e pelo Presidente da República, João Lourenço, na altura como cabeça de lista.

Como alertou o Chefe de Estado, o actual quadro económico e financeiro do país é desafiante, independentemente da aparente estabilidade dos preços da principal "commodity" que serve como valor de referência para a elaboração do OGE, no mercado internacional.

Foi oportuna e esclarecedora a presença do Presidente João Lourenço, na sala do plenário da Assembleia Nacional, sobretudo quando apelou a uma actuação com honestidade e probidade para melhor se fazer a defesa do bem comum e do interesse nacional. Dizia um pensador, e com razão, que mal fadada é a nação cujos filhos pensam todos da mesma maneira, razão pela qual não podíamos esperar que ao nível do Parlamento houvesse convergência plena entre os deputados.

É normal que a oposição tenha alimentado expectativas que se não tenham efectivado na proposta apresentada na Assembleia Nacional, cabendo a ela o papel reservado para a fiscalização do processo de execução.

Para lá das posições, nem sempre convergentes de alguns partidos da oposição, facto normal e esperado numa democracia, o fundamental é que o processo de execução do OGE, ao longo de todo o ano civil, se ajuste às previsões de despesas e receitas do Estado.

A execução do OGE é, seguida à fase de discussão e aprovação das propostas, o período mais importante na medida em que se factores como rigor, eficiência e disciplina acompanharem os processos de obtenção das receitas e despesas, melhor servidos estaremos todos.

Parece haver razões para estarmos descansados, no que aos processos de execução orçamental diz respeito, a julgar pelo anúncio do Ministério das Finanças sobre a criação em breve da figura do controlador orçamental. Inovador e nobre nos seus propósitos, essa figura vai, ao lado de outras

entidades fiscalizadoras do erário público, passar a "puxar as orelhas" aos gestores que praticarem desvios de recursos.

Esperemos que, com este OGE, muito circunscrito à realidade social e económica actual, o Executivo do Presidente João Lourenço seja bem-sucedido no que de fundamental as populações esperam, nomeadamente a recuperação do poder de compra, maior oferta de bens e serviços, reposição da capacidade produtiva das empresas e crescimento económico sustentado.

Auguramos igualmente que o Estado se endivide menos como uma das formas para reduzir o défice fiscal e, por isso, pressionar menos as taxas de juro, e que programas de combate à pobreza com a atribuição de verbas autónomas aos municípios sejam uma realidade neste ano civil. Portanto, há para execução um orçamento coerente e consistente.

4.15 Sentido inverso na abordagem sobre o OGE 2018

Jornal O PAÍS

24 De Janeiro de 2018

Com a aprovação na generalidade do OGE 2018, cumprimento formal necessário para a abertura das discussões detalhadas nas comissões de especialidade, um novo debate abriu-se no seio da sociedade.

Cada um a seu nível e à sua maneira, inspirado nos seus desalentos e compromisso com a pátria, vai questionando, de forma crítica, sobre quais os critérios de identificação e planificação das prioridades.

Temas como "qual a percentagem ideal para o sector social" "qualidade da despesa pública", "consolidação orçamental", "auditoria da dívida pública", ou ainda, "reestruturação da dívida pública", são colocados por cima da mesa para discussão.

Por um lado, pelo entendimento que se tem da quantidade de recursos desviados nos exercícios orçamentais passados, com repercussões graves para a vida das famílias angolanas;

Por outro lado, pela urgência em remeter-se o país a uma mudança estrutural que de facto, se espelhe na melhoria dos indicadores de bem-estar das famílias.

Ao analisar com alguma profundidade, os critérios formais de elaboração do Orçamento do Estado dos últimos anos, encontramos evidências que demonstram que existe uma constante priorização

para a Segurança Nacional em detrimento da melhoria social e económica.

Em contrapartida, quando avaliados os efeitos de tal direccionamento estético percentual das rubricas orçamentais, chegamos à conclusão de que a pobreza aumenta cada vez mais, remetendo uma grande maioria dos cidadãos a uma vida de quase indigência.

Tal desiderato, permite-nos afirmar que existe um sentido inverso na abordagem do OGE, ou seja, a questão da métrica na distribuição percentual dos recursos no OGE, revela-se num "cliché", enquanto se mantiver o fosso entre a "despesa orçamentada" e a "despesa efectivamente executada"

Mais do que a abordagem sobre a perspectiva da distribuição orçamental, o país precisa de trazer para debate, a verdadeira capacidade governativa do ponto de vista da execução efectivado OGE.

Apesar da não aprovação da Conta do Estado, a nossa percepção, por via dos números que são divulgados, revela que os índices de execução andam muito abaixo da média, sendo que não importa o valor cabimentado, se persistirem os desvios orçamentais e a incapacidade dos gestores públicos em materializarem as agendas aprovadas.

À partida, apesar da limitação de recursos disponíveis em paradoxo com a crescente lista de necessidades, cada uma com o seu grau de prioridade, o processo de elaboração, aprovação e execução do OGE deve sempre incluir a solução dos problemas dos cidadãos.

Nestes termos, o OGE deverá sempre trazer como desafio:

-A sustentável melhoria do bem-estar das famílias pela via da melhor distribuição dos recursos disponíveis;

-A garantia da estabilidade macroeconómica e o estímulo da produção nacional;

-Acima de tudo, critérios de Justiça Social e promoção dos Direitos Humanos.

O adiar deste conjunto de atitudes, pondo em causa pressupostos, considerados de progresso em termos de disciplina fiscal, perpetuará no país a vulnerabilidade social, já que os intentos da Estratégia de Desenvolvimento estariam mais longe de serem atingidos.

O equilíbrio fiscal representa a necessidade que o Estado tem de definir linhas de actuação e permitir aos empreendedores desenvolverem-nas, trabalharem

e criarem prosperidade. Se isso for possível, teremos o mercado angolano ideal.

A verdade é que, qualquer estudo empírico na área da economia e finanças públicas aconselha que tal situação não será possível se os Investimentos Públicos no Capital físico e social, continuarem a ser factores de 2º plano.

A criação de um Ambiente Fiscal eficiente, voltado para a garantia da competitividade do mercado e a definição clara dos limites da actuação do sector corporativo do estado, será uma vantagem a ser considerada, se e somente existir-se uma plataforma funcional de suporte à economia nacional.

A nosso ver, "a promoção da excelência, da qualidade, da inovação, do empreendedorismo, do aumento da produtividade, da eficiência no desempenho dos cidadãos e das instituições", pode estar comprometida com a fraca eficiência orçamental.

Que o Perfil do novo Executivo transmita a confiança de que teremos um futuro próximo mais saudável e feliz. Um Executivo orientado para a busca de soluções diversificadas para resolução dos mais variados problemas que nos afligem e que injecte, de forma sequenciada e paulatina, transformações consideráveis na vida das famílias angolanas.

Desta feita, o País agradece... e nós merecemos!

4.16 “OGE 2018 empobrece ainda mais os angolanos”

Jornal O PAÍS

25 De Janeiro de 2018

Texto: Rila Berta

Após ter sido aprovada na generalidade, a proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2018 está em debate na especialidade. Sobre o assunto, Manuel Fernandes afirmou ao OPAÍS tratar-se de um instrumento que visa empobrecer ainda mais os angolanos, porquanto, referiu, não vai permitir a realização de concursos públicos, nem o pagamento de salários justos aos angolanos devido à depreciação do Kwanza. "Já se viu que o ambiente económico no país não permite o aumento de salários", frisou.

Argumentou tratar-se de um Orçamento que vai manter as assimetrias regionais e não permitirá o desenvolvimento das zonas mais recônditas, apesar do que já se fez na região litoral. "É um Orçamento que continua com os vícios do passado, do ponto de

vista do desperísimo, da duplicação das despesas, ou seja, é um orçamento ainda gorduroso e que está recheado de desperdícios históricos", afirmou.

A CASA-CE prepara o balanço das acções realizadas no último quinquénio. De acordo com Manuel Fernandes, vice-presidente da coligação, o relatório deverá estar concluído até ao fim do primeiro trimestre e deverá servir de base para melhor o desempenho nos próximos cinco anos.

Entretanto, referiu que durante o ano político a materialização das eleições autárquicas será o "cavalo de batalha" da organização. "Queremos que, o mais tardar, até 2020 consigamos efectivar as autarquias no país", referiu.

A votação final global da proposta está prevista para 15 de Fevereiro, conforme previsto na legislação, dada a realização de eleições gerais em Agosto de 2017.

Lexus não é considerado luxo Na última Segunda-feira, um grupo de estudantes realizou uma marcha de protesto por não conseguir acesso ao ensino médio. Durante o percurso, os estudantes pararam defronte a Assembleia Nacional, onde reclamaram das dificuldades a nível do ensino escolar que se vive no país.

Ao respeito, o deputado Manuel Fernandes criticou a atitude dos jovens, pois, afirmou, a Assembleia Nacional não é órgão executor das políticas de desenvolvimento do país, apesar de os deputados serem os representantes do povo. "É um contrasenso, talvez, do meu ponto de vista, planificar uma manifestação contra a não entrada de mais estudantes, porque isto obedece à estratégia do partido governante", disse.

Para o deputado da CASA-CE, os estudantes deveriam fazer a manifestação na sede do partido do Governo.

Questionado sobre as regalias que serão atribuídas aos deputados, nomeadamente o ajuste salarial e a atribuição de viaturas Lexus, Manuel Fernandes mostrou-se surpreso e disse não compreender por que razão "se entende que o deputado deveria andar a pé".

Sobre o modelo de "luxo" da viatura à ser atribuída aos representantes do povo na Casa das Leis, respondeu ser um problema que não diz respeito à globalidade dos deputados, porque "quem cria as condições para os deputados funcionarem é a direcção da AN e ela (direcção), olhando para o estatuto das entidades políticas entendeu criar as condições na base deste instrumento político tal é a

questão dos Tribunais e do Executivo. Não sei por que seria diferente na AN".

Disse que a opinião da CASA-CE a esse respeito é pública "nós defendíamos viaturas que permitissem um deputado viajar por todo o território nacional, com jeeps que poderiam ser viaturas V8".

No que se refere ao ajuste salarial, justificou tratar-se de uma medida implementada com base num Decreto Presidencial do ano passado, em que se previa o aumento salarial da função pública na ordem de 3% a 9% do salário base. "É neste exercício que a AN entendeu fazer apenas na presente legislatura.

O deputado reconheceu que o país está empobrecido e que é necessário tomar medidas de austeridade. Legitimou a necessidade de se impor austeridade na gestão política do país. Todavia, garantiu que a austeridade, a nível da AN, está feita. "Por exemplo, os deputados já não viajam na primeira classe, como no passado. Há uma restrição grande nas consultas médicas".

Justificações à parte, o facto é que este ano mais de 500 mil crianças de diferentes níveis do ensino geral não poderão estudar, conforme noticiou há dois dias OPAÍS, com base em dados fornecidos pelos directores provinciais da Educação.

Nos últimos dias tem-se registado uma onda de contestações, sobretudo nas redes sociais, por parte dos cidadãos de vários segmentos da sociedade angolana, à respeito das regalias que têm sido atribuídas aos deputados e não só, numa altura em que o país atravessa uma crise económica e financeira, com os sectores da Educação e Saúde a atravessarem problemas graves, como a falta de quadros e de material de trabalho.

4.17 70 Por cento do orçamento para defesa gastos em salários

Jornal Economia & Finanças

26 De Janeiro de 2018

Texto: Isaque Lourenço

Os salários e outras regalias dos organismos de defesa e segurança vão ficar com 70 por cento do bolo geral (estimado em 14 por cento), que o Orçamento Geral de Estado (OGE/2018) prevê destinar para este sector.

Tratando-se até da maior fatia (no caso os 21,14 por cento do OGE para defesa e segurança), que é alocada para um sector específico, vozes especializadas e bastante entendidas em matéria

económica discordam e opinam para que num médio e longo prazo seja ultrapassado tal cenário.

Durante o Fórum TPA da última terça-feira (23) à noite, sob condução do director-geral da estação televisiva, Paulo Julião, quatro convidados deixaram de forma clara a sua visão sobre o OGE e as contribuições necessárias de serem colhidas, tendo em conta o ajustamento à realidade nacional que se impõe ao documento.

Laurinda Hoygaard

A economista e professora universitária Laurinda Hoygaard entende que o OGE estabelece acções que fazem acreditar que se está preparado para alavancar-se os orçamentos futuros. Contudo, diz estar em falta na fundamentação o balanço (relatório de execução) do orçamento de 2017, pois "sem o relatório do ano passado, toda a fundamentação para este ano está à partida viciada".

José Severino

Já o presidente da Associação Industrial de Angola (AIA), José Severino, que também reconhece debilidades na proposta actual face a ausência do relatório passado, entende, contudo, que dar menos dinheiro à educação e à saúde é prolongar o sofrimento.

Para ele, pode-se retirar um por cento (1%) em cada rubrica para que se reforcem as verbas destinadas àqueles dois sectores.

Severino lembra ainda que dos 9,86 triliões de Kwanzas que o OGE previu como receitas e despesas para este ano, a educação leva 524 mil milhões e a saúde 351,8 mil milhões de Kwanzas, respectivamente. Números, que juntos, ainda ficam bem longe dos 975,2 mil milhões de Kwanzas que estão destinados para a defesa e segurança.

Sérgio Calundungo

O coordenador do Observatório Político e Social de Angola (OPSA), Sérgio Calundungo, entende ser necessário que se tenha a informação dos orçamentos anteriores, para uma melhor avaliação e prestação de contas sobre o desempenho dos sectores.

Rui Malaquias

Por seu lado, Rui Malaquias, economista, docente universitário e consultor, diz concordar com os apelos de que os sacrifícios sejam espalhados pelas aldeias. Todavia, não entende porque a defesa e segurança fiquem com um bolo 12 vezes que todos os outros e que ainda existam empresas com lucros

entre os 100 e 150 por cento. Também acha que no apertar do cinto, é importante que todos usem os cintos, pois ao que lhe parece há aqueles que estão é a usar suspensórios.

4.18 Continua a 'batota' do peso do sector social no OGE

Jornal Expansão

26 De Janeiro de 2018

Texto: Carlos Rosado de Carvalho

Afinal, quanto pesam as despesas sociais no Orçamento Geral do Estado (OGE) 2018? A pergunta não é retórica. Existem pelo menos três pesos que variam em função da metodologia utilizada.

Calcular o peso das despesas sociais no OGE é uma operação aritmética simples: dividem-se as despesas sociais pelas despesas totais e já está. A maka está no perímetro das despesas totais.

O Governo diz que as despesas sociais pesam 42,4% no OGE 2018. Chega a essa percentagem excluindo as operações da dívida pública - juros mais amortizações - das despesas totais.

De acordo com a metodologia do Fundo Monetário Internacional, que exclui as amortizações da dívida pública, mas inclui os juros, o peso dos gastos sociais no OGE 2018 cai para 35%.

Já pelo critério da UNICEF, o peso das despesas sociais no OGE não ultrapassa os 20,2%. Isto porque a organização inclui a totalidade das operações da dívida pública nos eus cálculos.

Sem surpresa, a metodologia do Governo é a que chega a um maior peso das despesas sociais no OGE. Não é por acaso. Todos os governos em todo o mundo querem inflacionar as despesas sociais para saírem bem na fotografia juntos dos eleitores.

Até ao orçamento de 2015 o Governo utilizou a metodologia da UNICEF. A alteração feita no consulado do então ministro das Finanças, Armando Manuel, não foi inocente. Por duas razões.

Em primeiro lugar, em 2014, o peso das despesas sociais no OGE reduziu para 29,9%, situando-se pela primeira vez abaixo dos 30%; limite mínimo imposto pelo FMI aquando do empréstimo de ajuda à balança de pagamentos de Angola celebrado em 2009.

Em segundo lugar, caso se mantivesse a tendência de subida do serviço da dívida pública de anos anteriores

rapidamente as despesas sociais deixariam de ser a rubrica com mais peso no OGE.

Ambas as situações seriam más para a propaganda do Governo. Ao excluir as operações da dívida pública, o Governo não só impediu que o peso das despesas sociais descesse abaixo dos 30% - pelo contrário, aumentou para a casa dos 40% como conseguiu continuar a apresentar as despesas sociais como as maiores do OGE.

Mas tudo não passa de pura ilusão. O aumento do serviço da dívida pública está a deixar cada vez menos espaço para as despesas sociais. A solução é controlar a dívida pública e não maquilhar as contas.

4.19 Orçamento aberto

Novo Jornal

26 De Janeiro de 2018

Texto: Sérgio Calundungo

Os nossos representantes na Assembleia Nacional organizaram uma sessão de auscultação cujo objectivo foi o de ouvir as opiniões e recomendações dos parceiros sociais acerca de um documento que terá repercussões na vida de todos nós: o Orçamento Geral do Estado (OGE) para o ano de 2018. Trata-se de um salutar exercício de auscultação dos parceiros sociais que deve merecer algumas preocupações.

A primeira prende-se com a ausência de uma reflexão mais abrangente acerca do Ciclo Orçamental, tendo como foco três importantes pilares: a transparência orçamental; as oportunidades de participação pública no processo orçamental; e o desempenho de duas instituições formais de fiscalização, nomeadamente poder legislativo e o judicial.

A segunda preocupação prende-se com a eficácia real deste tipo de exercícios.

Em que medida as contribuições feitas pelos vários parceiros sociais serão incorporadas numa eventual alteração da proposta de OGE para 2018? Sabemos que alterações da proposta do Executivo dependem, em larga medida, do poder real que os nossos representantes têm para propor ao Executivo as mudanças que se impõem.

A terceira preocupação prende-se com uma das principais fraquezas do processo orçamental em Angola: a ausência de informação suficiente que permite averiguar a pertinência dos critérios utilizados na definição das despesas para os diferentes sectores, programas e localidades.

Temos casos em que, mais do que reclamar aumento das verbas, seria necessário, em primeira instância, saber se as entidades responsáveis pela sua execução têm capacidade de absorção. Esta ausência de informação dificulta-nos, até certo ponto, e não permite perceber se a prossecução das metas propostas no programa do Executivo está devidamente orçamentada. Por exemplo, no caso dos esforços para mitigar o impacto das alterações climáticas que se fazem sentir em algumas regiões do sul de Angola, não existe informação suficiente sobre a situação que ocorre actualmente na zona, o que limita a capacidade de verificar se os fundos atribuídos para o apoio às políticas agrícolas, pecuárias, de combate à pobreza ou ambientais na região são os mais adequados.

Exemplos como estes são muitos, e considero que os nossos representantes na Assembleia Nacional, tal como os demais cidadãos, deveriam ter tido acesso aos Relatórios periódicos de execução e de auditoria do OGE dos anos anteriores e outros documentos necessários, para melhor aferirem as reais possibilidades de sucesso de muitas das iniciativas propostas para o OGE de 2018. Para tirarmos partido das oportunidades criadas para a sociedade civil e os cidadãos expressarem a sua opinião sobre as decisões orçamentais, bem como fiscalizar o orçamento e assegurar um forte escrutínio independente pelo poder legislativo e pelas instituições públicas de controlo, é imperioso que se disponibilize muito mais informação orçamental.

A quarta preocupação deriva da importância da transparência, da participação e da fiscalização orçamentais por diversas vezes realçadas nos discursos. De facto, de há algum tempo a esta parte, nota-se, ainda que timidamente, um aumento no número e na intensidade de vozes que ao nível nacional e internacional apelam no sentido de se alterarem algumas atitudes, comportamentos e práticas em relação à gestão da coisa pública. Em termos práticos, isto deveria significar também a adopção de sistemas e práticas que conduzissem a um processo orçamental mais "aberto" e transparente.

A metodologia usada nos últimos anos para a elaboração do OGE mostrou-nos que muitos dos problemas que afectam directamente a vida das populações nos municípios e comunas foram relegados para segundo ou terceiro planos. É o caso, por exemplo, das estradas terciárias, de que muito se falou e pouco ou nada se fez, apesar da extrema importância que estas vias representam no combate à pobreza, uma das prioridades nos vários programas do Executivo. Deste modo, se quisermos ter

Orçamentos que reflectam as prioridades das políticas económicas e sociais do Executivo, é necessário que se altere o processo e a metodologia de elaboração do OGE. De outra forma, continuaremos a "falhar o alvo".

4.20 Orçamento Geral do Estado 2018 não aborda como deveria a desigualdade

Jornal Expansão

26 De Janeiro de 2018

A desigualdade é uma das grandes preocupações mundiais, tal tem sido a velocidade com que se agrava e aprofunda, deixando enormes faixas da população mundial em situação de pobreza, miséria e exclusão social. Existe um relevante grupo de economistas que se tem dedicado ao estudo da desigualdade no mundo e à identificação dos factores que mais relevantemente podem estar na sua origem. São identificadas (enumero sem comentários adicionais, que deverão aparecer nos próximos estudos do CEIC sobre esta importante matéria): globalização, evolução tecnológica, crescimento dos serviços financeiros, alteração das normas salariais (atenção ao conteúdo da mais recente Lei do Trabalho em Angola), papel reduzido dos sindicatos e fraqueza das políticas de redistribuição fiscal dos governos (um mal de que a nossa política orçamental padece).

Dentre os autores que mais recentemente se têm dedicado a este tema destacam-se Thomas Piketty (o Capital no século XXI), Joseph Stiglitz (The Price of Inequality), Antony Atkinson (Desigualdade - O que Fazer), Fundo Monetário Internacional (Fiscal Policy and Income Distribution).

As desigualdades são tremendas em Angola (1) - pessoalmente não acredito que a mesma se expresse por um índice de Gini de 0,55 ou por um coeficiente de concentração de 20%-60%, ou seja, 1/5 da população deter quase 2/3 do rendimento nacional, aguardando com enorme expectativa os resultados do novo inquérito às receitas e despesas familiares e formulando votos para que algumas das trapalhadas que ocorreram com o censo populacional se não repitam nesta grande pesquisa estatística - não sendo crível e possível atenuá-las no período de uma legislatura.

Se mais razões não houvesse, os novos ciclos políticos e de governação são eles próprios geradores de distorções e desigualdades, porque a sobrevivência política de quem detém o poder de governar e decidir passa pela criação de grupos de apoio a todos os níveis, exigentes em distribuição de benesses e de

privilégios. O balanço comparativo com os ciclos anteriores pode ser positivo (maior consideração pelos problemas sociais da população) ou negativo (cobertura das pretensões individuais e individualistas dos novos protagonistas). Sinceramente hesita em, a esta distância tão curta, pronunciar-me a favor de um balanço positivo da governação de João Lourenço neste item.

A governação de José Eduardo dos Santos foi geradora de enormes desigualdades entre os cidadãos decorrentes de políticas sociais desequilibradas. Acrescendo-se a concentração de benefícios e de distribuição de rendimentos e riqueza na sua família parental e política. Na verdade, as riquezas concentraram-se nos grupos restritos próximos do Presidente e do exercício da função presidencial.

Via de regra, espera-se que a governação seguinte melhore (muitas coisas, claro, mas neste item particular da desigualdade) os canais de redistribuição do rendimento, do acesso à riqueza e de criação de activos facilitadores da saída de uma parte da população da sua condição de pobreza, destacando-se a educação, a saúde e o acesso ao crédito (muito dificultado no País por razões estritamente económicas, umas, mas igualmente por burocracias e traficância de influências, só assim se explicando algumas fortunas constituídas na base do não reembolso de empréstimos solicitados ao sistema bancário angolano).

O processo de transição política em curso ainda não está, do meu ponto de vista, completamente caracterizado. Para além do afã das demissões - outra hesitação da minha parte e relativamente a este aspecto leva-me a questionar se as cessações compulsivas de funções de quadros e responsáveis do aparelho do Estado (na sua acepção lata) nomeados pela Administração política anterior, tiveram como fundamento político essencial o desmantelamento dos lobis constituídos e que eu esperava fossem mais poderosos (2) - ainda não se vislumbram sinais significativos de mudanças (para além das próprias demissões, não se tendo a certeza de que os substituintes sejam, política e tecnicamente, melhores que os substituídos).

O Orçamento Geral do Estado (OGE), apesar do seu carácter de documento fundamental de política económica e financeira, não nos apresenta a "cartilha" fundamental através da qual se possa perceber o tempo e o modo do ataque à desigualdade no País. Ter-se-á de aguardar pelo Plano de Desenvolvimento de Médio Prazo 2018- 2022 (gostaria de ser esclarecido se a sua elaboração foi ou não entregue a uma empresa estrangeira de consultoria).

A desigualdade prevaiente em Angola é económica e social. E esta última é profunda e, mais grave, estrutural. O rompimento do seu círculo vicioso demanda por tempo. É tipicamente um círculo clássico dos países subdesenvolvidos e tão bem caracterizado, em tempos passados, por economistas como Raymond Barre, René Dumont, François Perroux, Mário Murteira, mais recentemente Simon Kuznets (3) e mesmo Anthony Atkinson (já citado anteriormente). Trata-se, afinal, de uma reprodução alargada das condições de pobreza: em cada ciclo económico a pobreza não apenas se renova, mas amplia-se. Evidentemente que, para que o kick off aconteça, tem de se estudar muito bem por onde começar, isto é, quais as políticas com maiores índices de eficácia e eficiência. A educação é uma delas, mas os seus efeitos positivos só aparecem a longo prazo, embora a médio termo se possam elencar alguns benefícios a favor do combate à pobreza e atenuação da desigualdade. A melhoria da saúde pode desencadear efeitos a curto prazo sobre a produtividade do trabalho ao diminuir a incidência do absentismo e recuperar energias.

Qualquer um destes sectores em Angola sofre de corrupção, desvio de fundos, desorganização, falta de qualidade dos serviços prestados, sendo discutível afectarem-se crescentemente maiores volumes de despesas orçamentais enquanto se não reorganizarem os ministérios e respectivos departamentos e se não estripar a corrupção. Para mim, e sempre o afirmei, mais importante do que aumentar as verbas a si destinadas é melhorar a eficiência e eficácia na sua utilização.

Tem-se depois a desigualdade económica, expressa pela diferença de rendimentos (trabalho qualificado/trabalho não qualificado, trabalho agrícola/trabalho industrial e no sector dos serviços, trabalho manual/trabalho intelectual), de acesso ao crédito bancário (ainda prevalecem situações em que o bilhete de identidade do MPLA abre e facilita as portas para a obtenção de empréstimos), de obtenção de facilidades de criação de negócios, etc. Daí que seja fundamental a despartidarização do Estado e das mentalidades. O MPLA tem de tomar a liderança deste processo porque é o responsável último pela criação de uma mentalidade partidária nas instituições públicas e privadas (desde o partido único e a organização administrativa da economia e da sociedade).

4.21 Quatro províncias e o Governo ficam ao todo com 92% do OGE

Jornal Economia & Finanças

26 De Janeiro de 2018

Texto: Isaque Lourenço

As Províncias de Luanda (4,30), Benguela (1,0), Huambo (1,03), Malanje (1,02) e os programas do Governo Central (+84) representam 92 por cento do total da alocação para despesas previstas no Orçamento Geral de Estado (OGE) de 2018.

O industrial José Severino, presidente da Associação Industrial de Angola (AIA), discorda, além do facto de ver poucos recursos também destinados à agricultura. Segundo disse, é preciso dar enxadas, charruas e sementes às famílias para que estas produzam comida e gerem excedentes e diminuam-se os actuais níveis altos de importação de alimentos. Reconhece um grande passo dado pelo ministro da Agricultura, que por sua iniciativa, disse, conseguiu diminuir os custos que eram despendidos com a aquisição de adubos.

Sérgio Calundungo também se mostra preocupado, pois lembra que o Censo de 2014 confirmou que a maioria da população maior de 15 anos está no sector primário (agricultura, pescas e silvicultura). Logo, 10 por cento do Orçamento para a Agricultura era o ideal, pois os mais de 900 mil milhões de Kwanzas davam uma resposta mais assertiva aos programas de desenvolvimento agrícola (produção, assistência técnica e investigação) do que os 500 mil milhões previstos. Outra medida, para ele, é a de se evitar que mais de 80 por cento do OGE esteja sob gestão do Governo Central.

Laurinda Hoygaard subscreve as visões dos anteriores e entende ainda que a banca tem de conseguir financiar o OGE/2018.

"O Sistema Financeiro tem que apoiar o OGE na realização dos créditos e execuções de tesouraria. Vezes sem conta, os bancos também são quem atrasam com o cumprimento das directrizes que visam dar dinâmica à economia", explica.

Rui Malaquias quer auditoria à dívida às empresas, pois desconfia que muita dívida interna seja duvidosa.

"Passámos muito tempo sem fiscalizar quase tudo. A dívida interna deve ser paga, mas antes deve ser auditada. Nem todas as facturas astronómicas são verdadeiras", disse.

O que os quatro angolanos, todos com formação em economia, e bastante conhecedores da realidade nacional admitem é que há uma nova abordagem política e macroeconómica e que deve ser acompanhada por todos.

4.22 Deputado afirma que compra de Lexus não está contemplada no OGE 2018

Jornal O PAÍS

27 De Janeiro de 2018

Texto: Neusa Filipe

O deputado pelo grupo parlamentar da UNITA Alicerces Paulo Bartolomeu "Aly Mango" afirmou em declarações a O PAÍS que as 200 viaturas de marca 'Lexus' adquiridas foram compradas na Legislatura anterior.

O também secretário-geral da JURA, braço juvenil da UNITA, "Aly Mango", confirmou que a Assembleia Nacional comprou 200 automóveis Lexus para os deputados, justificando que foram comprados pelo Governo na Legislatura anterior, com o dinheiro do Orçamento Geral do Estado (OGE) referente ao ano de 2017.

O jovem deputado, que pela primeira vez integra o Parlamento, avançou que os referidos carros pertencem à Assembleia Nacional e que não têm nada a ver com o actual OGE, razão por que os deputados não têm muito a fazer a respeito do assunto.

"São 200 viaturas turismo de marca Lexus adquiridas para cada um dos deputados. Os deputados já começaram a receber e a entrega está a ser efectuada por ordem alfabética", afirmou, explicando, por outro lado, que o OGE 2018 está ainda a ser discutido nas Comissões de especialidade e que os trabalhos vão terminar com a sua aprovação global a decorrer no dia 15 de Fevereiro próximo.

Fez saber ainda que estão a ser auscultados os ministros no sentido de averiguar se de facto o OGE disponibilizado corresponde com o seu programa implementado. "Estamos a exigir que mesmo que não se faça uma grande alteração, haja, pelo menos, um reajuste nos sectores chave da sociedade, e se reduza nas áreas que não apresentam nenhuma necessidade. Vamos esperar que a bancada

maioritária do MPLA tenha uma percepção a fim de se fazer esses reajustes", salientou, avançado que o Ministério das Finanças deu garantia de estar a trabalhar no sentido de se rever as áreas mais sacrificadas a nível social.

Corte de regalias

O deputado desmentiu a informação que dá conta do alegado aumento no salário dos deputados, alegando que, ao contrário do que está a circular na média, os deputados sofreram alguns cortes de subsídios, tendo beneficiado apenas de um reajuste de cinco por cento que estava já previsto no salário de toda a função pública.

"Há razões sim de haver esse barulho, mas não se deve atacar só os deputados, achamos que o Executivo, por exemplo, faz mais despesas com governadores, administradores e secretários de Estado. Se temos que apertar os cintos, achamos que todos, a nível do Executivo, têm que apertar esses cintos", considerou.

4.23 Governo talvez aceite auditoria a dívida pública

Jornal Folha 8

27 De Janeiro de 2018

Governo de João Lourenço admite a possibilidade de uma auditoria à dívida pública que ultrapassou em 2017 os 67% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, conforme reclama a UNITA, maior partido da oposição.

A posição foi transmitida aos deputados pelo ministro de Estado e do Desenvolvimento Económico e Social, Manuel Nunes Júnior, durante a discussão da proposta de lei do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2018. na especialidade, na Assembleia Nacional.

"Em nome do rigor e da transparência da gestão pública, não nos opomos para que sejam accionados todos os elementos legais que assegurem a concretização deste princípio, incluindo auditorias", disse Manuel Nunes Júnior. Recordando que "ninguém pode ficar acima da lei", o ministro explicou ainda assim, que o Tribunal de Contas já pode, actualmente, ao preparar o seu parecer, fazer as averiguações necessárias sobre qualquer parte da gestão tão do país, incluindo a dívida pública. "Portanto, não vemos que esse aspecto não possa ser implementado", disse Manuel Nunes Júnior.

O grupo parlamentar da UNITA propôs a 18 de Janeiro a realização de uma auditoria urgente à dívida

pública angolana, que pode ajudar à uma redução significativa desse volume.

A posição foi transmitida pelo líder da bancada parlamentar do partido, durante uma declaração política na Assembleia Nacional, após a aprovação, na generalidade da proposta de lei do OGE para 2018. “A auditoria permitirá a redução da dívida de forma significativa tornaria o seu pagamento viável e não penalizaria os contribuintes. Esta questão pode também ser utilizada como um verdadeiro teste ao discurso oficial de combate a impunidade e à corrupção”, disse Adalberto da Costa Júnior.

O ministro das Finanças, Archer Mangureira, explicou no Parlamento que em 2018 o Estado vai precisar de contrair 1.128 biliões de Kwanzas de dívida (cinco mil milhões de euros), enquanto necessidades líquidas e que 4.153 biliões de Kwanzas (18.650 milhões de euros) serão para pagar o serviço da dívida actual, respeitante a este ano.

Na prática, mais de 50% da despesa pública está direccionada para pagamento da dívida pública angolana em 2018.

Adalberto da Costa Júnior questionou que "ganhos reais" trouxe esta dívida onde foram aplicados os fundos em que projectos e que mais-valia trouxe.

"Foram mesmo aplicados em projectos ou é esta urna fonte de desvios, que ano após ano, afundam mais as contas públicas, com consequências na qualidade de vida de cada angolano?", questionou.

Para o político, o grau de sucesso ou insucesso do actual Governo vai depender "muito" da solução que vier a tomar "para o fardo da dívida pública" cuja solução, considerou, não é a traçada pelo Governo no seu Plano de Estabilização Macroeconómica.

“Está mais do que comprovado de que a dívida pública deixou de ser um instrumento de captação de recursos para o Estado realizar investimentos, com reflexos na economia e sobre a vida das pessoas”, referiu.

4.24 Adra e Unicef apresentam análise social do Orçamento

Jornal de Angola
30 De Janeiro de 2018

Uma análise do Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2018 apresentada hoje, em Luanda, pela Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (Adra), demonstra que Angola precisa aumentar as receitas

para melhorar a atribuição de recursos aos sectores sociais, a vida das crianças e suas famílias.

O estudo, realizado com assistência do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) conclui que, só dessa forma, o país poderá ajustar-se aos padrões internacionais, incrementar a prestação de serviços básicos e reduzir as desigualdades sociais.

Baseada no sector social, a análise indica que, apesar do OGE prever um aumento nominal de 7,00 por cento das despesas com o registo e justiça juvenil, registam-se cortes de 85 por cento em programas importantes como o da "Massificação do Registo Civil", o que pode levar à queda das percentagens de crianças sem registo.

O documento nota que o Censo de 2014 e o Inquérito de Indicadores Múltiplos de 2016 demonstram que 75 por cento dos angolanos de entre os zero e os cinco anos não têm registo de nascimento.

Na Educação, o orçamento prevê projectos de elevado custo para a construção de centros infantis e educativos comunitários, sem destinar verbas para a sua gestão. Além disso, a construção dos centros é 3,4 vezes superior ao orçamento consagrado à gestão da rede pública nacional destes equipamentos.

A análise aponta que o peso do sector da Saúde diminuiu de 4,21 por cento em 2017, para 3,63 por cento, solicitando que o Governo priorize o sector para melhorar as condições de vida da população mais vulnerável.

O documento traz também conclusões dramáticas sobre a forma como a dívida pública absorve recursos que poderiam ser alocados aos sectores sociais.

A Adra e a Unicef trabalham desde 2016 na análise do OGE para aumentar o conhecimento geral sobre os investimentos do Governo no sector social.

4.25 Orçamento poderá ainda ser revisto no II Semestre deste ano

Jornal de Angola
30 De Janeiro de 2018
Texto: Isaque Lourenço

O Governo angolano foi mais uma vez conservador na previsão orçamental de 2018, tomando o preço do barril de Brent em 50 dólares, quando actualmente oscila entre os 65 e 70 dólares nos mercados internacionais.

A decisão, que acaba por gerar algum excedente na arrecadação da receita fiscal petrolífera, também motiva a previsão de que no 11 semestre deste ano o actual OGE poderá vir a ser revisto. E isso, fruto da entrada de mais dinheiros, não previstos no Orçamento, e que podem dar cobertura a outros programas, que não constem da actual proposta ou que constando necessariamente precisem de reforços orçamentais.

As opiniões favoráveis a este provável cenário admitem ainda que o mais importante é que os dinheiros arrecadados do diferencial entre o preço proposto e o real sejam canalizados integralmente à Conta Única do Tesouro (CUT).

Outra boa nova, além do preço que sobe e sobe favorecendo as contas é que a produção nacional de petróleo também já aumentou em mais de 20 mil barris de petróleo dia (bpd) em Janeiro.

O que resta, tal qual a opinião do economista Rui Malaquias, é que "se o país quiser ter sustentabilidade, tem de optar em sectores que substituam as importações e tenham potencial para a exportação".

Seguindo esse caminho e distribuindo as receitas sempre escassas para os sectores certos, a economia angolana num médio prazo pode recuperar os níveis de confiança interna e externa.

4.26 Orçamento vai à aprovação final global

Jornal de Angola
30 De Janeiro de 2018
Texto: Adelina Inácio

A proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o ano vai à aprovação final global no próximo dia 14 de Fevereiro, anunciou ontem o presidente da Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional. Diógenes de Oliveira disse que a comissão que dirige recebeu já dos grupos parlamentares e das comissões especializadas os relatórios pareceres conjuntos sobre a proposta da Lei do OGE.

Diógenes de Oliveira referiu que as questões ligadas ao OGE têm um interesse e uma relação directa com a sociedade e com os cidadãos, por isso, disse, nos últimos anos os parceiros sociais têm sido convidados pela Assembleia Nacional para que os deputados possam fazer advocacia das suas preocupações ao Executivo.

O deputado referiu que, o debate na especialidade decorrido durante todo o mês de Janeiro, contou

com a presença de 130 representantes da sociedade civil, e centrou a sua preocupação em questões sociais, com destaque para a saúde e educação, protecção dos cidadãos, da acção social, defesa e segurança e ordem interna. As preocupações apresentadas pelos parceiros sociais, disse, já foram apresentadas ao Executivo.

O presidente da Quinta Comissão da Assembleia Nacional falou da necessidade da estabilidade macroeconómica do país, tendo sublinhado que a questão da enfição, da taxa de juros e de câmbio, a relação entre as empresas e os bancos, a questão dos financiamentos ao sector real da economia foram as mais apontadas. Por isso, Diógenes de Oliveira espera que sejam encontradas soluções que permitam que, nos próximos anos, o país tenha uma maior estabilidade.

Para que o quadro seja alterado, o deputado defende a concretização dos programas da reforma do Estado, do combate à corrupção e à impunidade, bem como os referentes ao aumento da produção nacional, promoção das exportações e a substituição das importações.

4.27 ADRA apela à transparência na gestão de bens a nível do OGE

Jornal O PAIS
31 De Janeiro de 2017
Texto: Neusa Filipe

O director-geral da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), Belarmino Jelembi, apelou, ontem, em Luanda, à adopção de medidas destinadas a uma melhor gestão e utilização de bens da despesa pública, no âmbito de uma análise efectuada ao Orçamento Geral do Estado (OGE).

O responsável falou à imprensa no fim da cerimónia de apresentação do Relatório de Fundamentação da Proposta do Orçamento Geral do Estado 2018 elaborado pela ADRA em parceria com o Unicef, que aponta alguns pontos críticos existentes no OGE, que incidem, sobretudo, nos sectores considerados fundamentais para o desenvolvimento do país. O relatório indica que as diferentes áreas do sector social, nomeadamente o da saúde, da educação, o do registo de nascimentos e Justiça, o da água e saneamento e por último da protecção social, carecem de uma maior atenção no OGE e apela à transparência na gestão e utilização dos recursos disponibilizados às secções em causa.

Os dados do Relatório de Fundamentação apontam ainda que o sector da saúde em Angola continua a ter

uma das mais baixas dotações orçamentais do continente, considerando que a nível internacional, e de acordo com o Compromisso de Abuja, Angola deveria triplicar o seu investimento nesta área.

4.28 Angola vai emitir OT indexadas ao dólar

Jornal de Angola

31 De Janeiro de 2018

O Estado pretende emitir até 301,2 mil milhões de Kwanzas em Obrigações de Tesouro (OT) Indexadas a taxa de câmbio do dólar enquanto o Orçamento Geral do Estado deste ano não é aprovado na Assembleia Nacional.

O ministro das Finanças de Angola vai emitir até 301,1 mil milhões de Kwanzas em Obrigações do tesouro indexadas à taxa de câmbio do dólar, pagando juros acima de 12 por cento ao ano, até a aprovação do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2018.

A emissão prevê o pagamento de taxas de juro de 7,00 por cento ao ano para as maturidades a três anos, mas que chegam a 8,75 por cento nas emissões a 10 anos. Prevê especificamente como finalidade a "cobertura das despesas relativas à amortização de dívida e financiamento de projectos de investimento" durante este período, prevendo-se que o OGE para 2018 apenas entre em vigor em Março.

A 24 de Janeiro, o ministro das Finanças foi autorizado por Despacho Presidencial a recorrer à emissão de Obrigações de Tesouro (OT), para a amortização da dívida e ao financiamento de projectos, durante o período compreendido entre o início do ano económico de 2018 e a aprovação do OGE para o ano em curso.

"Afigurara - se essencial garantir a emissão da dívida pública directa no período compreendido entre o início do ano económico de 2018 e a aprovação do Orçamento Geral do Estado pela Assembleia Nacional", lê-se no documento.

O diploma publicado no "Diário da República" de 24 de Janeiro estabelece que em anos eleitorais as datas limite para a submissão e aprovação orçamental é entre 15 de Dezembro e 15 de Fevereiro".

O diploma sustenta que a Lei do Regime Jurídico de Emissão e Gestão da Dívida Pública Directa e Indirecta estabelece que, nos casos em que o OGE não entra em execução no início do ano económico, por qualquer motivo, pode O Titular do Poder

Executivo autorizar a emissão e contratação de dívida pública, até ao limite estabelecidos.

Assim sendo, cabe ao Governo definir às condições complementares a que devem obedecer a negociação, contratação e emissão de obrigações do Tesouro. Por outro lado, de acordo com o diploma, o ministro das Finanças deve estabelecer, por decreto executivo, a modalidade de colocação, a moeda de emissão, o valor nominal, a taxa de juro e cupão e os prazos de reembolso destas obrigações que devem constar da Obrigação Geral a que se refere o artigo 8º da Lei nº1/14, de 6 de Fevereiro.

Juros

Os juros e o cupão são pagáveis semestralmente na moeda emitida na respectiva data de vencimento ou dia útil seguinte, quando aquele dia não seja útil.

A colocação das Obrigações de Tesouro, ainda de acordo com o diploma, pode ser efectuada nas seguintes modalidades directamente junto das instituições financeiras, por meio de leilão de quantidade ou de preços, através de consórcio de instituições financeiras, através de subscrição limitada, directamente junto do público, em conformidade com as normas e procedimentos a definir em Despacho do ministro das Finanças.

Como garantia, o diploma descreve que o Banco Nacional de Angola vai adoptar os procedimentos para proceder, directamente, ao crédito da Conta Única do Tesouro (CUT) pelo valor arrecadado da colocação de títulos do tesouro na data de emissão.

De igual modo, vai proceder ao débito da Conta Única do Tesouro ao crédito das contas de depósito das respectivas instituições financeiras beneficiárias ou mediadoras das operações, pelo montante correspondente ao pagamento de juros e reembolso nas respectivas datas.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 MPLA promove legislação sobre autarquias

Jornal O PAÍS

10 De Janeiro de 2018

Além deste documento, sublinha o comunicado, o partido no poder apreciou também a síntese e as recomendações do Seminário de Capacitação dos Deputados sobre a Prevenção dos Tipos de Crimes a que estão Sujeitos os Titulares de Cargos Públicos, realizado em Dezembro último, cujos resultados sugerem que a iniciativa seja replicada a nível das províncias, face à pertinência dos temas abordados.

O secretariado do Bureau Político do MPLA apreciou também as propostas de ajustamentos à composição dos Grupos de Acompanhamento do secretariado do Bureau Político às diferentes províncias do país, no quadro dos Estatutos e dos Regulamentos de Funcionamento das Estruturas Intermédias do Partido.

O secretariado do Bureau Político anuiu ainda à implementação do Plano de Acção Comunicacional do Partido, que se fundamenta numa maior comunicabilidade e promoção da marca MPLA.

A reunião, 15ª, foi presidida pelo presidente do MPLA, José Eduardo dos Santos, à qual participaram João Lourenço, vice-Presidente e Presidente da República de Angola, Paulo Kassoma, secretário-geral do Partido e os restantes membros deste organismo executivo do Bureau Político.

5.2 As autarquias não são pertenças dos políticos

Novo Jornal

19 De Janeiro de 2018

Texto: Nok Nogueira

Na semana passada, uma notícia veiculada por um órgão de informação angolano, cujo nome não é para aqui agora chamado - não porque lhe esvazia o grau de importância, mas porque só a notícia como tal interessa, na medida em que esta já foi inúmeras vezes dada a ouvir e a ler num tempo relativamente recente do qual boa parte de nós se já não quer lembrar-, dava conta de que o MPLA e a oposição

não se entendem relativamente à realização das autarquias.

A notícia como tal cumpre a sua função primordial de passar uma informação útil de interesse geral, mas o conteúdo dela, quando trazido para o espectro da análise circunstancializada, e conjugada com os tempos que se pretende sejam e tragam algo de novo, parece expor ao ridículo toda uma classe que se diz bater-se pelo bem-estar dos angolanos, particularmente das inúmeras famílias que vivem no maior dos apertos devido à ausência gritante de meios de subsistência que lhes dê alguma dignidade.

Se o referido fado é antigo, fardo do poder local para os políticos angolanos é ainda mais velho que todas essas canções que soam a caldo requeentado e a um exercício de banalidades políticas que dá dó, porque vejamos: as autarquias não servem apenas aos políticos, como um ilustre partidário pretendeu fazer crer, ao dizer, mais coisas menos-coisas, que a oposição quer, apressadamente, chegar ao poder por via das autarquias, por isso terá (mesmo) de esperar!

Daí que, a bem da nação, é bom condicionar a sua institucionalização e continuar a deixar o país refém de si mesmo.

Um dos grandes entraves em Angola está na articulação que se faz do exercício do poder político com a indutiva sobrevivência do Estado. Não se conseguiu até aqui vislumbrar o Estado para lá das amarras político-partidárias, nem tampouco se pretendeu passar a informação, até aos militantes desses partidos, de que o Estado angolano não vai acabar se uma das forças partidárias for extinta.

E as autarquias, pelo menos do ponto de vista formal e material, são parte do Estado e não dos desvarios dos partidos políticos!

O que se pensa é que se uma determinada força partidária cessar funções de Estado o mundo desaba sobre os angolanos e será "um Deus nos acuda que não podemos mais com isso!". É este também o entendimento quando se analisa o país, a primeira leitura é de que quem defende é pró-regime e quem contraria é contra o regime. Ou seja, não há espaço para os cidadãos, e se os houver cabem-lhes rótulos vários, até o de antipatriota.

Como se explica tudo isso? Em parte com os largos anos de um poder arbitral às costas de um só homem, que deu azo à ideia de que a vontade política está acima do materialismo político, daí que alguns vícios de forma e de conteúdo se tivessem conformado como parte do Estado de direito

democrático, barrando assim a natural execução de princípios consagrados na própria Lei Magna do país.

Nunca se olhou para o contrapeso existente na dependência da vontade política, na medida em que existia uma tendência asfixiante de uma só pessoa dizer com que linhas haveriam de nos coser... E ao ouvir o ilustre político dá-nos esta ideia de que não há um compromisso com o materialismo político, há ainda assim a ideia de a vontade política se sobrepor inclusivamente ao primado da lei!

O poder local está consagrado na Constituição do país, tendo inclusivamente aprovado por unanimidade uma Lei Orgânica sobre as Bases Gerais do Poder Local e o projecto de Lei Orgânica sobre as Bases do Sistema de Organização e Funcionamento do Poder Local, mas a sua efectivação está ainda, ao que tudo indica, a depender de uma vontade política amarrada a tópicos que visam simplesmente a disputa partidária para o alcance do poder (autárquico), ignorando outros actores que nada têm que ver com os ditames partidários.

É preciso lembrar aos políticos que o país não pode continuar a ser a extensão de uma visão míope e retrógrada do exercício governativo. De extensões já nos bastam as que existem; os membros para a Comissão Nacional Eleitoral, por exemplo, são escolhidos pelos partidos em função dos resultados obtidos nos pleitos eleitorais; os membros da Entidade Reguladora da Comunicação Social são indicados pelos partidos; os membros dos Tribunais superiores são nomeados pelo titular do poder executivo e também em função do equilíbrio de forças dos partidos políticos... ou seja, o país continua amarrado aos ditames dos partidos.

Urge despertar a sociedade para os debates que se impõem numa altura como esta em que se reconhece que o poder político não pode ser ele, por si só, o vector das mudanças que devem necessariamente ocorrer se a ideia for, de facto, reformar o Estado. O nosso entendimento é que nenhum poder político se move com base no seu próprio querer. Não se reforma o Estado mantendo os vícios e os empecilhos que a anterior governação usou como uma forma de impedir que o poder político deixasse de girar em torno do querer da vontade partidária.

É preciso começar a promover debates e não esperar simplesmente por soluções que venham a ser apresentadas em entrevista colectiva, quando é por de mais sabido que os políticos são como molas impulsoras que só reagem a pressões. Os mecanismos de pressão precisam de ser afinados. A denúncia de práticas políticas lesivas aos superiores interesses do Estado na implantação de um

verdadeiro Estado de direito democrático precisa de ser parte de uma forma de ser dos angolanos.

É preciso oferecer aos cidadãos um modo diferente de olhar para o país e não mais a ideia de não se saber o que poderá vir a ser o dia do amanhã. O amanhã deverá ser aquilo que for projectado a partir das metas que todos nós formos construindo. Os políticos não podem ser senhores de tudo isso. Os políticos servem habitualmente a grupos de interesses, e as esferas de decisão desses grupos de interesses não são as mesmas que respondem pela vida dos cidadãos angolanos.

5.3 UNITA rejeita coexistência e quer Poder Local

Novo Jornal

19 De Janeiro 2018

A UNITA exigiu a institucionalização do Poder Local, alegando que Angola quer realizar agora as eleições autárquicas em todos os municípios.

"As autarquias locais não podem coexistir com as administrações municipais. Municipalização 'sim', mas só através das autarquias locais, cujos titulares são eleitos pelos cidadãos, e nunca através dos Administradores municipais, nomeados pelo partido-Estado, defendeu a deputada Mihaela webba.

Para o Galo Negro, a descentralização financeira que se pretende efectivar deve ser da administração central para a Administração Autárquica, que é autónoma em relação ao Executivo, e não da Administração central para a Administração local, que, segundo defendeu, não é autónoma em relação ao Executivo. "São as mesmas pessoas, as mesmas dependências do centro, os mesmos vícios. Assim, não haverá democracia participativa nem haverá desenvolvimento", alertou.

Mihaela webba disse também que o regime de finanças locais a aprovar pelo Parlamento deve visar, nos termos da Constituição, a justa repartição dos recursos públicos pelo Estado e pelas autarquias, e não entre a administração central e as administrações municipais.

"Proponho, por isso, que o Fundo de Equilíbrio, previsto no artigo 7º da Lei que aprova o OGE seja designado Fundo das Autarquias Locais", sugeriu.

5.4 Sediangani Mbimbi: desenvolvimento do país passar por autarquias

Jornal O PAÍS

21 De Janeiro de 2018

Texto: Ireneu Mujoco

O político teceu estas declarações à margem da cerimónia da sua tomada de posse como deputado, decorrido na Assembleia Nacional, em substituição do deputado Isaias Samakuva, que renunciou ao cargo. Em entrevista a O PAÍS, o político explicou que, com a consagração das autarquias, algumas necessidades básicas das populações serão resolvidas localmente sem fazer recurso às estruturas centrais.

Questões como as da saúde, educação, água, luz, saneamento básico, comércio e outras, segundo a fonte, poderão ser solucionadas pelas respectivas administrações ou distritos. Defendeu que as mesmas devem ser implementadas de forma genérica em todos os municípios do país, e não de forma gradual, como defende o MPLA, partido no poder. Sediangani entende que a realização gradual das autarquias pode retardar o desenvolvimento de outros municípios, salientando que os que não abrangerem continuarão nas mesmas condições de sempre.

Exemplificou que se este processo beneficiará o município do Lobito, em Benguela, pode ser também extensivo ao município do Negage, no Uíge, ou no Chipindo, na Huíla, ou Muconda, na Lunda-Sul.

Para ele, a realização em simultâneo das autarquias é a via que entende ser a mais ideal para, primeiro, no combate à fome e à pobreza, e, seguidamente, começar-se a pensar no desenvolvimento dos municípios.

Situação política e social Instado a pronunciar-se sobre a actual situação social, política e económica do país, Sediangani Mbimbi caracterizou-o de difícil, numa altura em que o país está a atravessar uma crise financeira. Ele, que é economista de formação, entende que o repatriamento do dinheiro ao país, anunciado pelo Presidente da República, João Lourenço, cuja legislação está em vias de conclusão, é uma boa medida.

Sobre os cem dias de governação de João Lourenço, disse ser prematuro fazer uma avaliação, mas resumiu que está a dar a "passos tímidos, mas seguros", sobretudo no que concerne ao combate à corrupção.

O político, que já foi líder do Partido para o Progresso e Desenvolvimento de Angola (PDP-ANA), fundado por Mfulumpinga Nlandu Víctor, diz

que a governação de João Lourenço só terá sucesso se continuar com a cruzada contra a corrupção.

Sediangani Mbimbi admite que, com os recursos naturais que o país tem e se continuar a apostar na formação de quadros, "o nosso país pode começar a sonhar e projectar o seu desenvolvimento", embora admita se afigurar uma empreitada difícil mas não impossível.

5.5 Sobas lutam por autoridade própria

Jornal O PAÍS

25 De Janeiro de 2018

Texto: Alberto Bambi

O secretário-geral dos sobas do município de Belas e um dos integrantes do colégio dos líderes tradicionais de Luanda, Miguel Neto, manifestou a O PAÍS a sua preocupação pelo facto de alguns dirigentes das administrações não estarem a respeitar e considerar a posição dos anciãos.

"Isso porque os administradores não deviam fazer nada sem dar a conhecer ao soba da área onde desenvolvem as suas actividades, até porque, quando tais operações resultam em conflitos, aí já mandam chamar as autoridades tradicionais", desabafou o Velho Miguel, como também é tratado pela comunidade de Belas, tendo acrescentado que o mau exemplo está a ser seguido por sobas que foram indigitados por esses responsáveis da administração local.

Para dar sustentabilidade ao que acabava de afirmar, revelou, no princípio da tarde de ontem, que acabava de sair do novo mercado do distrito urbano do Ramiro, localizado próximo do posto de abastecimento de combustíveis da SONANGOL, onde instou alguns indivíduos que estavam a demarcar uma área para a suposta construção de um armazém, alegando que o referido espaço de terra lhes tinha sido cedido pela Administração distrital.

"É assim que as coisas acontecem aqui e noutras paragens de Belas, é assim mesmo e se isso resultar em confusão, nem a Polícia, nem os fiscais resolvem de imediato, é o soba Miguel que tem de apagar o fogo", queixou-se o Decano, questionando se custava alguma coisa o administrador ou outra entidade avisá-lo antes de autorizar a exploração do espaço.

Miguel Neto deixou bem claro o respeito que tem pelas leis e autoridades locais e ironizou dizendo que não estava a cobrar poder de autorização, mas comunicação com direito a participação em situações

que, segundo ele, mal geridas, podem suscitar trabalhos para o soba.

Na senda das inquietações sobre a reclamada autoridade dos líderes tradicionais, o Velho Miguel disse que os sobas de hoje não têm sequer disponibilizado um onjango para reunir o sobado e levar a cabo actividades de resolução de conflitos, aconselhamentos e recepção de visitas para qualquer fim.

"Este é o meu caso e de outros colegas da província, já pedimos às administrações comunais, distritais e municipais apoio para criar essas condições de trabalho, mas a resposta se resume apenas em não haver dinheiro, isso se você não ouvir que o país está em crise", reclamou o entrevistado.

A classe dos sobas do município de Belas tem a intenção de activar uma série de programas que contemplam a auscultação dos problemas dos adolescentes e jovens na comunidade, nas escolas e igrejas, a fim de seleccionar métodos de resolução de conflitos mais adequados para as situações a serem apresentadas.

"Como os jovens de hoje só dizem que isso era há muito tempo, então, devemos procurar forma de arranjar jeito de eles não verem os sobas e as suas palavras como antigas, mas como algo que presta", reforçou o ancião.

5.6 Mais capacitação aos municípios

Jornal de Angola

31 De Janeiro de 2018

Texto: João Upale

A ministra do Ordenamento do Território e Habitação, Ana Paula de Carvalho, defendeu, na cidade de Moçâmedes (Namibe) a necessidade de potencialização das administrações locais no sentido de estarem capacitadas para dar respostas às solicitações relacionadas com a problemática fundiária, em geral, e, em particular, com métodos inovadores e céleres para infra -estruturação das reservas fundiárias.

Ana Paula de Carvalho falava na abertura do encontro metodológico e técnico sobre o Ordenamento e Habitação decorrido na cidade de Moçâmedes, em acto testemunhado pelos vice-governadores para o sector técnico e infra-estruturas das províncias de Benguela, Cunene, Cuando-Cubango, Huila e Namibe.

A disponibilização de terrenos infra - estruturados e legalizados para famílias que pretendam construir a

casa própria mediante o regime da construção dirigida, simplificação dos processos para atribuição de títulos de concessão, bem como a disponibilização às famílias agrícolas de terrenos para o cultivo, constam das questões tidas como prioritárias para o ministério.

A ministra disse que o conjunto de informações que foram transmitidas pelos prelectores aos administradores municipais vão servir de base para contribuições importantes sobre matérias que foram apresentadas no encontro.

Ana Paula de Carvalho lembrou que o ministério tem como missão definir, executar e coordenar a estratégia e política de ordenamento do território das cidades e da habitação, com vista a promoção de um desenvolvimento harmonioso e ambientalmente sustentável, numa lógica paisagística, urbana, económica, social e cultural.

Para Ana Paula de Carvalho, a descentralização administrativa, bem como a reforma de procedimentos administrativos e fortalecimento das instituições, vai tomar a administração municipal do Estado numa unidade de "prestação de serviço público por excelência", transferindo para ela as principais tarefas no domínio da satisfação das necessidades colectivas essenciais.

A problemática de direitos fundiários (gestão fundiária), a necessidade de o Ordenamento do Território impor o cruzamento e a amenização dos vários tipos de planos existentes à nível do país, as estratégias a curto e médio prazo, assim como a atitude sistemática da avaliação da sua aplicação prática e dos custos dos investimentos, deverá ser dada uma atenção especial em função das características próprias de cada região, para facilitar a solução dos problemas ligados à construção de infra -estruturas e de habitações. O propósito, segundo a ministra, é reduzir os encargos e facilitar a sua integração harmoniosa no ambiente. "Devemos adoptar para todas as localidades quer a nível municipal, provincial, respectivamente, planos de ordenamento de território, medida que deve ser acompanhada da promoção de uma cultura de respeito pelo interesse público, conhecer aos índices elevados de ocupação ilegal de terrenos e de construção desordenada e clandestina", referiu.

O encontro metodológico e técnico sobre o Ordenamento e Habitação ministrado pelos especialistas seniores do seu ministério abordou temas como "O Direito fundiário", "Ordenamento do território" e "Avaliação técnica sobre implementação de projectos de infra -estruturação de terra".

Entrega de casas

As primeiras casas da centralidade do 5 de Abril, em Moçâmedes, começaram a ser entregues na quarta-feira, para sua comercialização e conseqüente ocupação. O acto formal foi orientado pela ministra do Ordenamento do Território e Habitação, Ana Paula de Carvalho. Numa primeira fase, segundo o assessor da Imogestim, Mário Guerra, a distribuição é parcial.

Das duas mil habitações que compreende a urbanidade do 5 de Abril, estão disponíveis (nessa primeira fase) 584 moradias, das quais cem são apartamentos. "É o que está disponível, em função da execução das infra-estruturas externas", argumentou.

Mário Guerra garante haver, para essas habitações que começaram a ser distribuídas, condições de habitabilidade, como energia eléctrica, abastecimento de água, recolha dos resíduos sólidos, bem como o tratamento dos esgotos.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Metro Ligeiro transportaria 395 milhões de passageiros por ano

Jornal O PAÍS

05 De Janeiro de 2018

Texto: Eng^o Luiz M. Rebello

O EIU (Economist Intelligence Unit), que conhecemos bem através da sua associada, a Lusotecna-Consultores Técnicos Industriais, em Angola, até 1975, que realizaram o Estudo dos Circuitos de Comercialização de Angola, entre outros trabalhos, considera que a região da África Subsaariana, excluindo a África do Sul, vai ser a "zona de maior crescimento do mundo" este ano, tal como tem sido desde 2011.

Mais acrescenta aquele Gabinete de Estudos que Angola é um dos países que devem merecer maior atenção das empresas, nos próximos anos, de oito países africanos que vão estar entre as 20 economias mais prósperas do Globo e que Luanda será um enorme chamariz de investimento.

Já os transportes de Luanda custam mais 44,6% do que em Joanesburgo, sendo mais caros apenas em Abidjan e em Lusaka (trabalho de Emanuel Costa, no semanário O Sol, 28-3-2013).

Quem conhecer Luanda, por mais atraente que seja a nobre capital de Angola, sabe que os transportes são caóticos, o tráfego infernal, as demoras de deslocação inimagináveis.

Também é verdade que não se aproximam de Lagos, na Nigéria, nem do Cairo, no Egipto, por exemplo.

Os transportes de Luanda, referimo-nos a Transportes Públicos, podem melhorar substancialmente, passando a cidade a possuir uma rede de transportes eficaz semelhante a qualquer país da Europa ou da América, num período de tempo muitíssimo curto, e com um investimento pouco oneroso e muito inteligente e sem custos para o país.

A solução que propomos, para se obter a normalização referida no parágrafo anterior, é a construção de uma Rede de Metropolitano na Cidade de Luanda, desígnio realizável num período de tempo mínimo, a custo muito interessante.

Mas quando falamos em Rede de Metropolitano, referimo-nos a Metropolitano Elevado Ligeiro

(Aéreo), não ao tradicional metropolitano em túneis, ou ao chamado Metropolitano de Superfície, totalmente desaconselháveis de se construírem em Luanda:

Pelos tremendos constrangimentos de trânsito que provocam no decorrer da sua construção.

Elevadíssimos custos sociais e políticos que representam, provocando mais descontentamento popular com os desalojamentos e demolições necessárias, com graves exemplos bastante recentes.

Elevadíssimos custos financeiros provocados pelas indemnizações aos desalojados.

Tempos infundáveis para as negociações dos valores das indemnizações, provocando atrasos nas obras e reclamações populares desnecessárias.

Elevadíssimos custos de construção em qualquer das opções, principalmente no metropolitano de túneis, principalmente pela estrutura geológica da região.

O Metropolitano de superfície como o de Curitiba, no Brasil, foi pioneiro no mundo, solução para a época mas um conceito já ultrapassado pelas novas ideias, sendo que mesmo Curitiba já projecta construir linhas de Metropolitano Elevado.

O Metro de superfície está sujeito a atrasos e acidentes provocados pelos cruzamentos imprescindíveis e pelas ainda inevitáveis enchentes nas nossas vias, na época das chuvas, sendo o MELL totalmente inatingível por esses fenómenos.

O Metropolitano Elevado Ligeiro, similar ao de Macau, é a solução certa, económica e rápida, para Luanda, sendo os técnicos os mesmos envolvidos nessa obra com larga experiência neste tipo de actividade e cidades com constrangimentos similares.

As vias são todas aéreas, sem cruzamentos.

Os elementos em betão todos prefabricados, que serão transportados em horário nocturno e fixados no local, em horários sem trânsito.

Completamente incólume a enxurradas provocadas pelas chuvas, acidentes de trânsito em cruzamentos, atropelamentos ou abalroamentos.

Rápidos, não sujeitos a atrasos de trânsito, dignos, confortáveis, silenciosos, fiáveis.

A construção de menores custos. Quando concluído, o Metropolitano Elevado Ligeiro de Luanda (MELL) transportará por ano cerca de 395 milhões de passageiros, sendo 1,123 milhões/dia.

Integrou a construção e desenvolvimento do Metropolitano de Superfície de Curitiba.

6.2 Projecto com um custo aproximado de 1,2 mil milhões de dólares

Jornal O PAÍS

05 De Janeiro de 2018

Texto: Eng^o Luiz M. Rebello

Considerando que a zona urbanística de Luanda tem uma dimensão reduzida mas com muita população, o número de veículos particulares está a aumentar em face do acelerado crescimento económico.

A este facto acrescenta a falta de um sistema de transporte público de eficiência, agravando-se as necessidades de meios de transporte particulares e o reduzido número de estradas em condições de circulação.

A manter-se essa tendência, o ambiente e a vida de Luanda jamais poderão acompanhar o desenvolvimento económico.

O sentimento da população, em conversas informais, é que as condições de tráfego continuarão a piorar nos próximos anos, preocupando-os mais as consequências do engarrafamento e a poluição do ar, desperdício de tempo na deslocação, diminuição da produtividade, atrasos no socorro em casos de emergência, bem como a deterioração do ambiente; estas opiniões reflectem justamente que o transporte e o ambiente são problemas que muito preocupam a população de Luanda.

Mas o Governo também está preocupado com estes fenómenos, tendo-o demonstrado em notícia publicada no Jornal de Angola, de 11 de Abril de 2015, que dá ciência que o "Vice-Presidente da República reuniu o Conselho Nacional de Viação e Ordenamento do Trânsito, na qualidade de Presidente do mesmo", sendo um dos tópicos que "os engarrafamentos de trânsito em Luanda provocam prejuízos anuais de 2.800.000.000 USD (2,8 mil milhões de dólares), segundo um estudo realizado, a pedido da Associação Industrial e do Centro de Estudos Estratégicos", "jornaIdeangola.sapo.ao/politica/transito_engarrafado_custa_muitos_milhoes", valor superior à primeira fase do MELL, Metropolitano Elevado Ligeiro de Luanda, já proposto; Linhas Laranja (20 km, 21 estações), Vermelha (6 km, 10 estações) e Verde (7 km, 10 estações), que transportarão 238.000.000 de passageiros por ano, terão um custo aproximado de 2.100.000.000 USD (2,1 mil milhões de dólares).

Cada composição, de 6 carruagens, transportará 720 passageiros, em via dupla, a 5 metros de altura.

6.3 Resposta a um dos problemas de Luanda

Jornal O PAÍS

05 De Janeiro de 2018

Luanda é uma cidade com mais de 400 anos de história, tem um casco urbano de pequena dimensão com avenidas largas e modernas, ainda capaz de sustentar a demanda actual de tráfego rodoviário e pedonal.

Em contrapartida, tem uma área suburbana de grande dimensão que cresceu de forma envolvente, desordenada e a maioria das suas habitações são de construção precária, insegura, térrea e sem obedecer a um plano director urbanístico, sufocando-a com a sua alta densidade populacional, ruas estreitas que em muitas delas um ser humano tem dificuldade de passar, e muito trânsito. O desenvolvimento económico acelerado do país nos diversos sectores económicos tem introduzido modificações drásticas no seio do ambiente e da vida preexistentes em Luanda, que antes do grande afluxo populacional oriundo das províncias, tinha cerca de 700.000 habitantes.

Segundo dados disponibilizados pela Direcção dos Serviços de Estatística, no princípio do ano 2014, havia, em Luanda (capital) cerca de 2.107.648 habitantes, sendo que cerca de dois terços (1.405.099) mais de metade (mais ou menos 80%) dos residentes moravam nas zonas de periferia de menos recursos, não possuem automóvel, deslocando-se essencialmente a pé ou de transporte público ou de "táxi", candongueiro e "carro pequeno", que representam cerca de 65% dos veículos automóveis em circulação, sem contar com as motas que também fazem serviço de táxi, as kupapatas, triciclos motorizados de carga.

6.4 Os resistentes da zona pedonal de Cacuaco

Jornal de Angola

7 De Janeiro de 2017

Texto: Guimarães Silva

Todos os dias homens e mulheres multiplicam a sua presença entre os três equipamentos e fazem das trocas comerciais uma relação suis generis. Aqui, o despique por um lugar de compra e venda de

produtos diversos e recolha de passageiros fazem já parte do quotidiano e da vida de muita gente.

Passageiros, motoristas, compradores e vendedores são as peças do xadrez local. Aqui chama atenção a mole de gente que aporta ao local depois das 16h00, findo o compromisso laboral, que cumpre com o ritual, concentrar-se num espaço reduzido de aproximadamente 250 metros entre a pedonal azul e a outra, colocada estrategicamente por cima da curva que dá aos bairros nova pele e cerâmica, pedreira, paraíso.

A confusão entre viaturas e pessoas coloca estas últimas numa situação de perigo permanente, com riscos de atropelamentos, porque a promiscuidade ocasiona de imediato indisciplina no trânsito, com compradores e vendedores sob risco e perigo eminentes.

O tapete da pedonal azul, que é o corredor de passagem, junta igualmente vendedores sentados e os que utilizam a infra-estrutura para o fim para a qual foi construída, facilitar a travessia sobre a via expresso. Os transeuntes, na hora da verdade, contabilizam-se por dezenas, mesmo centenas, num alucinante vai e vem. A estrutura metálica, que nunca se abre num solilóquio, estática até ver, suporta o peso de humanos, mercadorias, para além do seu próprio. Ela está o tempo todo sujeita a trepidação das centenas de viaturas que, por bairro dela, aceleram, travam num repente, enfim, torturam-na ao minuto.

A zona das pedonais tem sido diariamente palco de outro contratempo, o desaguisado entre forças afins que integra fiscais, polícias e nós, os "resistentes" (o lote de compradores, vendedores da praxe, taxistas e passageiros) que utilizamos mil e uma artimanhas, para ludibriar quem age para pôr ordem num circo, cuja característica mais visível e arrepiante é o rol de gente que compra e vende em más condições. Fazem - no directamente de banheiras e sacos de plásticos colocados no chão ao lado de águas putrefactas de valas de drenagem saídas do vizinho bairro dos imbondeiros. O comércio produz muito lixo, que os vendedores nunca se preocupam em recolher, corno que estabelecendo uma ordem paralela. Apelo à desordem.

À luz do sol, apercebemo-nos da qualidade e quantidade de produtos do campo que compramos. Entre as pedonais, corremos o risco de comprar produtos em cabetula. A "arte" de reduzir substancialmente os produtos agrícolas colocados à venda em recipientes corno baldes ou latas, induzindo o comprador que a quantidade é justa, quando afinal, o volume é umardil, fruto de uma

mecânica bem urdida pela vendedora no acto de arrumação, que, tal paciência de chinês, colocam os frutos sobrepostos de modos a deixar muito espaço livre entre eles. Arte ou burla?! À luz de velas, lanternas ou candeeiros, ao cair da noite, as praças nocturnas montadas nas pedonais apresentam -se corno o local ideal para a prática desonesta de muitos casos, corno a camuflagem de produtos adulterados, com prazos expirados e inclusive de má qualidade. Aqui, na promiscuidade, o trapaceiro e outros tipos de infieis fazem das suas, driblando os seus a coberto da noite.

O disputado espaço entre as pedonais tem duas paragens de táxis colectivos. No lado ascendente os destinos são a zona do Benfica, cidade de Sequel, Viana, Funda e Caxito. Quando este posto de recolha de passageiros está apinhado de gente, a partir das 6 da manhã e depois das 16 é simplesmente "um Deus nos acuda." Do lado oposto as partidas estão pré-determinadas para os bairros São Paulo, ao distrito urbano do Sambizanga, Mutamba nas Ingombotas, Kicolo em Cacucaco e mercado dos kuanzas no município do Cazenga. Por falta de paragens bem estruturadas, os táxis preenchem grande parte espaço de tráfego e criam algum impedimento ao trânsito automóvel.

Onde há gente parada, obviamente há necessidades e interesses. As meninas do café de uma marca conhecida vendido a copo fazem das suas para angariar clientes. Os lotadores de táxi, o biscate que está a dar, não ficam distraídos, os famosos ndutas esmeram mil e um truques para driblar os pólices, ao passo que os passageiros têm de fazer uso de múltiplas habilidades para não perder a corrida. O quadro é de todo competitivo. O espaço entre as duas pedonais, concorrido por natureza, tem vida própria e alguma dinâmica que o caracteriza, fazer kumbú, mesmo que para isso a aposta fique no arreio, arreio. O que há sensivelmente dois minutos custava parcos dois mil, baixa para metade. O interessado encontra direito para regatear quanto baste. Só a mãe natureza com a chuva, ou o trabalho aturado dos agentes da ordem pública e reguladores em ronda "ad hoc" dissuadem os competidores por um espaço entre o solo das pedonais.

O quadro menos positivo da zona das pedonais de Cacucaco teve, recentemente, solução. Efémera. A construção apresada de um mercado para acomodar os "resistentes", a alguns metros da curva que dá aos bairros nova pele e cerâmica. Debalde! No final do dia de trabalhos os "resistentes" regressam sempre à via expresso, precisamente onde estão as pedonais e retomam à cata de algum, por ser um local movimentado. A disputa por outros "resistentes" que

chegam (nós, os que adquirimos produtos na via pública), quais cúmplices de primeira fila, é pedra de toque. Cansados da longa jornada gabinetes adentro, apertados num táxi que nos traz de longas distâncias, compramos os quitutes que estão à mão de semear em plena via, vezes sem conta mesmo coma viatura em andamento, contribuindo para a desordem e consequências menos boas.

Cacuaco tem exemplos de sobra de mercados às moscas que podem acolher vendedores. O de Quifangondo resiste a custo de alguns poucos conservadores, o da Creche dos bairro dos imbondeiros mete dó. Isolado, com 2,3 vendedores, as noites é espaço de estacionamento privado. O do bairro da Vidrul é outro com funcionamento menos bom.

A consciência de todos é para aqui apelada para uma solução que vingue. Ouvir diferentes pontos de vistas, em termos semelhantes opiniões de todos os envolvidos vai ser um passo. Encontrar um final feliz é tarefa para humanos, nós, portanto.

6.5 Bairro social Tala Hady é agora uma vila digital

Jornal de Angola

08 De Janeiro de 2018

O bairro Tala Hady tornou-se no sábado uma "vila digital" com a inauguração de 25 pontos de acesso gratuito à Internet, instalados em sete ruas, no âmbito de um projecto desenvolvido pelo Instituto Nacional de Fomento da Sociedade da Informação.

Os 25 pontos de acesso vêm juntar-se aos 24 que já existiam em Luanda e estão instalados no Marco Histórico do Cazenga, Largo da Independência, Casa da Juventude de Viana, Parque da Samba, Largo das Escolas, Instituto Médio de Telecomunicações, Largo da Igreja São Domingos, parque junto às instalações da Força Aérea Nacional, no bairro Neves Bendinha, Cidade Universitária e Praça da Família.

O director do Instituto Nacional de Fomento da Sociedade da Informação, Miguel Cazevo, anunciou no sábado, que vão ser este ano instalados 105 novos pontos de acesso à Internet e as áreas prioritárias são o bairro Cassequel e as centralidades do Kilamba e Sequele. O projecto prevê que cada ponto de acesso tenha capacidade de suportar 60 utilizadores em simultâneo, a cada duas horas. Depois de duas horas, o utilizador deixa de ter acesso para permitir a entrada de outros utilizadores na rede.

"Temos verificado muitas conexões e este método de duas horas por dia permite maior rotação do número de utilizadores que tenham acesso à infra-estrutura", disse Miguel Cazevo.

O responsável salientou que a "vila digital" instalada no Tala Hady é a segunda fase do projecto Angola Online, que prevê a instalação de pontos de acesso gratuito à Internet nas províncias do Cuanza Norte, Malange e Bengo, devendo cada província dispor de oito pontos, que vão ser instalados em zonas de maior concentração de alunos.

"Vamos levar a iniciativa às escolas e a outros locais públicos em várias localidades do país", prometeu Miguel Cazevo, referindo que, nas restantes províncias, à excepção da Lunda Sul, que já tem um projecto do género desde 2011, o projecto vai ser implementado de forma gradual.

O projecto Angola Online visa proporcionar ao público facilidade de acesso à Internet, à informação e ao conhecimento, sendo uma iniciativa do Instituto Nacional de Fomento da Sociedade da Informação, um organismo que é tutelado pelo Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação.

6.6 Mais capacitação aos municípios

Jornal de Angola

31 De Janeiro de 2018

Texto: João Upale

A ministra do Ordenamento do Território e Habitação, Ana Paula de Carvalho, defendeu, na cidade de Moçâmedes (Namibe) a necessidade de potencialização das administrações locais no sentido de estarem capacitadas para dar respostas às solicitações relacionadas com a problemática fundiária, em geral, e, em particular, com métodos inovadores e céleres para infra-estruturação das reservas fundiárias.

Ana Paula de Carvalho falava na abertura do encontro metodológico e técnico sobre o Ordenamento e Habitação decorrido na cidade de Moçâmedes, em acto testemunhado pelos vice-governadores para o sector técnico e infra-estruturas das províncias de Benguela, Cunene, Cuando-Cubango, Huila e Namibe.

A disponibilização de terrenos infra-estruturados e legalizados para famílias que pretendam construir a casa própria mediante o regime da construção dirigida, simplificação dos processos para atribuição de títulos de concessão, bem como a disponibilização às famílias agrícolas de terrenos para o cultivo,

constam das questões tidas como prioritárias para o ministério.

A ministra disse que o conjunto de informações que foram transmitidas pelos prelectores aos administradores municipais vão servir de base para contribuições importantes sobre matérias que foram apresentadas no encontro.

Ana Paula de Carvalho lembrou que o ministério tem como missão definir, executar e coordenar a estratégia e política de ordenamento do território das cidades e da habitação, com vista a promoção de um desenvolvimento harmonioso e ambientalmente sustentável, numa lógica paisagística, urbana, económica, social e cultural.

Para Ana Paula de Carvalho, a descentralização administrativa, bem como a reforma de procedimentos administrativos e fortalecimento das instituições, vai tomar a administração municipal do Estado numa unidade de "prestação de serviço público por excelência", transferindo para ela as principais tarefas no domínio da satisfação das necessidades colectivas essenciais.

A problemática de direitos fundiários (gestão fundiária), a necessidade de o Ordenamento do Território impor o cruzamento e a amenização dos vários tipos de planos existentes à nível do país, as estratégias a curto e médio prazo, assim como a atitude sistemática da avaliação da sua aplicação prática e dos custos dos investimentos, deverá ser dada uma atenção especial em função das características próprias de cada região, para facilitar a solução dos problemas ligados à construção de infra-estruturas e de habitações. O propósito, segundo a ministra, é reduzir os encargos e facilitar a sua integração harmoniosa no ambiente. "Devemos adoptar para todas as localidades quer a nível municipal, provincial, respectivamente, planos de ordenamento de território, medida que deve ser acompanhada da promoção de uma cultura de respeito pelo interesse público, conhecer aos índices elevados de ocupação ilegal de terrenos e de construção desordenada e clandestina", referiu.

O encontro metodológico e técnico sobre o Ordenamento e Habitação ministrado pelos especialistas seniores do seu ministério abordou temas como "O Direito fundiário", "Ordenamento do território" e "Avaliação técnica sobre implementação de projectos de infra-estruturação de terra".

Entrega de casas

As primeiras casas da centralidade do 5 de Abril, em Moçâmedes, começaram a ser entregues na quarta-feira, para sua comercialização e consequente ocupação. O acto formal foi orientado pela ministra do Ordenamento do Território e Habitação, Ana Paula de Carvalho. Numa primeira fase, segundo o assessor da Imogestim, Mário Guerra, a distribuição é parcial.

Das duas mil habitações que compreende a urbanidade do 5 de Abril, estão disponíveis (nessa primeira fase) 584 moradias, das quais cem são apartamentos. "É o que está disponível, em função da execução das infra-estruturas externas", argumentou.

Mário Guerra garante haver, para essas habitações que começaram a ser distribuídas, condições de habitabilidade, como energia eléctrica, abastecimento de água, recolha dos resíduos sólidos, bem como o tratamento dos esgotos.

6.7 Procuradoria investiga o caso "Build Angola"

Jornal de Angola

04 De Janeiro de 2018

Texto: João Dias

A Procuradoria-Geral da República vai continuar na investigar os casos "Build Angola" e BPC, para apurar a verdade material e, em consequência, fazer com que os culpados sejam responsabilizados e os lesados ressarcidos pelos danos.

A Build Angola começou a vender, em 2008, o que muitos consideram como ilusões, em meio a um défice gritante de produtos imobiliários no mercado nacional. O binómio qualidade e preço atraiu centenas de pessoas que, desavisadas ou não, gastaram poupanças de uma vida nestes projectos.

Na altura, a Build Angola, que tinha sete projectos imobiliários, anunciava de modo pomposo a construção do Projecto The One. Este morreu à partida, ou seja, ficou pela propaganda, que afirmava, bastas vezes, que o projecto seria entregue em 2009. Nem um tijolo foi posto para a sua construção.

O Copacabana, projecto que prometia ser "chave na mão", mas à semelhança do primeiro, não viu a luz do sol. Foi cancelado, mesmo quando já tinham recebido milhões de dólares, fruto da aposta de dezenas e dezenas de angolanos ávidos de casa própria e digna.

Quintas do Rio Bengo. Ficou-se pela construção das casas modelo. Nada mais do que isso. Da estrada da Funda podiam-se divisar as casas, que representavam o "pináculo" do sonho de quem quisesse aliar a elegância e glamour de uma vivenda com contornos arquitetónicos modernos ao traços campestre ou rurais. A propaganda era forte e apelativa. Porém, não passou de um ardil. Prometeram construir 300 residências do tipo T3, T4, TS. Os preços oscilavam entre os 290 mil e um milhão de dólares.

Bem Morar tinha a entrega prevista para 2011. Porém, nem sequer tinha a fundação de metade das casas prometidas. Faltavam apenas cinco meses para a entrega. Limitaram-se a construir dois prédios e a rua. Nada mais! Hoje tem edificado mais 300 casas inacabadas. O preço varia entre os 150 e 400 mil dólares.

Projecto nosso Lar. Este projecto seguiu, à semelhança de outro, o estratégia dos ócios da empresa. O Nosso Lar ficou pela construção do stand de vendas e duas casas modelo. Prometeram construir casas do tipo T3 e TS. Os preços começavam na casa dos 119 mil dólares.

A empresa, que chegou a alterar o nome três vezes, passando de Build Invest para Build Brasil e depois a Build Angola e que na verdade é tida como READI Angola, prometeu construir sete projectos (The One, Quintas do Rio Bengo, Bem Morar Benfica, Bem Morar Samba, Nosso Lar e Nossa Vila e Copacabana). No total, os quatro empresários brasileiros António Paulo de Azevedo Sodré, João Gualberto Ribeiro Conrado Jr, Paulo Henrique de Freitas Marinho e Ricardo Boer Nemeth, sócios da Build Angola, haviam prometido 540 casas. Nem uma pedra foi entregue. As cerca de duas mil pessoas estão lesadas em mais de 400 milhões de dólares, valor que foi dado como adiantamento. Os responsáveis da empresa encontram-se à monte.

Caso BPC

Quanto ao caso BPC, a PGR abriu um inquérito para apurar denúncias da existência de um esquema de corrupção que alegadamente envolve funcionários da Direcção de Pequenos Negócios do Banco, que consistia na cobrança ilegal de valores para o carregamento de cartões visa e transferência de divisas para o exterior. Na sequência, o director da Direcção de Particulares e Negócios, Pedro Nicolau, e um grupo desta direcção foram ouvido pela Direcção Nacional de Prevenção e Combate à Corrupção da PGR. O Procurador-Geral da República prometeu que a instituição vai continuar a investigar o caso para que seja apurada a veracidade dos factos.

6.8 Sonho da casa própria continua a estar adiado

Jornal Economia e Finanças

05 De Janeiro de 2018

Texto: António Eugénio

O sonho da casa própria continua adiado para muitos cidadãos. A luta para aquisição de um imóvel, principalmente nas centralidades, que estão a ser construídas pelo Governo, no quadro da sua política habitacional, nos dias que correm, constitui um calcanhar de "alquiles", Construir é ainda mais difícil, desde a obtenção do terreno e a compra do material e outros encargos.

Carlos Mangrinha, funcionário público preferiu aderir na compra de uma casa numa centralidade, porém, o sonho esbarrou-se por causa de alguns "esquemas" no processo de venda.

Mário Victor também aderiu ao programa, sonhou tão alto e a intenção virou num pesadelo.

Como tudo estava bem dirigido vendeu, oficialmente, o pequeno imóvel no Cazenga achou que tudo estava feito.

"Eu já sonhava com o apartamento e nada! Estou à espera que haja oportunidade noutros projectos", desabafou.

Há muita gente nesta condição. Nesta confusão toda, acusações não faltam entre os interessados e às empresas que estavam envolvidas no processo de venda.

Para equilibrar a procura e a demanda, o Executivo, em parceria com agentes privados, tem incentivado à construção de centralidades em todo o país.

Muitas já estão habitadas, há também casas sociais construídas e terrenos loteados para construções dirigidas.

Para a empreitada, o Executivo conta com a participação de parceiros privados com créditos firmados no ramo.

Paulatinamente, o sonho da casa própria está a ser efectivado.

Por exemplo, a imobiliária Imogestín procedeu no III trimestre do ano passado na província do Bengo, à entrega simbólica das primeiras habitações da centralidade do Capari, aos cidadãos que concorreram pelo regime de venda ao público livre, no dia 6 de Julho do ano findo.

Num processo de entrega que será gradual em função do andamento das obras das infra-estruturas externas, segundo uma fonte da Imobiliária, simbolicamente foram entregues 45 habitações aos candidatos aprovados; que precederam ao pagamento da primeira prestação até ao final da tarde de quinta-feira, 07 de Setembro.

Na centralidade do Capari, na província do Bengo, estão disponíveis 813 habitações, que estão a ser entregues de forma faseada.

Um processo que aconteceu depois de entrega de casas nas centralidades do Kilamba, Sequela e Vila Pacífica em tempos ido.

O universo de candidatura foi preenchido pelas empresas do Estado e privadas, com segurança social paga. Para o Capari, as inscrições foram feitas o ano passado.

Dados disponíveis apontam que a Direcção Comercial da Imogestim deu início a recepção de processos de candidaturas das vendas dirigidas a empresas públicas e Privadas de habitações dos Projectos Habitacionais do Estado sob sua gestão, na província de Luanda, no passado dia 15 de Agosto e que decorreu até ao dia 15 de Setembro de 2017.

Projectos

O projecto habitacional é tão abrangente, que na província do Uíge está a ser construída uma centralidade na localidade de Quilomosso, uma na Huíla e outra na Caála, província do Huambo.

No Andulo, província do Bié, foi erguida uma centralidade e outra na província de Cabinda.

Um estudo imobiliário refere que a venda do metro quadrado baixou, em resultado do crescimento exponencial de residências em Luanda. Contudo, a reportagem do JE tentou contactar a Imogestim para obter mais informações sobre as vendas, mas não teve sucesso.

6.9 Queixa formal à visita na centralidade do Kilamba

Jornal de Angola

08 De Janeiro de 2018

Texto: Adalberto Ceita

A remoção diária de viaturas nas ruas e espaços adjacentes aos parques de estacionamento da Cidade do Kilamba tem motivado desarmonia entre moradores e a administração. A situação, de tão crítica que está, pode dar azo a uma queixa formal

dos moradores contra a administração junto à Procuradoria-Geral da República (PGR).

Um grupo de moradores pretende redigir uma exposição a dar conta do que consideram "anarquia na remoção das viaturas estacionadas nos espaços verdes abandonados e outros". Para o efeito, os subscritores do documento encetaram contactos com outros moradores da urbanização, com vista a reunir um número considerável de assinaturas, para levar adiante a iniciativa. "Como entender que a remoção de viaturas decorra no período nocturno ou antes das seis horas da manhã, em pleno sábado", interrogou-se Joaquim Xavier, que apoia a iniciativa.

Residente há quatro anos na Cidade do Kilamba, Xavier não esconde a desconfiança em relação ao método, "pouco claro", do pagamento das multas. O morador salienta ter dificuldades em compreender a gestão da Administração da cidade, que é muito eficiente na remoção de viaturas, mas negligente na conservação das principais infra-estruturas públicas.

Os moradores vão mais longe. Alguns entendem que os problemas de estacionamento nunca serão resolvidos, por acreditarem que a remoção de viaturas tem a mão do filho do administrador.

"Em tempos, o director da fiscalização, por ter manifestado oposição foi demitido pelo administrador mesmo sem ter competências para o efeito. Mas, por intervenção do actual governador de Luanda o director foi reconduzido", lembrou Manuel Victoriano, um dos moradores.

Exigências e Condições

A remoção de viaturas encontradas estacionadas em locais proibidos na faixa de rodagem, como muitas vezes acontece em Luanda, é da competência da Polícia de Trânsito, afirmou o jurista Diógenes de Oliveira.

Apesar de admitir a violação às normas do Código de Estrada, por alguns automobilistas, cujas viaturas foram removidas da via pública, o também docente universitário evoca, em defesa dos lesados, o Decreto-Lei 16 A/95, que configura o princípio da proporcionalidade. "O princípio da proporcionalidade assume a razoabilidade com a ponderação dos próprios interesses públicos envolvidos, sobre os direitos e interesses legítimos dos particulares", disse.

Diógenes de Oliveira explica que, para se exigir algo a alguém, é preciso ter em conta o que está ao dispor desta pessoa. No caso dos automobilistas ou cidadãos, referiu que o Estado, para exigir, deve primeiro criar condições. O jurista apela à

ponderação das autoridades e a adequação dos meios inerentes ao próprio acto da remoção da viatura.

"Numa situação em que, alegadamente, estejam preenchidos os pressupostos para a remoção de uma viatura, é preciso analisar se existe um parque de estacionamento ao redor e a quantos metros deste foi encontrada a viatura em situação irregular de estacionamento", explicou.

Diógenes de Oliveira coloca dúvidas sobre o valor das multas que é praticado pelos Serviços de Fiscalização, sempre que é reboca da uma viatura. Vezes há, exemplificou, em que para o mesmo caso ou situação os valores são díspares.

Além de criticar os excessos na remoção de viaturas, o jurista refere que é fundamental adoptar o meio menos gravoso, para não beliscar os direitos e interesses legítimos dos particulares.

"Gostaria de deixar um conselho às autoridades da província, para que construam mais parques de estacionamento", indicou Diógenes de Oliveira, tendo aconselhado a Provedoria de Justiça a averiguar a legalidade do acto, que há anos tem sido praticado pelos Serviços de Fiscalização.

Alternativas fechadas pelos "cobradores de lugar"

Catarina Domingos trabalha nos arredores do SIAC, no município do Talatona. De segunda a sexta-feira, é obrigada a pagar aos 'cobradores de lugares', nome por que são conhecidos os jovens que reservam estacionamento e fazem da actividade o seu ganho. Apesar de ser um negócio ilegal, a cobrança de estacionamento é feita sob o olhar de agentes da Polícia Nacional.

Os 'cobradores de lugar' trabalham de forma colectiva ou individual, tendo, alguns deles, clientes fixos. Se o automobilista não se dispuser a pagar não pode estacionar. Portanto, os condutores são obrigados a pagar pelo lugar, por hora ou por uns minutos. Os pontos onde esses jovens praticam estas actividades estão identificados com caixas, pedras, bancos e outros objectos. Impotente diante da situação, Catarina Domingos lamenta que o não pagamento dos espaços aos "cobradores de lugares" pode provocar o furto de acessórios do carro ou outros danos. Acrescenta que, estes jovens, mostram um certo poder sobre o espaço público, com intimidação e em alguns casos, faltas de respeito. "Prefiro ter de pagar 200 a 300 Kwanzas a esses jovens, a ter de arriscar ao pagamento de uma multa, que pode rondar entre os 35 e os 70 mil Kwanzas", justificou a senhora.

Catarina Domingos junta a sua voz aos apelos que são dirigidos às autoridades da província: "Os parques destinados ao estacionamento em Luanda são escassos. Antes de pensarem em punir, deviam criar condições".

O mesmo acontece nos arredores da Mutamba e dos Coqueiros. Madaleno Katata, também ele automobilista, não compreende o porquê do número reduzido de parques de estacionamento públicos na baixa da cidade e do elevado preço praticado pelos poucos privados que existem. Por outro lado, considera que, tratando-se de viaturas, a Lei das Transgressões Administrativas não é clara na aplicação de sanções.

6.10 Jovens e viúvas recebem casas

Jornal de Angola

11 De Janeiro de 2018

Texto: Sonia Maria

Jovens, viúvas, antigos combatentes e veteranos da pátria residente no município de Caculama beneficiaram de casas evolutivas, no âmbito do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Fome e Pobreza.

As casas evolutivas foram entregues pela Administração Municipal de Caculama, localidade situada a 54 quilómetros a leste da sede capital da província de Malanje. Entre os beneficiários, João Oficial, de 33 anos, visivelmente satisfeito, agradeceu na ocasião o gesto do Governo Provincial de Malanje, tendo apelado às autoridades "a continuar a desenvolver esforços para ajudar os jovens com iniciativas empreendedoras".

Isaiás Txuma, outro beneficiário, não escondeu satisfação por ter concretizado o sonho da casa própria. "Não tenho palavras para agradecer", disse. Catarina João, camponesa, disse que ao ser inserida no projecto de casas evolutivas concebidas pelo Executivo, ultrapassou um grande obstáculo na sua vida. "Sinto-me feliz porque já não sabia como suportar o pagamento da renda da casa onde vivia há cinco anos", disse.

Manuela Jacinto, coordenadora do único balcão de empreendedorismo no município de Caculama, sublinhou que habitantes locais, que antes viviam em residências de construção precária, estão a beneficiar de casas evolutivas.

6.11 Moradores do Zango decidem tomar de «assalto» a suas casas

Novo Jornal

12 De Janeiro de 2018

Texto: Álvaro Victoria

Os moradores dos Zangos 2, 3 e 4, a sul de Luanda, decidiram agendar para sábado, 13, o retorno às suas casas, demolidas no ano passado pelas autoridades do país, avançaram ao Novo Jornal.

Membros da Comissão ad hoc dos Bairros Demolidos do Zango contactaram o NJ para informarem que estão cansados de "tanto silêncio" das autoridades administrativas do país sobre o caso, e decidiram tomar o que dizem ser suas legítimas propriedades.

"No sábado, vamos estar concentrados para retornarmos às nossas casas, apesar de terem sido injustamente destruídas. Não podemos continuar a aturar este silêncio das autoridades e a viver em casas de rendas e de familiares quando temos os nossos próprios abrigos. As casas são nossas e nós só vamos reavê-las", afirmaram.

Os moradores denunciaram que há "gente de elite" quase quer "aproveitar do espaço" do zango, por ser uma zona que, com a entrada em funcionamento do novo aeroporto, "vai transformar-se num centro comercial, estratégico, propício para instalação de projectos imobiliários".

"Todo o mundo sabe que o Zango pertence genuinamente a camponeses. São terras dos nossos pais. Há quem as tenha comprado a camponeses. Querem aproveitar-se dos terrenos e passar por cima de todos, inclusive da lei. Se têm interesse naquilo, não é assim que devem proceder. Que sejam sinceros e negociem connosco, os legítimos proprietários das terras", observam.

Declararam que não temem uma reacção musculada das autoridades:

"Chega uma altura em que o homem, de tanta humilhação e injustiça, ganha coragem e vê-se motivado pela razão. É desta forma que nos sentimos. Seremos mais de cem famílias concentradas no sábado, dispostas a reaver as nossas casas"

Mas dizem não querem ficar por aí.

Auguram que, mais cedo ou mais tarde, a "justiça funcione" e cedam a indemnizações, depois de terem notificado instituições como Provedoria de

Justiça, Assembleia Nacional, Presidência da República.

"Partiram as nossas casas e aproveitaram-se das nossas terras injustamente. Como se diz, a justiça tarde, mas sempre chega. Um dia seremos indemnizados", vaticinam.

Recorde-se que as demolições no Zango 2, 3 e 4 foram levadas a cabo por militares afectos à Região Militar de Luanda, comandados pelo tenente-general Simão Wala. Foram atribuídas aos militares escalados no local a autoria da morte a tiro do adolescente António Rufino.

6.12 Falta de infra-estruturas externas na base da inundação do KK 5000

Jornal O PAÍS

16 De Janeiro de 2018

A Imogestin disse ontem que a inundação na parte Sul da urbanização KK 5000 a centralidade do Kilamba, em Luanda, tem como causa principal a falta de infra-estruturas externas para o encaminhamento das águas pluviais. Em nota enviada a redacção do jornal OPAÍS, a imobiliária justificou que a construção do Bloco R2, na parte Sul desta cidade, beneficiou apenas de um sistema de bombeamento e uma lagoa de retenção feita pela construtora CITIC.

Todavia, Imogestin explicou que no momento em que se deram as quedas pluviais que resultaram nas imagens que nos últimos dias têm circulado pelas redes sociais, "as duas bombas do sistema de drenagem provisório não funcionaram".

Na nota de imprensa, a gestora dos projectos imobiliários do Estado esclarece que estão impedidos de serem vendidos 190 apartamentos situados na zona mais baixa dos edifícios H, a mesma parte que inunda com o enchimento da bacia de retenção.

A Imogestin acrescenta também que o local afectado não se encontra habitado e acrescenta que a situação já foi regularizada na Segunda-feira (ontem) com empreiteiro CITIC.

6.13 Apartamentos no KK 5000 vetados à comercialização

Jornal de Angola

17 De Janeiro de 2018

Os 190 apartamentos que se encontram na zona abaixo dos edifícios H, na urbanização KK 5000, não estão a ser comercializados, devido ao enchimento das áreas de retenção das águas pluviais.

A recomendação vem expressa numa nota de imprensa da imobiliária Imogestín, que esclarece ainda que as inundações verificadas na parte da urbanização KK 5000, na zona sudeste da cidade do Kilamba, no bloco R2, sucederam em função da inoperância de duas bombas do sistema de drenagem provisório.

No documento, a Imogestín esclarece que a situação já foi verificada e normalizada pelo empreiteiro CITIC e explica que a Urbanização KK5000 é constituída por dois blocos, o R1 e o R2, sendo que o primeiro drena as águas pluviais para as infra-estruturas já construídas na fase inicial da construção da centralidade do Kilamba. No bloco R2, as águas pluviais escoam para o sul, mas ainda não existem infra-estruturas externas para o seu encaminhamento.

A Imogestín esclarece ainda que a empreitada para a construção do canal para o encaminhamento das águas pluviais para fora do bloco R2 está sob a responsabilidade do Gabinete de Coordenação para a Construção e Desenvolvimento Urbano das Cidades do Kilamba, ou seja, no projecto de construção das infra-estruturas urbanas para dez mil fogos habitacionais na cidade do Kilamba.

A urbanização KK5000 ocupa uma área de 75 hectares e caracteriza-se como um projecto habitacional composto por 188 edifícios de quatro andares, num total de cinco mil apartamentos T3, distribuídos por dois blocos, sendo o "R1" com 81 prédios e o "R2" com 103.

6.14 Decorre primeira fase de pagamento do IPU

Jornal de Angola

17 De Janeiro de 2018

A primeira fase de pagamento do Imposto Predial Urbano (OPU) decorre desde o início deste mês e permite aos contribuintes liquidar os impostos e cumprir com as obrigações fiscais até ao dia 31 de Janeiro, anunciou a Administração Geral Tributária (AGT).

O IPU é uma contribuição anual que o cidadão nacional ou estrangeiro paga ao Estado pela posse ou usufruto de uma casa, apartamento, moradia ou terreno, desde que estes bens imóveis se destinem a quaisquer fins que não sejam a actividade agrícola, silvícola ou pecuária.

O IPU deve ser ainda pago sobre edifícios ou construções móveis assentes no mesmo local por um período superior a seis meses, como, por exemplo, contentores, naves, e estaleiros.

O pagamento do IPU é exigível aos contribuintes sobre os imóveis ou terrenos cujo valor patrimonial está acima de cinco milhões de Kwanzas. O valor do IPU varia consoante o valor patrimonial do imóvel e está estabelecido em 0,5 por cento sobre qualquer valor que exceda cinco milhões de Kwanzas.

O IPU é calculado sobre o valor patrimonial do imóvel deduzido de cinco milhões. Por exemplo, se um imóvel tem o valor patrimonial de seis milhões de Kwanzas, deve-se subtrair cinco milhões aos seis milhões do valor patrimonial, do qual resulta um milhão de Kwanzas, valor ao qual incide a taxa de 0,5 por cento de IPU, resultando um imposto de cinco mil Kwanzas ($6.000.000,00 - 5.000.000,00 = 1.000.000,00 \times 0,5$ por cento = $5.000,00$).

Para a avaliação fiscal e definição do valor patrimonial são tidas em conta várias variáveis, tais como a localização do imóvel (província e município), a idade do imóvel, a utilidade que lhe é dada, a disponibilidade de serviços, como água, luz, saneamento básico e a área coberta de construção.

Segundo a AGT, o contribuinte deve dirigir - se à Repartição Fiscal da área de localização do imóvel, para proceder à inscrição na matriz, por meio da apresentação da "Declaração Modelo 5", o que permite avaliar o imóvel e determinar o seu valor patrimonial. A seguir, procede-se à liquidação para determinação do imposto a pagar. O pagamento do IPU é feito na agência bancária instalada junto da Repartição Fiscal.

Já no caso dos imóveis ou terrenos arrendados, sobre o valor da renda incide uma taxa efectiva a pagar correspondente a 15 por cento. Por exemplo, se o valor da renda for de 10 mil Kwanzas, o imposto a pagar é o resultado da multiplicação de 10 mil Kwanzas por 15 por cento, de que resulta o valor de 1.500 Kwanzas, o valor de imposto a pagar ($10.000,00 \times 15$ por cento = $1.500,00$).

Se o imóvel for arrendado a pessoas singulares ou particulares que não estejam obrigados a ter contabilidade organizada, deve ser o dono do imóvel

(ou senhorio) a pagar o IPU Renda na Repartição Fiscal da localização do imóvel, nos meses de Janeiro e Julho do ano seguinte ao do recebimento das rendas.

Se o imóvel for arrendado a pessoas colectivas, empresas, profissionais liberais ou comerciantes em nome individual, o valor devido do IPU Renda deve ser retido pelos mesmos no momento do pagamento da renda e entregue à Repartição Fiscal até ao dia 30 do mês seguinte ao efectivo pagamento da renda ao senhorio. Note-se que o arrendatário substitui o senhorio na entrega do imposto ao Estado, mas é o senhorio que suporta financeiramente o imposto, pois sofre dedução na renda.

Nestes termos, a AGT apela que todos os contribuintes cumpram com a primeira prestação do IPU durante o mês de Janeiro. A segunda prestação do IPU deve ser liquidada em Julho. A AGT informa ainda que podem os contribuintes aproveitar este período para regularizar qualquer outra falta em sede do IPU (inscrição ou actualização de prédios através da submissão da "Declaração Modelo 5" do IPU, entrega de "Declaração de Rendimentos Modelo 1" do IPU, selagem de contratos de arrendamento e regularização de IPU de anos anteriores, em atraso).

6.15 Fisco aperta cobrança ao Imposto Predial Urbano

Jornal Expansão

19 De Janeiro de 2018

Texto: Quingila Hebo

A Administração Geral Tributária está a cobrar a primeira prestação do Imposto Predial Urbano referente a 2017 e promete apertar os mecanismos de cobrança e de penalização dos faltosos. O prazo de pagamento termina no dia 31 deste mês e a segunda prestação deverá ser paga em Julho.

O Código do Imposto Predial Urbano determina que devem pagar o IPU todos os cidadãos residentes em Angola que são detentores ou usufrutuários de um bem imóvel ou terreno.

Nos últimos três anos, o Estado arrecadou mais de 88 mil milhões Kz resultantes do pagamento do Imposto Predial Urbano. Entretanto, a técnica de tributação do património do departamento técnico fiscal da direcção dos serviços fiscais da AGT, Engrácia Nsingi, avança ao Expansão, embora sem revelar números, que a diferença entre o número inscrito de contribuintes do IPU e o que efectivamente paga é muito grande.

A técnica da AGT avança, por outro lado, que aumentam cada vez mais os processos de incumprimento do pagamento do IPU.

"Muitos contribuintes, depois da inscrição na matriz, pagam o IPU no primeiro ano, mas no segundo já não comparecem nas repartições fiscais para regularizarem os seus impostos", reforça Lideth de Almeida, técnica do mesmo departamento.

Lideth de Almeida avança ao Expansão que, de agora em diante, o Estado terá maior controlo sobre os devedores e passará a notificá-los com maior regularidade. "Depois da notificação, se o devedor não pagar, a AGT despoleta um processo de execução fiscal ou de cobrança coerciva, em que são avaliadas as garantias reais do contribuinte", explica. As técnicas da AGT, recusando-se a avançar números, referem que foram produzidos muitos processos de execução fiscal ou cobrança coerciva do IPU durante os últimos três anos devido ao número elevado de devedores.

Centralidades já pagam

As centralidades urbanas do País começaram a pagar o IPU no ano passado. Em 2017, os proprietários de imóveis ou arrendatários pagaram o IPU referente a 2013, 2014, 2015 e 2016. As novas centralidades urbanas começaram a ser habitadas em 2012.

O Programa de Estabilização Macroeconómica prevê algumas alterações nas condições de pagamento do Imposto Predial Urbano. "Rever a eficácia da abordagem de implementação e cobrança do IPU e traçar planos de melhoria de curto prazo", são objectivos apontados no documento.

Entre as mudanças não especificadas no PEM, a KPMG diz num artigo publicado no Expansão na semana passada que prevê-se que baste ter contrato ou uso do imóvel para que as pessoas passem a pagar o IPU. Dito de outro modo, doravante, todos os que possuem um terreno ou vivem num imóvel deverão pagar o IPU.

A técnica de tributação do património do departamento técnico fiscal da direcção dos serviços fiscais da AGT, Engrácia Nsingi, não confirma as alterações e esclarece que o IPU, de acordo com o Código do Imposto Predial Urbano, é uma contribuição anual que qualquer cidadão deve pagar ao Estado pela posse ou usufruto de uma casa, apartamento, moradia ou terreno.

6.16 Lunda Sul com mais casas

Jornal Economia & Finanças
19 De Janeiro de 2018

As restantes 369 casas do projecto habitacional zoo fogos por município ficam concluídas no I trimestre deste ano na Lunda Sul, anunciou, na quarta-feira, à Angop, em Saurimo, o director provincial do Ordenamento do Território e Urbanismo, Francisco Txiquendja.

Iniciado em 2012 em todo o país, explicou, o programa "200 fogos habitacionais" por município esteve paralisado há quase dois anos na Lunda Sul, onde foram construídas 231 casas, das quais 73 no município de Cacolo, 64 no Dala e 94 no Muconda, todas já habitadas.

Pagamento do Imposto Predial Urbano em alta na terra do Bago vermelho

Jornal O PAÍS

25 De Janeiro de 2018

A informação foi avançada, ontem, Terça-feira, 24, pelo chefe da referida instituição, Sebastião Francisco António, tendo realçado que este valor representa um acréscimo de Kz 27 milhões e 59 mil comparativamente ao ano de 2016, em que foram arrecadados Kz 20 milhões e 280 mil com o pagamento de IPU.

Sebastião Francisco António explicou que o aumento do pagamento do Imposto Predial Urbano resulta das campanhas de sensibilização desenvolvidas pela Administração Geral Tributária (AGT), consubstanciadas em aconselhamento da população sobre a importância do cumprimento desta obrigação fiscal. Disse ainda que o processo de inscrição matricial de imóveis continua em toda província. Refere-se que o Imposto Predial Urbano (IPU) é uma contribuição anual que o cidadão nacional ou estrangeiro deve pagar ao Estado, pela posse ou usufruto de imóveis, desde que estes bens se destinem a quaisquer fins que não sejam a actividade agrícola, silvícola ou pecuária.

O IPU incide sobre imóveis ou terrenos cujo valor patrimonial seja igual ou acima dos cinco milhões de Kwanzas. Estão isentos deste pagamento, as instituições públicas, autarquias, representações diplomáticas e consulares, instituições públicas de providência e segurança social, partidos políticos, sindicatos, associações públicas e instituições religiosas legalmente constituídas, organizações sociais, culturais, científicas, humanitárias e profissionais.

7. TERRA

7.1 Crispação Água divide fiéis católicos e Governo provincial da Huíla

Jornal O PAÍS

05 De Janeiro de 2018

Texto: António Gaspar

A Comunidade Cristã de Santo António dos Gambos protesta contra o projecto de transumância do Governo provincial da Huíla que visa beneficiar os camiões dos fazendeiros da região, que desde há muitos anos retiram água da fonte da Missão sem serem molestados.

Para os cristãos, esta prática de exploração intensiva utilizada pelos fazendeiros sob orientação do governo provincial poderá, na falta de estudos de viabilidade, esgotar o lençol freático da fonte de Santo António e prejudicar a Comunidade da Missão que depende desta nascente.

"A Comunidade Cristã de Santo António dos Gambos sempre bateu às portas das instituições governamentais no sentido de se encontrar uma solução pacífica que satisfizesse o interesse de todas as partes envolvidas e até agora todos os esforços e apelos foram ignorados", desabafaram.

Continuando, os fiéis explicaram que representantes da Direcção provincial de Energias e Águas, com o apoio de entidades da Administração Municipal dos Gambos, ao invés de negociarem com a comunidade afectada pelo problema, optaram por mobilizar comunidades fora da missão, com especial destaque para alguns líderes da área do Ngelenge, fazendo-os passar por donos da fonte.

"Estas situações têm estado a criar crispações desnecessárias entre as pessoas e as comunidades com potenciais gérmes de conflitos interpessoais de efeitos duradouros", salientaram, recordando que a seca tem causado nesta região conflitos violentos entre pastores juntos às fontes.

A comunidade de fiéis, segundo avançaram, diz existirem queixas na província de que a Missão de Santo António dos Gambos está a proibir que a água suba para a região dos pastos, o que leva os pastores a percorrerem mais de 30 quilómetros, sendo esta a razão principal da mortalidade do gado bovino na região. "Para além destas calúnias, há também informação de que a comunidade está a vandalizar os meios dos fazendeiros junto à fonte de Santo António", explicaram.

7.2 “Defendemos sim a revisão da Lei de Terras”

Jornal de Economia e Finanças

12 De Janeiro de 2018

Texto: Adérito Veloso

O presidente de direcção da Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA), Pedro Caldeira, espera que a criação da empresa estatal para a venda de terrenos infra-estruturados traga para o mercado a liberalização da venda aos demais agentes económicos dos terrenos e que no final o consumidor possa sentir-se satisfeito e não afecte negativamente no seu bolso. Em entrevista ao JE, o gestor considera o sector imobiliário como um eixo importante para a economia, porque "ele mexe com o rendimento das famílias, empresas e o Estado".

Qual é a vossa visão com a criação da Empresa Gestora de Terrenos Infra-estruturados (EGTI - E.P.)?

A APIMA vê com bons olhos a criação desta empresa, desde que ela seja inclusiva e traga para o mercado a liberalização da venda aos demais agentes económicos dos terrenos que detêm, bem como possa apresentar plataformas inovadoras de negociação, além de permitir que agentes imobiliários possam intermediar os seus produtos de modo a garantir a realização de negócios para ambas as partes e que no final o consumidor possa sentir-se satisfeito e não afecte negativamente no seu bolso, se assim acontecer, a APIMA apoiará e trabalhará directamente com esta empresa.

A vossa Associação tem sido consultada pelo Governo para a concertação de ideias quanto ao processo de venda de terrenos para fins habitacionais?

Aguardamos pacientemente que o novo Executivo nos chame para abordarmos as questões que nos afligem e estamos disponíveis para apresentar as questões mais preocupantes e daremos as soluções que no nosso ponto de vista possam ser viáveis. Consideramos o sector imobiliário como eixo da economia, porque ele mexe com o rendimento das famílias, empresas e o Estado. Se ele existir, trará para Angola capitais externos para o investimento e as famílias possam a captar recursos via banca, garantindo o aumento da taxa de empregabilidade, devido ao aumento do sector da construção civil, que é vital em termos práticos sendo o sector que mexe com o país.

A APIMA acha que a intensificação da migração interna está a criar uma pressão aos grandes centros urbanos?

Consideramos que a migração desenfreada devido a falta de políticas de incentivo ao desenvolvimento das localidades podem ser o factor de pressão a construção desordenada, mas a pressão aos centros urbanos provém de vários motivos um deles a falta de uma política clara sobre o processo de loteamento e regularização de terrenos.

A ausência de instrumentos de ordenamento de território tem facilitado a ocupação ilegal dos solos?

Na nossa visão não são a falta de instrumentos mas sim a falta de uma política clara sobre aquisição de terrenos e o seu cadastro e loteamento deve ser tratado com muita seriedade consideramos um assunto até de segurança nacional.

Deve-se aprovar uma tabela nacional de preços a cobrar nas concessões de direitos fundiários?

Já existe tabela de preços para a concessão do direito de superfície o que falta é a tramitação prática deste processo.

Defendem uma tabela de preços especial para as camadas mais vulneráveis da sociedade (antigos combatentes e militares), na concessão de direitos fundiários?

Para estes casos nos parece que existem órgãos a fins que fogem do nosso escopo empresarial.

Defendem a revisão da Lei de Terras?

A APIMA defende sim a revisão da Lei de Terras para que possamos incentivar o investimento privado seja ele nacional ou internacional.

Qual é a avaliação que faz do subprograma de autoconstrução dirigida, que está a ser desenvolvido pelo Governo?

A APIMA não foi contactada para fazer parte deste programa. Assim, não estamos em condições de avaliar ou darmos qualquer parecer sobre a matéria.

Que estratégias devem ser adoptadas para que o projecto atinja os resultados esperados?

Para que possamos dar ideias, temos que conhecer o programa por isso, esta entrevista pode abrir as portas para que possamos ser chamados por quem de direito, para trabalharmos em conjunto.

Como é que caracteriza actualmente o sector imobiliário nacional?

O sector imobiliário vive um momento particular de incertezas, devido a actual crise económica, mas ele continua a funcionar, não parou, estando os clientes a comprarem, venderem e arrendarem, mas o sector não representa só isso, ele mexe com o sector da construção civil, indústria de materiais de construção, notários e conservatórias, governos locais, aumenta a riqueza para o Estado, devido à captação de impostos resultantes das operações de legalização e transmissão da propriedade, aumento da riqueza das famílias, desenvolvimento harmonioso das cidades e a criação de milhares de postos de trabalho, neste caso concluímos que este seja uma área vital e que o Executivo deve tudo fazer para impulsionar e não esquecer este fantástico sector da economia, porque corre-se o risco de criar-se outra grande bolha imobiliária devido à estagnação da oferta pela falta da criação de novos produtos.

O mercado imobiliário encontra-se estagnado?

No nosso ponto de vista cremos que o mercado não está estagnado, porque ele gera oportunidades e realizam-se negócios. O que houve foi uma redução substancial de novos investimentos e a paragem de muitas obras devido a banca decidir reduzir para escalas muito altas a concessão de créditos, devido aos altos índices de incumprimento, resultado do crédito mal parado, mas o mercado continua a funcionar, logicamente as famílias deixaram de ganhar o que ganhavam a anos anteriores e muitas imobiliárias fecharam suas portas.

As cooperativas de fomento imobiliário são alternativas?

Pensamos que sim, no nosso ponto de vista o sector imobiliário deve estar alinhado com as boas práticas administrativas e legais para facilitar o desenvolvimento harmonioso de todo o sistema. Julgamos que deve ser aproveitado o momento para se inverter o quadro actual, concordamos que as cooperativas podem e devem ser uma das alternativas para a resolução da problemática habitacional que ainda é gritante, até para requalificar as cidades e localidades e nós apoiamos a sua implementação.

7.3 Intermediários ilegais vendem espaços em Viana

Jornal Economia e Finanças

12 De Janeiro de 2018

Texto: André Sibi

A comercialização de terrenos em Viana consta entre os negócios que está a gerar a nova "vaga" de milionários no município.

A administração municipal de Viana não dispõe de espaços para a construção de casas, tão pouco para actividade comercial.

Apesar disso, a reportagem do TE descobriu que os funcionários da administração municipal dispõem de espaços para a venda, seja qual for a dimensão.

A partir da recepção fomos conduzidos por um funcionário sénior da administração municipal de Viana, que, por sua vez, nos levou para uma área onde existem vários terrenos.

O "operativo", como é conhecido, o nosso guia, que também se ocupa da comercialização de vários hectares de terra em Viana, explicou que neste actualmente estão disponíveis aproximadamente dois hectares de terreno, junto do condomínio do empresário Bento dos Santos Kangamba, no Zango III.

Segundo explicou, os preços variam de acordo com a dimensão do terreno. Para os lotes de 15/20 metros por exemplo, os preços variam entre 400 e 700 mil Kwanzas, com direito à licença de construção e os respectivos direitos de superfície.

Pouca oferta

O administrador municipal, Jeremias Dumbo, explicou que o redimensionamento que a província de Luanda conheceu, nos últimos meses, reduziu em grande medida a capacidade do município em termo de espaços disponíveis para a auto construção dirigida.

De acordo com o administrador, o município perdeu o controlo sobre importantes reservas fundiárias naquela zona.

Diariamente, a administração recebe entre 10 e 20 solicitações, para a atribuição de lotes, tendo ainda assim reconhecido a procura sofreu uma redução significativa, a julgar pelo actual contexto económico e financeiro.

Para se adquirir terrenos naquela região, o cidadão tem de redigir uma carta para a administração municipal, a solicitar o espaço, devendo para o efeito anexar a cópia do bilhete de identidade.

Uma vez atribuída ao munícipe a documentação, o cidadão paga o Imposto Predial Urbano (IPU), direito de superfície e a licença para construção. Os encargos vão até 100 mil Kwanzas, dependendo das dimensões do espaço.

Questionado sobre o negócio de terreno praticado pelos funcionários da administração de Viana, o

governante explicou que, na intenção de se desfazer da burocracia, alguns munícipes recorrem, aos funcionários da administração municipal.

Zango destaca-se

O distrito urbano do Zango consta entre as zonas do município de Viana, onde o negócio dos terrenos "constrói milionários" à custa de quem perde.

Nas imediações da primeira paragem do Zango III, mais conhecido por "Pneu e Kitondo I", por exemplo, encontramos vários episódios. É caso da cidadã identificada por Augusta, uma entre várias que se intitulam por empresária na zona.

Segundo Daniel Paulo, nome fictício, a senhora é acusada de apropriar-se de uma parcela com aproximadamente um hectare, onde construiu e vende "bases" para construção de moradias.

A casa modelo já está concluída há um ano, pena é que foi vendida para cinco pessoas, entre os quais um oficial subalterno das Forças Armadas Angolanas.

Nas outras moradias, os trabalhos estão paralisados desde Novembro último. Segundo contou, as dimensões são desde 15/20.

As moradias, na sua maioria são de três quartos, uma sala, uma cozinha, despensa, quarto de banho e quintal. O preço varia de 3,5 milhões de a 4 milhões de kwanzas.

O JE tentou ouvir a dona Augusta, mas sem sucesso.

7.4 Moradores de Belas em risco de perderem as casas

Novo Jornal

12 De Janeiro de 2018

Texto: Isabel João

O problema, de acordo com os queixosos, começou no dia 27 de Novembro de 2017, altura em que começaram a ver circular no bairro uma viatura de luxo, com vidros fumados, que transportava uma mulher e supostos funcionários da administração do Cabolombo.

"Alguns vizinhos que já vivem aqui ficaram atentos para saber de quem se tratava, mas a mulher não desceu da viatura. Apenas desceram dois funcionários da administração, que tiraram medidas no local", conta Domingos Joaquim, morador da zona.

A equipa de reportagem do Novo Jornal, que no último sábado se deslocou à conhecida Zona Verde

3, pôde observar a ocupação do terreno em litígio com centenas de casas.

Os reclamantes afirmaram ter adquirido os terrenos das mãos de um cidadão camponês identificado por Cassanje. "Nós já apresentámos à Administração os documentos e o mais-velho que nos vendeu os terrenos, agora a cidadã portuguesa deve também mostrar a pessoa que lhe vendeu todo aquele terreno. A Administração está a defender a cidadã portuguesa e não sabemos porquê", acusaram os moradores, aflitos, que pedem apoio do governador provincial.

João André, por exemplo, diz ter adquirido um espaço de 20 por 15 metros quadrados em 2015 das mãos do camponês Cassanje, que dizia ser o proprietário do espaço. "Comecei a construir a minha residência e agora estou a correr o risco de perder o meu espaço que consegui com muito sofrimento. Porque é que só agora aparece a cidadã portuguesa a reclamar a titularidade do espaço de cerca dois hectares?"

Os moradores dizem também estar a ser intimidados por agentes da Investigação Criminal do município de Belas, que são vistos sempre a rondar o local na companhia do chefe do Gabinete Jurídico da Administração do Cabolombo, identificado por Mateus Mussungu.

7.5 Negócio de terrenos rende milhões de Kwanzas em Luanda

Jornal Economia e Finanças

12 De Janeiro de 2018

Texto: António Eugénio

A venda ilegal de terrenos faz milionários a nível da província de Luanda. No passado recente com o Kwanzas equivalente a 100 e 500 dólares, muita gente conseguiu adquirir terrenos espaçosos em várias zonas de Luanda.

Hoje nem pensar! Os preços praticados para a compra de um talhão estão muito caros. A localização do espaço determina o valor a pagar. Fala-se em milhões, dinheiro ainda muito pesado no bolso de muitos cidadãos.

Numa ronda feita pelo JE, pode constatar que o negócio de terrenos é um verdadeiro "EI dourado". Há muita gente no negócio desde vendedores e a intermediários.

Luísa Maria adquiriu um espaço com uma dimensão de 15/15 no bairro Gamek, no Morro Bento no valor de 300 dólares em 2000. Construiu um restaurante

bastante frequentado. A cobiça para quem compra o espaço aumenta todos os dias.

Alguém aparentemente, bem-sucedido financeiramente, propõe a senhora! "Pago 2 milhões de Kwanzas pelo teu espaço, mais 2 milhões pelas paredes". Sem meias medidas responde que se o interessado tiver 10 milhões pode pagar.

Cruzam os olhares, numa verdadeira negação a proposta. "Não há reclame a dizer que vende-se", responde aos gritos. A poucos passos do estabelecimento há um terreno baldio custa ao todo 5 milhões de Kwanzas.

"Vende-se um terreno", lê-se num papel fixado no bairro Talatona. Solicitamos o proprietário Franco Canjala as dimensões são de 10/10 sem rodeio. "O meu terreno custa 5 milhões de Kwanzas", disse.

A nossa ronda abrangeu o bairro "Bom do Chapéu", Camama, onde Carlos Montana em anos idos, por mil dólares, comprou um espaço 25/20. Agora que o negócio está "viciado", repartiu o terreno em dois e recebeu em compra partida 7 milhões de Kwanzas.

Tal é a história de Rita Felícia, proprietária de um restaurante e um estabelecimento comercial no bairro Benfica. Comprou a 3 mil dólares com o vício que se criou, o espaço está cotado, neste momento, em milhões de Kwanzas.

O cenário repete-se em todos os pontos que a nossa reportagem passou. Há terrenos onde os interessados são afugentados pelo valor da venda. Aliás, nesta altura quase ninguém tem dinheiro para os comprar.

Intermediários

António Branco é intermediário no negócio, comprou uma casa e meteu os filhos a estudar no exterior. Explicou que o retorno das crianças ao país foi o remédio Santo, o "negócio" já não está a dar.

"O negócio já deu agora, estamos a tentar entrar noutros porque este está difícil, não há clientes, o processo dos terrenos não ajuda muito", disse.

Albuquerque Calate também é intermediário, com muita nostalgia lembra o tempo que chegava a amealhar centenas de Kwanzas por dia. Actualmente, o cenário é diferente.

Quase todos os nossos contactos recaem para mesma linha, pouco dinheiro, muitos terrenos, mas não há clientes.

No site "OLX" pode ser lido anúncios de venda de terrenos em muitas zonas de Luanda, os preços dos

anúncios dos terrenos começam de 2 milhões de kwanzas para cima.

Por outro lado, o JE contactou os serviços da administração de Talatona e Belas, todas desconhecem a venda de terrenos à preços espelhados e também não têm espaços a venda.

7.6 O aproveitamento das terras e o desenvolvimento rural

Jornal de Angola
12 De Janeiro de 2018

Angola tem um importante recurso natural que são as terras férteis, cujo aproveitamento racional se quer apostar, no quadro da diversificação da economia, na perspectiva de se superar a crise económica e financeira que atravessamos.

O campo tem de voltar a ser potenciado com programas sustentáveis, pois é na produção agrícola que podemos encontrar soluções para muitos dos nossos problemas económicos. O elevado preço do petróleo no mercado internacional antes de surgir a crise permitiu que subestimássemos as potencialidades do campo, porque ingenuamente pensávamos que podíamos viver exclusivamente do crude e dos diamantes, relegando para segundo plano a produção agrícola, já que tínhamos muito dinheiro para importar mercadorias de diversa natureza.

Agora que estamos perante uma situação económica crítica, importa que se dê a devida importância ao campo, sendo necessário que se coloque ao nível das instituições do Estado as pessoas certas para produzir políticas publicas de promoção da produção agrícola.

É hora de se começar a valorizar os quadros nacionais que realmente têm conhecimento suficiente para ajudar o Estado a gizar acções no sentido de se revitalizar a actividade produtiva no campo. Hoje há cidadãos a quem foram concedidas terras para produzir, mas, o que se vê é um vazio, em termos de actividade produtiva, deixando-se muitos angolanos com vocação para a produção agrícola e até com conhecimento sobre o seu aproveitamento, à margem de um processo que tem de contar com aqueles que realmente podem contribuir para o crescimento da economia agrícola.

Um prestigiado economista angolano tinha alertado, há já algum tempo, que a diversificação da economia é processo longo, dando a entender que temos todos muito trabalho pela frente para chegarmos ao grande objectivo que é diminuir a nossa dependência

excessiva da produção de petróleo, em termos de receitas.

Cometeram-se no passado vários erros, mas o que agora temos de fazer é corrigir o que andamos a fazer mal, com vista a termos um país que possua também um sector empresarial privado forte ao nível da actividade agrícola.

Porque os recursos são escassos, o Estado quer naturalmente libertar-se da sua condição de ser o grande empregador, criando condições para que haja a emergência de um empresariado privado capaz de absorver mão-de-obra, com vista a se reduzir consideravelmente o desemprego.

É necessário que tenhamos por exemplo empresas que no campo possam transformar os produtos decorrentes da actividade agrícola, proporcionando não só um aumento de bens e serviços, mas também a criação de muitos postos de trabalho.

Nós, os angolanos, temos de trabalhar para usufruirmos das nossas potencialidades económicas. Temos de arregaçar as mangas para nos lançarmos numa empreitada: a diversificação da economia, que pode concorrer para a melhoria das nossas vidas.

Temos de nos concentrar no trabalho e não podemos ter receio das dificuldades, porque essas sempre existem. Temos de ser determinados para que consigamos alcançar as metas que assumimos. Angola tem tudo para que o seu povo viva feliz.

Que as instituições do Estado vocacionadas para o fomento da produção no campo trabalhem com os cidadãos angolanos que têm muito a dar à agricultura. Há muitas ideias sobre o que o país deve fazer para desenvolver a actividade agrícola. É, entretanto, necessário que haja diálogo com as organizações da sociedade civil sobre o que deve ser feito ao nível da actividade agrícola. É imperioso que se oiça os quadros angolanos, que, pela sua experiência e conhecimento, estão em condições de ajudar o Estado a traçar boas políticas públicas de desenvolvimento da agricultura, tanto familiar como empresarial.

7.7 O uso dos solos e a maka das ravinas

Jornal de Angola
18 De Janeiro de 2018

Nos últimos 10 anos, as ravinas atingiram todo o país e com maior destaque para as províncias de Luanda,

Uíge, Huambo, Bié, Moxico, Zaire, Lunda-Sul, Lunda-Norte e Cuando Cubango. Estas são as conclusões de uma engenheira ambiental que, há três meses, em entrevista ao *Jornal de Angola*, avançou um quadro preocupante relativo ao fenómeno que corrói estradas, terras cultiváveis, moradias. Isto, além de contribuir para separar comunidades inteiras e deixar, muitas vezes, pessoas em risco de vida não raras vezes, por acção directa e indirecta da mão humana. E, embora se trate essencialmente de um fenómeno natural, segundo a especialista que falou ao *Jornal de Angola*, muito dos feitos das mulheres e homens sobre o solo acabam também por contribuir para aceleração das condições que propiciam as ravinas.

De facto, a pressão humana sobre os solos constitui um problema sério, razão pela qual são completamente evitáveis muitas das causas ligadas ao fenómeno das ravinas em todo o país.

Em muitas cidades e localidades do país, como as já mencionadas, o quadro em que avançam as ravinas constitui um repto permanente a todos no sentido de se reflectirem as condições de ocupação e uso dos solos.

Definida como erosão hídrica que causa movimento de massa de terra, que se pode entender como um fenómeno geológico que consiste na formação de grandes buracos, as ravinas constituem hoje dos maiores desafios com que se confrontam as várias localidades do país. E vale a pena persistir na componente pedagógica, na medida em que, curiosamente, em muitas comunidades o fenómeno ravina não é ainda inteiramente conhecido. A forma como inesperadamente se abrem buracos de dimensão gigantesca leva, em muitas comunidades a leituras que associam o fenómeno a alguma maldição ancestral e que se aproximam do obscurantismo, facto que exigem explicações.

E estas devem, naturalmente se acompanhadas de sensibilização para que as comunidades sejam capazes de compreender devidamente algumas das causas por detrás do fenómeno natural, as suas consequências, mas fundamentalmente os passos para os evitar. Como defendeu a cientista ambiental, é possível evitar ou mitigar os efeitos das ravinas, sobretudo se as comunidades forem capazes de evitar a destruição da vegetação, por via das queimadas, desmatamento e desflorestação para a construção de estradas e casas, entre outros.

É preciso informar as pessoas e instituições que, como disse a engenheira ambiental I, a alteração do sistema natural de escoamento e drenagens de águas pluviais e a criação de sistema de irrigação artificial

estão, também, entre as causas do surgimento das ravinas.

Devemos reflectir seriamente sobre a ocupação e uso dos solos, numa altura em que a pressão demográfica tende a levar, naqueles lugares em que a densidade populacional é notória, ao aumento das actividades humanas nem sempre consentâneas com as medidas para inviabilizar o fenómeno.

Aprendamos mais com a natureza cujos processos de reciclagem, de degradação e autor aproveitamento contribuem para a manutenção do equilíbrio e continuidade de maneira exemplar para os seres humanos. Não podemos fazer aproveitamento dos solos, da flora e fauna de maneira insustentável, sem um diagnóstico apurado sobre o impacto da acção humana, sem um amplo processo de auscultação das comunidades, entre outras acções preventivas. Assim, o fenómeno natural conhecido como ravina pode ser completamente contratado, nalgumas circunstâncias evitado e ao menos contribuir para retardar ou acautelar a erosão hídrica que causa movimento de massa de terra.

7.8 Mais capacitação aos municípios

Jornal de Angola

31 De Janeiro de 2018

Texto: João Upale

A ministra do Ordenamento do Território e Habitação, Ana Paula de Carvalho, defendeu, na cidade de Moçâmedes (Namibe) a necessidade de potencialização das administrações locais no sentido de estarem capacitadas para dar respostas às solicitações relacionadas com a problemática fundiária, em geral, e, em particular, com métodos inovadores e céleres para infra -estruturação das reservas fundiárias.

Ana Paula de Carvalho falava na abertura do encontro metodológico e técnico sobre o Ordenamento e Habitação decorrido na cidade de Moçâmedes, em acto testemunhado pelos vice-governadores para o sector técnico e infra-estruturas das províncias de Benguela, Cunene, Cuando-Cubango, Huila e Namibe.

A disponibilização de terrenos infra - estruturados e legalizados para famílias que pretendam construir a casa própria mediante o regime da construção dirigida, simplificação dos processos para atribuição de títulos de concessão, bem como a disponibilização às famílias agrícolas de terrenos para o cultivo, constam das questões tidas como prioritárias para o ministério.

A ministra disse que o conjunto de informações que foram transmitidas pelos prelectores aos administradores municipais vão servir de base para contribuições importantes sobre matérias que foram apresentadas no encontro.

Ana Paula de Carvalho lembrou que o ministério tem como missão definir, executar e coordenar a estratégia e política de ordenamento do território das cidades e da habitação, com vista a promoção de um desenvolvimento harmonioso e ambientalmente sustentável, numa lógica paisagística, urbana, económica, social e cultural.

Para Ana Paula de Carvalho, a descentralização administrativa, bem como a reforma de procedimentos administrativos e fortalecimento das instituições, vai tomar a administração municipal do Estado numa unidade de "prestação de serviço público por excelência", transferindo para ela as principais tarefas no domínio da satisfação das necessidades colectivas essenciais.

A problemática de direitos fundiários (gestão fundiária), a necessidade de o Ordenamento do Território impor o cruzamento e a amenização dos vários tipos de planos existentes à nível do país, as estratégias a curto e médio prazo, assim como a atitude sistemática da avaliação da sua aplicação prática e dos custos dos investimentos, deverá ser dada uma atenção especial em função das características próprias de cada região, para facilitar a solução dos problemas ligados à construção de infra-estruturas e de habitações. O propósito, segundo a ministra, é reduzir os encargos e facilitar a sua integração harmoniosa no ambiente. "Devemos adoptar para todas as localidades quer a nível municipal, provincial, respectivamente, planos de ordenamento de território, medida que deve ser acompanhada da promoção de uma cultura de respeito pelo interesse público, conhecer aos índices elevados de ocupação ilegal de terrenos e de construção desordenada e clandestina", referiu.

O encontro metodológico e técnico sobre o Ordenamento e Habitação ministrado pelos especialistas seniores do seu ministério abordou temas como "O Direito fundiário", "Ordenamento do território" e "Avaliação técnica sobre implementação de projectos de infra-estruturação de terra".

Entrega de casas

As primeiras casas da centralidade do 5 de Abril, em Moçâmedes, começaram a ser entregues na quarta-feira, para sua comercialização e conseqüente ocupação. O acto formal foi orientado pela ministra

do Ordenamento do Território e Habitação, Ana Paula de Carvalho. Numa primeira fase, segundo o assessor da Imogestim, Mário Guerra, a distribuição é parcial.

Das duas mil habitações que compreende a urbanidade do 5 de Abril, estão disponíveis (nessa primeira fase) 584 moradias, das quais cem são apartamentos. "É o que está disponível, em função da execução das infra-estruturas externas", argumentou.

Mário Guerra garante haver, para essas habitações que começaram a ser distribuídas, condições de habitabilidade, como energia eléctrica, abastecimento de água, recolha dos resíduos sólidos, bem como o tratamento dos esgotos.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Incumprimento das normas pode elevar casos de cólera

Jornal de Angola
02 De Janeiro de 2018
Texto: António Capitão

O número de casos de cólera na cidade do Uíge, onde foi declarado há dias um surto, pode aumentar por não estarem a ser respeitadas pelos técnicos de saúde do Centro de Tratamento da Cólera, do Hospital Geral do Uíge, as normas mínimas de gestão e controlo de doenças contagiosas, alertou, domingo, o secretário de Estado da Saúde Pública.

José Cunha, que visitou centro, onde estavam internados até domingo 26 doentes dos 95 notificados desde o surgimento do surto, que já registou dois óbitos, manifestou a sua preocupação com o facto de ter constatado a permanência de pessoas saudáveis na sala onde estão doentes, sem a devida protecção.

O incumprimento de procedimentos de tratamento e manuseio dos doentes pode, na opinião do responsável, elevar o número de pessoas infectadas e transformar a principal unidade sanitária da cidade no grande foco de contágio. "Estou insatisfeito como os técnicos de saúde destacados para a abordagem deste surto de cólera, pelo facto de não estarem a observar as normas mínimas", reiterou o secretário de Estado para a Saúde Pública, admitindo que, se não for respeitado à letra o protocolo relativo ao atendimento de casos de cólera, "não vamos conseguir dar resposta positiva a esta situação e os 90 casos até aqui registados podem duplicar nos próximos dias".

O secretário de Estado viajou para a cidade do Uíge com uma equipa de especialistas em Saúde Pública e Microbiologia, depois de a Ministra da Saúde, Sílvia Lutucuta, ter estado, há dias, na localidade, onde prometeu enviar, a partir de Luanda, técnicos para ajudarem a controlar a doença e remédios para o reforço da capacidade logística existente.

Embora não se saiba o período de permanência na cidade do Uíge, os técnicos vão ajudar os colegas destacados no Uíge no controlo e eliminação do surto de cólera. O governador da província do Uíge, Pinda Simão, deu ênfase à celeridade com que a ministra respondeu à aflição do Governo Provincial do Uíge com o envio de uma equipa de especialistas para "avaliar o que realmente se passa no terreno".

"Devemos elogiar a prontidão do Ministério da Saúde", declarou o governador Pinda Simão, sublinhando que os técnicos vão encontrar "soluções para o estancamento do surto de cólera e ajudar as autoridades sanitárias locais a identificar os principais focos da doença".

O secretário de Estado para a Saúde Pública confirmou que a sua deslocação ao Uíge surge em cumprimento de uma orientação da ministra Sílvia Lutucuta. Lembrou que o Ministério da Saúde já tinha mobilizado uma equipa de técnicos, reforçado domingo com a chegada de um novo grupo, com o objectivo de aumentar a vigilância epidemiológica e detectar e classificar eventuais casos de cólera.

8.2 Bovinos morrem por falta de água e pasto na Chibia

Jornal O PAÍS
04 De Janeiro de 2018

Em declarações à Angop, o responsável fez saber que a estiagem atingiu as comunas do Jau, Quihita, Capunda Cavi longo e Sede, onde criadores tradicionais detêm um efectivo ganadeiro com 160 mil bovinos.

Referiu que técnicos do sector continuam a trabalhar no sentido do apuramento definitivo dos estragos causados pela falta de chuvas nos últimos meses do ano passado, dada a importância que o gado representa para a vida das populações locais, quer do ponto de vista económico como cultural.

"Neste momento já temos chuvas a cair no município e a falta de pasto e água está ultrapassada, mas estamos a nos debater com algumas doenças que afectam o gado, como os carbúnculos hemático e sintomático, que estão a afectar os bois devido à fraca cobertura vacinal", disse. O município situa-se a 42 quilómetros do Lubango e possui 190 mil e 670 habitantes, que têm a pastorícia como principal actividade das famílias, praticando também a agricultura em pequena escala.

8.3 Equipas de combate à cólera e à malária estão reforçadas

Jornal de Angola
04 De Janeiro de 2018
Texto: Válder Gomes e Nicodemos Paulo

Uma equipa multisectorial, proveniente de Luanda, trabalha desde ontem, na cidade do Uíge, visando o

combate às epidemias de cólera e malária que assolam a região, desde o passado dia 21 de Dezembro último.

Integrada por médicos, técnicos do Ambiente, Energia e Águas, a equipa está a desdobrar-se em actividades, que visam aumentar o consumo de água potável, eliminar os focos de contágio das doenças e disseminar informação às comunidades sobre as formas de prevenção.

A delegação, liderada pelo secretário de Estado para Área Hospitalar, Altino Matias, reuniu-se já com a Comissão Provincial de Combate à Malária e Cólera e elaborou um plano de acção, que vai orientar as actividades dos técnicos nos próximos dias.

O governante referiu que é Urgente o envolvimento de todos para evitar a proliferação da doença em todos os bairros e municípios da província.

"O sector das Água deverá melhorar e aumentar a quantidade de água. Nas comunidades onde não chega água canalizada, devemos ensinar a população a esterilizar, remover os amontoados de lixo, sobretudo, aqueles que estão próximos dos locais de onde retiram a água para o consumo, capinar os arredores das residências, para evitar mosquitos, construir latrinas e, em caso de alguém apresentar sintomas de cólera, leva -lo imediatamente para o posto de saúde mais próximo", disse.

O secretário de Estado referiu ainda que os técnicos envolvidos nesta tarefa atenderão a um seminário, para actualizar conteúdos e procedimentos para permitir que todo o pessoal envolvido esteja alinhado na mesma direcção e produzam resultados positivos.

"Na sala especial de cólera estão a trabalhar técnicos militares, polícias e enfermeiros que nunca estiveram envolvidos neste quadro. Por isso, há que segui-los", disse. A directora provincial da saúde, Madalena Diogo, indicou que o combate à cólera e o paludismo passa pelo incremento das medidas preventivas nas comunidades, onde as populações estão já a ser sensibilizadas para fazer uso de mosquiteiros, queimar o capim, evitar os tratamentos caseiros de qualquer patologia, cozinhar bem os alimentos, assim como protegê-los das moscas e evitar a comidas vendidas na rua, sem as regras básicas de higiene.

A sala de atendimento especial, criada no Hospital Central do Uíge conta com quatro médicos e 20 enfermeiros. É para reforçar a capacidade de atendimento, espera receber mais médicos e outros técnicos de saúde. Terça-feira, foram entregues camas de cólera, baldes e soro.

Situação epidemiológica

Entretanto, seis pessoas morreram, nos últimos quatro dias, e mais de 140 novos casos de cólera deram entrada no Hospital Geral do Uíge. Os bairros Orlando Fonseca, Kakiuia e Catapa são os mais atingidos, disse ontem, na cidade do Uíge, o Secretário de Estado de Saúde para área Hospitalar, Altino Matias.

O responsável, que revelou os dados durante o encontro que manteve com as autoridades tradicionais, religiosas, agentes comunitários e a sociedade civil, disse que a situação é preocupante e exige o engajamento de todos no combate à doença, bem como no cumprimento obrigatório das medidas de prevenção por parte da população, para se evitar o surgimento de novos casos.

O governante disse que a situação é inquietante, devido o aumento exponencial de casos. Só nas últimas 72 horas, o número subiu de 50 para mais de 100 casos positivos e seis óbitos, sendo três extra hospitalares.

"Isto é preocupante, dada a posição geográfica da província e a mobilidade das pessoas. Temos que estancar a doença aqui no Uíge, para não se alastrar a outras paragens", disse.

Para o secretário de Estado, a aposta do Ministério da Saúde vai no sentido de não haver mais óbitos, nem novos casos de cólera na cidade do Uíge. O governante aconselhou os habitantes a não manterem em casa pacientes com a doença, devendo, ao invés, comunicar imediatamente aos técnicos de saúde para o levarem ao centro de tratamento de cólera.

8.4 Finalmente água para o Dondo já em Maio

Jornal O PAÍS

04 De Janeiro de 2018

Tida como a capital económica da província, há muito que a velha e histórica cidade do Dondo é sombra de si mesma. Edifícios envelhecidos e escassa oferta habitacional, mais uma vez é o sector informal que "acolhe" a mão-de-obra local.

Em tempos, quando a cerveja era uma raridade no país, a comercialização da eka era uma espécie de camanga para os locais, todavia hoje a então 'Ioirinha tropical' perdeu valor fruto da concorrência e do inundar no mercado com variada e abundante oferta.

O Dondo, uma localidade ribeirinha ao majestoso rio Cuanza, tem eventos surreais como falta de água de qualidade para os seus habitantes e deficiente

fornecimento de energia eléctrica mesmo acolhendo o aproveitamento Hidroeléctrico de Cambambe.

A boa notícia para uma terra cansada de altas temperaturas e várias notícias "sem novidade", como fez questão de referir um nativo, é que finalmente a cidade do Dondo, sede do município de Cambambe, voltará a ter água canalizada através de uma nova rede de distribuição, em instalação desde 2015, no quadro de um investimento do Ministério da Energia e Águas.

A garantia foi dada a semana passada pelo encarregado das obras, Valentim Alfredo, que garantiu que 55% do total da empreitada estava executado. Já foram lançados 36 quilómetros e 919 metros de tubo do tipo polietileno, a construção de 30 chafarizes, dos 50 previstos, e mais de mil ligações domiciliárias conectadas à rede em alguns bairros.

Indicou que as obras que presentemente prosseguem conheceram um período de suspensão, por razões financeiras decorrentes da crise económica que desde 2014 assola o país e cuja ultrapassagem gradual permitiu o reinício dos trabalhos em Outubro último.

Serão ainda reabilitados dois reservatórios, sendo um com capacidade para 700 metros cúbicos e outro de 300 metros.

8.5 Chafarizes inoperantes podem ser recuperados

Jornal de Angola
05 De Janeiro de 2018
Texto: Flávia Massua

Dos 47 sistemas públicos de abastecimento de água (chafarizes) instalados na cidade de Saurimo, capital da Lunda- Sul, apenas dois funcionam. Esta informação foi avançada pelo novo director do sector na província, Agostinho Piedade João, no termo de uma visita às diversas comunidades, encabeçada pelo governador Ernesto Kiteculo.

O director avança a questão da insuficiência na produção e a vandalização dos equipamentos nas comunidades como as principais causas da paralisação dos sistemas, cujos problemas iniciaram no ano de 2014.

Num universo de mais de 300.000 habitantes na sede da província, apenas 45 mil famílias beneficiam de água, ida da Estação de Captação de Chicapa. Este número, segundo o engenheiro Piedade, "está muito aquém para a satisfação das populações no domínio do consumo de água apropriada. O sector,

acrescentou, já tem traçadas as estratégias para inverter esse quadro.

"Fizemos o levantamento nalguns dos equipamentos instalados nas comunidades rurais de Zorro e Muacumbi, a 12 e nove quilómetros da cidade de Saurimo, onde os sobas pedem igualmente que o governo faça esforços de construir outros equipamentos sociais como escola, posto médico, casas para os técnicos e o fornecimento de energia eléctrica. Nos bairros periféricos do Txizainga, Terra-Nova e Santo António, além da falta de água, os munícipes apelam também pela resolução urgente do problema de energia eléctrica.

Ernesto Kiteculo, acompanhado pela vice governadora para os sectores Económico, Social e Político, Ofelia Xili, e pelo administrador de Saurimo, Daniel Félix, prometeu trabalhar para o reaproveitamento daquelas infra-estruturas em curto prazo, ao mesmo tempo que apela às comunidades no sentido de ajudarem o governo na vigilância e higiene nas áreas circundantes.

8.6 Cólera faz vítimas mortais na província do Uíge

Jornal O PAÍS
05 De Janeiro de 2018
Texto: António Gaspar

Uma delegação multisectorial dirigida pelo secretário de Estado da saúde para a Área Hospitalar, Valentim Matias, está desde terça-feira na província do Uíge para acompanhar o surto de cólera, que já causou seis mortos, e avaliar a situação que aflige aquela região do país.

Valentim Matias constatou a situação e, para o reforço da capacidade técnica e logística no combate à cólera e à malária, mobilizou uma delegação composta por epidemiologistas, médicos internos, pediatras, anestesistas, clínicos gerais e ainda técnicos ligados ao ambiente, energia e águas para reverter nos próximos sete dias o actual quadro da doença.

"Temos uma equipa de especialistas com médicos jovens que estão bastante animados para dar resposta ao número de casos de cólera na província do Uíge", assegurou.

O secretário de Estado da Saúde salientou que a equipa vai trabalhar junto da comunidade de forma a sensibilizar a população e informá-la sobre medidas de precaução contra a doença e os cuidados a ter com a água para o consumo.

"Estão criadas as condições para que muito rapidamente se faça a monitorização dos bairros orlando Fonseca e Candombe Velho, onde acontece a maior parte dos casos da epidemia", disse, adiantando que a necessidade de construção e uso de latrinas e de medicamentos para tratar a água antes do seu consumo, assim como a possibilidade da sua distribuição a nível das administrações locais, comunas e bairros fazem parte do plano de combate à doença.

Ainda segundo Valentim Matias, citado pela Angop, durante a sua permanência, a delegação vai analisar como estão a ser geridos os casos a nível hospitalar, com vista a afastar a transmissão inter-hospitalar.

O dirigente disse ainda que para travar o surto é importante contar com o envolvimento dos técnicos de saúde, das Forças Armadas e da Polícia Nacional, para além dos trabalhos de mobilização das autoridades tradicionais e das igrejas, que devem dar continuidade ao trabalho nas comunidades.

Segundo fontes, o surto da cólera foi confirmado pelo governador da província do Uíge, Pinda Simão, que revelou inquietação com o actual cenário de saúde na região. A dirigente ressalva ainda que a região encara casos de cólera agora confirmados pelas autoridades sanitárias.

"Para além da malária, surgiu a epidemia da cólera. No início não tínhamos a certeza, os técnicos fizeram o seu trabalho, recebemos a confirmação de que os casos de diarreia que temos aqui na província estão ligados à cólera", disse Pinda Simão.

O surto de cólera levou à província do Uíge o secretário de Estado para a Saúde Pública, José Vieira Dias da Cunha, que por ocasião da sua estada alertou para o facto de se melhorar o saneamento básico e a distribuição efectiva de água potável na terra do café.

8.7 Crispação Água divide fiéis católicos e Governo provincial da Huíla

Jornal O PAÍS

05 De Janeiro de 2018

Texto: António Gaspar

A Comunidade Cristã de Santo António dos Gambos protesta contra o projecto de transumância do Governo provincial da Huíla que visa beneficiar os camiões dos fazendeiros da região, que desde há muitos anos retiram água da fonte da Missão sem serem molestados.

Para os cristãos, esta prática de exploração intensiva utilizada pelos fazendeiros sob orientação do governo provincial poderá, na falta de estudos de viabilidade, esgotar o lençol freático da fonte de Santo António e prejudicar a Comunidade da Missão que depende desta nascente.

"A Comunidade Cristã de Santo António dos Gambos sempre bateu às portas das instituições governamentais no sentido de se encontrar uma solução pacífica que satisfizesse o interesse de todas as partes envolvidas e até agora todos os esforços e apelos foram ignorados", desabafaram.

Continuando, os fiéis explicaram que representantes da Direcção provincial de Energias e Águas, com o apoio de entidades da Administração Municipal dos Gambos, ao invés de negociarem com a comunidade afectada pelo problema, optaram por mobilizar comunidades fora da missão, com especial destaque para alguns líderes da área do Ngelenge, fazendo-os passar por donos da fonte.

"Estas situações têm estado a criar crispações desnecessárias entre as pessoas e as comunidades com potenciais gérmes de conflitos interpessoais de efeitos duradouros", salientaram, recordando que a seca tem causado nesta região conflitos violentos entre pastores juntos às fontes.

A comunidade de fiéis, segundo avançaram, diz existirem queixas na província de que a Missão de Santo António dos Gambos está a proibir que a água suba para a região dos pastos, o que leva os pastores a percorrerem mais de 30 quilómetros, sendo esta a razão principal da mortalidade do gado bovino na região. "Para além destas calúnias, há também informação de que a comunidade está a vandalizar os meios dos fazendeiros junto à fonte de Santo António", explicaram.

8.8 Anunciados 28 novos casos de cólera no Uíge

Jornal de Angola

7 De Janeiro de 2018

Texto: Joaquim Júnior

Vinte e oito novos casos de cólera foram notificados até ontem pelos serviços de saúde da província do Uíge, desde o surgimento, em Dezembro último, do surto, que resultou em oito óbitos.

A directora Provincial da Saúde, Madalena Diogo, que avançou tal informação, esclareceu que para se evitar a propagação do surto, a população da província está a ser instruída para a necessidade de

manter as casas, quintais e bairros limpos e conservar bem os alimentos.

Para uma melhor abordagem em termo de cobertura por parte dos profissionais de imprensa, a Comissão Nacional Multisectorial de Combate a Cólera em colaboração com o Ministério da Comunicação Social promoveram um seminário com objectivo de os jornalistas informarem com precisão às populações sobre o evoluir da epidemia na região.

Filomena lamba, da Direcção Nacional de Saúde Pública do MINSA, disse que os jornalistas devem levar a informação às populações sobre as medidas de prevenção a observar perante a situação e emitir conteúdos em línguas nacionais, através da rádio local, passando mensagens de promoção da higiene no seio das populações.

"É preciso esclarecer a população, através dos veículos de informação, que a cólera é uma doença bacteriana e que tem como principal veículo de transmissão as fezes e vómitos infectados, transportados pelas moscas ou mosquitos até aos nossos alimentos ou recipientes de água", disse.

Esclareceu que nos casos das pessoas que são contaminadas pela cólera, há duas hipóteses que se podem avançar: ou porque terá comido fezes ou vómitos de alguém infectado, por via dos alimentos ou da água, dali a necessidade da higiene.

De acordo com a especialista, verifica - se por parte da população uma grande resistência em consumir água tratada com lixívia, cloro e outros produtos recomendados, sob pretexto de contrair outra doença.

Filomena lamba reforçou a necessidade dos jornalistas transmitirem repetidas vezes os critérios de tratamento da água de forma correcta e passar o recado de que consumir água tratada é o mais seguro perante o surto.

"É importante alertar a população que a cólera é uma doença mortal. Uma pessoa atacada por essa epidemia em menos de 24 horas, se não for tratada correctamente, fica desidratada, entra em coma e perde a vida. Levem bem a mensagem, mostrando a população que a doença é perigosa, mas pode ser evitada se colocarmos em prática as medidas de prevenção", referiu.

Medidas cautelares

Filomena Lamba disse ser importante passar a mensagem ao público da necessidade de lavagem das mãos com água e sabão ou com cinza depois de usar a casa de banho e antes de comer. Lembrou que

também é essencial lavar os legumes e frutas antes de consumir, além da importância da conservação dos alimentos.

A directora do gabinete do secretário de Estado para Comunicação Social, Solange Balu, recomendou aos profissionais no sentido de fazerem a cobertura de todas acções em volta da epidemias e actuarem também como activistas da causa, emitindo opiniões que ajudam a população a se consciencializar e a sentir - se parte do perigo, que a situação representa.

"A população olha para a figura do jornalista como um exemplo. A nossa conduta perante a situação pode sensibilizar as populações. Precisamos agir como activistas, sobretudo nos programas de entretenimento, procurando interagir com as populações", sustentou.

8.9 Comunidade de Tchihepepe bloqueia acesso à água a fazendeiros

Jornal O PAÍS

6 De Janeiro de 2018

Texto: João Katombela

Para impedir o acesso dos fazendeiros ao precioso líquido, com o qual os criadores de gado abeberam os seus rebanhos, os fiéis e também criadores tradicionais de gado na localidade usaram barreiras de pedras e árvores cortadas. Um dos protagonistas desta acção informou que o gesto serve para retaliar contra a "falta de respeito" cometida pelo Governo Provincial da Huíla que convocou um encontro entre os fazendeiros e os fiéis criadores de gado mas não compareceu. Segundo apurou este jornal, o encontro teria sido convocado pela vice-governadora provincial para o Sector Político, Social e Económico, Maria João Tchikalavela, com o objectivo de auscultar as comunidades envolvidas na contenda que opõe o Governo Provincial aos fiéis de Tchihepepe. Sofia Mariana Luís, da Promoção da Mulher na Igreja Católica (PROMAICA), disse que a vice-governadora, convocou o encontro com a sua comunidade mas foi reunir-se com uma outra comunidade e em local diferente do combinado.

"No dia 27 de Dezembro do ano passado, ela nos disse que viria aqui para conversar com o povo da PROMAICA e no entanto não apareceu! Eles chegaram e, em vez de pararem aqui, segundo o prometido que o encontro seria aqui, passaram directo lá pelos lados da fazenda do governador, chamaram aquele povo do outro lado do rio, que é

do Nguelengue, para falar sobre este problema da água", apontou.

Por outro lado, a também integrante das minorias dos Gambos, explicou que a auscultação sobre o assunto tinha de ser feita com os povos que são beneficiários da água de Tchipepe, ao invés do que foi feito, daí o bloqueio da estrada.

"Por isso nós fizemos esta barreira na estrada, para que os fazendeiros não tirem mais água, se tiverem que tirar água têm que chamar primeiro aquele povo do Nguelengue para vir falar qual é o acordo que eles têm, ou então vão tirar no rio! Daqui não saímos enquanto os do Lubango não vierem", informou.

O descontentamento é extensivo também aos membros da PROMAICA, que se sentem desrespeitados pelo facto de terem esperado acima de 10 horas por um encontro que supostamente daria fim à contenda com o Governo Provincial.

Julieta Fernanda Mumbinda disse que por este facto vão continuar a bloquear o acesso à fonte de Santo António até que o Governo explique os reais objectivos do seu projecto.

"Dia 27 nos mandaram esperar aqui, das 8 até às 17 horas, que a vice-governadora precisava de conversar com a PROMAICA, mas não apareceu, foi reunir com os fazendeiros, foram instruir o povo do Nguelengue, juntaram-se na fazenda para dizerem - lhes que o povo do Tchipepe aceitou este projecto que vai puxar águas para as fazendas! Já que não nos respeitam, fizemos essa barreira na estrada", assumiu.

A luta pelo acesso à água já dividiu o povo criador tradicional de Gado, sendo que uma ala apoia o projecto do Governo Provincial da Huíla, orçado em Kz 318.035.020,00 (trezentos e dezoito milhões, trinta e cinco mil e vinte Kwanzas), para apoiar a transumância e abastecer as populações.

Um projecto que, segundo os criadores de gado, só vai beneficiar quatro grandes fazendas cujos proprietários fazem parte do Governo Provincial, com destaque para o governador provincial da Huíla, João Marcelino Tyipingé, e o director provincial da Energia e Águas, Abel João da Costa.

Questionado sobre uma possível briga que se poderá desencadear entre o mesmo povo dividido apenas pelo rio Caculuvar, Dionísio Tyemueta Cachululu disse que há uma divisão entre o povo, sendo que parte do mesmo já anda alinhado ao Governo Provincial e outra que não aceita o projecto.

"A equipa da vice-governadora não reuniu connosco, reuniu com um povo que não é daqui! Eles foram

buscar o povo do outro lado do rio para que estes aceitassem o projecto! Nós somos todos povo dos Gambos, o que nos divide é o rio Caculuvar, nós estamos na comuna e outros estão na sede, próximo ao rio que tem água. Tinham que ouvir todos os principais beneficiários destes furos", defendeu.

Face ao risco eminente de uma rinha entre os povos dos Gambos, o pároco da Missão de Santo António, Padre Jacinto Pio Wacussanga, disse que qualquer situação adversa que resultar desta acção será da responsabilidade do Governo Provincial da Huíla. "É verdade que numa comunidade nem todos têm a mesma ideia, mas aqui não se trata de uma opção! O estar a favor ou contra não se trata de uma opção resultante do livre arbítrio que é inerente à vontade humana, não! Trata-se, de facto, do mau trabalho do director provincial das Águas, apoiado pelo administrador municipal dos Gambos, que manipulam algumas pessoas para aceitarem o projecto e a outra comunidade venha a dar o braço a torcer para o projecto passar. Assim sendo, responsabilizo esses dois órgãos pelas eventuais consequências que daí advierem no futuro", ressaltou.

O sacerdote lembrou que a disputa pelas fontes de água e das zonas de pasto tem resultado em conflitos violentos, sobretudo em África. "Todos eles sabem dos choques violentos havidos entre pastores por causa dos poços de água, e isto é conhecido. Os Gambos têm uma memória fresca desses conflitos que têm os pontos de água como centro!

8.10 Estação de tratamento tem novo equipamento

Jornal de Angola

07 De Janeiro de 2018

Texto: António Gonçalves

A Empresa de Águas e Saneamento de Benguela (EASB) investiu no penúltimo trimestre de 2017 mais de 79 milhões de kwanzas para a aquisição de um novo sistema de bombagem de água, instalado em Agosto desse ano na Estação de Tratamento de Benguela.

O anúncio foi feito pelo presidente do Conselho de Administração da EASB, engenheiro Jaime Alberto, durante a cerimónia de cumprimentos de fim de ano, na qual disse que, "graças ao referido investimento, a Estação aumentou a sua produção de 40 mil para 45 mil metros cúbicos/dia" e reforçou a pressão na parte alta da zona B do município de Benguela e na Baía Farta.

O presidente do Conselho de Administração do EASB afirmou que foi melhorado o controlo operacional da Estação de Bombagem e Tratamento de Água, com a substituição das válvulas de saída.

"Procedemos à reabilitação metalo-mecânica da Estação Elevatória 2. Instalámos uma nova conduta de cerca de 1.500 metros para o abastecimento às populações do bairro Miramar nos municípios de Benguela, reabilitámos o campo de furos do Cavaco para aumentar o volume e a capacidade na zona alta de Benguela e da Baía Farta", anunciou Jaime Alberto.

"Foram acções pontuais que absorveram grandes recursos que poderiam ser reinvestidos noutras áreas fundamentais dos municípios do interior, onde se vai direccionar mais atenção em 2018", acrescentou.

Jaime Alberto disse ainda que, a nível comercial, foram alcançados números significativos' mas insiste na necessidade do registo dos clientes e a elevação dos rácios de cobrança próximos dos 90 por cento.

"Insisto neste pormenor de elevação dos rácios de cobrança, porque 2018 é um ano de desafios em que estaremos sujeitos a caminhar sozinhos e a sobreviver com as receitas locais. Logo, elevar os rácios de cobrança poderá contribuir na cobertura dos custos operacionais e com o pessoal" , argumentou o responsável.

8.11 Sede do Golungo-Alto com mais água potável

Jornal de Angola

10 De Janeiro de 2018

Texto: Marcelo Manuel

Mais de 20 mil habitantes da sede do Golungo-Alto e arredores já consomem água potável fornecida pelo centro de captação e tratamento situado na margem norte do rio Nzenza, a 18 quilómetros da vila municipal, cujas obras, financiadas pelo governo central, no âmbito do programa "Água para Todos", tiveram início no primeiro trimestre do ano passado.

O projecto, criado com o objectivo de mitigar a carência de água, contemplou também a reconstrução da rede de distribuição interna da vila, com um total de sete quilómetros.

A administradora municipal, Teresa da Costa, frisou que a execução física do referido projecto está a 90 por cento, facto que já permite o fornecimento de água potável a 21.250 cidadãos, dos 33.000 previstos.

Destacou as 200 ligações domiciliare, das 400 previstas, a par da abertura de 44 chafarizes, que garantem o fornecimento de água de forma ininterrupta. Garantiu que as obras terminam em finais do corrente mês. Segundo a administradora, actualmente os trabalhos estão virados às correcções e análises do ramal da rede de distribuição.

A administradora do GoJungo-Alto acredita que a abertura do projecto garante melhores condições de saúde à população e permite que os cidadãos deixem de percorrer longas distâncias em busca de água.

Sistema de ensino

A construção de duas escolas com seis salas cada, a nível do bairro Beta, zona Sul da sede municipal do Golungo-Alto, vai permitir a inserção de 1.200 alunos no presente ano lectivo.

A administradora frisou que as novas estruturas pedagógicas foram construídas pelo Fundo de Apoio Social "FAS", estão totalmente acabadas e apetrechadas e vão funcionar em três turnos, com alunos do primeiro ciclo.

Teresa da Costa fez saber que actualmente decorrem trabalhos para o melhoramento da via que liga a sede comunal da Cerca à Estrada Nacional 230-B, com vista a facilitar o escoamento dos produtos do campo, visto que a região tem grandes potencialidades na produção do café, citrinos, mandioca, banana, milho e feijão.

Fez saber que a nível da mesma localidade existe um posto de saúde já concluído, que aguarda apenas pela sua inauguração. Sublinhou que no presente ano espera-se prestar maior atenção às reais necessidades da população, principalmente as ligadas à saúde, consumo de água potável, energia eléctrica, educação, agricultura e reforça da capacidade das estruturas institucionais.

8.12 Sistema de abastecimento de água vandalizado em Saurimo

Jornal O PAÍS

10 De Janeiro de 2018

O Sistema de Abastecimento de Água à cidade de Saurimo está ser vandalizado por desconhecidos, ao sofrer a destruição de torneiras e das caixas de manobras dos fontenários construídos pelo Governo.

Tal facto está a embaraçar a distribuição domiciliar de água aos moradores com regularidade, admitiu ontem, Terça-feira, na capital da província, o director

local da Energia e Águas da Lunda-Sul, Agostinho Piedade João.

Em declarações à Angop, o responsável apelou aos indivíduos que optam por essa prática a deixarem de fazê-lo, porque a destruição dos sistemas tem causado inundações na urbe, sobrecarregando assim os cofres do Estado nas despesas para a sua reposição, assim como provoca cortes na distribuição de água aos moradores.

"A Direcção Provincial da Energia e Águas tem a obrigação de distribuir água às comunidades' mas os consumidores têm o dever de controlar, preservar e cuidar das infra-estruturas colocadas à sua disposição pela instituição", enfatizou.

Agostinho João informou que para contornar tal situação foi criada uma Comissão de Gestão de Abastecimento de Água em Saurimo, destinada a gerir a manutenção dos sistemas de abastecimento do produto.

Por outro lado, apelou aos consumidores a abraçarem o hábito de pagar as despesas de água e de energia, para evitar-se os cortes.

8.13 Mais de 300 pessoas afectadas pelo surto de cólera no Uíge

Jornal O PAÍS

13 De Janeiro de 2018

Texto: Afrodite Zumba

Cerca de 345 pessoas já foram afectadas pelo surto de Cólera na província o Uíge, revelou, ontem, a OPAÍS, a directora local da Saúde, Madalena Diogo.

A doença tem atingido sobretudo indivíduos do sexo feminino acima dos 15 anos. Até Sexta-feira, a epidemia já havia causado nove mortes, três das quais em unidades sanitárias e seis fora.

Segundo a directora provincial da Saúde no Uíge, estes dados correspondem ao somatório de casos registados diariamente desde o dia 21 de Dezembro de 2017, altura em que foram identificados os primeiros focos da doença na região.

Fruto do trabalho multisectorial que tem sido desenvolvido na região para o controlo da epidemia, já se começou a notar a redução na taxa de pacientes habitualmente atendidos pelos técnicos da Direcção da Saúde.

Ontem, por exemplo, até às 12 horas, haviam sido notificados 16 casos, nomeadamente 13 no município

sede e três no município do Songo, o que contrasta com as taxas iniciais.

"Comparativamente aos diários anteriores em que eram notificados mais de 25 casos, estamos perante uma redução. Entretanto, é necessário continuar a sensibilizar a população sobre as medidas preventivas, porque há cidadãos que insistem em beber água não tratada", advertiu...

Diariamente, no Centro de Tratamento de Cólera (CTC), localizado no Hospital Geral do Uíge, são atendidas entre 30 a 40 pacientes que permanecem em regime de internamento de 72 horas, em que recebem cuidados médicos especializados.

Madalena Diogo afirmou que as equipas de técnicas do Ministério da Saúde (MINSA) continuarão engajadas no tratamento dos pacientes e contam com o apoio do Governo local para a instalação de boias de água, garantindo o acesso à água potável aos cidadãos.

A par desta, salientou que com o auxílio dos parceiros, nomeadamente a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), tem sido possível garantir assistência medicamentosa aos doentes.

Note-se que na última Quinta-feira, 11, o Governo da Província do Uíge recebeu uma doação da empresa Cabuscom, composta por fármacos, comprimidos "Certeza" para tratamento da água, e lixívia para o combate à doença.

A sociedade civil e igrejas, bem como activistas comunitários, são chamados a prestar o seu contributo sensibilizando a população sobre as medidas preventivas, e assim evitar o surgimento de novos surtos.

O que é a Cólera?

A cólera é uma doença infectocontagiosa que atinge o intestino delgado, geralmente transmitida por água ou alimentos contaminados. A doença é transmitida pela bactéria "Vibrio cholerae, também conhecida como Vibrião colérica".

A ausência de saneamento básico e de abastecimento de água potável é apontada como principal factor a concorrer para o seu surgimento.

A maior parte das pessoas expostas à bactéria causadora da cólera não manifesta sintomas e muitas vezes nem sabe que está infectada. Já nos casos sintomáticos da doença, ou seja, quando há manifestação de sintomas, destacam-se principalmente a diarreia, náuseas e vómitos,

desidratação, boca seca, pele enrugada assim como pressão arterial alta, olhos encovados, sede excessiva e arritmia cardíaca.

8.14 EPAL lança campanha contra o garimpo domiciliar

Jornal O PAÍS

14 De Janeiro de 2018

Texto: Stela Cambamba

Vladimir Bernardo, responsável pelo departamento de comunicação institucional e imprensa da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL), explica que na cidade de Luanda o garimpo de água em cisterna diminuiu consideravelmente, mas no mês passado, Dezembro, voltaram a fazer ronda nos pontos habituais e constataram que os cidadãos voltaram a realizar o garimpo de água em alguns pontos, até domiciliares, pelo que por agora está-se a levar a cabo uma campanha de desmantelamento desta actividade.

A prática tem prejudicado clientes da EPAL, assim como a qualidade da água. No bairro Cassenda, rua Costa do Sol, a equipa da EPAL constatou que alguns moradores têm praticado o garimpo domiciliar, comercializando a água ilegalmente em bidons de 20 e mil litros a jovens que andam de motorizadas de três rodas, vulgo (aleluias). Para tal, muitos utilizam electrobombas, dificultando assim que a água chegue a outros vizinhos por causa da pressão que acaba por ficar baixa.

A campanha contra o garimpo domiciliar teve início na rua Costa do Sol, Cassenda, onde foram desativadas três ligações, apreendidos nove reservatórios de mil litros cada, sete electrobombas e mangueiras.

De acordo com Vladimir Bernardo, na rua do IFAL, bairro da Gamek, os mesmos cidadãos que na semana passada foram advertidos e intimados a abandonarem tais práticas e outros ainda desligados da água devido à utilização ilegal, voltaram a realizar a mesma acção.

Para colmatar esta situação explicou que a EPAL tem equipa formada para sensibilizar e efectuar visitas periódicas aos seus clientes, de modo a não aderirem a condutas negativas, "mas em alguns pontos não temos tido bons resultados, pelo que somos obrigados a desativar estas ligações".

O nosso interlocutor revelou que aos clientes que não têm contratos, a orientação é a de irem à área comercial e estabelecer um contracto legal. Encontram-se nesta condição, na sua maioria,

moradores que foram beneficiados com o programa de 700 mil ligações.

O responsável disse ainda que na rua do IFAL, diferente da Costa do Sol, realizam o garimpo em cisternas, e alguns já foram desativados do sistema de fornecimento do precioso líquido, mais insistentemente voltam a religar, à revelia.

Outros, de forma sorrateira edificaram as habitações por cima da conduta de água, de modo a beneficiarem da facilidade de fazerem a ligação ilegal para o abastecimento de tanques de dezenas de milhares litros de água.

Garantiu que para ultrapassar esta situação, dentro de poucos dias a equipa da EPAL vai juntar-se com a administração para encontrar uma solução de modo a evitar o pior, porque se a conduta vier rebentar o problema pode agravar-se, tendo em conta que se trata de uma residência habitada.

Vladimir Bernardo afirmou que garimpo domiciliar está a estender-se a vários pontos de Luanda, pelo que o vandalismo nas grandes condutas de água é frequente na parte Sul da cidade, mas esta prática diminuiu consideravelmente, o que está a tornar-se "moda", por agora, é o garimpo domiciliar, que também tem deixado muitas zonas sem o precioso líquido. Para tal têm sido realizadas campanhas de sensibilização porta-a-porta.

Os meios apreendidos na campanha de violação e garimpo de água serão entregues aos proprietários depois de pagarem uma multa de 150 mil Kwanzas.

Diogo António, morador da rua Costa do Sol, bairro do Cassenda desde 1993, começou a beneficiar da água em 2013, conta que alguns dos seus vizinhos optaram por vender o bem ilegalmente, mesmo recebendo visitas da equipa da EPAL que passava para sensibilização, "não acataram os conselhos e agora até os que não comercializavam água também foram penalizados com corte de fornecimento".

Conceição Correa disse que já passaram quatro anos que na sua residência jorra água corrente e afirma que vende água há dois anos, "para ajudar alguns moradores do bairro Rocha Parque. "Tenho comercializado o bidon de 20 litros a 10 Kwanzas e o de mil, o preço varia entre 400 a 500kz, não vendo a todos, outros levam sem pagar porque não têm dinheiro", enfatizou a moradora altruada em flagrante.

8.15 Falta de água afecta produção de Banana em Moçambique

Jornal O PAÍS

14 De Janeiro de 2018

As plantações da Bananalândia, empresa localizada no distrito de Boane a cerca de 30 quilómetros da capital Maputo, dependem da água obtida no rio Umbelúzi, que por sua vez depende da água acumulada na albufeira da barragem dos Pequenos Limbombos.

As autoridades moçambicanas proibiram em Dezembro de 2016 a utilização da água retida na barragem para a irrigação de campos agrícolas em favor da estação de tratamento e de bombagem do Umbelúzi, que abastece de água potável Maputo e a vizinha Matola.

Manuel Maluana disse que além de a produção ter caído para metade, a qualidade das bananas também sofreu, tendo cada cacho perdido em média 10 quilogramas para pesar agora 50 quilogramas.

A Bananalândia está a exportar mensalmente 1200 toneladas de banana para a África do Sul, Botsuana e Suazilândia e 25 toneladas para o mercado doméstico, "metade do que a empresa exportava e vendia localmente quando não havia restrições de água".

O director de produção acrescentou que a empresa suspendeu todos os projectos que tinha em carteira, nomeadamente a exportação de banana para o Médio Oriente e a abertura de novas plantações nos distritos de Moamba e da Namaacha (Macauhub).

8.16 Sapú 2 “sitiado” entre a falta da água e a delinquência

Jornal de Angola

14 De Janeiro de 2018

Texto: Isaquiel Cori

Bairro situado no Distrito Urbano da Cidade Universitária, a Sapú 2 surgiu praticamente do nada, numa zona constituída por lavras. As mães camponesas saíam das suas áreas de residência no Golfe 1, Rangel, Calemba, Neves Bendinha, Nelito Soares, e outros, e acampavam durante dias seguidos em casebres de sacos de serapilheira erguidos no meio do mandiocal.

Até que em 2004/2005, fruto do crescimento da cidade de Luanda, que obrigou ao desalojamento de populações que viviam em zonas de expansão imobiliária ou em locais considerados de risco, as

camponesas foram expropriadas dos seus terrenos para dar lugar à construção do projecto habitacional que constitui hoje o bairro Sapú 2, também conhecido como OndjoYetu.

É um bairro projectado nos mesmos moldes do Zango e era suposto que fosse para pessoas de "baixa renda". Mas, e dado que essa categoria é bastante incerta e volúvel, a população do bairro é hoje, social e economicamente, bastante heterogénea. Predominam os jovens e as crianças, o que dá ao quotidiano uma alegria e vivacidade próprias.

Fruto do trabalho, esforço e iniciativa dos moradores, o bairro está completamente transformado. Muitas, senão a maioria, das casas de construção precária dadas pelo Estado foram transformadas em habitações condignas. Algumas são mesmo consideradas pelos proprietários como a "casa dos sonhos".

O bairro e os moradores foram dos principais beneficiários da construção da Via Expressa e da realização do CAN 2010: o projecto do Estádio 11 de Novembro obrigou à construção da estrada Calemba 2 Via Expressa, que valorizou exponencialmente as propriedades e dinamizou a vida em seu redor.

Outrossim, o Estado fez alguns investimentos de monta no interior do bairro. Asfaltou as principais vias de acesso, instalou a electricidade domiciliar e a rede igualmente domiciliar de abastecimento de água. Isso em períodos distintos.

Mas o abastecimento de água, como soe dizer -se, foi "sol de pouca dura". Foi só durante uns seis meses, se tanto, em 2010, que os moradores tiveram a satisfação de beneficiar de água corrente em casa. "Temos a canalização" mas a água não corre há mais de seis anos. Somos obrigados a comprar a água dos tanques", afirma António Kidingo, morador e pequeno empresário, dono da loja "Selo de Deus".

As queixas em relação à falta de água são uma unanimidade na Sapú 2. Toda as manhãs o bairro é percorrido por motorizadas de três rodas, baptizadas "Avô Chegou", que vendem água aos bidons. Param praticamente em todas as casas, excepto nas que possuem tanques abastecidos por camiões cisternas.

"A falta de água é o principal problema do bairro. Temos a canalização, mas os garimpeiros desviaram a conduta no Calemba 2. Os próprios trabalhadores da EPAL colaboram com os garimpeiros, sabem onde ficam as girafas clandestinas e não fazem nada, até vão lá buscar dividendos", refere Daniel Vieira, coordenador de Quarteirão da Comissão de Moradores.

As suspeitas e até mesmo acusações à EPAL, relativamente à sua eventual responsabilidade no "desvio" da conduta de água é recorrente na Sapú 2. Sebastião Raimundo, vulgo Zé do Pau, também membro da Comissão de Moradores, diz que várias diligências já foram feitas junto da EPAL ao longo dos cerca de seis anos, sem resultados satisfatórios.

"A EPAL alega sempre que nós temos água. Como temos água se ela não corre nas torneiras? Há um provérbio que diz: as pessoas que vivem debaixo das árvores é que escutam O barulho dos pássaros", salienta Zé do Pau, incapaz de esconder a sua indignação.

Elias Francisco, empresário e morador, proprietário do restaurante e da panificadora Elias Comercial, nas Casas Azuis, também lamenta a falta de água. "Se a falta de água tem a ver com o garimpo no Calemba 2, a culpa não é dos moradores. Parece haver um conluio entre os garimpeiros e funcionários da EPAL. Se o problema está identificado, porquê que não se resolve?", questiona, para depois dar a conhecer que o seu consumo semanal de água, na padaria e no restaurante, é de 10 mil litros. "Consumimos água de cisternas, que não é de qualidade garantida e além disso aumenta o custo do pão para o consumidor final", salienta.

Segurança pública

Há um outro problema, tal como o da água estreitamente relacionado com a existência humana, que preocupa os moradores. O da delinquência. Ou se quisermos, da segurança pública. Isso apesar do bairro estar relativamente bem servido com esquadras policiais. Possui duas.

Os assaltos a residências e na via pública são frequentes. Até as duas instituições bancárias presentes, BFA e BIC, já foram alvo de assaltos ou de tentativas de assalto. Alguns desses actos chegam a resultar em mortes. Foi o que aconteceu em Dezembro passado com o empresário Patrick Paulo Makanga, assassinado em Dezembro passado à porta de casa. O modus operandi dos bandidos está identificado. À noite, não precisa de ser muito tarde, basta o sol se pôr, aguardam que o cidadão ou a cidadã chegue a casa na sua viatura e o/a interpelam, com arma em punho, no momento em que desce para abrir o portão.

Outro tipo de assalto consiste em os delinquentes, igualmente de armas em punho, geralmente em plena luz do dia, baterem à porta e assim que esta é aberta entrarem de rompante e imobilizarem os moradores.

António Kidingo já foi vítima. "Uma vez vinha de um óbito e me apercebi que um carro me perseguia. Tive de avançar muito para lá da minha casa, fingi que não morava aí perto", revela. Mas uma vizinha não teve a mesma sorte. "Ela não conseguiu escapar. Foi 'colocada' pelos bandidos, que a levaram no seu próprio carro e alargaram num terreno abandonado", segundo Kidingo.

Lúcia Venâncio também diz ter escapado por pouco. Os bandidos bateram-lhe à porta e dispunham-se a irromper no interior do quintal quando viram o seu marido, que naquele dia não foi trabalhar. Entraram em pânico e fugiram. "Eram adolescentes e certamente estavam armados. Por algum motivo sentiram medo do meu marido", refere.

"Esse tipo de assaltos deixa marcas muito profundas", diz o empresário Elias Francisco, que sabe disso porque um dos vizinhos já foi vítima. "Eles (os bandidos) tomam a família inteira como refém, violam as mulheres e violentam o chefe da família à procura de dinheiro. Os traumas ficam para a vida inteira e só Deus sabe-no que as crianças se transformarão", explica, adiantando ainda que funcionários seus e clientes já foram alvo de assaltos à saída tanto da padaria como do restaurante. Por causa disso, informa, há dias em que tem de fechar mais cedo as portas.

"Há uma semana mataram um cidadão, presume-se que num outro bairro, e deixaram o corpo próximo das Bombas Descartáveis de Combustível", disse Daniel Vieira, apontando para um posto contentorizado de abastecimento de combustível.

Questionado sobre a acção dissuasória ou repressiva da Polícia Nacional, Daniel Vieira, que também é o primeiro secretário do CAP local do MPLA, não se conteve. "A nossa Polícia não se faz sentir, apesar de termos mesmo aqui uma esquadra. Os efectivos trabalham de dia e à noite vão-se embora para as suas casas".

No seu entendimento, os delinquentes saem dos bairros fronteiriços à Sapú 2, nomeadamente Sangue de Pomba, Farmácia e Bairro da Paz. "Antes tínhamos aqui o comandante Cobra, que tentava fazer qualquer coisa, mas com o novo comandante o efectivo também foi mudado e tudo piorou", lamenta. "Pedimos o reforço da Polícia local. A Polícia não deve apenas mandar parar carros e motorizadas, deve também reforçar o patrulhamento à noite, que é o período em que geralmente os marginais actuam", acrescenta.

Espaços públicos

Apesar das transformações mencionadas acima, que lhe dão a actual feição urbana, a Sapú 2 ainda retém, em espaços perfeitamente circunscritos, aquilo que poderíamos chamar a sua identidade rural original. É o caso da zona dos Imbondeiros. Quase uma dezena de grossos imbondeiros, de aparência majestática, foram preservados num largo que, apesar de tão mal cuidado, é o orgulho dos moradores. A bem dizer, é o postal da Sapú 2.

No largo são desenvolvidas actividades desportivas, com destaque para a ginástica ao cair da noite e o futebol aos fins-de-semana. É bom de ver dezenas e dezenas de adolescentes a fazerem exercícios, a caminhar, a correr, de modo colectivo ou individual. "É um espaço destinado ao lazer, mas já houve tentativas de lá colocar lanchonetes e até oficinas", refere Daniel Vieira.

Face à venda da maioria dos espaços públicos, os moradores estão preocupados coma Zona dos Imbondeiros. Receiam que venha a ser privatizada. E não é para menos. Os terrenos com os fontenários construídos nos primórdios do bairro foram vendidos. Hoje os fontenários transformados em propriedades privadas.

"Foram 'bem' vendidos", sublinha Daniel Vieira, dando um tom cómico a uma questão bastante séria. Os dedos todos apontam para o anterior responsável da Comissão de Moradores, que ficou no cargo durante 13 anos.

Um campo multiuso, construído pelo Estado; também tem sido alvo de preocupação. É um exemplo do descaso associado a determinadas obras públicas. Concluída a obra, ela foi pura e simplesmente abandonada. Não foi entregue a quem quer que seja. Sem um gestor que cuide do seu funcionamento, está em franca fase de degradação. Com a electricidade cortada, o recinto fica à noite às escuras.

Aliás, a falta de iluminação pública além de contribuir para a delinquência nocturna é um dos sintomas da incapacidade da administração local.

"A administração do Distrito da Cidade Universitária não está em conexão com os moradores. Aliás, recentemente foram nomeados membros da comissão de moradores em processos puramente administrativos, sem a participação das comunidades que os deveriam eleger", denuncia o empresário Elias Francisco.

Associativismo desportivo Prova do carácter juvenil da população da Sapú 2 é a existência de várias associações desportivas, que sobrevivem à custa da

carolice de uns quantos moradores entusiastas e de pronunciada vocação gregária. São os casos do ZTC Futebol Clube, Ngonguembo Futebol Clube, BB Futebol Clube e Amigos do 1º de Agosto.

Ao domingo de manhã o bairro da Sapú 2 é uma festa. Jovens devidamente equipados juntam -se nos poucos campos para praticar o desporto das suas vidas: o futebol. Por arrasto, outra multidão fica em redor a assistir. E quando o jogo termina, há o convívio do costume entre jogadores e assistentes. Quem pode, contribui para as bebidas e os petiscos. E assim se constrói a camaradagem e a cultura de bairro.

Custódio Eduardo, ex-morador e proprietário de um escritório local de Contabilidade, um dos mais destacados entusiastas das actividades desportivas, é um dos responsáveis do ZTC Futebol Clube. Atentem no significado de ZTC: Zeca, Tobias e Custódio.

Eduardo Custódio fala com paixão' da sua obra, o seu clube: "é um clube de amigos, que participa no Gira bairro e congrega ao fim de semana parte significativa da juventude do bairro".

EPAL e Polícia reagem Confrontados com as reclamações I denúncias dos moradores da Sapú 2, EPAL reagiu com uma nota assinada pelo seu porta-voz, Vladimir Bernardo, e a Policia Nacional em Luanda nas palavras do seu porta-voz, intendente Mateus Rodrigues.

Por razões alheias ao Jornal de Angola, a Administração do Distrito Urbano da Cidade Universitária será apenas contactada esta semana, pelo que a sua reacção vai constar da próxima edição deste caderno.

A nota da EPAL refere que "conforme a vossa solicitação relativamente às reclamações feitas pelos moradores do Bairro Sapú 2 sobre o abastecimento de água e a participação da EPAL no garimpo de água, temos a informar o seguinte: o Departamento de Protecção, Segurança e Fiscalização da EPAL trabalha em permanência com as autoridades policiais responsáveis, nomeadamente os Serviços de Investigação Criminal, e a Administração Municipal de Belas, por forma a combater o garimpo".

Acrescenta a empresa de águas de Luanda que "no passado, parte do Bairro Sapú 2 era abastecido com água potável por via de uma conduta de Diâmetro Nominal 200 mm. Devido à vandalização da referida conduta com ligações clandestinas e muita prática de garimpo na zona, a água deixou de chegar às

residências, aliado também ao alto crescimento populacional na referida circunscrição".

Pelo que, salienta a fonte, "para atender a zona, a EPAL está a construir um Centro de Distribuição, em fase final de execução física, com a capacidade de 5.000 m³ de reserva e 300 m³ na torre".

Paralelamente a esta infra-estrutura, conclui a EPAL, está a ser feito "um estudo para o projecto de rede domiciliar na referida zona" e, "inicialmente, para atenuar a carência, foi lançada uma conduta e construídos 12 chafarizes, que se encontram em fase de testes".

O porta-voz da Policia e do Ministério do Interior em Luanda disse ao Jornal de Angola que junto das unidades policiais locais vai ser averiguado "o que se passa" na Sapü 2, de modo a "permitir à comunidade dimensionar o problema de segurança" e "buscar as soluções necessárias".

Mateus Rodrigues disse ainda que "não vai ser descurado nenhum aspecto" das denúncias feitas. "O nosso interesse é que essa comunidade possa viver em tranquilidade e ter bons dias".

8.17 Água e luz vão custar mais caro

Jornal O PAÍS

19 De Janeiro de 2018

Texto: Miguel Kitari

O Presidente da República esteve ontem na Assembleia Nacional, onde fez uma comunicação antes mesmo da aprovação do Orçamento Geral do Estado 2018 (OGE), e anunciou uma série de medidas que serão tomadas durante este ano económico.

Na sua alocução, João Lourenço anunciou que dentre as medidas previstas, consta "a redução dos subsídios no sector da energia, águas, transportes (ferroviário, marítimo e terrestres) através da revisão das tarifas, salvaguardando sempre os sectores mais desfavorecidos da população". Garantiu, sem no entanto avançar as percentagens, a reduzir nos subsídios.

João Lourenço destacou ainda que o seu Executivo vai promover, em 2018, o Programa de Promoção das Exportações e substituição das importações.

"Este programa é um dos pilares da estratégia de diversificação da economia nacional, que pode terminar com a dependência do petróleo", sublinhou o Presidente da República.

Avançou ainda que "o Estado incentivará medidas de promoção do desenvolvimento do sector empresarial privado.

Sobre o assunto, João Lourenço destacou as parcerias público-privadas para permitirem que, por via do sector privado, e numa situação de escassez de recursos públicos, o Estado continue a investir em infra-estruturas e na oferta de serviços públicos essenciais.

O programa prevê, de acordo ainda com a comunicação do Presidente da República, o redireccionamento do sector empresarial público, dando mais enfoque à implementação de um programa de privatizações e dinamização da Comissão de Mercados de Capitais.

O Chefe do Executivo disse ainda que serão ajustados os principais instrumentos de promoção empresarial, tais como o Fundo Nacional de Desenvolvimento, o Programa Angola Investe, o Instituto de Fomento Empresarial e outros, para que se alcancem resultados positivos num contexto de restrições de financiamento.

"Melhorar a cadeia logística de distribuição ligada às principais regiões agrícolas e industriais, quer para consumo interno, quer para as exportações. Rever os direitos aduaneiros aplicáveis a produtos e equipamentos voltados à produção nacional, como maquinaria e ferramentas associadas à produção industrial e agrícola, no âmbito da actualização da Pauta Aduaneira", sublinhou.

O programa apresentado pelo PR prevê ainda "a criação de uma linha de crédito destinada à aquisição de equipamentos e insumos agrícolas para as grandes empresas e grupos empresariais", avançou.

Os números do OGE 2018

Aprovado ontem na Assembleia Nacional, com 144 votos favoráveis, 56 abstenções e nenhum voto contra, o Orçamento Geral do Estado inscreve receitas estimadas em AKZ 9.685.550.810.785,00 (nove triliões, seiscentos e oitenta e cinco bilhões, quinhentos e cinquenta milhões, oitocentos e dez mil, setecentos e oitenta e cinco kwanzas) e fixa a despesas em igual valor.

Para garantir a estabilidade macroeconómica na presente conjuntura, o Executivo elaborou a proposta do OGE 2018 tendo como suporte a taxa de crescimento do PIE de 4,9%, preço médio do barril do petróleo de USD 50 e um défice fiscal de 2,9 % do PIE.

CASA-CE põe em causa OGE 2018

Na sua declaração política, a Convergência Ampla de Salvação de Angola - Coligação Eleitoral (CASA-CE), refere que o Orçamento Geral do Estado 2018 (OGE), já aprovado, é, de facto, o primeiro verdadeiro teste do Executivo, sobre a sua vontade de romper com o passado e elevar Angola a novos patamares, de democracia de recuperação, crescimento e desenvolvimento económico, bem como de paz, harmonia e bem-estar social para o povo.

"Nos termos da Constituição e da lei, é competência da Assembleia Nacional, através do OGE, aprovar as verbas para a cobertura das despesas. Por isso, é inaceitável, para nós, o procedimento proposto pelo Executivo, no Artigo LI", respeitante à receita petrolífera que venha a ser arrecadada em excesso, sobre a receita prevista, em face dos pressupostos orçamentais estabelecidos, ou seja, em face a um preço do barril de petróleo superior ao fixado no OGE", lê-se no documento a que tivemos acesso. O presente OGE, para além da tentativa da estabilização macroeconómica, não tem opções claras com vista a levar -nos a porto seguro. Aliás, tem sim uma opção: a dívida pública, correspondendo a 52,38% das despesas.

“Como é que chegamos a uma dívida tão elevada, para agora dedicarmos mais de metade das nossas receitas a pagá-la? Quando se aloca mais de 50% das receitas para o pagamento da dívida, perguntamos: quem são os credores, qual é a composição dessa dívida?

De acordo com a declaração política da CASA-CE, lida por André Mendes de Carvalho, "devemos lembrar-nos, que na aprovação do OGE de 2017, e tendo em vista arranjar dinheiro para as eleições, o MPLA forçou esta Assembleia Nacional a alterar o limite que a lei impunha, de impedir que a dívida pública ultrapasse os 60% do PIB, passando esse limite a ser, uma mera referência.

De acordo com a CASA-CE, está patente que, em 42 anos de governação, o MPLA nunca teve um projecto económico estratégico, coerente, articulado e exequível. Tudo não passava de propaganda, meras palavras sustentadas pela alta do preço do petróleo.

"Todo esse sacrifício valeria a pena se houvesse um projecto claro para a retirada do país da crise, o que, como a proposta de orçamento mostra, não existe. Este é um orçamento de compasso de espera (stand By), aguardando a agulha a encontrar o Norte. Desde 2014 ao presente, nenhum resultado positivo na diversificação da economia. Até aqui as sucessivas

desvalorizações da moeda, impostas ou não pelo FMI, não resolveram nada", refere-se a coligação política na Oposição.

Acrescenta que, em lugar de sempre procurarem restabelecer a economia através de cortes nos rendimentos dos mais desfavorecidos, é preciso equilibrá-la pela via da maior produção de bens e serviços. "É esse o desafio e não as engenharias monetárias e financeiras", apontam.

Defende ainda a CASA-CE, que não há uma correspondência adequada entre as ideias plasmadas nos Programas e Planos e o OGE submetido pelo Executivo para aprovação.

"Este primeiro Orçamento da IV Legislatura é uma desilusão. Esperamos que as correcções que vão ser sugeridas na discussão na especialidade sejam acolhidas e introduzidas no Orçamento, acabando com a prática do passado de adoptá-las como recomendações para o futuro", lê-se na declaração política da CASA -CE.

Todavia, a Coligação afirma que continuará aberta ao diálogo e disposta a dar o seu contributo ao progresso das reformas em curso no país, dentro da Constituição e da Lei e na defesa dos direitos fundamentais do povo.

8.18 Longonjo vai ter mais água

Jornal Economia & Finanças
19 De Janeiro de 2018

Vinte e cinco furos de água serão abertos, durante o ano 2018, na comuna de Chilata, município do Longonjo, na província do Huambo, pela ONG Internacional "Visão Mundial", devendo beneficiar oito mil cidadãos, fez saber, na passada terça-feira, o coordenador de projectos de água e saneamento, Elias Jaime.

Ao apresentar o programa aos membros da Administração Municipal, o responsável indicou que esta tarefa, que engloba, também, a construção de trinta latrinas demonstrativas, será executada nas aldeias, bairros, embalas, escolas e no centro de saúde.

Esclareceu que o projecto se reveste de quatro metas principais, sendo "água", "saneamento", "promoção de higiene" e "reforço institucional".

Em relação à construção de latrinas, explicou que a "Visão Mundial" vai erguer trinta latrinas demonstrativas, seguindo-se a mobilização da comunidade para a construção de 1.306 latrinas.

Elias Jaime afirmou que a implementação deste projecto terá o seguimento das comunidades beneficiárias, devendo, para o efeito, ser instruídos grupos de acompanhamento para fiscalizar o trabalho.

8.19 Mais água potável em Massango

Jornal de Angola

20 De Janeiro de 2018

Texto: Francisco Curibingana

Massango é um dos municípios que beneficiou de um grande projecto no âmbito da Linha de Crédito da China, que vai permitir canalizar água para as residências, a reabilitação dos chafarizes, bem como a instalação de torneiras para os moradores daquela circunscrição da província de Malanje.

A barragem de contenção no rio Loma já está praticamente concluída, e "nesta fase está a ser erguida a Estação de Tratamento de Água "ETA" que vai acumular água que vem do rio. Aí vai ser tratada para depois ser lançada para o tanque aéreo para, por sua vez, o sistema de gravidade fazer a sua distribuição". O empenho da empresa chinesa CPP que está a cuidar de todos os trabalhos em volta do processo da reposição da água no município está a fazer o seu trabalho conforme as cláusulas do contrato. A sede do município teve sempre problemas, porque o antigo sistema de água antes concebido, era de fraca capacidade em termos da captação. O reservatório, com uma capacidade de cerca de 40 mil litros, a água que armazenava era consumido em um ou dois dias. O Governo Provincial atento a essa situação, privilegiou o município de Massango neste grande projecto, à luz da linha de crédito da China", disse.

Energia Eléctrica

A sede municipal possui um grupo gerador que garante a iluminação durante as noites. Neste momento, o referido grupo apresenta problemas técnicos, mas como disse o administrador, o assunto tem os dias contados numa altura em que uma equipa técnica está a cuidar da recuperação do mesmo e trabalha naquele município fronteiriço com a RD Congo.

"Neste momento já temos os técnicos no terreno, já foi adquirida a placa que tinha queimado (Placa de Distribuição), então, em breve teremos a energia aqui na sede municipal" disse.

A questão de energia eléctrica no município de Massango conta, igualmente, com o concurso de

empresas privadas que neste momento mostram o interesse de investir naquela circunscrição territorial.

Neste momento, segundo administrador de Massango, há vários intervenientes que pretendem instalar o sistema térmico no município e postos de revenda de combustível, o que vai aliviar as dificuldades em que os automobilistas passam algumas vezes, quando "rasgam" a estrada que liga Malanje a Massango, num percurso de 210 quilómetros, em que o único posto de reabastecimento de combustível encontra-se na sede municipal de Calandula.

A adesão dos empresários interessados em investir naquela circunscrição da província de Malanje, ligada por uma estrada sem grandes constrangimentos, onde os automobilistas devem apenas contar com o factor prudência, já que o tapete asfáltico apresenta boas condições para circular, é enaltecida pelo administrador, assim como pelos automobilistas.

Saúde

No domínio da saúde, há progressos fundamentalmente no que tem a ver com a assistência médica, porquanto, no âmbito do programa do Executivo, Massango conta neste momento com três novos médicos nacionais de diferentes especializações, que já trabalham no município e vêm assim reforçar a capacidade em termos de atendimento.

Alguns constrangimentos na aquisição de certos medicamentos têm sido verificados com atrasos devido a demora no processamento das ordens de saque, mas, mesmo assim como disse o administrador, "o Depósito Provincial de Medicamentos tem dado a sua quota-parte, abastecendo com alguns fármacos e temos estado a encontrar algumas saídas para minimizar a situação".

O município de Massango tem a particularidade de prestar assistência a alguma população baseada no município de Calandula, já que geograficamente, muitas localidades daquela circunscrição são mais próximas do ex-Forte República. "Para quem não conhece bem Massango, a nossa área limítrofe para com o município de Calandula é mais ou menos de 18 quilómetros, quer dizer que aqueles todos bairros quase próximos pertencem a Calandula. Essa população praticamente corre para Massango por ser mais próximo", explicou.

A região de Massango conta com doze unidades sanitárias, duas delas encerradas por falta de técnicos, isto nos sectores do Guvo e Holeca. Recentemente, explicou o responsável, foi reabilitado o posto de

Kitalabanza, mas, mesmo assim, "para uma cobertura a 100 por cento, ainda há toda a necessidade de se construir mais postos, fundamentalmente nas localidades onde não existem serviços sociais. Aqui, refiro-me à zona baixa, (Dongos), considerada mais critica".

Actualmente garantem a actividade de enfermagem no município de Massango entre médicos e enfermeiros, um total de 125 técnicos. No dizer do administrador municipal, há toda a necessidade de aumentar mais enfermeiros para acudir a demanda. Das enfermidades que assolam o município em maior escala, a malária lidera a lista, secundada pelas doenças respiratórias agudas, cuja tendência é de baixar.

Educação

No que toca à educação, há igualmente a preocupação da falta de professores em algumas localidades bem como de salas de aulas. Do diagnóstico efectivado, há a necessidade de mais 30 salas de aulas para minimizarmos a situação bem como de mais 100 professores, tudo porque as estatísticas apontam um total de 200 crianças fora do sistema de ensino só para a sede do município.

Agricultura

Massango continua a ser potencial em termos de produção de ginguba e não só, mas o município acaba de ganhar um grande projecto, à luz do projecto Mosap-Dois, no sentido de estimular a agricultura praticada pela população local, que é de subsistência.

A intenção, segundo o administrador municipal, é de potenciar as famílias com capacidade técnica no sentido de alargar as áreas de cultivo e permitir a aquisição de imputes agrícolas, serviço de lavoura, entre outros.

Para Luís João José, o projecto Mosap-Dois vai trazer grandes benefícios para a população, já que em torno do mesmo programa, foram realizados alguns seminários de formação, principalmente de algumas técnicas para o combate às pragas, numa altura em que se verificam já algumas pragas na cultura da mandioca, principalmente nas comunas de Kihuhu e Kinguengue.

Face à situação, o projecto Mosap já está a acautelar, porque neste momento, disse, "está a fazer-se um diagnóstico sobre a situação. Também já mantivemos um contacto com a direcção da Agricultura, que vai reforçar a equipa do município para se fazer um estudo no sentido de determinar a natureza dessa praga que assola o cultivo da mandioca".

Odisseia na zona Baixa

A conhecida zona Baixa ou dos Dongos, que congrega consigo um total de treze aldeias, é a mais deficitária, devido ao elevado número de dificuldades que enfrenta.

A região, coordenada pelo sector do Bange Mudile, vive sérios problemas, particularmente no que toca à circulação. As pontes e estradas não apresentam condições para transitabilidade, fruto disso, a região vê - se privada de muitos serviços básicos, desde escolas, postos de saúde e trocas comerciais, essa última que obriga a "incurção" dos moradores para zonas distantes para lhes possibilitar a obtenção de produtos que tanta falta lhes fazem.

A título de exemplo, o administrador municipal recorda a primeira viagem efectuada para aquela região e afirmou: "tivemos que fazer alguns troços a pé. Há áreas em que os carros não passam, principalmente devido à destruição das pontes e pontecos. Esse é o grande obstáculo e, associando, a isso o mau estado das picadas".

Luís João José endereça uma mensagem de esperança àqueles munícipes pois, como disse, "o Governo Provincial já mandou fazer o levantamento das pontes destruídas, o que quer dizer que quando as três pontes, passando pelo Lusitano, forem reabilitadas, facilmente poderemos atingir o centro da zona Baixa para podermos implantar os projectos de que as populações necessitam".

Apesar das dificuldades, aquela população dedica-se à agricultura de subsistência, o que lhes permite a realização de permutas ou comercialização dos seus produtos para adquirir o sabão, sal, óleo vegetal e roupas. Devido a ausência de professores na região, a Administração Municipal encontrou uma alternativa virada ao recrutamento de antigos docentes, que no âmbito do programa de Alfabetização e Aceleração escolar, vão ser enquadrados naquelas localidades.

8.20 Novo (+ ou -) artista para o mesmo semba

Folha 8

20 De Janeiro de 2018

Presidente, João Lourenço, perspectivou na rua 18.01 aumentos nas tarifas de electricidade e na água, com a progressiva retirada dos subsídios estatais, e alertou que "não é vergonha nenhuma" que cidadãos nacionais assumam ter fortunas no exterior, desde que sejam repatriadas.

João Lourenço discursava na Assembleia Nacional, em Luanda, no âmbito da discussão e votação na generalidade da proposta de lei do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2018, a primeira vez que um chefe de Estado vai ao Parlamento para participar no debate, deslocação, que não estava inicialmente prevista.

"Entendi, neste primeiro ano do meu mandato, excepcionalmente fazê-lo [início da discussão do OGE] pessoalmente, como sinal de aproximação de dois poderes que embora distintos, com papéis diferentes, estão obrigados a trabalhar para um fim comum, o de melhor servir Angola e os angolanos", justificou João Lourenço, perante os deputados. Ao mesmo tempo que passou em revista a situação macroeconómica do país e as consequências da crise provocada pela quebra nas receitas com a exportação de petróleo, desculpa que continua a ser um excelente alibi para a congénita incompetência de quem dirige o país há 42 anos, o chefe de Estado alertou que o país "encontra-se em situação económica e financeira desafiante, devido à "grande dependência" das vendas de crude ao exterior.

Essa "grande dependência", acrescenta-se, tem muito a ver com a incapacidade dos governos do MPLA aos quais João Lourenço também pertenceu, em diversificar a economia como sempre foi sugerido pelos especialistas internacionais e reivindicado pela sociedade civil angolana, sem nenhum sucesso. "Contamos com a iniciativa de todos mas sobretudo dos filhos da terra, e encorajamos a todos quantos têm avultados recursos no exterior a trazê-los de volta para financiar projectos que, com certeza, tratarão emprego e maior oferta de bens e de serviços", desafiou João Lourenço, aludindo à proposta do Governo para regularização e repatriamento de depósitos acima de 100.000 dólares em contas no exterior do país, não declarados em Angola, e que afasta responsabilidades criminais, durante os primeiros seis meses a após a provação da legislação. "Não é vergonha assumir que se tem fortunas fora. Vergonha é continuar a esconder que pode contribuir para minimizar o sofrimento de milhares de compatriotas nossos", sublinhou João Lourenço, perante as palmas dos deputados. Provavelmente se não fossem essas fortunas (quase todas de altos dirigentes do MPLA) estarem fora do país, não haveria crise, o preço do petróleo não teria caído, a economia estaria diversificada e as muitas das megalómanas obras, construídas à imagem de um regime totalitário, teria sido substituídas por mais postos de saúde, por mais escolas. Segundo o Banco Nacional de Angola, pelo menos 30 mil milhões de dólares (cerca de 25 mil milhões de euros) com origem em Angola estão depositados no

exterior do país. Deve ser verdade. O BNA (desde sempre e como outros organismos e entidades Lima sucursal das teses oficiais do regime) sabe com certeza do que fala.

João Lourenço avançou que em 2018 vai continuar o programa de "redução dos 'subsídios" do Estado, com "destaque" para os sectores da energia eléctrica e distribuição de água, mas também nos transportes rodoviários, ferroviários e marítimos, anunciando uma "revisão das tarifas" que salvguarde as classes mais baixas, que também deverão beneficiar da baixa nos preços de produtos essenciais.

É isso aí. As classes mais baixas deverão, poderão, talvez um dia, eventualmente, beneficiar de uma redução nos produtos essenciais. Embevecidos, os nossos 20 milhões de pobres (Com simples chegada de João Lourenço ao poder devem hoje ser apenas 2, milhões, ou menos ...) agradecem e devoram a mandioca ou o fardo que como dizia Kundy Paihama é um bom alimento porque "os porcos comem fardo e não morrem".

João Lourenço garantiu ainda que o Estado, através do OGE, vai incentivar o desenvolvimento do sector industrial privado, para diversificar as exportações e apoiar especificamente o sector agrícola, com uma linha de crédito para importação de insumos.

Na componente económica, João Lourenço, defendeu como prioridade a criação, este ano, do estatuto do "Investidor estrangeiro"; com um regime de vistos e autorização de residência facilitado, para promover a captação de investimento privado. "Fornos boas razões para acreditar que o OGE proposto, tal como está configurado, vai levar as finanças públicas a bom porto", enfatizou João Lourenço. Recorde-se que o Governo angolano pretende

cutar em 25%, equivalente a 275 milhões de euros, os subsídios que atribui às empresas públicas para manutenção dos preços aos consumidores. em serviços como transporte e energia, que deverão aumentar este ano. mas com "uma abordagem de salvaguarda das camadas mais pobres da população".

O Parlamento angolano iniciou as actividades quinta-feira com a votação na generalidade, a discussão da proposta de lei do OGE para 2018, o primeiro do executivo liderado por João Lourenço, que prevê um irreal mas simpático crescimento económico de 4.9%.

As contas do Estado para 2018 prevêem um défice de 697.4 mil milhões de kwanzas (3.500 milhões de euros), equivalente a 2,9% do Produto Interno Bruto (PIB), traduzindo-se no quinto ano consecutivo de

'buraco' nas contas nacionais. Estima despesas e receitas de 9.658 bilhões de kwanzas (48.300 milhões de euros) e um crescimento económico de 4,9% do PIB.

A votação final da proposta está prevista para 15 de Fevereiro, no Parlamento.

8.21 Centralidade da Quilemba está sem água e energia

Jornal de Angola
25 De Janeiro de 2018

A centralidade da Quilemba, situada a 10 quilómetro da cidade do Lubango, província da Huíla, com oito mil residências construídas há quatro anos, apenas este ano pode ter energia eléctrica e água potável, segundo informações prestadas à Imprensa local pela ministra do Ordenamento do Território e Habitação.

Ana Paula de Carvalho falava no final de uma visita de trabalho à centralidade e afirmou que existem algumas previsões para que o problema da energia eléctrica e da água potável seja ultra passado este ano.

"Depois desta visita, vamos trabalhar em conjunto com o Ministério da Energia e águas no sentido de solucionarmos aquilo que são os problemas da falta de energia e de água".

Quanto à empreitada de estruturas integradas da cidade do Lubango, também avaliadas por si, afirmou que embora tímidas, de em ser concluídas no tempo previsto.

A ministra informou que já foram intervencionados sete quilómetros na zona urbana e outros quatro na ligação à centralidade.

Está em construção uma estação eléctrica na centralidade desde o princípio de 2017, cuja capacidade se desconhece, que vai servir não só a Quilemba, como também o restante da cidade do Lubango, actualmente abastecida pela central térmica da Arimba e pela estação do Ferrovía.

Quanto à água, sabe-se que vai ser construída uma conduta a partir da antiga zona agrícola da Mapunda, alimentada pelo lago da Tundavala, até à centralidade, numa extensão de mais de dez quilómetros até à central de tratamento da urbanização.

Entretanto, o processo de candidaturas para as oito mil casas da centralidade, anteriormente anunciado para Julho de 2017, está condicionado a disponibilização de serviços.

Várias entidades da sociedade civil na província têm criticado o governo local pelo facto de a centralidade ter sido construída há quatro anos e até agora não é habitada por falta de energia eléctrica e água corrente.

8.22 Mais de 250 pessoas morreram este ano de malária no Uíge

Jornal O PAÍS
31 De Janeiro de 2018
Texto: Afrodite Zumba

A directora da saúde na província do Uíge, Madalena Angelina Diogo, revelou que este mês já 266 pessoas morreram de malária na região, num total de trinta e seis mil 512 casos registados.

Em depoimento à imprensa por ocasião da reunião de balanço sobre os surtos de Malária e Cólera que afectam a localidade, a responsável esclareceu que a epidemia tem afectado sobretudo crianças dos zero aos cinco anos.

"Diariamente morrem oito a nove crianças por malária nas unidades sanitárias, cujo surto começou em Novembro do ano passado, com maior prevalência de mortes em crianças dos zero aos cinco anos de idade", detalhou.

Deste modo, Madalena Diogo considera preocupante a expansão da epidemia na região e alerta para a necessidade de se reforçar o stock de medicamentos e materiais gastáveis. A par desta, afirmou ser de crucial importância que se continue a desenvolver acções de sensibilização à população para que a doença seja eliminada".

Dada a situação, algumas associações filantrópicas se têm juntado à causa e doado medicamentos e materiais gastáveis para o auxílio no tratamento dos pacientes.

MINSA lança "Projecto Malária Zero" Com o objectivo de reduzir as elevadas taxas da doença, apontada como a principal causa de morte no país, o Ministério da Saúde (MINSA) realizou recentemente, na província do Huambo, a primeira Conferência do 'Projecto Malária Zero'.

Durante a actividade presidida pelo Governador da Província, João Kussumua foram abordadas questões sobre o " Impacto social da Malária e o controlo Vectorial".

Importa realçar que em 2017 as autoridades sanitárias registaram seis mil e 300 casos de mortes por Malária, o que perfaz uma redução em torno de 30% comparativamente aos dados do ano 2016.

O coordenador Adjunto do Programa Nacional do Controlo da Malária, Rafael Dimbu, defende que a população deve trabalhar em parceria com o Governo, como estratégia para eliminação da doença.

"A população tem a ferramenta chave para a sua eliminação, isto é, evitar águas paradas, enterrar o lixo, fazer plantações ao redor das casas, usar mosquiteiros e manter a higiene das suas casas", disse.

A Malária é uma doença infecciosa transmitida pela picada dos mosquitos portador dos protozoários parasitários do género Plasmodium. Quando infectado, o ser humano pode levar entre 10 a 15 dias para manifestar os sintomas, nomeadamente, febre, fadiga, vômitos e dores de cabeça, sendo que em casos mais graves pode causar icterícia, convulsões, coma, ou morte.

8.23 Província regista menos casos de cólera

Jornal de Angola

31 De Janeiro de 2018

Texto: Filipe Botelho

Os casos da cólera na província do Uíge, região que enfrenta um surto desta doença desde o mês de Dezembro do ano passado, registam uma redução considerável, uma vez que o centro de tratamento da doença recebe agora poucos doentes.

O director do Hospital Geral do Uíge, Migi Ernesto, indicou que, até ao dia 29 de Janeiro, encontravam-se internados neste centro 13 pacientes já em recuperação.

Migi Ernesto considerou satisfatória a campanha de prevenção e de combate que foi desenvolvida nas comunidades, o que permitiu a redução de casos naquela cidade habitada por mais de 400 mil habitantes.

Desde Dezembro, 513 pessoas afectadas pela cólera foram internadas no centro, dez das quais morreram. "Já faz um mês, desde que se declarou o surto, os casos de cólera têm reduzido consideravelmente, existindo uma certa estabilidade e as pessoas já tendem a tratar a água e velar pelo saneamento básico, o que é o mais essencial", disse Migi Ernesto para explicar que o plano de combate à cólera vai até três meses, daí as autoridades estarem com a mesma prontidão para atender todos os pacientes.

Migi Ernesto reconheceu que o grande pilar da estratégia montada é a sensibilização da população,

ensinando como se deve tratar a água e velar pelo saneamento básico. O Ministério da Saúde, o Governo Provincial e organizações sociais garantiram meios técnicos de trabalho e medicamentos para o combate à doença.

A cólera afecta pessoas que vivem nas zonas periféricas do Uíge como Ana Candande, Candombe Velho, Mbembe Ngango suburbano, Caquiuiã e Candombe Novo.

Reforço de apoios

O Comité Miss Uíge, em parceria com o comité Miss Angola e CPLP, entregou ao Governo Provincial bens consumíveis, para reforçar o combate à epidemia de cólera.

8.24 Cólera faz vítimas mortais na província do Uíge

Jornal O PAÍS

05 De Janeiro de 2018

Texto: António Gaspar

Uma delegação multisectorial dirigida pelo secretário de Estado da saúde para a Área Hospitalar, Valentim Matias, está desde terça-feira na província do Uíge para acompanhar o surto de cólera, que já causou seis mortos, e avaliar a situação que aflige aquela região do país.

Valentim Matias constatou a situação e, para o reforço da capacidade técnica e logística no combate à cólera e à malária, mobilizou uma delegação composta por epidemiologistas, médicos internos, pediatras, anestesistas, clínicos gerais e ainda técnicos ligados ao ambiente, energia e águas para reverter nos próximos sete dias o actual quadro da doença.

"Temos uma equipa de especialistas com médicos jovens que estão bastante animados para dar resposta ao número de casos de cólera na província do Uíge", assegurou.

O secretário de Estado da Saúde salientou que a equipa vai trabalhar junto da comunidade de forma a sensibilizar a população e informá-la sobre medidas de precaução contra a doença e os cuidados a ter com a água para o consumo.

"Estão criadas as condições para que muito rapidamente se faça a monitorização dos bairros orlando Fonseca e Candombe Velho, onde acontece a maior parte dos casos da epidemia", disse, adiantando que a necessidade de construção e uso de latrinas e de medicamentos para tratar a água antes do seu consumo, assim como a possibilidade da sua

distribuição a nível das administrações locais, comunas e bairros fazem parte do plano de combate à doença.

Ainda segundo Valentim Matias, citado pela Angop, durante a sua permanência, a delegação vai analisar como estão a ser geridos os casos a nível hospitalar, com vista a afastar a transmissão inter-hospitalar.

O dirigente disse ainda que para travar o surto é importante contar com o envolvimento dos técnicos de saúde, das Forças Armadas e da Polícia Nacional, para além dos trabalhos de mobilização das autoridades tradicionais e das igrejas, que devem dar continuidade ao trabalho nas comunidades.

Segundo fontes, o surto da cólera foi confirmado pelo governador da província do Uíge, Pinda Simão, que revelou inquietação com o actual cenário de saúde na região. A dirigente ressalva ainda que a região encara casos de cólera agora confirmados pelas autoridades sanitárias.

"Para além da malária, surgiu a epidemia da cólera. No início não tínhamos a certeza, os técnicos fizeram o seu trabalho, recebemos a confirmação de que os casos de diarreia que temos aqui na província estão ligados à cólera", disse Pinda Simão.

O surto de cólera levou à província do Uíge o secretário de Estado para a Saúde Pública, José Vieira Dias da Cunha, que por ocasião da sua estada alertou para o facto de se melhorar o saneamento básico e a distribuição efectiva de água potável na terra do café.

8.25 Lixo por água nas valas de drenagem

Jornal de Angola

08 De Janeiro de 2018

Texto: Fula Martins

As valas de drenagem da Cidadela Desportiva, do Sorooca, do Rio Seco, da Samba e do Cazenga, construídas para facilitar o escoamento das águas das chuvas, representam, actualmente, um atentado à saúde pública. Elas são viveiros de mosquitos, porque a população está a transformá-las em depósito de dejectos.

Sem excepção, o cenário das valas de drenagem é caracterizado por lixo e águas estagnadas. Situação propícia para o aparecimento de doenças como cólera, malária e outras, causadas pela falta de higiene. Antes da reabilitação destas infra-estruturas, nas ruas dos bairros por onde se estendem, a situação sanitária era deplorável.

Sempre que chovesse, as casas ficavam inundadas e as vias de acesso intransitáveis. Neste período, os casos de cólera e malária aumentavam consideravelmente. Mas, depois da reabilitação destes canais, a situação melhorou relativamente. As valas de drenagem que foram colocadas no interior das citadas zonas, além de funcionarem para escoar as águas saídas de vários pontos da cidade, ajudam, igualmente, os moradores que as têm junto das portas da residência.

Marcos Gabriel mostrou-se insatisfeito com o comportamento de cidadãos, em relação às condições dos sistemas de drenagens existentes em Luanda. "No estado em que estão, as valas de drenagem, têm tudo para facilitar a reprodução do mosquito, porque as águas não correm. As crianças despejam o lixo nelas, perante o olhar e conhecimento das mães e de outros adultos. Sabemos que as pessoas expostas ao lixo podem apanhar cólera ou malária. Qual é a nossa postura em relação à limpeza da nossa cidade? Temos de mudar de atitude", pediu. Marcos Gabriel, que vive no Cazenga, bairro onde existe uma vala, criticou o facto de os munícipes ficarem à espera que a administração envie trabalhadores para fazer a limpeza... Os moradores devem assumir a limpeza da vala de drenagem localizada em frente de casa. "No Cantúnton, a situação é deplorável. Temos que nos responsabilizar pela limpeza da vala de drenagem. Não podemos continuar assim", apelou Gabriel.

Mariana Garcia, moradora da Cuca, pediu, principalmente, às mães para não transformarem as valas de drenagem em lixeiras e alerta para que eduquem os filhos de modo a que não deem o lixo nesses lugares. "A vala de drenagem não pode funcionar como lixeira. Como mulheres e mães, devemos ajudar as outras a perceber que a vala de drenagem serve para melhorar o ambiente e as condições de vida da população. Se as transformarmos em lixeiras, estaremos a criar condições para que haja cólera e malária no nosso bairro e não só", advertiu.

8.26 Manutenção Previne Inundações e Doenças

Jornal de Angola

08 De Janeiro de 2018

Texto: Fula Martins

Chegou o período chuvoso, altura favorável para a multiplicação do mosquito causador da malária. O lixo composto por sacos e garrafas plásticas é um dos grandes problemas, pois que, sempre que chove, obstruem a passagem da água pelos canais

apropriados, levando-a a correr em bairros, ruas e avenidas, que acabam inundados, muitas vezes, por longo período de tempo.

Guedes dos Santos António, morador das redondezas da vala de drenagem do Cariango, no Cazenga, opinou que é necessário desassorear as principais valas de drenagem, para permitir o escoamento das águas e facilitar a vida da população na época chuvosa. O município lembrou que as valas em Luanda foram construídas a céu aberto, para facilitar a entrada de equipamentos de recolha dos resíduos sólidos ali depositados.

"A responsabilidade pela manutenção das valas e valetas de drenagem não deve limitar-se apenas às autoridades. Todos os moradores devem preocupar-se em se livrar da sujidade", alertou, antes de criticar o comportamento de municípios que têm valetas em frente de suas residências, mas que não se preocupam em limpá-las.

MAIS VALAS

Cidadãos ouvidos pelo Luanda, Jornal Metropolitano, são unânimes em se referir à necessidade de um investimento sério na construção de valas de drenagem, sobretudo, nos novos bairros, que surgem na periferia de Luanda. A ideia é que estas infra-estruturas podem prevenir inundações. Evitando-se, assim, o cenário que se assiste em épocas de chuvas: casas alagadas, doenças e até mortes.

O estado precário, a inexistência ou o mau funcionamento das valas são a causa de muitos dos problemas que se vive em Luanda. Por exemplo, a construção anárquica, em zonas de risco, também contribuiu para o quadro negativo, como admitiram muitos entrevistados.

8.27 Baixa de Cassanje: «vivemos como se fosse um massacre»

Novo Jornal

12 De Janeiro de 2018

Texto: Álvaro Victória

Na fronteira entre os municípios de viana e Cacucaco está instalado um bairro totalmente esquecido nos planos de investimentos públicos. Os cerca de sete mil moradores dizem-se discriminados pelas autoridades administrativas de Luanda. Aqui, os problemas vão desde a falta de escolas e hospitais à inexistente distribuição de energia eléctrica e água potável.

Na procura de explicação para o crítico quadro, há quem encontre apelido do bairro a razão para o "azar": Baixa de Cassanje, nome pelo qual é conhecida uma zona histórica de Malanje, onde, a 4 de Janeiro de 1961, milhares de camponeses foram assassinados pelo regime colonial português.

"Acho que o nosso azar é terem apelidado este bairro de Baixa de Cassanje. Aqui vivemos como se fosse um massacre. O governo massacra-nos todos os dias com a falta de quase tudo. Não temos nada que seja público, senão aqueles dois polícias que ocupam a esquadra policial que, até, é móvel", lamenta, visivelmente agastado, o jovem morador Cláudio Quitúbia.

Ana José Simão vive na zona há mais de uma década. Com voz alta, que não esconde os largos anos de 'zunga', Ana diz-se conhecedora dos 'segredos e becos' do bairro que existe há 15 anos.

Conta que o nome do bairro foi atribuído pelos primeiros moradores, oriundos de Malanje, que encontraram na estrutura geográfica da zona - com várias ribanceiras - muitas semelhanças com as características da histórica região da Baixa de Cassanje.

É com desabafo e agastamento que Ana Simão relata os problemas que o bairro enfrenta: "Meus irmãos, aqui nós pensamos que não somos angolanos, que o petróleo e o diamante não nos pertencem. Onde é que já se viu numa zona como essa, em que vivem milhares de pessoas, o Estado nunca meteu nem já um chafarizinho ou uma explicação para os miúdos estudarem?"

A zungueira, que diz ser mulher de um desempregado, conta que tem sido um "milagre" garantir que os seus três filhos continuem a estudar, uma perseverança que lhe custa mensalmente perto de nove mil Kwanzas.

"Quando o ano termina, eu "até me pergunto onde é que esse dinheiro sai. É um milagre. Aqui só temos colégios e explicações, que praticam preços muito altos", observa Ana Simão.

Segundo informações recolhidas pela nossa reportagem, a mensalidade nas poucas explicações e colégios instalados no bairro, que ministram aulas do ensino primário até ao segundo ciclo, rondam entre 500 e cinco mil Kwanzas.

Pedra Kibata informa que, em face das condições sociais das famílias do bairro e da ausência de escolas públicas na zona, grande parte das crianças se encontra fora do sistema de ensino.

"Não conheço alguém aqui do bairro que esteja a frequentar uma universidade. Os jovens não têm ocupação. Nem mesmo um campo para a prática do desporto têm", reclamou Kibata, a que se seguiu o desabafo de Elias Kitwe:

"É melhor falarmos a verdade: o único divertimento dos jovens aqui é fazer nené", atira Kitwe, vivamente apoiado por outros companheiros.

"E sem energia, não há como não termos níveis de delinquência altos. A situação já foi pior. Mas continua à ser preocupante. Daí que temos pedido que montem uma esquadra definitiva. Aliás, a esquadra móvel é o único serviço público que temos", acrescenta Pedro Kibata.

Saúde fica a vários quilómetros. No bairro Baixa de Cassanje não existe qualquer unidade sanitária pública. Os pequenos casos de saúde são tratados num posto médico particular. Nos casos mais graves, os populares são obrigados a caminhar quilómetros, entre buracos e poeiras, para conseguir a assistência médica.

"Só temos aqui um posto médico privado. Nos casos mais graves, percorremos normalmente até ao Hospital do Kapalanga, que fica a quase 10 quilómetros daqui. Só por uma sorte é que o teu doente não morre pelo caminho, isso se conseguires transporte, porque aqui os acessos são muito difíceis. Quando chove, os trilhos que se fazem pelo bairro parecem de bois. É muito lamaçal", refere Pascoal Kiluanje. O ex-funcionário da SGO e actualmente sapateiro e pequeno comerciante realça que, em época sobretudo chuvosa, tem sido um caos o acesso à zona: "Nas chuvas, é inferno circular por cá. Só carrinhas e carros de tracção conseguem chegar aqui. O táxi custa entre 150 a 250 Kwanzas, para te tirar daqui e levar-te à Ponte Partida [a cerca de três quilómetros]".

8.28 Governo lança apelo para a recolha do lixo

Jornal de Angola
12 De Janeiro de 2018

O governo da província do Bié recomendou, na cidade do Culto, às administrações municipal a darem prioridade à recolha do lixo nas suas áreas de jurisdição, com vista a combater a reprodução dos vectores causadores de doenças no seio das comunidades.

Um comunicado saído da reunião de auscultação do Governo da província com os administradores e

directores de instituições nos nove municípios da região, distribuído à Angop, apela para a necessidade das autoridades administrativas da região trabalharem seriamente na melhoria dos serviços de saneamento básico.

A nota realça ainda a importância da eliminação dos charcos nos quintais a nível das sedes municipais e subúrbios, bem como a necessidade das autoridades sanitárias persuadirem a população a usarem corretamente os mosquiteiros impregnados.

O Governo provincial convida igualmente as famílias nas diversas comunidades no sentido de colaborarem no processo de recolha e transportação dos resíduos sólidos, colocando-os essencialmente nos contentores e locais indicados pelos serviços básicos das administrações locais.

8.29 VTB da Rússia vai financiar agricultura e energia e águas

Jornal de Angola
12 De Janeiro de 2018
Texto: Cândido Bessa

O banco russo VTB, líder do consórcio de bancos que financiou o satélite angolano Angosat 1, está a preparar novos financiamentos para projectos nas áreas da indústria, agricultura e energia e águas em Angola.

De acordo com o presidente do banco, Andrey Kostiv, que foi ontem recebido pelo Chefe de Estado, João Lourenço, técnicos da instituição estão a trabalhar com as autoridades angolanas na reestruturação da dívida contraída pelo Estado ao VTB, na ordem dos 1,3 mil milhões de dólares e 180 milhões de euros, para viabilizar novos financiamentos.

Segundo maior banco da Rússia, o VTB abriu, em 2006, em Luanda, o VTB-África, seu braço financeiro no país, com os capitais repartidos em 66 por cento russos e 34 por cento de cidadãos angolanos. O grupo técnico criado entre técnicos do Ministério das Finanças e do VTB vão, igualmente, trabalhar nas emissões de obrigações no valor que rondam entre os dois e três milhões de dólares.

Até ao momento a operação mais expressiva foram os 320 milhões de dólares investidos no satélite angolano. O investimento foi gerido por três contratos: da construção, aluguer do segmento espacial e do segmento terrestre.

A responsabilidade do Governo angolano foi garantir a formação dos especialistas e a construção de infra-estruturas em terra para assegurar o apoio dos serviços de gestão do satélite. Para garantir a sustentabilidade da dívida e do respectivo serviço, o Executivo decidiu negociar o reescalonamento da dívida com os principais parceiros bilaterais e alargar a base de investidores em Títulos do Tesouro.

Ao Ministério das Finanças foi incumbida a missão de concluir a análise de sustentabilidade da dívida de Angola que, em 2013, era equivalente a 24,5 por cento de toda a riqueza produzida no país durante o ano, mas, em 2016 já equivalia a 56 por cento. O grupo está presente em mais de 20 países e com uma forte presença na área de banca de investimento. Em 2011, o VTB Capital recebeu mais de 15 distinções internacionais incluindo de Melhor Banco de Investimento na Rússia pela Global Finance e pela World Finance.

O VTB África é um banco comercial com três áreas de actuação específicas, nomeadamente, banca de investimento, corporate e retalho. A área de retalho tem por objectivo servir somente os colaboradores das empresas, que são os clientes.

A rede de distribuição está direccionada para o mercado empresarial e, por isso, conta apenas com 1 agência em Luanda. Andrey Kostiv garantiu igualmente que o VTB vai, em breve, introduzir novos meios e créditos para projectos concretos em Angola.

Emissão de eurobonds

Num despacho presidencial de 21 de Agosto do ano passado, ainda na vigência do anterior Executivo liderado pelo Presidente José Eduardo dos Santos, o Governo angolano escolhia os russos do VTB para conduzir a estratégia para uma segunda emissão de 'eurobonds', ou dívida soberana em moeda estrangeira, para captar até 2.000 milhões de dólares no mercado externo.

O Estado angolano estreou-se na emissão de 'eurobonds' em Novembro de 2015, angariando então, no mercado externo, cerca de 1.500 milhões de dólares, através de um consórcio de bancos liderado pelo norte-americano Goldman Sachs International e que incluiu ainda o alemão Deutsche Bank e os chineses da ICBC International. Os juros da primeira emissão angolana de 'eurobonds' foram confirmados em 9,5 por cento, a liquidar aos dias 12 de Maio e 12 de Novembro de cada ano, a partir de 2016.

Além de cobrir as necessidades de financiamento do Estado, colmatando a quebra nas receitas fiscais

decorrentes da exportação de petróleo, esta operação permitiu igualmente o acesso a divisas, que o país necessitava nomeadamente para garantir as importações de alimentos e matéria - prima.

O Plano Anual de Endividamento para 2017 não previa, inicialmente, nova emissão de 'eurobonds', mas esse planeamento estava dependente das condições financeiras. O plano previa necessidades brutas de financiamento no mercado na ordem dos 4,667 biliões de, sendo 75 por cento deste total para angariar no mercado interno.

8.30 Focos de lixo embaraçam a circulação de viaturas

Jornal de Angola

14 De Janeiro de 2018

Texto: Domingos Caluçipa

O processo de recolha e tratamento de lixo está paralisado na cidade de Ondjiva, há já algum tempo, verificando-se, por este facto, amontoados de lixo em várias artérias, sendo a situação crítica na via que liga a cidade ao mercado paralelo da Alemanha, onde os resíduos sólidos estão a cobrir uma das faixas de rodagem, complicando desta forma a normal circulação de veículos e pessoas.

Os amontoados de lixo são ainda visíveis em algumas artérias, como as ruas traseira e a lateral da empresa Angola - Telecom, que desde a quadra festiva permanecem em grandes quantidades.

A administradora municipal de Ondjiva, Margarida Ulissavo, disse que esta situação deve-se "à falta de capacidade técnica e financeira da administração. "Neste momento estamos sem recursos para darmos resposta adequada a questão da recolha de lixo na cidade, por falta de verbas para o efeito", justificou.

Aquela responsável municipal informou que "há tempos uma empresa chinesa de construção civil, a CRBC, que ajudava na recolha do lixo com os seus equipamentos, deixou de o fazer pelo facto de estar empenhada na sua real tarefa, que é a execução de obras". Margarida Ulissavo sublinhou que nesta altura trabalham para o saneamento básico da cidade de Ondjiva duas empresas, sendo uma contratada pelo Governo Provincial do Cunene e outra sob gestão da Administração Municipal, "mas estão sem meios adequados para a recolha permanente dos resíduos sólidos".

Na sua óptica, se a administração municipal de Ondjiva tivesse equipamentos próprios e um orçamento para pagar o pessoal não se verificaria os

amontoados de lixo na cidade. A administradora Margarida Ulissavo acrescentou que o seu elenco está a aguardar que o orçamento do município para 2018 seja aprovado. "Se tivermos dinheiro com base no orçamento deste ano, com base no novo modelo de limpeza, recolha e tratamento do lixo, que se pretende introduzir, poder-se-á dar uma resposta adequada ao problema", admitiu a administradora municipal de Ondjiva.

Margarida Ulissavo informou que o novo modelo de limpeza da cidade de Ondjiva vai incluir uma orientação precisa ao cidadão, que passará por determinar os dias e horas para o depósito do lixo, pondo assim fim à anarquia, em que cada um deposita os resíduos sólidos a qualquer hora do dia. A cidade de Ondjiva, segundo a administradora, conta agora com um aterro sanitário, inaugurado há cinco meses, onde todo o lixo residual doméstico está a ser depositado.

8.31 Bié ganha 15 mil novas ligações de energia eléctrica

Jornal O PAÍS

15 De Janeiro de 2018

A informação é da presidente do Conselho de Administração da ENDE (Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade), Ruth Safeca, em declarações à imprensa local, ontem (Domingo), no quadro da visita do ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, à província do Bié.

Segundo a fonte, a empresa (ENDE) vai montar 34 postos de transformação (PT), visando alargar a capacidade de atendimento à população, bem como resgatar a boa imagem junto dos consumidores.

Nesta altura, segundo a responsável, a ENDE tem maior presença na cidade do Cuito, onde já controla 15 mil clientes.

Entretanto, neste momento, na central térmica de Caluapanda estão a funcionar apenas dois grupos dos quatro existentes, que fornecem três megawatts de energia, sendo a capacidade instalada de 10, razão porque tem havido restrições no fornecimento de energia à urbe.

A agravar a situação está a problemática da suspensão do abastecimento de energia eléctrica a partir da barragem do Gove (Huambo), actualmente com problemas técnicos.

Durante a sua estadia, a cúpula da Energia e Águas, o ministro João Baptista Borges e respectiva comitiva, visitaram os municípios do Andulo, Camacupa,

Catabola, Cuito, Cunhinga e Nhârea, onde foram informados da realidade do sector.

De salientar que a capital do Bié até Outubro de 2017 beneficiava de nove megawatts de energia eléctrica, sendo seis (6) megawatts vindos da barragem do Gove (Huambo) e três (3) da central térmica do Caluapanda (Cuito), quantidade considerada ínfima, tendo em conta o aumento exponencial da cidade e da densidade populacional.

Novos sistemas de abastecimento de água em Maio

Os novos sistemas de água potável, consignados em Setembro de 2016, nos municípios do Cuito, Cunhinga, Cuemba, Nhârea, Chitembo, e Chinguar, entram em funcionamento no mês de Maio deste ano.

O anúncio foi feito pelo director nacional das Águas, Lucrecio Costa, durante o balanço da visita de dois dias do ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, ao Bié, que visou avaliar o desempenho do sector que dirige na província.

As obras dos sistemas de captação, tratamento e distribuição do "precioso líquido", segundo Lucrecio Costa, decorrem a bom ritmo, e estão a cargo das empresas chinesas CR20 e "CTCE", à luz da linha de crédito da China.

Sem avançar o valor do investimento, Lucrecio Costa afirmou que os sistemas comportam uma conduta de três mil e 680 metros junto à Estação de Tratamento de Água, um reservatório de 50 metros cúbicos, bem como serão instaladas mil e 600 ligações domiciliárias para beneficiar perto de 20 mil habitantes nas referidas municipalidades.

Os empreendimentos terão 20 anos de tempo útil, vão ainda comportar 14 novos chafarizes e a reabilitação de 17 outros em cada município.

Relativamente ao município do Andulo, Lucrecio Costa mostrou-se indignado pelo facto de o antigo sistema ter funcionado apenas um ano, criando assim constrangimentos no fornecimento de água potável às famílias, devido à "desorganização" institucional e dos habitantes.

Apelou aos consumidores para conservarem os bens públicos e a ter a cultura de pagamento do consumo de água para que o Governo possa construir mais empreendimentos sociais, assim como garantir as manutenções dos sistemas.

A província do Bié, centro de Angola, tem uma extensão de 70.314 quilómetros quadrados, uma população de um milhão, 455 mil 233 Habitantes,

distribuídos em nove municípios, 30 comunas e mais de três mil aldeias.

O sector das águas na região controla 916 furos, 45 pequenos sistemas suportados com painéis solares e oito sistemas de captação, tratamento e distribuição das sedes municipais.

8.32 Malanje tem linhas telefónicas para as denúncias e sugestões

Jornal de Angola

15 De Janeiro de 2018

Texto: Luísa Victoriano

O Hospital Geral de Malanje (HGM) e demais unidades hospitalares da província vão contar nos próximos dias com duas linhas telefónicas para prestação de informações, sugestões e denúncias dos cidadãos ao governo local e à Comissão Provincial de Reforço da Capacidade Institucional do Sector da Saúde.

A informação foi avançada sexta-feira pelo vice-governador provincial de Malanje para o Sector Político, Social e Económico, Domingos Eduardo, na qualidade de supervisor provincial da referida comissão.

Durante uma conferência de imprensa, o governante sublinhou que a criação de linhas telefónicas vai facilitar a população na prestação de informações pormenorizadas sobre a qualidade de atendimento dos profissionais do sector a nível das unidades sanitárias da região.

O vice-governador provincial de Malanje disse que a medida vai permitir que o Governo Provincial possa mais facilmente saber do funcionamento do sector da Saúde, que constitui actualmente uma das maiores preocupações.

Domingos Eduardo apelou aos utentes das unidades hospitalares para a necessidade da colaboração através de denúncias, para que a Comissão Provincial de Reforço Institucional da Saúde possa agir com critérios e responsabilidade para inverter o actual quadro desolador do sector da saúde.

O supervisor provincial fez saber ainda que uma outra aposta para o reforço do sector da saúde em Malanje é a criação de condições em todas as unidades hospitalares, visando garantir melhor assistência médica e medicamentosa à população.

Quanto aos centros da periferia, que apresentavam carência em termos de energia e águas, Domingos Eduardo assegurou que os mesmos já dispõem dos

referidos serviços, graças aos esforços desenvolvidos pelo governo local.

Segundo o supervisor da comissão, o pleno funcionamento dos centros de saúde está a descongestionar as unidades de referência da região, nomeadamente o Hospital Geral de Malanje e Materno Infantil.

Relativamente aos fármacos, Domingos Eduardo reconheceu existir carência nas unidades hospitalares de Malanje e disse ser necessário melhorar a comunicação entre o profissional da saúde e o paciente, na transmissão da informação sobre a falta de um determinado medicamento.

Quanto aos centros que ainda não dispõem de condições básicas, como energia eléctrica, água, entre outras, Domingos Eduardo garantiu que o Governo da província e a Administração Municipal de Malanje estão a criar condições para que os mesmos funcionem sem sobressaltos.

A Comissão Provincial de Reforço da Capacidade Institucional do Sector da Saúde foi criada recentemente, através de um despacho do governador Norberto dos Santos "Kwata Kanawa", para avaliação da situação sanitária da província.

A referida comissão passa a funcionar em parceria com o Gabinete de Inspeção do Governo da Província, bem como os serviços de inspecção da saúde, para que, no prazo de 90 dias, seja aplicado o plano operativo de reforço do sector da Saúde, aprovado pelo governador provincial.

8.33 Mobilização para recolha de resíduos

Jornal de Angola

17 De Janeiro de 2018

Mais de noventa metros cúbicos de resíduos sólidos foram recolhidos no Dondo durante uma mega campanha de limpeza, promovida pela administração municipal de Cambambe, Cuanza Norte, no quadro das acções de prevenção contra a cólera.

Durante a actividade, que envolveu efectivos de distintos órgãos do Ministério do Interior, das Forças Armadas Angolanas, funcionários públicos, igrejas e sociedade civil, foram removidos os principais focos de lixo, em diversos pontos da cidade.

O administrador municipal adjunto para a área técnica e infra-estruturas, Egidio Armando, disse que a acção permitiu destruir grande parte dos amontoados de lixo que existiam na cidade.

8.34 Água e luz vão custar mais caro

Jornal O PAÍS

19 De Janeiro de 2018

Texto: Miguel Kitari

O Presidente da República esteve ontem na Assembleia Nacional, onde fez uma comunicação antes mesmo da aprovação do Orçamento Geral do Estado 2018 (OGE), e anunciou uma série de medidas que serão tomadas durante este ano económico.

Na sua alocução, João Lourenço anunciou que dentre as medidas previstas, consta "a redução dos subsídios no sector da energia, águas, transportes (ferroviário, marítimo e terrestres) através da revisão das tarifas, salvaguardando sempre os sectores mais desfavorecidos da população". Garantiu, sem no entanto avançar as percentagens, a reduzir nos subsídios.

João Lourenço destacou ainda que o seu Executivo vai promover, em 2018, o Programa de Promoção das Exportações e substituição das importações.

"Este programa é um dos pilares da estratégia de diversificação da economia nacional, que pode terminar com a dependência do petróleo", sublinhou o Presidente da República.

Avançou ainda que "o Estado incentivará medidas de promoção do desenvolvimento do sector empresarial privado.

Sobre o assunto, João Lourenço destacou as parcerias público-privadas para permitirem que, por via do sector privado, e numa situação de escassez de recursos públicos, o Estado continue a investir em infra-estruturas e na oferta de serviços públicos essenciais.

O programa prevê, de acordo ainda com a comunicação do Presidente da República, o redireccionamento do sector empresarial público, dando mais enfoque à implementação de um programa de privatizações e dinamização da Comissão de Mercados de Capitais.

O Chefe do Executivo disse ainda que serão ajustados os principais instrumentos de promoção empresarial, tais como o Fundo Nacional de Desenvolvimento, o Programa Angola Investe, o Instituto de Fomento Empresarial e outros, para que se alcancem resultados positivos num contexto de restrições de financiamento.

"Melhorar a cadeia logística de distribuição ligada às principais regiões agrícolas e industriais, quer para

consumo interno, quer para as exportações. Rever os direitos aduaneiros aplicáveis a produtos e equipamentos voltados à produção nacional, como maquinaria e ferramentas associadas à produção industrial e agrícola, no âmbito da actualização da Pauta Aduaneira", sublinhou.

O programa apresentado pelo PR prevê ainda "a criação de uma linha de crédito destinada à aquisição de equipamentos e insumos agrícolas para as grandes empresas e grupos empresariais", avançou.

Os números do OGE 2018

Aprovado ontem na Assembleia Nacional, com 144 votos favoráveis, 56 abstenções e nenhum voto contra, o Orçamento Geral do Estado inscreve receitas estimadas em AKZ 9.685.550.810.785,00 (nove triliões, seiscentos e oitenta e cinco bilhões, quinhentos e cinquenta milhões, oitocentos e dez mil, setecentos e oitenta e cinco kwanzas) e fixa a despesas em igual valor.

Para garantir a estabilidade macroeconómica na presente conjuntura, o Executivo elaborou a proposta do OGE 2018 tendo como suporte a taxa de crescimento do PIE de 4,9%, preço médio do barril do petróleo de USD 50 e um défice fiscal de 2,9 % do PIE.

CASA-CE põe em causa OGE 2018

Na sua declaração política, a Convergência Ampla de Salvação de Angola - Coligação Eleitoral (CASA-CE), refere que o Orçamento Geral do Estado 2018 (OGE), já aprovado, é, de facto, o primeiro verdadeiro teste do Executivo, sobre a sua vontade de romper com o passado e elevar Angola a novos patamares, de democracia de recuperação, crescimento e desenvolvimento económico, bem como de paz, harmonia e bem-estar social para o povo.

"Nos termos da Constituição e da lei, é competência da Assembleia Nacional, através do OGE, aprovar as verbas para a cobertura das despesas. Por isso, é inaceitável, para nós, o procedimento proposto pelo Executivo, no Artigo LI", respeitante à receita petrolífera que venha a ser arrecadada em excesso, sobre a receita prevista, em face dos pressupostos orçamentais estabelecidos, ou seja, em face a um preço do barril de petróleo superior ao fixado no OGE", lê-se no documento a que tivemos acesso. O presente OGE, para além da tentativa da estabilização macroeconómica, não tem opções claras com vista a levar -nos a porto seguro. Aliás, tem sim uma opção: a dívida pública, correspondendo a 52,38% das despesas.

“Como é que chegamos a uma dívida tão elevada, para agora dedicarmos mais de metade das nossas receitas a pagá-la? Quando se aloca mais de 50% das receitas para o pagamento da dívida, perguntamos: quem são os credores, qual é a composição dessa dívida?”

De acordo com a declaração política da CASA-CE, lida por André Mendes de Carvalho, "devemos lembrar-nos, que na aprovação do OGE de 2017, e tendo em vista arranjar dinheiro para as eleições, o MPLA forçou esta Assembleia Nacional a alterar o limite que a lei impunha, de impedir que a dívida pública ultrapasse os 60% do PIB, passando esse limite a ser, uma mera referência.

De acordo com a CASA-CE, está patente que, em 42 anos de governação, o MPLA nunca teve um projecto económico estratégico, coerente, articulado e exequível. Tudo não passava de propaganda, meras palavras sustentadas pela alta do preço do petróleo.

"Todo esse sacrifício valeria a pena se houvesse um projecto claro para a retirada do país da crise, o que, como a proposta de orçamento mostra, não existe. Este é um orçamento de compasso de espera (stand By), aguardando a agulha a encontrar o Norte. Desde 2014 ao presente, nenhum resultado positivo na diversificação da economia. Até aqui as sucessivas desvalorizações da moeda, impostas ou não pelo FMI, não resolveram nada", refere-se a coligação política na Oposição.

Acrescenta que, em lugar de sempre procurarem restabelecer a economia através de cortes nos rendimentos dos mais desfavorecidos, é preciso equilibrá-la pela via da maior produção de bens e serviços. "É esse o desafio e não as engenharias monetárias e financeiras", apontam.

Defende ainda a CASA-CE, que não há uma correspondência adequada entre as ideias plasmadas nos Programas e Planos e o OGE submetido pelo Executivo para aprovação.

"Este primeiro Orçamento da IV Legislatura é uma desilusão. Esperamos que as correcções que vão ser sugeridas na discussão na especialidade sejam acolhidas e introduzidas no Orçamento, acabando com a prática do passado de adoptá-las como recomendações para o futuro", lê-se na declaração política da CASA -CE.

Todavia, a Coligação afirma que continuará aberta ao diálogo e disposta a dar o seu contributo ao progresso das reformas em curso no país, dentro da Constituição e da Lei e na defesa dos direitos fundamentais do povo.

8.35 Centralidade da Quilemba está sem água e energia

Jornal de Angola

25 De Janeiro de 2018

A centralidade da Quilemba, situada a 10 quilómetro da cidade do Lubango, província da Huíla, com oito mil residências construídas há quatro anos, apenas este ano pode ter energia eléctrica e água potável, segundo informações prestadas à Imprensa local pela ministra do Ordenamento do Território e Habitação.

Ana Paula de Carvalho falava no final de uma visita de trabalho à centralidade e afirmou que existem algumas previsões para que o problema da energia eléctrica e da água potável seja ultra passado este ano.

"Depois desta visita, vamos trabalhar em conjunto com o Ministério da Energia e águas no sentido de solucionarmos aquilo que são os problemas da falta de energia e de água".

Quanto à empreitada de estruturas integradas da cidade do Lubango, também avaliadas por si, afirmou que embora tímidas, de em ser concluídas no tempo previsto.

A ministra informou que já foram intervencionados sete quilómetros na zona urbana e outros quatro na ligação à centralidade.

Está em construção uma estação eléctrica na centralidade desde o princípio de 2017, cuja capacidade se desconhece, que vai servir não só a Quilemba, como também o restante da cidade do Lubango, actualmente abastecida pela central térmica da Arimba e pela estação do Ferrovía.

Quanto à água, sabe-se que vai ser construída uma conduta a partir da antiga zona agrícola da Mapunda, alimentada pelo lago da Tundavala, até à centralidade, numa extensão de mais de dez quilómetros até à central de tratamento da urbanização.

Entretanto, o processo de candidaturas para as oito mil casas da centralidade, anteriormente anunciado para Julho de 2017, está condicionado a disponibilização de serviços.

Várias entidades da sociedade civil na província têm criticado o governo local pelo facto de a centralidade ter sido construída há quatro anos e até agora não é habitada por falta de energia eléctrica e água corrente.

8.36 Hospital deposita lixo no aterro sanitário

Jornal de Angola

30 De Janeiro de 2018

Texto: Justino Victorino

O lixo produzido pelo Hospital Municipal do Huambo é deitado no aterro sanitário da cidade, por falta de incineradora no estabelecimento, disse ontem à imprensa o director da unidade sanitária. Evaristo Chissende, que fez estas declarações durante a visita do governador da província João Baptista Kussumua, adiantou que "continua preocupado" com a questão dos resíduos hospitalares.

"Em 2009 apetrecharam o hospital e esqueceram-se de meter urna incineradora. Isso é urna falha que se toma num verdadeiro atentado à saúde pública", sublinhou Evaristo Chissende.

O director do hospital municipal informou ao governador provincial que o estabelecimento que dirige recebe "quantidades irrisórias" de medicamentos, encontrando grandes dificuldades para atender as necessidades dos pacientes.

Evaristo Chissende fez saber ainda que diariamente o banco de urgência do hospital atende de 200 a 300 doentes, sendo a maioria crianças. O hospital, disse, conta com vários serviços especializados.

8.37 Província regista menos casos de cólera

Jornal de Angola

31 De Janeiro de 2018

Texto: Filipe Botelho

Os casos da cólera na província do Uíge, região que enfrenta um surto desta doença desde o mês de Dezembro do ano passado, registam uma redução considerável, uma vez que o centro de tratamento da doença recebe agora poucos doentes.

O director do Hospital Geral do Uíge, Migi Ernesto, indicou que, até ao dia 29 de Janeiro, encontravam-se internados neste centro 13 pacientes já em recuperação.

Migi Ernesto considerou satisfatória a campanha de prevenção e de combate que foi desenvolvida nas comunidades, o que permitiu a redução de casos naquela cidade habitada por mais de 400 mil habitantes.

Desde Dezembro, 513 pessoas afectadas pela cólera foram internadas no centro, dez das quais morreram. "Já faz um mês, desde que se declarou o surto, os casos de cólera têm reduzido consideravelmente, existindo uma certa estabilidade e as pessoas já tendem a tratar a água e velar pelo saneamento básico, o que é o mais essencial", disse Migi Ernesto para explicar que o plano de combate à cólera vai até três meses, daí as autoridades estarem com a mesma prontidão para atender todos os pacientes.

Migi Ernesto reconheceu que o grande pilar da estratégia montada é a sensibilização da população, ensinando como se deve tratar a água e velar pelo saneamento básico. O Ministério da Saúde, o Governo Provincial e organizações sociais garantiram meios técnicos de trabalho e medicamentos para o combate à doença.

A cólera afecta pessoas que vivem nas zonas periféricas do Uíge como Ana Candande, Candombe Velho, Mbembe Ngango suburbano, Caquiuiia e Candombe Novo.

Reforço de apoios

O Comité Miss Uíge, em parceria com o comité Miss Angola e CPLP, entregou ao Governo Provincial bens consumíveis, para reforçar o combate à epidemia de cólera.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 SIC regista redução de crimes em 2017 no Bengo

Jornal O PAÍS
10 Janeiro de 2018

O director do Serviço de Investigação Criminal (SIC) no Bengo, superintendente-chefe João Borges, afirmou ontem, em Caxito, que ao longo do ano 2017 a instituição registou mil e 109 crimes de natureza diversa.

De acordo com o responsável, que discursava na abertura do 1º Conselho Consultivo Alargado do SIC/Bengo, esse dado representa uma redução de 104 crimes nas estatísticas comparativamente ao ano de 2016. Dos delitos registados em 2017, mil e 103 foram esclarecidos e resultaram na prisão preventiva de 941 cidadãos implicados. O oficial superior da corporação disse que na vertente económica o SIC detectou 184 infracções simples em 146 visitas de fiscalização efectuadas em diversos estabelecimentos comerciais e prestações de serviços mercantis da província, tendo sido aplicadas 120 multas. João Borges declarou ainda que no domínio do enfrentamento, efectuaram em toda a extensão da província do Bengo 336 micro-operações que resultaram em apreensões e recuperações de mais de II viaturas, 19 motorizadas e 58 armas de fogo de marcas e tipos diversos.

Foram igualmente apreendidos 903,409 quilogramas de cannabis, 355 plantas de cannabis (vulgo liamba), 25,6 gramas de cocaína e diversos electro domésticos.

No domínio da instrução processual, foram instruídos e concluídos 1.271 processos, 902 dos quais foram remetidos ajuízo (190 com presos e 712 sem arguidos presos), 27 a outras unidades, 43 aguardam por provas e 299 processos foram arquivados.

Reconheceu o trabalho feito em coordenação com os demais órgãos do Ministério do Interior no Bengo, na lealdade, simplicidade e entrega para o alcance de êxitos nas acções planificadas pelo órgão.

9.2 Sapú 2 “sitiado” entre a falta da água e a delinquência

Jornal de Angola
14 De Janeiro de 2018
Texto: Isaquiel Cori

Bairro situado no Distrito Urbano da Cidade Universitária, a Sapú 2 surgiu praticamente do nada, numa zona constituída por lavras. As mães camponesas saíam das suas áreas de residência no Golfe 1, Rangel, Calemba, Neves Bendinha, Nelito Soares, e outros, e acampavam durante dias seguidos em casebres de sacos de serapilheira erguidos no meio do mandiocal.

Até que em 2004/2005, fruto do crescimento da cidade de Luanda, que obrigou ao desalojamento de populações que viviam em zonas de expansão imobiliária ou em locais considerados de risco, as camponesas foram expropriadas dos seus terrenos para dar lugar à construção do projecto habitacional que constitui hoje o bairro Sapú 2, também conhecido como OndjoYetu.

É um bairro projectado nos mesmos moldes do Zango e era suposto que fosse para pessoas de "baixa renda". Mas, e dado que essa categoria é bastante incerta e volúvel, a população do bairro é hoje, social e economicamente, bastante heterogénea. Predominam os jovens e as crianças, o que dá ao quotidiano uma alegria e vivacidade próprias.

Fruto do trabalho, esforço e iniciativa dos moradores, o bairro está completamente transformado. Muitas, senão a maioria, das casas de construção precária dadas pelo Estado foram transformadas em habitações condignas. Algumas são mesmo consideradas pelos proprietários como a "casa dos sonhos".

O bairro e os moradores foram dos principais beneficiários da construção da Via Expressa e da realização do CAN 2010: o projecto do Estádio 11 de Novembro obrigou à construção da estrada Calemba 2 Via Expressa, que valorizou exponencialmente as propriedades e dinamizou a vida em seu redor.

Outrossim, o Estado fez alguns investimentos de monta no interior do bairro. Asfaltou as principais vias de acesso, instalou a electricidade domiciliar e a rede igualmente domiciliar de abastecimento de água. Isso em períodos distintos.

Mas o abastecimento de água, como se diz -se, foi "sol de pouca dura". Foi só durante uns seis meses, se tanto, em 2010, que os moradores tiveram a satisfação de beneficiar de água corrente em casa. "Temos a canalização' mas a água não corre há mais de seis anos. Somos obrigados a comprar a água dos tanques", afirma António Kidingo, morador e pequeno empresário, dono da loja "Selo de Deus".

As queixas em relação à falta de água são uma unanimidade na Sapú 2. Toda as manhãs o bairro é percorrido por motorizadas de três rodas, baptizadas "Avô Chegou", que vendem água aos bidons. Param praticamente em todas as casas, excepto nas que possuem tanques abastecidos por camiões cisternas.

"A falta de água é o principal problema do bairro. Temos a canalização, mas os garimpeiros desviaram a conduta no Calemba 2. Os próprios trabalhadores da EPAL colaboram com os garimpeiros, sabem onde ficam as girafas clandestinas e não fazem nada, até vão lá buscar dividendos", refere Daniel Vieira, coordenador de Quarteirão da Comissão de Moradores.

As suspeitas e até mesmo acusações à EPAL, relativamente à sua eventual responsabilidade no "desvio" da conduta de água é recorrente na Sapú 2. Sebastião Raimundo, vulgo Zé do Pau, também membro da Comissão de Moradores, diz que várias diligências já foram feitas junto da EPAL ao longo dos cerca de seis anos, sem resultados satisfatórios.

"A EPAL alega sempre que nós temos água. Como temos água se ela não corre nas torneiras? Há um provérbio que diz: as pessoas que vivem debaixo das árvores é que escutam O barulho dos pássaros", salienta Zé do Pau, incapaz de esconder a sua indignação.

Elias Francisco, empresário e morador, proprietário do restaurante e da panificadora Elias Comercial, nas Casas Azuis, também lamenta a falta de água. "Se a falta de água tem a ver com o garimpo no Calemba 2, a culpa não é dos moradores. Parece haver um conluio entre os garimpeiros e funcionários da EPAL. Se o problema está identificado, porquê que não se resolve?", questiona, para depois dar a conhecer que o seu consumo semanal de água, na padaria e no restaurante, é de 10 mil litros. "Consumimos água de cisternas, que não é de qualidade garantida e além disso aumenta o custo do pão para o consumidor final", salienta.

Segurança pública

Há um outro problema, tal como o da água estreitamente relacionado com a existência humana,

que preocupa os moradores. O da delinquência. Ou se quisermos, da segurança pública. Isso apesar do bairro estar relativamente bem servido com esquadras policiais. Possui duas.

Os assaltos a residências e na via pública são frequentes. Até as duas instituições bancárias presentes, BFA e BIC, já foram alvo de assaltos ou de tentativas de assalto. Alguns desses actos chegam a resultar em mortes. Foi o que aconteceu em Dezembro passado com o empresário Patrick Paulo Makanga, assassinado em Dezembro passado à porta de casa. O modus operandi dos bandidos está identificado. À noite, não precisa de ser muito tarde, basta o sol se pôr, aguardam que o cidadão ou a cidadã chegue a casa na sua viatura e o/a interpelam, com arma em punho, no momento em que desce para abrir o portão.

Outro tipo de assalto consiste em os delinquentes, igualmente de armas em punho, geralmente em plena luz do dia, baterem à porta e assim que esta é aberta entram de rompante e imobilizam os moradores.

António Kidingo já foi vítima. "Uma vez vinha de um óbito e me apercebi que um carro me perseguia. Tive de avançar muito para lá da minha casa, fingi que não morava aí perto", revela. Mas uma vizinha não teve a mesma sorte. "Ela não conseguiu escapar. Foi 'colocada' pelos bandidos, que a levaram no seu próprio carro e alargaram num terreno abandonado", segundo Kidingo.

Luísa Venâncio também diz ter escapado por pouco. Os bandidos bateram -lhe à porta e dispunham-se a irromper no interior do quintal quando viram o seu marido, que naquele dia não foi trabalhar. Entraram em pânico e fugiram. "Eram adolescentes e certamente estavam armados. Por algum motivo sentiram medo do meu marido", refere.

"Esse tipo de assaltos deixa marcas muito profundas", diz o empresário Elias Francisco, que sabe disso porque um dos vizinhos já foi vítima. "Eles (os bandidos) tomam a família inteira como refém, violam as mulheres e violentam o chefe da família à procura de dinheiro. Os traumas ficam para a vida inteira e só Deus sabe- no que as crianças se transformarão", explica, adiantando ainda que funcionários seus e clientes já foram alvo de assaltos à saída tanto da padaria como do restaurante. Por causa disso, informa, há dias em que tem de fechar mais cedo as portas.

"Há uma semana mataram um cidadão, presume-se que num outro bairro, e deixaram o corpo próximo das Bombas Descartáveis de Combustível", disse

Daniel Vieira, apontando para um posto contentorizado de abastecimento de combustível.

Questionado sobre a acção dissuasória ou repressiva da Polícia Nacional, Daniel Vieira, que também é o primeiro secretário do CAP local do MPLA, não se conteve. "A nossa Polícia não se faz sentir, apesar de termos mesmo aqui uma esquadra. Os efectivos trabalham de dia e à noite vão- se embora para as suas casas".

No seu entendimento, os delinquentes saem dos bairros fronteiriços à Sapú 2, nomeadamente Sangue de Pomba, Farmácia e Bairro da Paz. "Antes tínhamos aqui o comandante Cobra, que tentava fazer qualquer coisa, mas com o novo comandante o efectivo também foi mudado e tudo piorou", lamenta. "Pedimos o reforço da Polícia local. A Polícia não deve apenas mandar parar carros e motorizadas, deve também reforçar o patrulhamento à noite, que é o período em que geralmente os marginais actuam", acrescenta.

Espaços públicos

Apesar das transformações mencionadas acima, que lhe dão a actual feição urbana, a Sapú 2 ainda retém, em espaços perfeitamente circunscritos, aquilo que poderíamos chamar a sua identidade rural original. É o caso da zona dos Imbondeiros. Quase uma dezena de grossos imbondeiros, de aparência majestática, foram preservados num largo que, apesar de tão mal cuidado, é o orgulho dos moradores. A bem dizer, é o postal da Sapú 2.

No largo são desenvolvidas actividades desportivas, com destaque para a ginástica ao cair da noite e o futebol aos fins-de-semana. É bom de ver dezenas e dezenas de adolescentes a fazerem exercícios, a caminhar, a correr, de modo colectivo ou individual. "É um espaço destinado ao lazer, mas já houve tentativas de lá colocar lanchonetes e até oficinas", refere Daniel Vieira.

Face à venda da maioria dos espaços públicos, os moradores estão preocupados com a Zona dos Imbondeiros. Receiam que venha a ser privatizada. E não é para menos. Os terrenos com os fontenários construídos nos primórdios do bairro foram vendidos. Hoje os fontenários transformados em propriedades privadas.

"Foram 'bem' vendidos", sublinha Daniel Vieira, dando um tom cómico a uma questão bastante séria. Os dedos todos apontam para o anterior responsável da Comissão de Moradores, que ficou no cargo durante 13 anos.

Um campo multiuso, construído pelo Estado; também tem sido alvo de preocupação. É um exemplo do descaso associado a determinadas obras públicas. Concluída a obra, ela foi pura e simplesmente abandonada. Não foi entregue a quem quer que seja. Sem um gestor que cuide do seu funcionamento, está em franca fase de degradação. Com a electricidade cortada, o recinto fica à noite às escuras.

Aliás, a falta de iluminação pública além de contribuir para a delinquência nocturna é um dos sintomas da incapacidade da administração local.

"A administração do Distrito da Cidade Universitária não está em conexão com os moradores. Aliás, recentemente foram nomeados membros da comissão de moradores em processos puramente administrativos, sem a participação das comunidades que os deveriam eleger", denuncia o empresário Elias Francisco.

Associativismo desportivo Prova do carácter juvenil da população da Sapú 2 é a existência de várias associações desportivas, que sobrevivem à custa da carolice de uns quantos moradores entusiastas e de pronunciada vocação gregária. São os casos do ZTC Futebol Clube, Ngonguambo Futebol Clube, BB Futebol Clube e Amigos do 1º de Agosto.

Ao domingo de manhã o bairro da Sapú 2 é uma festa. Jovens devidamente equipados juntam -se nos poucos campos para praticar o desporto das suas vidas: o futebol. Por arrasto, outra multidão fica em redor a assistir. E quando o jogo termina, há o convívio do costume entre jogadores e assistentes. Quem pode, contribui para as bebidas e os petiscos. E assim se constrói a camaradagem e a cultura de bairro.

Custódio Eduardo, ex-morador e proprietário de um escritório local de Contabilidade, um dos mais destacados entusiastas das actividades desportivas, é um dos responsáveis do ZTC Futebol Clube. Atentem no significado de ZTC: Zeca, Tobias e Custódio.

Eduardo Custódio fala com paixão' da sua obra, o seu clube: "é um clube de amigos, que participa no Gira bairro e congrega ao fim de semana parte significativa da juventude do bairro".

EPAL e Polícia reagem Confrontados com as reclamações e denúncias dos moradores da Sapú 2, a EPAL reagiu com uma nota assinada pelo seu porta-voz, Vladimir Bernardo, e a Polícia Nacional em Luanda nas palavras do seu porta-voz, intendente Mateus Rodrigues.

Por razões alheias ao Jornal de Angola, a Administração do Distrito Urbano da Cidade Universitária será apenas contactada esta semana, pelo que a sua reacção vai constar da próxima edição deste caderno.

A nota da EPAL refere que "conforme a vossa solicitação relativamente às reclamações feitas pelos moradores do Bairro Sapú 2 sobre o abastecimento de água e a participação da EPAL no garimpo de água, temos a informar o seguinte: o Departamento de Protecção, Segurança e Fiscalização da EPAL trabalha em permanência com as autoridades policiais responsáveis, nomeadamente os Serviços de Investigação Criminal, e a Administração Municipal de Belas, por forma a combater o garimpo".

Acrescenta a empresa de águas de Luanda que "no passado, parte do Bairro Sapú 2 era abastecido com água potável por via de uma conduta de Diâmetro Nominal 200 mm. Devido à vandalização da referida conduta com ligações clandestinas e muita prática de garimpo na zona, a água deixou de chegar às residências, aliado também ao alto crescimento populacional na referida circunscricção".

Pelo que, salienta a fonte, "para atender a zona, a EPAL está a construir um Centro de Distribuição, em fase final de execução física, com a capacidade de 5.000 m³ de reserva e 300 m³ na torre".

Paralelamente a esta infra-estrutura, conclui a EPAL, está a ser feito "um estudo para o projecto de rede domiciliar na referida zona" e, "inicialmente, para atenuar a carência, foi lançada uma conduta e construídos 12 chafarizes, que se encontram em fase de testes".

O porta-voz da Polícia e do Ministério do Interior em Luanda disse ao Jornal de Angola que junto das unidades policiais locais vai ser averiguado "o que se passa" na Sapú 2, de modo a "permitir à comunidade dimensionar o problema de segurança" e "buscar as soluções necessárias".

Mateus Rodrigues disse ainda que "não vai ser descurado nenhum aspecto" das denúncias feitas. "O nosso interesse é que essa comunidade possa viver em tranquilidade e ter bons dias".

9.3 Moradores da Pia Marta aterrorizados com onda de assaltos

Novo Jornal

19 De Janeiro de 2018

Os moradores da localidade da Pia Marta, no distrito urbano do Kilamba Kiaxi, em Luanda, dizem estar cansados com os constantes assaltos, em grande parte por causa do condomínio abandonado no Quintalão do Petro, usado como esconderijo por delinquentes bem como depósito para produtos roubados e a efectivação de outros crimes.

Diante da situação, muitos moradores sentem-se inseguros e lamentam o estado em que o local se encontra. "Passar a noite aqui nesta zona é um perigo. Corremos sérios riscos de vida e algumas vezes somos obrigados a regressar cedo a casa para não sermos vítimas de assaltos", lamentam os residentes, que apontam o condomínio abandonado como estando na base do número de assaltantes.

Segundo os populares, a propriedade, que já se transformou em mato, está deserta há cerca de três anos. Embora o portão frontal tenha segurança, ao longo dos muros não há nenhum obstáculo que impeça a entrada dos marginais. "Uma boa parte dos muros do condomínio está danificada e sem protecção, isso tem facilitado a entrada e saída dos delinquentes", esclarecem os populares, pedindo que os responsáveis procurem meios urgentes para arranjar os muros e evitar que os moradores corram perigo.

Alcinda Raul, moradora do bairro há muitos anos, explica que dentro do condomínio há um esconderijo chamado "states", onde muitas vezes os delinquentes escondem os bens roubados, consomem álcool, usam drogas e passam a noite. "Sinto-me bastante inquieta com essa situação. Já fui assaltada aqui neste bairro. A polícia está aqui próxima mas não actua", salientou.

A mesma habitante refere que os assaltantes roubam quer dentro quer fora das casas e levam tudo quanto são objectos de valor. "Todas as vezes que eles assaltam alguém ou uma casa, fogem para dentro do condomínio, onde reparam os artigos roubados", conta, considerando tratar-se de um "problema muito grave" que aflige a população da zona.

Segundo os moradores, a polícia já fez algumas rondas pelo condomínio mas nem com isso o resultado foi o esperado. "A polícia já interveio algumas vezes neste local, mas a sua acção não foi suficiente para expulsar os marginais desta região", disseram, acrescentando que às quintas e sextas-feiras os assaltos são mais frequentes.

Outra preocupação dos moradores é o lixo que se encontra em volta das paredes do Quintalão. "É uma vergonha! O lixo tem provocado concentração de vários insectos", lamentou a moradora Alcinda Raul.

9.4 Bairro é transformado em campo de batalha

Jornal O Crime

27 De Janeiro de 2018

Texto: Engrácia Francisco

Os moradores do bairro Wenje Maka, distrito do Kilamba Kiaxi, mostram-se preocupados e inseguros com a delinquência frequente no bairro, pelo que clamam a intervenção eficaz das autoridades competentes o mais rápido possível.

"Presenciei algumas brigas entre estes grupos e, como morador, senti-me bastante aborrecido, por ver que tais grupos desrespeitam pessoas adultas e idóneas, que acabam sendo vítimas, e tiram a tranquilidade de todos; e também inseguros, porque não sabemos ao certo o nível de perigosidade deles, pois conseguimos perceber que não agem em sua consciência e são capazes de cometer qualquer loucura", afirma Mário Caetano Sebastião, morador.

Ao que tudo indica, o bairro está dividido em duas partes, através de uma vala. Os do lado de cima são denominados 'VAMPIRO FAA', e os do lado de baixo, 'OS ALELUIA'. Segundo os membros dos grupos, nenhum deles pode atravessar o lado contrário, lado do inimigo, se assim o fizer, pode-se considerar um homem morto.

Uma resposta absurda, diga-se de passagem, foi a justificativa da origem da rivalidade entre os dois grupos. "Tudo começou por causa de uma toca (de cabeça). " 'OS ALELUIA' chegaram e puxaram a toca de alguém e chamaram de miúdo a um mais velho deles. Esse, por sua vez, que é meu amigo, não admitiu e começou a bater o gajo que havia lhe chamado de miúdo. Eles não toleraram e começaram a agredir o meu amigo e nós também nos metemos, e aí começou uma grande luta. A partir daquele momento, começou a grande rivalidade entre os VAMPIRO FAA e os ALELUIA, isso em 2008",

conta Jucelmo André, membro do grupo os VAMPIRO FAA.

Porém, Muvu, dos ALELUIA, tem outra explicação. "Essa rivalidade entre nós começou por causa de mulheres. Sempre que íamos para lá, as mulheres de lá ficavam connosco. Um dia desses, um dos nossos amigos foi lá, mas faltaram-lhe respeito e ele falou connosco. Fomos resolver e nos entendemos, jogamos bola, inclusive, mas eles começaram a implicar com os nossos "minis" que são os melitas. Vieram falar connosco a reclamar que nós não queremos 'lhes dar sangue', mas nós não queríamos nos envolver nesta luta. Só que, depois, eles acabaram por aleijar um dos membros dos ALELUIA... começou, então, a briga entre nós".

De acordo com Jucelmo André, membro do grupo VAMPIRO FAA, quando os ALELUIA atravessam o território inimigo para lutar, levam consigo senhoras, moças e até mesmo crianças, sendo que, enquanto os mais velhos estão a lutar, os menores fazem assaltos às casas.

Trapica, jovem de 27 anos, foi um dos membros fundadores dos 'VAMPIRO FAA', que vivia sozinho, no bairro Wenje Maka, no supracitado distrito. Em 2014, foi a Mbanza Congo tratar a sua documentação, mas posto lá, meses depois, sua mãe morreu, tendo acabado por ficar lá por três anos. Em 2017, de regresso a Luanda, num momento de muita tensão entre os grupos, acabou assassinado numa dessas brigas.

Watunda Djemes, conhecido por Farai, amigo da vítima, conta-nos como aconteceu: "Nós estávamos a trabalhar, numa moto de três rodas, a famosa Cupapata, a vender água, quando nos encontramos com o Danaik e os seus amigos, membros dos AIELUIA, e nos mandaram parar. Éramos três, Farai, Trapita e um ndengue, e começamos a nos complicar. Naquele momento, o Danaik puxou uma faca e os outros amigos se aproximaram, colocando-nos no meio. Eu e o outro ndegue conseguimos fugir, mas o Trapita entrou num beco que não tinha saída, encontrado aí, começaram a lhe bater, lhe picaram faca no pescoço, no peito e quatro vezes nas costas, e em seguida, fugiram. Nós tiramos o nosso amigo e levámo-lo ao hospital, mas infelizmente acabou por morrer".

QUATRO PESSOAS MORREM EM CADA BRIGA

Segundo os moradores, este não foi primeiro caso de assassinato, sendo que em média, em cada luta armada por aqueles, no mínimo quatro pessoas morrem.

"A princípio parecia ser algo inocente, mas acabou por transformar-se em tragédia. Já presenciei muitas lutas, das quais pelo menos quatro pessoas morreram. Eles lutam com catanas, facas e até mesmo armas de fogo, atiram-se pedras, correndo risco de um inocente qualquer ser ferido, esta situação é muito preocupante", lamentou dona Maria, moradora.

"Essa briga nunca vai acabar, porque, quando morre alguém, tem de haver revanche, ou seja, cabe também um daqui matar um de lá". Entretanto, sublinhe-se, os membros dos VAMPIRO FAA contam que "ainda não matamos nenhum deles, mas, já estão à vista", diz Jucelmo.

Os conflitos acontecem entre grupos da Alta Norte e os da Alta Sul. Ao que tudo indica, não existem causas tão relevantes e de conhecimentos de todos, já que não há uniformização de opiniões, como vimos acima.

O que mais aterroriza os moradores é saber que os delinquentes têm o costume de fazer justiça com as suas próprias mãos, acto que só aumenta o nível de delinquência no bairro. Por outra, a Polícia não tem rédeas naquela circunscrição, deixando o linchamento como a débil solução dos problemas.

9.5 “Se controlamos a criminalidade em Luanda, controlamos o resto do país”

Jornal O PAÍS

29 De Janeiro de 2018

Texto: Paulo Sérgio

A que se devem as visitas que o comandante geral da Polícia Nacional, comissário-geral Alredo Míngas "Panda", realizou aos diversos órgãos que compõem a corporação? Sua Excelência o Comandante Geral da Polícia Nacional, como sabe, tomou posse há sensivelmente 60 dias. Pelo que, devido ao tempo que esteve fora da corporação a cumprir outras missões também pelo país, está neste preciso momento a fazer uma radiografia aos órgãos da Polícia Nacional. Por forma a inteirar-se, primeiro, como estão em termos de funcionamento e deixar directrizes daquilo que vai ou está a ser o seu mandato durante estes cinco anos, tendo em atenção os dois grandes objectivos que traçou.

Quais são esses grandes objectivos?

Um dos primeiros grandes objectivos é o combate à criminalidade no país, mas tendo Luanda o foco principal. Porque se tivermos o problema da criminalidade em Luanda bem controlado,

obviamente, o resto do país controla-se de forma sequencial. Incomoda mais o crime na capital do país. Não é que não incomode nas outras províncias, mas é fundamental que a capital do país tenha a criminalidade controlada, de modo a que as demais prossigam na mesma senda.

Outra preocupação grande no mandato que há pouco tempo começou tem a ver com o controlo das nossas fronteiras e a imigração ilegal, em função dos prejuízos que causam ao país. Como sabeis, ainda há estrangeiros que tentam entrar ilegalmente no território nacional, fundamentalmente em zonas como as Lundas Norte e Sul e Bié por causa do garimpo de diamantes, e, por isso, põem em causa a nossa economia. Daí que o Comandante Geral tem as fronteiras e a criminalidade em Luanda como as grandes linhas de actuação nos próximos tempos.

A terceira, que não ocupa propriamente o terceiro lugar por constituir também prioridade para o comandante geral, até para se alinhar o discurso do Chefe de Estado como do Comandante em Chefe, tem a ver com a corrupção no seio da Polícia Nacional. Fundamentalmente a gasosa.

A começar por onde?

Como sabeis, o trânsito é a face mais visível da Polícia Nacional e é ali onde este fenómeno, embora possa se manifestar noutros sítios, é mais visto. Com as visitas que o comandante geral está a fazer, já passou pela Brigada Especial de Trânsito, a Direcção Nacional de Viação e Trânsito e pela Unidade de Trânsito de Luanda, onde realizou uma formatura geral no Sábado, 20, e está a traçar aquilo que serão os objectivos no que diz respeito ao combate a este fenómeno.

Tem estado a levar uma cruzada neste particular, com uma atitude pedagógica, a transmitir aquilo que são as linhas de actuação, bem como a lembrar aos efectivos desses órgãos e também às chefias, que têm de criar condições para, no que diz respeito aos chefes, se combata o fenómeno. E, no que diz respeito a alguns chefes e efectivos que o praticam, para pararem. Uma atitude pedagógica porque, embora haja um grande trabalho no sentido de pôr fim a isso, ainda é um fenómeno bastante recorrente.

Neste particular, nós sabemos que o país é dos piores no ranking mundial no que diz respeito à sinistralidade rodoviária. Aliás, é a segunda causa de morte no país, depois da malária.

Uma das orientações que o comandante geral recebeu do Chefe de Estado tem a ver com isso. Portanto, um dos objectivos é mudar completamente o paradigma

do trânsito no país. Reestruturar as forças que cuidam da actividade de trânsito do país, eis o foco. Há comissões que estão a trabalhar nesse sentido. Nós, em termos de trânsito, demos primazia à fiscalização e às vertentes de prevenção rodoviária e de combate à sinistralidade rodoviária que, de facto, são basicamente secundárias. Portanto, pretendemos mudar o paradigma, invertendo a pirâmide, passando a ter como prioridade do trânsito do país a prevenção rodoviária e o combate à sinistralidade rodoviária para que os níveis realmente baixem.

Como será feita essa inversão?

Haverá um grande investimento do Comando Geral em termos de estratégia para que se inverta isso, passando o trânsito a ter como prioridade o combate à sinistralidade rodoviária, fazendo-se um investimento claro na prevenção rodoviária. Formando os efectivos para que tenham a prevenção rodoviária na rotina, ou seja, como prioridade, e, obviamente, a fiscalização do trânsito em segundo plano, embora seja ela também importante.

Qual será o impacto directo disso na vida dos automobilistas?

Isso vai permitir duas colas: primeiro, que se combata de forma séria à sinistralidade rodoviária e também a famosa gasosa, porque quando não há fiscalização não se manda parar carros "por dá cá aquela moeda" ou "dá cá aquela palha". Há pouca intervenção entre polícia e automobilista. Havendo essa pouca intervenção, reduz-se bastante os níveis de gasosa, isto sem esquecer que para o combate à gasosa existem outras medidas de fórum administrativo e disciplinares, que estão a ser criadas a fim de reduzi-la significativamente. Entretanto, as visitas do comandante geral nesses dias e pelo menos até Fevereiro, têm a ver também com essa mudança de paradigma. Sua Excelência quer um Comando Geral mais operacional. Ligado mais ao combate ao crime e ao cuidado daquilo que é o bem do cidadão.

As visitas serão extensivas às outras províncias?

Com certeza. Assim que concluir as visitas em Luanda, vai andar pelas províncias e pelas fronteiras do país. É preciso também ressaltar aqui, no combate ao fenómeno da gasosa, que o comandante geral tem feito bastantes intervenções, passando orientações em relação a isso. Na formatura geral tomamos conhecimento, por exemplo, que em Luanda, no que diz respeito à Unidade de Trânsito, mais de 400 efectivos foram alvo de processos disciplinares, sendo que alguns foram expulsos.

Mas há outro paradigma que também está a acontecer que é o facto de haver cerca de 1.200 cidadãos que foram levados a tribunal e condenados por tentativa de suborno de agentes da autoridade. Ou seja, já há aqui uma mudança de paradigma. Os próprios agentes quando estão a tentar ser corrompidos reagem, detendo os automobilistas que assim procedam. Os 1200 foram condenados a penas suspensas e a pagarem uma indemnização que vai entre 10, 15 a 20 mil Kwanzas aos agentes da autoridade. É importante que a sociedade também preste atenção a esse pormenor diferente que se está agora a passar.

Assistimos, recentemente, à inclusão de efectivos da Brigada Canina no leque de agentes da Ordem que patrulham no posto fronteiriço do Luvo, na província do Zaire...

Esse reforço será extensivo aos demais postos fronteiriços?

Essa é mais uma das orientações que o comandante geral transmitiu aquando da sua deslocação ao Luvo, para ver o que se passa nesse posto fronteiriço. Orientou a destacar naquele posto, sob cuidado da Polícia de Guarda Fronteiras, alguns binómios da cinotécnica de forma a auxiliar na execução das tarefas dos efectivos. Tem estado a surtir bastante efeito.

Essas mesmas sub-unidades caninas serão distribuídas por alguns postos de fronteira, obviamente, para terem os mesmos procedimentos e os bons resultados que se está a ter no Luvo.

Na época em que o actual Comissário Geral, Alfredo Mingas "Panda", exercia o cargo de comandante provincial de Luanda, eram realizadas várias operações, como a "Tolerância Zero", entre outras.

Agora, nas vestes de Comandante Geral, há previsão de se aumentarem as operações ou micro operações?

O que eu posso dizer é que o comandante geral está neste preciso momento a trabalhar no sentido de ter um Comando Geral menos administrativo e mais operacional, de modo a dar resposta às questões de criminalidade que vão surgindo todos os dias no país. Portanto, as operações vão sempre existir. Dependem dos fenómenos que vão aparecendo. Não tem nada a ver com o querer do comandante geral, mas sim com a situação operativa que se apresente. O comandante geral tem uma visão muito específica sobre as questões operacionais da Polícia Nacional.

Realizou-se recentemente, em Luanda, uma formação direccionada a todos os porta-vozes da Polícia

Nacional. Vão implementar novas dinâmicas nessa área que é o elo entre a corporação e a imprensa?

A dinâmica da comunicação institucional na Polícia Nacional terá a ver com aquilo que são os objectivos fundamentais deste órgão. O objectivo da Polícia Nacional, em termos estratégicos, é acelerar aquilo que diz respeito à relação com cidadão. Tal relação faz-se através de estratégias e um deles é o policiamento de proximidade.

A comunicação institucional da Polícia Nacional deverá ser também de proximidade. Vamos apostar muito naquilo que é a comunicação interna, que é um dos “calcanhares de Aquiles” que temos.

Precisamos de apostar, este ano, na concretização das modalidades da comunicação interna da nossa instituição. Os nossos efectivos precisam de saber de forma antecipada e com clareza as estratégias e as orientações, para que cumpram cabalmente as suas tarefas de combate ao crime. Mas também temos a outra dimensão, que é a comunicação externa, que considero ser um segmento que nós precisamos de encarar com alguma frontalidade.

Nota-se que a Polícia também está presente nas redes sociais... Temos estado a fazer algumas experiências com a nossa página de Facebook, o que tem surtido efeito, mas precisamos ainda de aperfeiçoá-la. Já está em carteira a criação do website da Polícia Nacional e vamos criar um newsletter (boletim informativo), entre outros meios para melhorar a nossa comunicação institucional com vista a cumprir o seu objectivo e com as orientações que são emanadas pelo comandante geral. E, obviamente, trabalhar numa situação que é fundamental: a imagem da Polícia Nacional.

Sabe quantos internauta visitam a vossa página no Facebook?

A página no Facebook da Polícia Nacional tem neste preciso momento 137 mil seguidores. Gostávamos que fossem mais. Mas devemos compreender que, com os problemas que há no país, em termos de internet também impedem com que a abrangência seja maior. No entanto, nós apostamos numa modalidade que — é importante dizer-se consubstancia na relação os internautas. Ou seja, nós somos obrigados a responder as questões que nos são colocadas pelos internautas. Ajudá-los a resolver os problemas que nos expõem. Embora não sejamos a área vocacionada para isso, nós encaminhamos para as áreas específicas e cobramos resultados para sermos informados.

Para além de nos contactarem por esta via, os cidadãos podem ligar para os gestores da nossa página pelos números 996 796 002 (24/24) e o 222 719 204 (durante o dia) para pedirem explicações ou ajuda. Semanalmente recebemos, por via destes terminais, perto de 200 chamadas. Na nossa página publicamos todas as operações que os comandos de Polícia fazem de Cabinda ao Cunene.

Como avalia a relação da Polícia com o cidadão?

Temos muito que melhorar, mas é importante que nos aproximemos mais do cidadão. E, por vezes, o cidadão ainda tem a ideia de que não se pode aproximar muito do polícia, o que exige que o polícia tenha que fazer os possíveis para ir ao seu encontro.

Recentemente, a polícia fez uma mega operação no Mártires, em Luanda. Que culminou na reposição da ordem pública. Serão realizadas operações similares onde se viva e se registre o mesmo movimento que havia no Mártires?

É claro que sempre que se faz uma operação e cujo objectivo é trazer tranquilidade e a ordem em determinado sítio, é natural que depois se estenda para outras zonas. Não lhe posso dizer que sim ou que não, mas sei que um dos grandes objectivos é precisamente conseguir que haja paz, tranquilidade e ordem acima de tudo, nos nossos bairros e municípios. A Polícia Nacional está atenta a isso. Se tiver que ser, será!

10. AMBIENTE

10.1 Bovinos morrem por falta de água e pasto na Chibia

Jornal O PAÍS

04 De Janeiro de 2018

Em declarações à Angop, o responsável fez saber que a estiagem atingiu as comunas do Jau, Quihita, Capunda Cavilongo e Sede, onde criadores tradicionais detêm um efectivo ganadeiro com 160 mil bovinos.

Referiu que técnicos do sector continuam a trabalhar no sentido do apuramento definitivo dos estragos causados pela falta de chuvas nos últimos meses do ano passado, dada a importância que o gado representa para a vida das populações locais, quer do ponto de vista económico como cultural.

"Neste momento já temos chuvas a cair no município e a falta de pasto e água está ultrapassada, mas estamos a nos debater com algumas doenças que afectam o gado, como os carbúnculos hemático e sintomático, que estão a afectar os bois devido à fraca cobertura vacinal", disse. O município situa-se a 42 quilómetros do Lubango e possui 190 mil e 670 habitantes, que têm a pastorícia como principal actividade das famílias, praticando também a agricultura em pequena escala.

10.2 Ravinas ameaçam cortar circulação nos principais eixos rodoviários

Jornal de Angola

05 De Janeiro de 2018

Texto: César André

Considerado como um fenómeno geológico que consiste na formação de grandes buracos de erosão, causados pelas chuvas, em solos onde a vegetação é escassa, as ravinas têm nos últimos anos ameaçado cortar a circulação nos principais eixos rodoviários um pouco por todo o país.

O Fundo Rodoviário indica que existem mais de 50 ravinas, e que nos últimos anos este fenómeno natural atingiu todo o país, com maior destaque para as províncias de Luanda, Uíge, Huambo, Bié, Moxico, Zaire, Lunda-Sul, Lunda-Norte e Cuando Cubango.

O quadro da progressão das ravinas é preocupante, conforme ilustram as ocorrências que mensalmente neste período chuvoso são reportadas pelos órgãos de comunicação social, nos seus serviços noticiosos.

Por exemplo, duas das principais vias rodoviárias do país correm o risco de ficar intransitáveis por causa da progressão deste fenómeno natural, que pode colocar em causa a livre circulação de pessoas e bens.

Na província do Bengo está em risco a Estrada nacional 225, que pode cortar a ligação rodoviária com a província do Uíge a curto prazo.

Em Malange, na zona de Marimba, já há cerca de 90 quilómetros intransitáveis, o que dificulta, nomeadamente, as trocas comerciais com a República Democrática do Congo.

Ainda nesta localidade, que dista 210 quilómetros da sede da província, onde nos últimos meses chove torrencialmente, uma ravina destruiu sete casas, e ameaça também cortar a principal via que dá acesso aos restantes municípios.

A progressão das ravinas está igualmente a alarmar a população de Luena, capital do Moxico, onde as fendas ameaçam engolir alguns edifícios públicos.

Nesta província, foi identificada a existência de uma ravina que ameaça cortar algumas vias de comunicação e catorze outras que neste momento estão em progressão nas zonas Leste, Sul e Sudoeste da cidade do Luena, capital provincial do Moxico, ameaçando engolir os bairros Sangondo, Santa Rosa, Zorró, e “4 de Fevereiro” na periferia da urbe.

Na região a Sul do Moxico (província do Cuando Cubango), as ravinas estão a pôr em causa o funcionamento da pista do Aeroporto 23 de Março, no município do Cuíto Cuanavale. A esse propósito, o ministro da Construção e Obras Públicas, Manuel Tavares, defendeu em Luanda, a atribuição da responsabilidade da manutenção de estradas e estancamento de ravinas aos municípios.

O ministro considerou que as intervenções de conservação e manutenção das estradas e obras públicas devem ser efectuadas por decisão das autoridades locais.

"Para isso, temos que capacitar os técnicos e as brigadas de intervenção municipais", disse o governante, observando que este é um processo gradual que vai começar pelas actividades de construção, conservação e manutenção de estradas secundárias e terciárias nos municípios.

Ainda neste período chuvoso, a circulação rodoviária nas províncias do Bié e do Cuando Cubango pode ser interrompida a qualquer momento, devido à progressão de uma ravina de grande dimensão na Estrada Nacional 140, mais concretamente no município do Chitembo, Bié, como disse à Rádio Nacional de Angola, o director provincial das Obras Públicas do Bié.

Salomão Pascoal alertou que o organismo de tutela não tem recursos para travar o avanço da ravina, apesar de ter informado inúmeras vezes à estrutura central, em Luanda, sobre a iminente interrupção da referida via. "Já comunicamos várias vezes à estrutura central em Luanda sobre o estado da ravina, mas ainda não recebemos resposta positiva", frisou.

Disse mais: "Identificamos a ravina na Estrada Nacional 140. É uma grande ameaça ao corpo transversal do troço que liga o trajecto entre os municípios do Chitembo, na província do Bié e o de Menongue, no Cuando-Cubango. Aqui no Bié estamos muito preocupados com o avanço da ravina, mas nada podemos fazer, senão esperar que Luanda disponibilize verbas para solucionarmos o problema".

Este cenário verifica-se também na província do Uíge, onde as obras para estancar ameaçam cortar a ligação rodoviária entre Sanza Pombo e Kimbele foram no ano passado consignadas pelo Fundo Rodoviário às empresas de construção civil Aerovia, Dacop e AGFC.

Ravina ameaça Estrada Nacional 180

Na Província da Lunda Norte uma ravina com cerca de mil metros de comprimento, provocada pela corrente das fortes chuvas que se tem abatido sobre a região, nos últimos nove meses, ameaça cortar a ligação rodoviária entre a cidade do Dundo, capital da Lunda-Norte e o litoral do país, a partir da Estrada Nacional número 180.

A progressão da ravina, além de afectar a passagem hidráulica da Estrada Nacional 180, coloca também em perigo mais de uma dezena de habitações, bem como infra-estruturas públicas.

Na região da Lunda Sul existem 29 ravinas no município de Saurimo, de um total de 36 controladas a nível da província, além das que estão a nascer ao longo das estradas nacionais e que a sua progressão tem causado inquietação ao Governo Provincial.

Na província mais a Norte do país (Cabinda) a construção da macro-drenagem e o estancamento das ravinas no Morro Tchizo foram consideradas prioritárias, segundo garantias do ministro da

Construção e Obras Públicas que visitou recentemente aquela região.

Enquanto isso, o Fundo Rodoviário concluiu em 2017 o tratamento de ravinas em dois troços, no Huambo, Uíge, e cinco troços rodoviários nas províncias do Bengo, de Benguela, do Cuanza Sul, do Huambo e do Uíge.

Um documento daquele órgão ligado ao Ministério das Finanças, a que o Jornal de Angola teve acesso indica que na província do Bengo, no troço Kifangondo/Caxito, na Estrada Nacional 100, foram feitas obras de manutenção e conservação em 38 quilómetros de estrada. Foram também efectuados trabalhos de melhoramento do asfalto, e foi efectuada a limpeza das passagens hidráulicas e a colocação de defesas metálicas em alguns pontos críticos.

No Cuanza Sul, o troço Gabela/Quibala recebeu obras de conservação e manutenção, enquanto em Benguela, foram feitas obras de conservação e manutenção nos troços Catengue/Ganda e Ganda/Tchinjenje.

Na província do Uíge, no troço Sanza Pombo/Quimbele e no Huambo, no troço Cáala/Ukuma, foram feitos trabalhos de tratamento de ravinas, consideradas como o principal elemento de deterioração das estradas em curto espaço de tempo...

No ano que está quase a terminar, foi ainda intervencionado um total de 35 troços de estradas da rede prioritária, sendo que 30 beneficiaram de trabalhos de conservação e de manutenção, e os restantes cinco troços os trabalhos consistiram no tratamento de ravinas.

Breve história sobre o fenómeno

O fenómeno de erosão e ravinamento é antigo, tal como as cidades. A sua origem secular é historicamente atribuída ao desenvolvimento, um tanto imediatista, resultante da ocupação anárquica de terra, que determinou que durante décadas sucessivas a destruição indiscriminada da floresta, construção de vias de comunicação e centros urbanos, sem que fossem tidos em conta factores climáticos e geotécnicos.

O combate à erosão começou tarde e pontualmente à medida das necessidades emergentes, sem um plano integrado de gestão do solo que estabelecesse condicionamentos adequados à sua ocupação.

No entanto, os efeitos destruidores da erosão tiveram com especial incidência a partir da década de 50. Esses foram objecto de estudos de emergência de que

resultaram obras com algum êxito em diversos pontos do país como no Bié, Huambo e Luanda.

Para a sistematização dos estudos e acções que viessem a contribuir para a resolução do problema, o Gabinete de Combate às Ravinas, criado em Abril de 1996, tinha por missão especial proceder ao levantamento das situações existentes e analisar as causas do seu agravamento, bem como estudar métodos de progressiva fixação das ravinas existentes.

Aquele órgão tinha ainda como objectivo promover acções conducentes à eliminação definitiva das ravinas existentes, elaboração de estudos de natureza técnica, económica e sociais necessários à realização das acções tendentes a impedir o aparecimento ou retardar o avanço das ravinas.

Aconselhar as estruturas locais sobre a ocupação em zonas consideradas de risco de ravinamento e incentivar a cooperação dos diferentes organismos que deveriam intervir no combate às ravinas, particularmente os governos locais, constava das missões especiais deste Gabinete.

Adstrito ao Ministério das Obras Pública e Urbanismo, este Gabinete, na altura, teve vida efémera pelo facto de não lhe ter sido dotada a verba para fazer face aos trabalhos de investigação de campo, contratação de especialistas para o estudo e inclusive verbas para pagamento dos trabalhos de emergência programados.

10.3 Governador quer reposição dos polígonos florestais

Jornal de Angola

06 De Janeiro de 2018

O governador provincial do Huambo, João Baptista Kussumua, exigiu na quinta-feira, aos quadros da direcção da Agricultura e Florestas, maior dinâmica na reposição dos polígonos florestais devastados de forma anárquica.

Falando na cerimónia da tomada de posse do novo director provincial da Agricultura e Florestas, Abrantes Carlos, o governador referiu que deve ser dada uma atenção especial à área do desenvolvimento florestal na província, exigindo mais criatividade na busca de soluções para os problemas que ainda prevalecem devido à irregularidade da chuva.

João Baptista Kussumua disse acreditar que este sector pode contribuir seriamente no desenvolvimento da província, para a melhoria do bem-estar da população. O governador frisou que o

abate anárquico de árvores está a criar sérios problemas ambientais na província, com destaque para a desflorestação, erosão, surgimento de ravinas, seca, diminuição da fertilidade dos solos, alteração do ciclo hidrológico, contaminação das águas e alterações climáticas.

Na província do Huambo existem vários polígonos naturais e artificiais, sendo os mais importantes, pela extensão que ocupam, os do Sanguengue, com 18 mil hectares, Cuima, 17 mil, e Mundundu, oito mil hectares. Lamentavelmente, ainda existem madeireiros furtivos nos polígonos florestais que abatem árvores indiscriminadamente para produzir carvão e lenha, denunciam as autoridades locais.

A falta de pessoal tem dificultado a actividade de fiscalização do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) na província do Huambo, disse o director Antunes Justino.

Em 2017 foram aplicadas nove multas por exploração ilegal de madeira, mais duas em relação a igual período anterior, que resultaram no pagamento de um milhão e 749 mil Kwanzas, correspondendo a um aumento de 205 mil Kwanzas.

10.4 Exportação de madeira rende mais de USD 21 milhões em 2017

Jornal O PAÍS

10 De Janeiro de 2018

Texto: Miguel Kitari

A madeira de Angola continua a ser exportada, mas não há riscos quando a devastação das florestas nacionais, pois a capacidade de exploração ainda está abaixo do permitido.

Numa conferência imprensa conjunta (Ministério da Agricultura e Florestas, do Comércio e da Indústria), os seus responsáveis avançaram dados actualizados sobre o processo da indústria madeireira no país.

Na ocasião, o secretário de Estado do Comércio, Amadeu Nunes, fez saber que foram exportadas para o Vietnam 34,479.0 toneladas de madeira, 13,558.8 para China, 5,505.7 para Portugal, 1,867.4 para a Turquia.

Para os Emirados Árabes Unidos foram exportadas 766.7 toneladas de madeira, Liban 0417.0, 342.0 para a Itália, 36.7 para a Suíça. Estado Unidos 88.5, Índia 324.7 e Alemanha 197.6 mil toneladas.

Num total de 34 países, foram exportadas 60 mil toneladas de madeira nacional que chegou a todos os continentes. Em 2017, as exportações renderam ao país USD 21 milhões e 300 mil.

Em 2016, oito países destacaram-se no processo de exportação da madeira angolana. São os casos da China com 107,649.3 toneladas, Vietnam com 35,284.2 toneladas, e Portugal com 26,166.7.

Seguem-se a Turquia com 24,458.5 toneladas, Emirados Árabes Unidos 8,143.3, 4,609.4 para os Estados Unidos da América, 2,085.7 para o Líbano, e 7,726.3 para Índia.

Exploração rende mais de Kz mil milhões ao Estado

Dados provisórios apontam que no exercício da campanha florestal 2017 o país arrecadou Kz (1.522.866.018) mil milhões, quinhentos e dois milhões, oitocentos e sessenta e seis mil e dezoito, resultante do processo de emissão de licenças, taxas, emolumentos e multas diversas.

A informação foi avançada pelo secretário de Estado da Agricultura para as Florestas, André Moda. Quanto aos prejuízos resultantes da exploração ilegal, André Moda não quantificou, preferindo falar em perdas no processo de exploração desde o corte até ao processo de transformação da madeira. O responsável fala em 69% de desperdícios.

Por outro lado, avança que "os níveis médios no corte de madeira estão nos limites aceitáveis. Os volumes de madeira abatida em média, nos últimos 3/5 anos rondamos 200 mil metros cúbicos, representando cerca de 40% da capacidade anual de corte possível", avançou, o governante.

Lembra que, no âmbito da estratégia de diversificação económica, a madeira foi catalogada como um produto estratégico e espera-se que o seu aproveitamento racional venha a contribuir significativamente neste processo, à semelhança da contribuição da exploração de diamantes, rochas ornamentais, petróleo e outros recursos naturais. No entanto, o secretário de Estado revela que a campanha florestal 2017 foi assolada por diversas situações que criaram constrangimentos ao processo normal de corte, transportação e fiscalização da madeira e que aliada ao anterior quadro legal de exploração.

Referiu também que, fruto da crise que o país "viveu", muitos agentes económicos migraram para o sector madeireiro em busca de novas oportunidades de negócios.

"A título de exemplo, nas províncias do Cuando Cubango e do Moxico foram registados, respectivamente, 300 e 2 250 pedidos de licenças de exploração florestal, tendo sido autorizados 65 para o Cuando Cubango, e 69 para o Moxico", avançou.

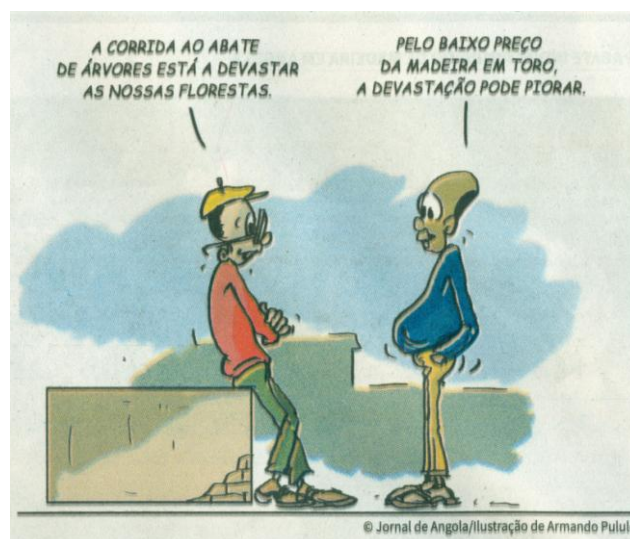
Dados do Ministério da Agricultura e Florestas indicam que Angola possui uma capacidade de corte de 500 mil metros cúbicos de madeira, anualmente, sem que este volume coloque em risco a sustentabilidade da floresta.

"Há um incremento natural derivado da capacidade de autorrenovação estimando em 0,11 m³ por ano nos diferentes ecossistemas florestais do país, o que perfaz um crescimento global da floresta de 7.590.000 m³/ano", explicou André Moda.

10.5 Cartoon

Jornal de Angola

11 De Janeiro de 2018



10.6 Corte de madeira no país está dentro dos limites aceitáveis

Jornal de Angola

10 De Janeiro de 2018

Texto: Leonel Kassana

O volume de madeira abatida nos últimos três anos ronda 200 mil metros cúbicos, o que representa cerca de 40 por cento da capacidade de corte permissível, fez saber ontem, em Luanda, o secretário de Estado para os Recursos Florestais, André cie Jesus Moda, ao admitir que "os níveis médios de corte de madeira estão dentro dos limites aceitáveis".

André de Jesus Moda explicou que em 2017 vários constrangimentos ao normal processo de corte, transportação e fiscalização da madeira, aliadas ao antigo quadro legal de exploração dos recursos florestais e a crise económica que provocou a "migração" de alguns agentes económicos para o sector madeireiro à procura de novas oportunidades de obtenção de divisas, resultaram num intenso movimento na exploração e circulação de madeira, sobretudo no leste, sudeste e litoral do país.

As zonas de convergência, destacadamente entre as províncias de Benguela, Huambo, Bié e Huíla, são capazes de oferecer 850 mil metros cúbicos de madeira por ano, acredita o secretário de Estado para os recursos florestais.

O secretário de Estado recordou que estudos sobre a tipologia florestal do país e o seu potencial de madeira comercial, actualizada recentemente depois da divulgação em Fevereiro de 2017 da primeira fase do Inventário Florestal Nacional, com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), concluíram que Angola possui uma superfície florestal avaliada em 69.300.000 hectares.

Essa cifra, disse, representa 55,6 por cento da superfície territorial e reservas de madeira estimadas em 4,5 mil milhões de metros cúbicos de madeira comercial, que permitem que o país esteja em condições de cortar anualmente cerca de 500 mil metros cúbicos de madeira.

De acordo com o secretário de Estado, "Angola apresenta uma capacidade de corte permissível na sua floresta natural de cerca de 500 mil metros cúbicos de madeira anualmente, sem que esse volume coloque em risco a sustentabilidade da floresta", justificado pelo incremento "da capacidade de autorrenovação estimado em 0,11 metros cúbicos por hectares por ano nos diferentes ecossistemas florestais do país".

André de Jesus Moda acrescentou que essa referência corresponde a um crescimento global da floresta de 7.590.000 de metros cúbicos por ano. "Além dos recursos que representam a floresta natural, o país conta ainda com um potencial de florestas plantadas, constituídas por eucaliptos, pinhos e outras espécies exóticas que ocupam uma superfície de 148 mil hectares", localizadas essencialmente no planalto central, disse.

Nas províncias do Cuando-Cubango e Moxico foram emitidas 65 e 69 licenças para a exploração da madeira, respectivamente, de um total de 300 solicitações para a primeira e 250 para o Moxico. Agora, espera -se que haja no futuro uma redução de

licenças de exploração da madeira, para se privilegiar os contratos de concessão que, entre outros aspectos, obriga aos seus titulares ao repovoamento florestal e à posse de uma indústria de transformação.

Receitas

Durante a campanha florestal de 2017, o Estado angolano arrecadou cerca de 1.523 milhões de Kwanzas com a emissão de 330 licenças, taxas, cobrança de emolumentos e multas diversas, revelou o secretário de Estado para os Recursos Florestais na conferência de imprensa em que se abordou também alguns instrumentos legais que regulam a gestão sustentável dos recursos florestais.

Campanha 2018

A campanha florestal 2018, cujo início está para 1 de Maio, deve contar com um novo modelo de licenciamento, baseado em contratos de concessão de exploração florestal, que vai conferir maior segurança jurídica, confiança aos agentes económicos e maior grau de controlo e fiscalização dos recursos florestais e, conseqüentemente, a redução do número de empresas intervenientes no processo de exploração, clarificou André de Jesus Moda.

O secretário acrescentou que serão construídos entrepostos de fiscalização e comercialização em lugares estrategicamente localizados, para receber a madeira oriunda de vários centros de exploração. "Tanto o regime de exploração por concessões florestais, bem como a construção de entrepostos de fiscalização e comercialização concorrem para a futura introdução e ajustamento do processo de certificação florestal" assegurou.

Parcerias

Sobre as parcerias entre empresas nacionais e estrangeiras, o Ministério da Agricultura e Florestas está a implementar medidas de controlo e monitoria dos contratos, para assegurar-se de que os interesses do Estado e das partes não sejam lesados. Além dos recursos florestais, Angola conta com cerca de 148 mil hectares de plantações de eucaliptos, pinhos e outras espécies exóticas localizadas, sobretudo nas províncias da Huíla, Benguela, Huambo e Bié, com potencial para oferecer anualmente cerca de 850 mil metros cúbicos de madeira.

André de Jesus Moda recordou que, no quadro da diversificação económica, a madeira foi catalogada como "produto estratégico" para contribuir significativamente na arrecadação de mais receitas, a exemplo do que ocorre com os diamantes, petróleo, rochas ornamentais e outros recursos naturais.

Quanto à exploração desmedida de madeira por cidadãos maioritariamente de origem asiática, o secretário de Estado para os Recursos Florestais atribuiu responsabilidade a cidadãos nacionais.

Acrescentou ainda que a exploração desmedida de madeira por estrangeiros, maioritariamente chineses, se deve também ao número insignificante de fiscais.

"Infelizmente, estamos a gerir essas situações. A presença de estrangeiros na posse dos nossos recursos se deve ao comportamento do próprio cidadão nacional", que faz o trespassar da licença de exploração, ao estrangeiro, disse André Moda, referindo-se à violação da lei para a exploração florestal pelos cidadãos nacionais.

10.7 Ponto final à exploração desenfreada de madeira?

Jornal de Angola

11 De Janeiro de 2018

Texto: Jaime Azulay

A maldição dos recursos naturais evoca o paradigma segundo o qual Estados detentores de recursos dificilmente conseguem transformar a sua exploração em desenvolvimento económico e social sustentável, nomeadamente na prosperidade dos seus cidadãos, nem aplicam os seus dividendos na consolidação da democracia participativa e na garantia dos direitos civis e políticos dos governados.

Deixemos, por ora, de lado o banquete do petróleo com o qual se deliciam as elites de governos corruptos e centremos a nossa abordagem nos demais recursos existentes nos territórios, tais como os minerais, a madeira e os diferentes recursos marinhos.

Inúmeros países vivem na carne a dura realidade desta maldição, sobretudo em África. Estados anteriormente estáveis se tornaram entidades falhadas, onde em determinadas regiões do território impera o caos e a desordem social, locais onde impera a miséria extrema das comunidades locais que nenhum benefício tiram.

O sentimento de apropriação individualista inerente ao capitalismo predatório, aliado aos avanços tecnológicos e científicos, intensificou a exploração dos recursos naturais até deixá-los completamente à mercê das grandes redes de contrabando.

Recentemente surgiram denúncias de estar em curso uma pilhagem desenfreada dos recursos florestais de Angola, sobretudo nas regiões Centro, Leste e

Sudeste. Diariamente as pessoas avistam e fotografam centenas de camiões articulados transportando toros de madeira bruta em direcção ao litoral, onde alegadamente são acondicionados em contentores e exportados em bruto para o estrangeiro.

As informações referem que vastas zonas começam a evidenciar sinais de desmatamento e de erosão dos solos, causando danos ambientais de difícil reparação, alguns dos quais poderão ser irreversíveis. De uma maneira geral, a protecção do ambiente não faz parte, nem da cultura nem do instinto humanos. Ao longo do seu percurso histórico, o desafio humano foi sempre a conquista da natureza a fim de extrair deles bens para o seu próprio benefício.

Apenas com o despoletar do romantismo do século XVIII o homem retoma à natureza e começa a dar importância às florestas e às águas. Contudo, a percepção dos verdadeiros problemas ambientais surge muito mais recentemente, após a Segunda Guerra Mundial.

O relatório "The Limits Of The Growth", realizado por cientistas do Massachusetts Institute of Technology (MIT) é apontado como o primeiro instrumento a fazer um alerta para os problemas ambientais.

Proteger as florestas não é uma opção, mas uma premente necessidade, o que não significa que se deve interditar a actividade económica de exploração deste recurso. Uma das exigências é justamente a criação de uma verdadeira indústria nacional madeireira que garanta a maximização de toda a cadeia de valor do sector florestal.

A actividade empresarial neste segmento deve ter acesso a financiamentos que permitam a sua participação na protecção, conservação e uso sustentável das florestas.

Devem igualmente ser agregadas políticas que assegurem a participação das comunidades locais na gestão dos recursos florestais, com a sua inclusão, por exemplo, na polícia florestal a ser criada.

A Constituição da República de Angola respeita a livre iniciativa económica e empresarial (art. 14) e afirma que a terra é propriedade originária do Estado e pode ser transmitida para pessoas singulares ou colectivas (art. 15).

Concretamente no que se refere aos recursos naturais, a CRA determina no art.16 que "os recursos naturais sólidos, líquidos ou gasosos existentes no solo, subsolo, no mar territorial, na zona económica exclusiva e na plataforma continental sob jurisdição de Angola são propriedade do Estado, que determina

as condições para a sua concessão, pesquisa e exploração, nos termos da Constituição, da Lei e do Direito Internacional".

O conceito de sociedade de risco proposta por Ulrich Beck refere que a sociedade de risco é caracterizada pelo permanente perigo da ocorrência de catástrofes ambientais, em face do seu contínuo crescimento económico.

O dano em matéria ambiental é de grande complexidade para ser aferido. A doutrina define o dano ambiental como a alteração indesejável de quaisquer dos recursos naturais, afectando a natureza e o próprio homem, na medida em que viola o direito fundamental de todos ao ambiente equilibrado.

Sucedem, muitas vezes, o resultado pode ser um dano ambiental futuro (existindo um intervalo entre a causa e a manifestação do dano), devido ao risco da actividade em causa. Mas pode acontecer também que o dano ou a degradação ocorram no exercício de uma actividade licenciada, como ocorre na exploração da madeira.

O elevado preço da madeira no mercado internacional estimula a procura, fazendo com que muitos operadores, actuando à margem da lei, procurem auferir grandes lucros, tentando contornar os riscos legais através da manutenção de uma rede de corrupção que envolve funcionários governamentais em diversos níveis.

Foi anunciado para Maio a entrada em vigor de um novo regime de concessão para a exploração de recursos florestais. A diferença residirá na adopção de uma legislação que possa ser aplicável de forma ágil e com abertura para permanentes aprimoramentos técnicos e jurídicos.

O que se espera igualmente é a inserção de tecnologia moderna que permita o monitoramento e controlo das áreas de exploração, a fim de detectar rapidamente os operadores que não respeitem o princípio da sustentabilidade nas áreas de concessão

10.8 Zonas de convergência sofrem forte devastação

Jornal de Angola

11 De Janeiro de 2018

Texto: Armando Estrela

A dimensão do abate da madeira nas províncias do centro e sul do país está a levar alguns sectores da sociedade a contestar as autoridades afins responsáveis pelo controlo da fauna, licenciamento

da exploração florestal e transporte orientado ou desorientado dos recursos naturais por parte de cidadãos estrangeiros, maioritariamente chineses.

Na terça-feira, o secretário de Estado para os Recursos Florestais, André de Jesus Moda, chamou a imprensa para acalmar os ânimos e tornar público que "os níveis médios de corte de madeira" no país "estão dentro dos limites aceitáveis".

Para os ambientalistas, as denominadas "zonas de convergência", destacadamente as províncias do planalto central, estão a sofrer um desaire florestal, completamente desregrado, com a grossa exploração de grande parte das reservas que constituem meios de protecção ecológica das localidades das províncias de Benguela, Huambo, Bié, Moxico e Huíla.

O secretário de Estado para os Recursos Florestais comunicou a existência de parcerias entre empresas nacionais e estrangeiras, mas nada foi avançado como essas "joint ventures" surgiram, ao ponto de o Ministério da Agricultura e Florestas repensar "medidas de controlo e monitoria dos contratos, para assegurar-se de que os interesses do Estado e das partes não sejam lesados".

Na prática, não é o que acontece. Por exemplo, o presidente da Associação Industrial de Angola (AIA), José Severino, classificou ontem como "pilhagem" dos recursos nacionais, o facto de apenas um quinto do valor da madeira exportada ficar no país, em desfavor da indústria madeireira e mobiliária nacional. "Uma verdadeira pilhagem da riqueza nacional, porque é muito mais do que aquilo que está a ser anunciado", afirmou.

Dados fornecidos na conferência de imprensa de terça-feira indicam a exportação, em 2016, de 220.801 toneladas de madeira, no valor de mais 35 milhões de dólares. O secretário de Estado do Ministério do Comércio, Amadeu Nunes, disse que a China lidera a lista dos países de destino da madeira angolana, com 107 mil toneladas por ano, seguida pelo Vietname, com 35 mil toneladas por ano e Portugal com 26 mil toneladas.

Para José Severino, as mais de 200 mil toneladas exportadas por Angola em 2016, equivalentes a 300 mil metros cúbicos de madeira, deveriam ter rendido 150 milhões de dólares, a um preço médio de 500 dólares por metro cúbico. "Acredito que nesta questão da madeira há uma pilhagem da riqueza nacional, porque estão a fazer a 120 dólares o metro cúbico. Quando se diz 35 milhões de dólares, estamos a ser roubados cinco vezes mais", denunciou o presidente da AIA.

O Ministério da Agricultura e Florestas admitiu ainda que as exportações de madeira atingiram no primeiro semestre do ano passado 60 mil toneladas de madeira comercial, que renderam 21,2 milhões de dólares.

O secretário de Estado para os Recursos Florestais atribuiu a responsabilidade pela exploração desmedida de madeira por estrangeiros a cidadãos nacionais, que alugam as licenças aos chineses sem cumprimento das regras contratuais.

"Infelizmente, estamos a gerir situações como este comportamento de fazer uso ilegal" de licenças de exploração, admitiu André de Jesus Moda. "Mesmo a presença dos estrangeiros na posse dos nossos recursos é devido ao comportamento do próprio cidadão nacional", acrescentou, ao referir-se à violação da lei sobre exploração florestal.

Proibições

A lei de exploração florestal estabelece que apenas pode ser detentor de uma licença para o efeito o cidadão nacional ou empresas de direito angolano, sendo proibido o seu trespasse. Além disso, um decreto executivo conjunto dos ministérios do Interior, Agricultura e Transportes, de 22 de Abril de 2016, proíbe o transporte interprovincial da madeira em toro.

No disposto da lei, "é considerada madeira em toro a que se apresenta sob forma cilindrada ou ligeiramente oval e tortuosa, com comprimento igual ou superior a 6,50 metros e diâmetro de corte exigido por lei", refere o anexo do decreto executivo conjunto. Para todos efeitos, a madeira em toro deve ser transportada em veículos tecnologicamente adaptados com caixa fixa ou semi-reboque, com pesos e dimensões máximas de acordo com as disposições do capítulo II do Decreto Presidencial nº185/13, de 7 de Novembro, bem como respeitar as exigências relativas às condições de estiva e amarração constantes do Decreto Presidencial nº 136/10, de 13 de Julho.

O diploma diz que os titulares de direitos de exploração florestal deviam, no prazo de 360 dias, contados de 22 de Abril de 2016, criar condições para que as unidades de semi-transformação de madeira em toro existentes à data da publicação do diploma, fora das áreas de exploração, fossem deslocalizadas para áreas próximas dos locais de corte.

Para um grande número de analistas, é o Ministério da Agricultura e Florestas que devia acautelar todos os pressupostos envolventes à exploração lícita ou ilícita da madeira angolana. Entre os diversos recursos florestais, o país tem cerca de 148 mil

hectares de plantações de eucaliptos, pinhos e outras espécies exóticas localizadas, sobretudo nas províncias da Huíla, Benguela, Huambo e Bié, um potencial que, admite-se, pode oferecer anualmente 850 mil cúbicos de madeira comercial.

Enquanto novas contas são feitas, o país arrecadou no ano passado 1.523 milhões de Kwanzas com o corte de, pelo menos 200 mil metros cúbicos, número que, de acordo com o secretário André de Jesus Moda, representa cerca de 40 por cento da capacidade de corte permissível, isto é, os cortes estão dentro da normalidade.

De acordo com o secretário de Estado, "Angola apresenta uma capacidade de corte permissível na sua floresta natural de cerca de 500 mil metros cúbicos de madeira anualmente, sem que esse volume coloque em risco a sustentabilidade da floresta", justificado pelo suposto incremento" da capacidade de autorrenovação estimado em 0,11 metros cúbicos por hectares ano (...)".

Em termos aduaneiros, a cadeia de exportação da madeira e de outros produtos nacionais funciona conforme define a Pauta Aduaneira-Versão 2012, ainda em vigor, onde o Executivo previu medidas extraordinárias de incentivo para o desenvolvimento do sector empresarial nacional, na qual todas as exportações angolanas, com algumas proibições, como de marfim e peles, estão livres de tributação.

De qualquer modo, a Versão Harmonizada 2017 da Pauta Aduaneira deve trazer alterações profundas às exportações de alguns recursos naturais. Com a entrada em vigor da Pauta 2017, a madeira em toro não transformada passa a ser tributada em alguns casos e, no seu contexto, proibida de ser exportada.

10.9 36 Ravinas ameaçam a província da Lunda-Sul

Jornal Economia e Finanças
12 De Janeiro de 2018

Trabalhos para a redução da velocidade, quantidade e dissipação da corrente das águas pluviais são acções apontadas pelo ministro da Construção e Obras Públicas, Manuel Tavares de Almeida, para conter a progressão das 36 ravinas que a Direcção das Obras Públicas controla a nível da província da Lunda Sul.

Segundo a Angop, a informação foi avançada, na passada terça-feira, no final de uma deslocação de Manuel Tavares de Almeida aos locais onde há ravinas em Saurimo, no âmbito de um programa de

avaliação da situação deste fenómeno nas províncias críticas.

Disse que a resolução do problema passa pela implementação de sistemas de macro-drenagem e desassoreamento de valas de drenagem no município de Saurimo.

O ministro avaliou o estado das sete ravinas nos bairros Txizainga, Nhama, Luavur, Camahundju e Muanguaji.

Ravinas destroem

No ano passado cerca de 50 residências foram destruídas no município de Saurimo (Lunda Sul), de Janeiro a Dezembro, em consequência das ravinas que ameaçam dividir alguns bairros da circunscrição.

Segundo dados avançados pela Direcção provincial das Obras Públicas, a situação pode agravar-se em virtude das constantes chuvas que se abatem sobre a região, bem como a falta de verbas constitui o principal entrave aos trabalhos de contenção das ravinas.

Estão identificadas cerca de 28 ravinas de grandes proporções no município de Saurimo, que ameaçam destruir várias infra-estruturas sociais, desde comerciais e rodoviárias.

O governo provincial tem elaborado um plano de contenção das ravinas já submetida às estruturas centrais para ver solucionado o problema.

O aumento de ravinas nos bairros Zorró, Kwenha, Bomba, popular e Aço arredores da cidade do Luena, capital da província do Moxico coloca em perigo a população.

Riscos também no Moxico

O número de ravinas existente na cidade capital da província do Moxico, Luena, sobretudo nos bairros Calungingi, Sangondo, popular, Aço, Bomba, Kwenha, Zorró e 4 de Fevereiro estão a preocupar os munícipes.

O grito da população é cada vez mais latente visto que é muita família em risco, sobretudo as crianças que são as mais vulneráveis.

A falta de dinheiro para travar a situação, porque é um problema antigo e a população já anda cansada em clamar sobre a problemática. As fortes chuvas do período anterior romperam com as estruturas das últimas obras que o Governo havia executado há sete anos.

10.10 Angola perde 60% de madeira comercial

Jornal Economia e Finanças

12 De Janeiro de 2018

Texto: António Eugénio

Estado angolano perde anualmente em média 60 por cento de madeira comercial com o corte serração, pirataria e importação ilegal no negócio.

A partir deste ano, o Ministério da Agricultura e Florestas vai "disciplinar" e retirar à licença aos agentes que fazem o trespasse para os chineses, além de substituir a licença anual pelo modelo de concessão, que permite maior controlo e estabelece as quantidades a serem exploradas.

Segundo o secretário de Estado para as Florestas, André Jesus Moda, que falava numa conferência de imprensa, disse que o sector tem uma contribuição anual no PIB avaliado em 4.5 por cento.

A perspectiva é de aumentar o rendimento. O sector das florestas vê nas medidas disciplinares de exploração como salvação para arrecadar mais receitas, razão que obriga aquele sector na mudança de licença anual para o modelo de concessão, que permite maior controlo, estabelece as quantidades a serem exploradas, afirmou.

Ganhos

O director-geral do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), Simão Zau, disse que durante o ano passado, o sector arrecadou mais de mil milhões de Kwanzas, resultante da venda da madeira, aplicação de taxas diversas.

Apontou que grande parte da madeira apreendida é submetida ao leilão.

Contudo, há um défice de fiscais calculados em 336 a nível nacional, porém está em curso uma proposta para a criação da Polícia Fiscal.

Há em Angola 330 agentes licenciados, apesar de receber anualmente mais de 3 mil solicitações.

Arrecadação de receitas

O secretário de Estado do Comércio, Amadeu Leitão Nunes, disse na ocasião que com a exportação da madeira em 2016, rendeu ao país 37 milhões de dólares, numa altura em que em 2017, os valores arrecadados com a mesma actividade atingiu 22,3 milhões.

Indústria florestal

A nível nacional existem três fábricas de transformação de madeira, sendo duas em Luanda, uma em Benguela.

O Ministério da indústria licenciou 84 processos para aderir ao negócio.

O consultor Salvador Ferreira apontou a necessidade de se aumentarem investimentos no processo industrial da madeira, para que o “lápis, janela, porta feita de madeira nacional sejam feitos no mercado nacional, mas com valor internacional”.

A mestranda em Ciências da Agricultura Jofram Oliveira sugeriu a necessidade urgente de se certificar a madeira nacional, para que dessa forma se valorize a produção interna e se combata o comércio ilegal.

10.11 Estrangeiros devastam florestas com apoio de cidadãos nacionais

Jornal Expansão

12 De Janeiro de 2018

Texto: Alexandre Lourenço

Os estrangeiros estão a devastar as florestas locais com o apoio de cidadãos nacionais, alertou, esta semana, o secretário de Estado para os Recursos Florestais, André de Jesus Moda.

De acordo com o governante, tem havido muita exploração desmedida de madeira por cidadãos, maioritariamente, de origem asiática, com a colaboração de cidadãos nacionais.

O secretário de Estado admitiu que a exploração desmedida da madeira se deve também ao número insignificante de fiscais.

André de Jesus Moda explicou que, em 2017, houve vários constrangimentos ao normal processo de corte, transporte e fiscalização da madeira, que, aliado ao antigo quadro de exploração dos recursos florestais, provocou a "migração" de agentes económicos para o sector madeireiro à procura de novas oportunidades de obtenção de divisas que resultaram num intenso movimento na exploração e circulação de madeira, sobretudo no leste, sudeste e litoral do País.

As zonas de convergência, entre as províncias de Benguela, Huambo, Bié e Huíla, são capazes de oferecer 850 mil metros cúbicos de madeira por ano, acredita o secretário de Estado para os Recursos Florestais.

André de Jesus Moda recordou que estudos sobre a tipologia florestal do País e o seu potencial de madeira comercial, actualizada recentemente depois da divulgação em Fevereiro de 2017 da primeira fase do Inventário Florestal Nacional, com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), concluíram que Angola possui uma superfície florestal avaliada em 69.300.000 hectares.

Essa cifra, disse, representa 55,6 por cento da superfície territorial e reservas de madeira estimadas em 4,5 mil milhões de metros cúbicos de madeira comercial, que permitem que o País esteja em condições de cortar, anualmente, 500 mil metros cúbicos de madeira.

De acordo com o secretário de Estado, "Angola apresenta uma capacidade de corte permissível na sua floresta natural de cerca de 500 mil metros cúbicos de madeira anualmente, sem que esse volume coloque em risco a sustentabilidade da floresta", justificado pelo incremento "da capacidade de autorrenovação estimado em 0,11 metros cúbicos por hectares, por ano, nos diferentes ecossistemas florestais do País".

10.12 Ravinas mortais ameaçam famílias

Novo Jornal

12 De Janeiro de 2018

Texto: Álvaro Victória

Além de enfrentarem a falta de serviços públicos, dezenas de moradores do bairro Baixa de Cassanje vêm-se também ameaçadas por fenómenos naturais, corno são os casos de ravinas que se vão proliferando na zona.

Quem reportou ao NJ esta preocupação é Vieira Futa, chefe do Sector 26 do bairro Baixa de Cassanje: "As ravinas são uma grande preocupação. A cada época chuvosa, elas alargam-se e proliferam-se pelo barro. Como devem calcular, o combate às ravinas é algo que nos ultrapassa", informou o dirigente na sede da Comissão, um pequeno compartimento onde se pode avistar a foto do actual PR e um gabinete improvisado com uma mesa de plástico popularmente chamada "espera condições".

Futa, que chefia um sector que reparte as receitas da emissão de cartão de morador e agregado familiar com a administração do distrito da estalagem, garantiu que a situação das ravinas já é do domínio da administração do distrito.

"Esperamos que as autoridades possam reagir o mais rapidamente possível, porque são muitas famílias que

estão em risco", informa o dirigente, recordando já terem registado a morte de morador nas ravinas.

"Quando chove, vemos a passar pelas ravinas colchões, botijas, camas e roupas. É um perigo autêntico", alerta.

Contrato de energia a 70 mil Kz

Os moradores do bairro Baixa de Cassanje precisam de desembolsar um total de 70 mil Kz para firmarem o contrato de energia eléctrica com uma empresa privada que opera na zona.

"Festejámos a instalação da PT privada no bairro, mas lamentamos o custo do contrato; são logo 70 mil Kwanzas, além dos três mil e 500 Kz mensais. É muito dinheiro para uma energia que falha tanto", lamenta o morador Kussuluka Mabo.

Moradores do bairro contaram, por outro lado, que, no ano passado, foram notificados para apresentarem uma cópia do BI e 500 Kwanzas, que serviriam alegadamente para suportar os custos de colocação de energia eléctrica pública.

"Demos o nosso dinheiro, mas de lá para cá, nada. Não sei se aproveitaram do nosso dinheiro", observa Kussuluka, à guisa de denúncia.

"Não foram sooo Kwanzas, mas sim 200 kwanzas, que serviram para o cadastramento para a instalação da energia eléctrica do Estado. Não sabemos como anda este processo", defende-se Vieira Futa.

10.13 **Transportação de madeira para a 31 de Janeiro**

Jornal de Angola

12 De Janeiro de 2018

Texto: Carlos Paulino

A exploração de madeira no Cuando Cubango ultrapassou, em 2016, os 22 mil metros cúbicos que estavam previstos, "situação que permitiu os expatriados levarem, em toros grandes, quantidades de madeira com grande margem de lucros, informou quarta-feira, na cidade de Menongue, o presidente da Cooperativa dos Madeireiros da província, Miguel Tchivo.

O presidente da Cooperativa dos Madeireiros do eu ando Cubango defende que o Ministério da Agricultura e Florestas estenda os prazos sobre a autorização de transporte da madeira até ao próximo dia 31 de Maio, para permitir a comercialização de mais de 100 mil metros cúbicos já explorados e acondicionados na província.

O cooperativista fez saber que a maioria dos mais de 100 mil metros cúbicos de madeira cortada foram explorados no ano florestal 2016, altura em que a província registou "uma exploração desenfreada que ultrapassou os 22 mil metros cúbicos previstos, situação que permitiu os expatriados levarem, em toros grandes, quantidades de madeira com grande margem de lucros, porque as coisas estavam quase sem controlo e o pagamento de impostos quase não se fez sentir".

Miguel Tchivo disse que no Cuando Cubango as licenças para a transporte e comercialização de madeira foram entregues tardiamente. Por isso, os madeireiros têm enormes quantidades de madeira já cortada nas matas e "não será possível transportar ou comercializar até ao próximo dia 31 de Janeiro", data prevista para o fim da actividade correspondente ao ano florestal 2017.

Conforme argumentou Miguel Tchivo, quando o Governo colocou ordem no circo, apanhou em contramão os madeireiros que, até hoje, estão a encontrar grandes dificuldades para comercializar os mais de 100 mil metros cúbicos de madeira que se encontram retidos nas diferentes matas e serrações, por falta de documentos para a sua comercialização.

O presidente da Cooperativa dos Madeireiros do Cuando-Cubango reconhece que, apesar do erro cometido pelos madeireiros, que não respeitaram as orientações do Ministério da Agricultura e Florestas, urge a necessidade de haver um bom senso do Executivo, para que, pelo menos, a madeira cortada seja exportada.

Em declarações ao Jornal de Angola, Miguel Tchivo disse que a prorrogação da saída da madeira na província até ao dia 31 de Maio vai permitir arrecadar para os cofres do Estado cerca de 50 milhões de dólares, provenientes do pagamento de impostos e multas aos madeiros, por exploração ilegal.

O cooperativista disse que um dos principais elementos que dificulta também os madeireiros a transportar o produto é a escassez de gasóleo que se regista na província. A madeira do Cuando Cubango é transportada com relativa normalidade em camiões até o Porto do Lobito, província de Benguela. Por problemas de combustíveis, a operação também encolheu.

Miguel Tchivo disse que actualmente a instituição que dirige controla 60 madeireiros, que têm como principais mercados as repúblicas da China, do Vietname, da Namíbia, da Índia e Dubai, onde há grandes indústrias para o fabrico de móveis. O responsável lembrou ainda que a campanha florestal

2017, que teve a sua abertura oficial no dia 12 de Junho e o seu término a 30 de Dezembro, de acordo com o Decreto Presidencial nº 6/17, de 24 de Janeiro, contemplou a província do Cuando Cubango com uma cota de exploração de 15.569,33 metros cúbicos.

Vice-governadora critica exploração ilegal

A vice-governadora do Cuando Cubango para o Sector Económico, Social e Político, Sara Luísa Mateus, manteve, em finais do ano passado, um encontro com os madeireiros tendo criticado, com dureza, as autoridades tradicionais da província, por cederem terrenos aos chineses e vietnamitas nas áreas de jurisdição dos mesmos, para a exploração ilegal de madeira e sem a autorização do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), a troco de um ou dois milhões de Kwanzas.

Sara Luísa Mateus admitiu nesse encontro que o Cuando Cubango tinha sido invadido por cidadãos chineses e vietnamitas que, a coberto de nacionais, propiciam esse tipo de negócio sem qualquer contrapartida para os cofres do Estado, ante o olhar silencioso das entidades competentes.

A vice-governadora encorajou na ocasião todos os cidadãos da província a denunciarem todas as actividades ilegais, no sentido de se pôr ordem à exploração desordenada da madeira da região, uma vez que os estrangeiros "estavam a derrubar tudo que eles encontram pela frente, desde as árvores robustas proibidas, às medicinais, raras e plantas em via de crescimento.

Apesar do Estado conceder licença de exploração, fundamentou Sara Luísa Mateus, "dar oportunidade às empresas legalizadas, nesta altura aparecem outros oportunistas ilegais, que se infiltram na floresta para explorar a madeira a nível da província, sobretudo a madeira do tipo 'mussivi', incluindo plantas medicinais".

Ao mesmo tempo, chamou atenção para a necessidade de observar cuidados no corte de madeira, tendo em conta a importância que a flora tem para o meio ambiente e o equilíbrio ecológico para a sobrevivência do próprio homem, e apelou os exploradores a pautarem-se sempre no exercício das suas funções pela legalidade, tendo em atenção a arrecadação de receitas fiscais para o desenvolvimento da província.

O responsável provincial do Instituto de Desenvolvimento Florestal, Abel Mambo, exprimiu ser "uma situação contínua e preocupante, pelo número cada vez maior de madeireiros clandestinos

que efectuam corte desordenado de árvores, das quais a sua instituição não consegue quantificar em metros cúbicos, por falta de controlo".

Abel Mambo disse que os madeireiros ilegais, além de estarem a provocar danos incalculáveis à floresta, também estão a enriquecer-se de modo ilícito, porque não pagam impostos e tudo vendem com grandes margens de lucros que não beneficiam os cofres do Estado, que pouco ou nada recebe.

Para o IDF no Cuando-Cubango, a explosão deste fenómeno (madeireiros ilegais) é resultado do facto de o Ministério da Agricultura e Florestas ter atribuído uma cota de exploração 15 mil metros cúbicos de madeira para o ano florestal de 2017 que, comparado com o número de madeireiros inscritos na província, é uma gota no oceano.

Arrecadação de receitas Com a exploração em grande escala da madeira na província, a Repartição Fiscal de Menongue está a registar, nos últimos tempos, um aumento significativo de receitas, tendo arrecadado no ano passado 956 milhões 249 mil 188 Kwanzas, provenientes do pagamento de imposto pela exploração de madeira. O responsável da Administração Geral Tributária (AGT) no Cuando Cubango, Estefânio Benza de Castro, disse que em 2016 foram arrecadados apenas 95 milhões 624 mil 618 Kwanzas. Estefânio Benza de Castro destacou que, desde o início da exploração de madeira na província do Cuando Cubango, a Repartição Fiscal de Menongue conheceu melhorias significativas em termos de arrecadação de receitas, mesmo com a actual conjuntura económica que o país vive.

O técnico tributário realçou que esse aumento só se registou pelo controlo rigoroso que a AGT faz, em coordenação com o IDF, Polícia Fiscal e Cooperativa dos Madeireiros, para se evitar a fuga ao fisco na comercialização e saída da madeira da província.

Na visão de Estefânio Benza de Castro, essa nova explosão empresarial permite que a província do Cuando Cubango dê resposta ao programa do Executivo de diversificação da economia nacional e aumento de receitas para os cofres do Estado, para que se deixe de depender somente do petróleo, para se implementar grandes projectos em prol do bem-estar social dos angolanos.

10.14 Ravina ameaça destruir centralidade do Dundo

Jornal de Angola

13 De Janeiro de 2018

Texto: Vitorino Matias

Cerca de 71 ravinas em progressão ameaçam destruir infra-estruturas sociais e residenciais em várias localidades da província da Lunda-Norte, principalmente, na cidade do Dundo e nas vilas do Lucapa e Cafunfo.

Na cidade do Dundo, a ravina que está a progredir em direcção à centralidade do Mussungue, segundo alguns especialistas, tem como causa principal a falta de infra-estruturas de macro drenagem das águas pluviais na região.

Desde o início da presente época chuvosa, em Setembro do ano passado, várias infra-estruturas como estradas, residências, escolas, centros médicos e casas de populares têm sido destruídas pelas fortes chuvas que caem na província da Lunda-Norte.

Para avaliar o impacto negativo das ravinas, o ministro da Construção e Obras Públicas, Manuel Tavares, trabalhou na quarta e quinta-feira na província da Lunda Norte, para em conjunto com autoridades locais encontrarem as melhores via para travar a progressão das ravinas.

Manuel de Almeida considerou "assustadora a situação" das ravinas na Lunda Norte, devido á rápida progressão, sublinhando que devem ser encontradas com urgência medidas para se travar o andamento das mesmas, "tendo em linha de conta a gravidade da situação". Sem avançar a data do início dos trabalhos de estancamento das ravinas, Manuel Almeida disse que, enquanto não existir cabimentação financeira, as primeiras medidas devem existir no sentido de reduzir a intensidade das águas pluviais, argumentado que se trata de "fenómenos naturais que surpreendem constantemente", daí, "a necessidade das devidas precauções".

"No momento o sector vai direccionar acções para impedir a progressão dos aluviões em todo o país", avançou o ministro que adiantou que, os estudos passam pela criação de um núcleo para a análise da situação dos solos, no que toca a vegetação, intensidade da pluviosidade, escoamento e o factor hidráulico.

O dirigente governamental recomendou também a plantação de vegetação para estancar a progressão das ravinas, como os eucaliptos e bambus, e, a colocação de pedras nos canais de água.

No município do Lucapa, o número um do Ministério da Construção e Obras Públicas constatou a evolução das três grandes ravinas, uma das quais que tem três ramificações. No Dundo, visitou três ravinas, uma na Estrada nacional 180, outra na Centralidade do Dundo e a terceira no Distrito Urbano do Mussungue.

As autoridades do Dundo têm alertado que no Bairro Aeroporto, a ravina que está junto ao rio Caluembe poderá cortar o tráfego na Estrada Nacional 225. A mesma ravina ameaça destruir uma escola do ensino primário do bairro Roque Santeiro e outras infra-estruturas sociais e residenciais adjacentes à zona de risco. Durante a sua estada na Lunda Norte, Manuel Almeida visitou o campo de assentamento dos refugiados no município do Lóvua, para averiguar a evolução dos trabalhos de melhoramento das condições de instalação, sobretudo, no que toca às obras de armamento e loteamentos do campo.

O morador do bairro Roque, arredores do Lucapa, João Naweje, disse que a sua casa caiu parcialmente durante a noite enquanto dormia, e enfrenta o risco das paredes caírem todas. "Graças a Deus nada de mal aconteceu com a minha família, mas perdi todos os bens", salientou acrescentado que à semelhança do que aconteceu consigo, "muitos vizinhos perderam as suas moradias devido às chuvas que estão a provocar erosão dos solos".

Já o cidadão Iambo Martins, morador da centralidade do Dundo e coordenador da zona 4, apela às autoridades competentes para "intervir com certa urgência" e travarem as ravinas que estão a progredir em direcção aos prédios da centralidade.

"Uma cidade nova onde o Estado gastou rios de dinheiro não pode estar sujeita aos estragos de urna ravina cuja progressão pode ser travada", desabafou, apelando, contudo à sensibilidade para com as vidas humanas que estão em perigo. " Se as entidades de direito não pensam nas infra-estruturas que vão desabar devido ao andamento das ravinas, pelo menos pensem nas pessoas que vivem nos arredores".

10.15 Legislação deve introduzir a figura do concessionário

Jornal de Angola

14 De Janeiro de 2018

Texto: Leonel Kassana

A desordem na exploração de madeira é provocada pela própria lei que, ao contrário dos outros recursos naturais - petróleo e diamantes, para cuja exploração

investe uma autoridade concessionária, no caso das florestas angolanas prevê apenas a exploração por privados, declarou ao Jornal de Angola a jurista e docente universitária Paulette Lopes.

Em contactos mantidos para esclarecer as questões conceptuais subjacentes à exploração desregrada de madeira, a jurista notou que "as próprias leis dizem que as florestas são um património nacional, pertencem à Nação e não são diferentes de qualquer outro recurso mas, ao contrário dos diamantes e petróleo, onde existem concessionários, aqui o quadro legal prevê a exploração por privados".

O ambientalista Valdimiro Russo sublinhou, indagado a respeito, a necessidade do melhoramento do sistema de licenciamento e fiscalização florestal e apontou a capacitação das comunidades e de agentes fiscais para se evitarem eventuais casos de corrupção, numa nova alusão à insuficiência de legislação para a exploração de madeira.

Uma actividade definida pelo mestre em gestão e governança ambiental Abias Huongo com a ausência de quaisquer parâmetros de sustentabilidade e de planificação criteriosa sobre os objectivos que se pretendem com esse recurso.

Estes objectivos, indicou Valdimiro Russo, devem resultar em benefícios económicos e sociais ou, numa perspectiva mais profunda, devem ser utilizados numa dimensão transversal que combine o combate ao branqueamento de capitais, à pobreza, bem como de cobertura das necessidades energéticas, exportação de recursos e atracção de divisas, como declarou Abias Huongo.

Os objectivos da exploração florestal, afirmou Paulette Lopes, também devem inserir esse recurso no processo de diversificação da economia, num momento de grandes restrições económico-financeiras decorrentes da lenta recuperação do preço do petróleo no mercado internacional.

"Está -se a olhar agora para a exploração da madeira e das florestas como um meio para diversificar a economia e criar riqueza nacional: julgo serem necessárias acções legais para que esse património se reverta a favor dos titulares dessas concessões e todos os angolanos", propõe a jurista.

Interesses ocultos

Abias Huongo traçou um quadro menos virtuoso que o desejável na exploração florestal sustentável em Angola, denunciando operações de empresas chinesas a encobrirem interesses ocultos e a praticarem uma forma de abate despreocupada com as questões ambientais.

"À gestão quase inexistente e danosa, junta-se a exploração feita por chineses que, não se sabe a coberto de quem, estão a praticar uma exploração intensiva, sem nenhuma preocupação com a sustentabilidade da floresta", disse Abias Huongo.

Algo também denunciado por Vlademiro Russo, que alerta que, nos últimos três anos, a exploração de recursos florestais "escalou de forma abrupta", com sérios danos económicos e riscos para o equilíbrio ambiental.

"Os resultados da exploração desregrada e acelerada de recursos florestais do país estão visíveis diariamente nas estradas do país e nas enormes clareiras que estão abertas um pouco por todo o território", referiu o ambientalista.

"Não é muito difícil chegar a esta conclusão: basta apenas sobrevoar uma parte do território nacional ou recolhermos imagens satélites e logo veremos que, o que é feito, para além de não ser sustentável, representa outras práticas menos lícitas do ponto de vista de exploração", acrescentou Abias Huongo.

Valdemiro Russo apontou, entre os prejuízos causados por esse tipo de exploração florestal, feita sobretudo para a transformação em madeira e em lenha, a perda da cobertura vegetal, de "habitat" para muitas espécies e a aceleração dos efeitos erosivos, uma lista completada por Abias Huongo com a privação de benefícios económicos, de níveis de purificação do ar, da água, com a produção de gases que contribuem para o aquecimento global.

"A delapidação das florestas não representa somente uma perda desses recursos naturais, mas sim um conjunto de perdas cumulativas no âmbito da cadeia da gestão ambiental propriamente dita", disse Abias Huongo.

A jurista Paulette Lopes defendeu medidas mais "pesadas" para os nacionais que cedem licenças a estrangeiros em troca de dinheiro, mais do que medidas de cassação pura e simples destas e o impedimento de novas oportunidades para a entrada nesse mercado.

10.16 Chuvas desabrigam famílias no Assango

Jornal de Angola

15 De Janeiro de 2018

Texto: Casimiro José

A chuva que se abateu toda a tarde de quarta - feira até à madrugada de quinta – feira deixou ao relento

mais de trinta famílias na localidade do Assango II, município da Conda, na província do Cuanza-Sul.

As autoridades administrativas locais estão no terreno a averiguar os estragos provocados pelas enxurradas, que se faziam acompanhar de fortes ventos e granizo.

A administradora do município da Conda, Elsa Sara Lialunga, fez saber que além do desabamento de mais de trinta residências, a chuva destruiu também uma escola do ensino primário e duas igrejas.

"É uma situação crítica que as famílias afectadas vivem, numa altura em que a administração municipal está desprovida de quaisquer meios para acudir a situação", disse, anunciando que a administração da Conda já remeteu a preocupação ao Governo da província para accionar os mecanismos de assistência.

Elsa Sara Lialunga garantiu que a administração está empenhada na sensibilização das famílias no sentido de abrigarem as vítimas das chuvas, enquanto se aguardam apoios dos organismos vocacionados. A administradora apelou à calma no seio das pessoas afectadas.

10.17 Falta de infra-estruturas externas na base da inundação do KK 5000

Jornal O PAÍS

16 De Janeiro de 2018

A Imogestin disse ontem que a inundação na parte Sul da urbanização KK 5000 a centralidade do Kilamba, em Luanda, tem como causa principal a falta de infra-estruturas externas para o encaminhamento das águas pluviais. Em nota enviada a redacção do jornal OPAÍS, a imobiliária justificou que a construção do Bloco R2, na parte Sul desta cidade, beneficiou apenas de um sistema de bombeamento e uma lagoa de retenção feita pela construtora CITIC.

Todavia, Imogestin explicou que no momento em que se deram as quedas pluviais que resultaram nas imagens que nos últimos dias têm circulado pelas redes sociais, "as duas bombas do sistema de drenagem provisório não funcionaram".

Na nota de imprensa, a gestora dos projectos imobiliários do Estado esclarece que estão impedidos de serem vendidos 190 apartamentos situados na zona mais baixa dos edifícios H, a mesma parte que inunda com o enchimento da bacia de retenção.

A Imogestin acrescenta também que o local afectado não se encontra habitado e acrescenta que a situação já foi regularizada na Segunda-feira (ontem) com empreiteiro CITIC.

10.18 Chuvas aceleram o avanço de ravinas na cidade do Luena

Jornal de Angola

17 De Janeiro de 2018

Texto: Samuel António

A progressão de ravinas na periferia da cidade do Luena coloca em risco milhares de famílias e várias infra-estruturas podem ser engolidas caso não haja alguma intervenção para atenuar os efeitos deste fenómeno.

Estão contabilizadas catorze ravinas em avanço nas zonas Leste, Sul e Sudoeste da cidade do Luena, capital provincial do Moxico, ameaçando engolir os bairros Sangondo, Santa Rosa, Zorró e 4 de Fevereiro, na periferia da cidade.

A principal ravina que parte nas mediações do bairro Bomba, junto do antigo matadouro, está ramificar-se por várias direcções. A que está progredir em direcção ao centro da cidade, ameaça destruir importantes infra-estruturas como por exemplo o Comando da Polícia Nacional, a Escola Técnica de Formação profissional, a Delegação Provincial das Finanças, o Comando Provincial dos Bombeiros e a Emissora Provincial do Moxico.

Alguns moradores já abandonaram as suas casas, enquanto outros continuam insistentes a espera que a situação venha a normalizar-se. Muitas residências estão a beira de desaparecerem, se não forem accionadas medidas para atenuar a fúria deste monstro.

A situação está tornar-se cada vez mais insustentável. O medo e a incerteza apoquentam, a cada dia, corações de famílias inteiras que coabitam diariamente com o fenómeno.

No terreno, o drama continua inalterável, à medida que a ravina aumenta a sua extensão, o pânico toma conta de quem será a próxima vítima. Famílias completamente arrasadas clamam diariamente por um grito de socorro.

Devidos as constantes chuvas que caem diariamente na região, os solos tornaram-se insustentáveis e a possibilidade de abertura de novos buracos tem sido cada vez maior.

O fenómeno está a deixar preocupada a população local, que teme pelo pior, caso a chuva continuar a cair com a mesma intensidade nos próximos meses.

A reportagem do Jornal de Angola tentou ouvir alguns moradores do bairro Aço, local mais atingido por ravinas, mas foi vaiada acusada de estar a fazer propaganda barata que não ajuda em nada. "Vão fazer a vossa banga longe, porque estão nos deixar cada vez mais irritados", disse um cidadão com semblante enfurecido, que recusou dizer o seu nome.

Quando meu colega fotógrafo tentou direccionar a máquina para captar a imagem de um grupo de moradores, foi compulsivamente impedido de o fazer sob pena de sofrer represália.

"Possas essa gente está muito má, em nenhum momento fomos tratados assim, o que está se passar?" Replicou o fotógrafo.

Quando tentamos acalmar os ânimos, ouvimos uma voz ao fundo que tentou devolver-nos alguma tranquilidade: "Eles não são culpados do que está se passar, apenas vieram para cumprir com sua obrigação. Com estas palavras ganhamos o novo fôlego para permanecer no local e observar tudo que serviria para a nossa reportagem.

Enquanto nos preparávamos para escrever esta reportagem, fomos surpreendidos por uma chuva acompanhada de fortes ventos e trovões, o que obrigou a ENDE desligar a corrente eléctrica em toda a cidade. O sinal mostra que as chuvas não querem dar nenhuma trégua, apesar de tanto clamor dos moradores.

A região não recebe tanta chuva nestes últimos anos como está acontecer nesta época. Além de ser um sinal de bênção da mãe natureza, para os moradores das zonas arrasadas, o fenómeno vem colocar em risco as suas vidas.

O local é um perigo a céu aberto, não só para os moradores, mas também para várias crianças que por curiosidade chegam próximo dos terrenos susceptíveis de deslizamentos.

Como diz o adágio popular o cavalo engorda com olhar do dono. O ministro da Construção e Obras Públicas, Manuel Tavares de Almeida, dispensou o convívio familiar no dia do Natal e aproveitou o momento para atender o grito de socorro da população e do Governo Provincial.

Durante a sua visita de algumas horas ao Luena, o ministro, ladeado pelo governador Manuel Gonçalves Muandumba, garantiu que só é possível combater a

ravina quando as chuvas terminar, mas, até lá, vão ser feitos alguns trabalhos para atenuar a situação.

Para tentar minimizar a situação, o Governo Provincial destacou no local uma equipa de técnicos que está trabalhar para evitar o deslizamento de terra. A reportagem do Jornal de Angola constatou que tal medida não está a surtir efeitos desejados, na medida em que as chuvas caem, elas retiram todo o betão que está a ser posto para impedir novos desabamentos de terra.

A situação é bastante crítica, o vice-governador para área Técnica e Infra-Estruturas, Manuel Lituai, que está acompanhar o trabalho dos técnicos no local, considerou de insustentável o que está a se passar no terreno.

"É triste ouvir todos os dias o clamor da população, temos poucas alternativas por enquanto, e o mais importante neste momento é accionarmos mecanismos para evitar que haja percas de vidas humanas", disse preocupado o governante que apelou os moradores para não caírem no desespero.

10.19 Morre-se de fome no Cunene, diz CASA-CE

Jornal A República

19 De Janeiro de 2018

Partido vai levar caso ao Parlamento e quer que João Lourenço visite o local.

Há gente a morrer de fome no Cunene, denuncia uma delegação da CASA-CE que visitou o local. A delegação integrada pelos secretários provinciais da coligação da Huíla e Cunene constatou a situação de fome que se abate sobre as comunidades do município do Curoca, na província angolana do Cunene e ficou "desolada" com o que viu.

O secretário provincial da CASA-CE na Huíla, Serafim Simeão, disse ser lamentável que num país potencialmente com recursos, haja regiões com gente a padecer de como é o caso do município do Curoca.

Serafim Simeão apelou o Presidente da República a deslocar-se ao Curoca para constatar a situação de penúria daquela população.

"O Presidente João Lourenço disse que conhece o país, mas nós convidamos o Presidente que venha ao Curoca pessoalmente para ver in loco, o sofrimento deste povo nas profundezas de Angola porque não basta receber relatório", desafiou Simeão.

O assunto é tão grave que a coligação pretende levá-lo à Assembleia Nacional por via da sua bancada parlamentar.

Uma campanha de recolha de bens alimentares a decorrer até 28 do corrente mês foi lançada na região pela CASA-CE com propósito de acudir à situação.

O município do Curoca está entre aqueles que no sul de Angola vivem uma situação de profunda escassez de água com grande impacto na vida das comunidades locais que dependem da agricultura e da pastorícia.

10.20 Estiagem prolongada causa crise alimentar

Jornal de Angola

20 De Janeiro de 2018

Texto: Sampaio Júnior

A falta de chuvas na zona Sul de Benguela está a prejudicar seriamente os camponeses, que vêm as suas culturas a secarem.

A título de exemplo, cerca de 140 famílias na povoação de Lomia, no município de Caimbambo, alimentam-se de mangas verdes devido à falta de comida.

A directora do Gabinete da Acção Social, Família e Igualdade do Género, Leonor Fundanga, lançou um pedido de ajuda para socorrer as famílias que estão a ser vítimas da estiagem. "As mulheres com quem nós reunimos na presença do administrador disseram - nos que é graças às mangas verdes que têm estado a acudir grandemente aquela população", referiu Leonor Fundanga.

A estiagem não assola apenas a localidade do Lomia, em Caimbambo, pois já se estendeu aos municípios do Cubal, Ganda e Chongoroi. A escassez de chuva na região comprometeu as colheitas.

A directora do Gabinete da Acção Social, Família e Igualdade do Género qualificou de grave a situação para uma população que subsiste principalmente da agricultura.

10.21 Polícia detém grupo de desmatadores florestais no Zaire

Jornal O PAÍS

22 De Janeiro de 2018

Trezentos e vinte cidadãos, entre nacionais e estrangeiros, que se dedicavam ao abate de árvores

em grande escala, para o fabrico de carvão vegetal, foram detidos no Sábado pela Polícia Nacional, no município do Soyo, província do Zaire.

Os supostos marginais, cidadãos angolanos e da República Democrática do Congo (RDC), foram detidos no decorrer de uma micro-operação conjunta entre efectivos da Polícia Nacional e das Forças Armadas Angolanas (F AA), levada a cabo nas localidades de Kinguila e Lumueno, arredores do município do Soyo.

Em declarações à Angop, ontem, o porta-voz da referida operação, cujo nome não foi citado, informou que o abate desenfreado de recursos florestais por parte de cidadãos nacionais e estrangeiros ilegais, tem sido uma das preocupações das autoridades locais, a julgar pelo impacto negativo à flora e fauna da região.

"Essa actividade cria danos incalculáveis à fauna e flora, pois reduz a quantidade de árvores e provoca a deslocação massiva de aves para outras regiões", realçou.

Esclareceu que tal desflorestação não é acompanhada pela reflorestação, pois a lei diz que o corte de uma árvore deve dar origem à plantação de outras três.

Advertiu, por outro lado, que os cidadãos nacionais envolvidos nessa prática serão responsabilizados criminalmente, pois para além da devastação da flora incorrerem também no crime de auxílio e promoção à imigração ilegal.

Quanto aos estrangeiros, a fonte disse que estes serão igualmente penalizados e expulsos para o país de origem, RDC.

Durante a operação foram apreendidos diversos meios e bens que se encontravam na posse desses cidadãos, com destaque para motosserras, fornos de fabrico de carvão vegetal, motorizadas, bens alimentares e quantidades consideráveis de carvão.

10.22 Autoridades apertam o cerco à exploração ilegal de carvão

Jornal de Angola

23 De Janeiro de 2018

Texto: Jaqueline Figueiredo

A exploração de carvão nas áreas florestais do Lumueno e finda - Nkunku no município do Soyo, no Zaire, por cidadãos nacionais e estrangeiros, para fins comerciais, está a provocar uma devastação sem precedentes da flora e do habitat de várias espécies animais na região.

A situação, considerada bastante preocupante pelas autoridades locais, está a atingir contornos assustadores, pelo facto de causar desflorestação desmedida das referidas zonas, com consequências incalculáveis ao ambiente e ao próprio homem que a promove.

Para pôr cobro à situação, a Delegação do Ministério do Interior no Zaire leva a cabo no município do Soyo uma operação de desalojamento de todos os produtores ilegais de carvão das zonas do Lumueno e Nfinda-Nkunku, bem como apreensão de todo material usado.

O chefe municipal do Serviço de Migração e Estrangeiro (S.M.E) do Soyo, superintendente Lourenço Cabral, disse que a primeira fase da operação resultou na detenção de 320 cidadãos nacionais e estrangeiros, estes maioritariamente da República Democrática do Congo (RDC), que produziam carvão vegetal para fins comerciais na região.

"Nesta primeira fase da operação detivemos 320 cidadãos nacionais e estrangeiros e apreendemos o material utilizado por eles para exploração, concretamente motosserras, machados, catanas, enxadas, motos de três rodas, incluindo grandes quantidades de carvão prontas para comercialização. Vamos fazer uma triagem para apurarmos quem realmente são os nacionais e quem são os estrangeiros, com vista a tomada das medidas que a lei impõe", avançou.

Lourenço Cabral disse que as autoridades competentes da província do Zaire não vão permitir que a devastação das zonas florestais do município do Soyo e de outras regiões prossiga, na medida em que coloca em causa, não só a flora e a fauna, como, também, a existência do próprio homem.

"São grandes as áreas que estão a ser devastadas para exploração de carvão. É uma acção que tem como promotores cidadãos nacionais e estrangeiros, com destaque para os do Congo Democrático. Nesta conformidade, todos os órgãos do Ministério do Interior na província, em cooperação com as Forças Armadas, resolveram desencadear esta operação diferente das outras, com vista a pôr cobro a situação", acrescentou aquele oficial superior dos serviços de migração. Segundo ainda Lourenço Cabral, as operações vão continuar, pelo facto de a situação mostrar se bastante preocupante.

"A situação é preocupante, daí que vamos continuar a patrulhar as áreas do Lumueno e Nfinda Nkunku, com anuência da Administração municipal do Soyo.

Justificação dos Carvoeiros

Alguns protagonistas da devastação florestal que falaram à imprensa no Soyo justificam a falta de emprego como sendo o motivo que os leva a aderir ao desmata- mento para a produção de carvão, com vista ao sustento das suas famílias.

O carvoeiro Manuel Rosa, cidadão nacional, actuado em flagrante a transportar grandes quantidades de sacos de carvão na zona do Lumueno, com uma moto de três rodas, disse que pratica esta acção há quatro meses, por falta de emprego.

"A vida não está fácil, com a falta de emprego, para não roubar, optei por fabricar carvão aqui na área do Lumueno e o vendo na cidade a preço de dois mil Kwanzas o saco de quase 100 quilos. É deste modo que ganho algum dinheiro para sustentar à família", justificou. Por seu turno, Pedro Matona, também cidadão nacional e desempregado, disse que aderiu ao processo de exploração de carvão vegetal na área do finda Nkunku, arredores da cidade do Soyo, para poder suportar os encargos da família.

"Sou desempregado e pensei em fabricar carvão, porque não está fácil aguentar a família sem emprego. Antes de entrar na mata, contactei o coordenador que manda na mata e fez-me uma declaração, na qual sou obrigado a pagar dez por cento de todo o carvão que produzo. O nosso trabalho não beneficia apenas os carvoeiros, mas a sociedade toda que precisa de carvão, na medida em que nem todos conseguem comprar o gás de cozinha", argumentou.

A cidadã congolosa-democrática Jiba Dorcas, que está ilegalmente no município do Soyo, há um ano, confirmou, falando em lingala, a sua detenção na zona do Nfinda-Nkunku, onde vendia produtos diversos, nomeadamente tuba de milho, arroz, mandioca, bolinhos e muito mais aos fabricantes de carvão.

"Eu sou da RDC e entrei há um ano aqui no Soyo. Pensei fazer o meu negócio fora da cidade. Portanto, para começar fui obrigada à pagar uma caução ao soba, um saco de arroz, uma caixa de vinho tinto e três mil Kwanzas, depois disso, fui permitida a fazer o meu negócio normalmente", aludiu Jiba Dorcas.

10.23 Chuvas torrenciais causam estragos

Jornal de Angola
24 De Janeiro de 2018

As chuvas torrenciais que continuam a cair em várias regiões do Bié, desde Outubro do ano passado,

destruíram cerca 200 hectares de culturas nos municípios de Nharea e Andulo e causaram danos em pontes e estradas em várias aldeias.

Os Serviços Meteorológicos do Bié informaram ontem que as chuvas vão continuar, "provavelmente em toda extensão da província". O Jornal de Angola esteve em algumas regiões dos municípios de Nharea e Andulo e constatou que as culturas de milho, feijão, mandioca, batata-doce e ginguba foram as mais afectadas pelas cargas de água.

As chuvas que se abatem sobre a província do Bié vêm acompanhadas de ventos fortes e de granizo, pelo que acarretam grandes estragos. Segundo o soba da aldeia Etalala, Domingos Chiucola, muitas animais estão a morrer devido à correnteza da água, concretamente, coelhos, cabras do mato, cobra e pássaros.

"Registámos a morte de muitos animais, mas estou mais preocupado com a provável de alimentos porque a força da água está a destruir muitas culturas", disse o soba.

O agricultor António Nunes residente na povoação de Chilessso, no Andulo, disse que grande parte da plantação nas suas lavras foi destruída. "Apenas o milho e a mandioca ficaram intactos, o restante estragou se devido a corrente da água".

Por outro lado, as famílias camponesas das localidades de Chimbamba, Ndulo Epalanga, Cacornbo, Chiuco, Chomba e Chicumbilaca, no município do Andulo beneficiaram ontem de materiais diversos para agricultura.

Com uma população de 258.161 habitantes, o município do Andulo cultivava essencialmente o milho, feijão-frade, feijão manteiga, mandioca, ginguba, gergelim, tuberculose café arábica.

No ano agrícola 2016-2017 foram cultivados nesta localidade 97.246 hectares de terras, mais sete mil em relação a campanha anterior. De notar que as províncias do centro do país são frequentemente abaladas por chuva torrenciais, particularmente no período de Setembro a Fevereiro.

10.24 Autoridades criam acções para impedir exploração ilegal de carvão

Jornal Expansão

26 De Janeiro de 2018

Texto: Alexandre Lourenço

Autoridades policiais estão a desenvolver acções que visam impedir a exploração de carvão na província, tendo já efectuado 320 detenções, entre cidadãos nacionais e estrangeiros...

De acordo com o Jornal de Angola, que cita o chefe municipal do Serviço de Migração e Estrangeiros (S.M.E) do Soyo, superintendente Lourenço Cabral, a primeira fase da operação resultou na detenção de 320 cidadãos nacionais e estrangeiros, maioritariamente da República Democrática do Congo (RDC), que produziam carvão vegetal para fins comerciais na região.

O superintendente acrescentou que as autoridades competentes da província do Zaire não vão permitir que a devastação das zonas florestais do município do Soyo e de outras regiões prossiga, na medida em que coloca em causa, não só a flora e a fauna, como também a existência do próprio homem.

"Nesta primeira fase da operação, detivemos 320 cidadãos nacionais e estrangeiros e apreendemos o material utilizado por eles para exploração, concretamente motosserras, machados, catanas, enxadas, motos de três rodas, incluindo grandes quantidades de carvão prontas para comercialização", avançou.

No entanto, todos os órgãos do Ministério do Interior na província, em-cooperação com as Forças Armadas, resolveram desencadear esta operação, diferente das outras, com vista a pôr cobro à situação", acrescentou o oficial superior dos Serviço de Migração e Estrangeiros, sublinhando que as operações vão continuar, pelo facto de a situação se mostrar bastante preocupante.

A vulnerabilidade da fronteira, como assegurou, levou a delegação do Ministério do Interior do Zaire, em cooperação com as Forças Armadas Angolanas (FAA), a realizar uma operação para combater o crime contra o ambiente e a imigração ilegal.

De acordo com Lourenço Cabral, à luz da lei Nacional, os cidadãos nacionais abrangidos pela operação, para além de serem responsabilizados pela devastação das zonas florestais, vão responder pelo crime de auxílio e promoção à imigração ilegal.

10.25 Empresas proibidas de explorar madeira em Cabinda

Jornal O PAÍS

26 De Janeiro de 2018

Escassez de equipamentos técnicos destinados ao corte, logística e transportação de madeira, levaram o governo de Cabinda a suspender a actividade nos próximos dias, por um período de quatro meses, situação que pode motivar a redução ainda maior das quantidades projectadas. Enquanto vigorar a suspensão, as empresas que forem autuadas a explorar serão sancionadas.

Nesta campanha florestal, os madeireiros da província de Cabinda vão explorar 34 mil e 400 metros cúbicos de madeira, quantidade abaixo dos 52 mil metros cúbicos fixados pelo Governo, devido a dificuldades.

A província de Cabinda tem uma capacidade de exploração de 115 mil metros cúbicos por ano, marca que não tem sido alcançada pelas empresas madeireiras por dificuldades em meios técnicos para o corte, logística e transportação.

Ao longo de um encontro realizado na última Terça-feira com os empresários locais, no quadro do processo de auscultação da sociedade, o governador Eugénio Laborinho anunciou a pretensão de disciplinar o exercício da actividade madeireira em Cabinda, cujos operadores licenciados são apenas quatro, enquanto as demais existentes, que são muitas, estrangeiras incluídas, exercem a actividade ilegal e anarquicamente, portanto sem qualquer contrapartida para o país e para população local.

Para o ano em curso (2018), a quota de exploração na província foi fixada em 52 mil metros cúbicos, contra os 39 mil metros cúbicos em 2017 e 78 mil em 2016.

A floresta do Maiombe é a principal fonte de exploração das variedades de espécies mais nobres (caras) de madeiras como o mogno, undianuno, pau-

rosa, cambala tola branca, lifuite e outras preciosidades madeireiras.

Além da floresta do Maiombe, Cabinda conta ainda a zona sudeste de Cabinda, na Comuna de Tando-Zinze, onde se explora igualmente a madeira. A madeira de Cabinda tem como de destino, os mercados de Portugal, Espanha, China e França, respectivamente.

10.26 Protecção ambiental assegura economia

Jornal Economia e Finanças

26 De Janeiro de 2018

Texto: António Eugénio

A redução e a perda das espécies da fauna que têm provocado perdas de milhares de dólares à economia angolana passam pelo envolvimento das autoridades e agentes privados em parceria CPITI as Organizações Não Governamentais e as Agências das Nações Unidas, na aplicação de medidas cautelares.

Nesta perspectiva, o Programa das Nações Unidas para o Ambiente, (PNUA) trabalha há algum tempo com as autoridades, angolanas, na transmissão de tecnologia ambiental de última geração, para conferir maior capacidade ao país com o propósito de combater ao comércio ilegal de animais, marfim, devastação de florestas que ameaçam a estabilidade da biodiversidade do país.

Segundo destaca um relatório sobre o "Estado geral do ambiente em Angola", que o JE teve acesso, a natureza, os parques nacionais e o ecoturismo são muito importantes para o futuro das comunidades.

O documento traça metas e indicadores elo país, que servirão como instrumento de políticas e estratégias para serem atingidas.

O projecto aborda a metodologia da estrutura elo desenvolvimento sustentável, a partir ele pilares como o ambiental, económico e social, que uma vez não acauteladas podem afectar a protecção ambiental bem como o crescimento económico.

Desenvolvimento sustentável

Dadas indicam que nos próximos 20 anos, Angola pode ser um dos países de referência no desenvolvimento sustentável em África e no mundo.

A fonte indica que um factor que passa pela Plana Estratégica da Gestão de Resíduos (PRESORU) que vai desde o ciclo das resíduos e a educação para a consumo.

Resultante deste factor já houve parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no valor de 20 milhões de dólares norte-americanos, no âmbito do projecto do Parque do Iona e 6 milhões para o saneamento.

O Fundo Global do Ambiente (GEF) participa com um montante de 8 milhões de dólares para o reforço das capacidades humanas.

Economia verde em risco

O ambientalista Vladimir Russo disse em entrevista ao JE que Angola está muito longe de atingir a "economia verde".

O especialista justificou a sua posição pela facto de o país ainda ser "incapaz" de reciclar o material usado que depois acaba por poluir o ambiente.

“Enquanto estivermos preocupados com a construção de barragens, usando meias poluentes teremos muitas dificuldades”, disse.

Um relatório da Interpol, com anuência da Pnuu, sobre crimes ambientais, indica que a problema com o ambiente não passam apenas pela caça ilegal, ma também, com o comércio ilegal de madeira, pesca e as práticas criminosas, cama também actividade "offshore".

Estima-se que a nível do mundo, o comércio ilegal e actividades criminosas resultam, anualmente, em mais de 270 mil milhões de dólares cama prejuízos.

10.27 Campanha florestal 2017 suspensa a partir de hoje

Jornal O PAÍS

31 De Janeiro de 2018

E função desta medida, tomada ao abri-o do Decreto Presidencial nº 274/17, de 10 de Novembro, que prorroga a campanha florestal/2017 até 31 de Janeiro de 2018, o Ministério da Agricultura e Florestas alerta aos operadores do sector florestal licenciados que o não cumprimento deste Decreto levará à apreensão e confisco a favor do Estado do produto e dos meios e equipamentos utilizados na transportaçã, bem como à cobrança de multas e a não renovação da licença.

Numa nota de imprensa citada pela Angop, ontem, o Ministério da Agricultura e Florestas reafirma o seu compromisso de trabalhar para o desenvolvimento da economia de forma sustentável a médio e longo prazo.

A exploração da madeira será suspensa porque os operadores florestais não cumprem a orientação que recomenda uma exploração sustentável, optando por práticas que provocam impactos nocivos ao meio ambiente, assim como a degradação progressiva da flora.

Nesta senda, Angola terá este ano um novo modelo de licenciamento, baseado em contratos de concessão de exploração florestal, que vai conferir maior segurança jurídica e abolir as actuais licenças de exploração.

Este modelo visa promover o maior grau de controlo e fiscalização dos recursos florestais e a consequente redução do número de empresas intervenientes no processo de exploração florestal.

10.28 Corte e transporte de madeira proibidos em todo o território

Jornal de Angola

31 De Janeiro de 2018

Texto: Josina de Carvalho

O corte, circulação e transportaçã de madeira em toro e serrada, em todo território nacional, ficam proibidos a partir de amanhã. O aviso é do Ministério da Agricultura e Florestas que orienta igualmente a cessaçã da campanha de exploração florestal2017.

Num comunicado, o Ministério da Agricultura informa que o incumprimento da decisã por parte dos operadores do sector florestal levará à apreensã e confisco, a favor do Estado, do produto e dos meio e equipamentos utilizados na sua transportaçã, além do pagamento de multas e a não renovação da licença.

O comunicado faz referênci a um Decreto Presidencial nº 274/17 de 10 de Novembro, e surge numa altura em que várias denúncias circularam sobre o abate indiscriminado de árvores em várias províncias. Em alguns casos, segundo as denúncias, punham em risco florestas inteiras.

A exploração ilegal de madeira assiste-se com frequência nas províncias do Moxico, Cuando-Cubango e Uíge, onde os cidadãos já reclamavam a adopção de medidas, para pôr fim à desordem verificada.

No Moxico, por exemplo, cidadãos afirmaram que diariamente assistiam à saída de dezenas de camiões carregados com madeira em toro para outras paragens, além de outros carregamentos feitos por meio dos comboios do Caminho-de-Ferro de

Benguela. A província regista, nos últimos tempos, muita concorrência na compra de madeira, principalmente por cidadãos chineses, que se deslocam às zonas de exploração para fazerem carregamentos. Denúncia semelhante vem da província do Cuando-Cubango, onde, segundo relatos, são contrabandeados diariamente milhares de metros cúbicos de madeira, sobretudo do tipo Mussivi.

O governador provincial do Cuando-Cubango Pedro Mutindi afirmou, recentemente, que a exploração ilegal é feita por cidadãos estrangeiros, encobertos por nacionais em zonas de difícil acesso, onde derrubam várias espécies de plantas proibidas, desde as menos crescidas, medicinais e raras, violando as regras do Ministério do Ambiente.

A exploração ilegal de madeira na província do Uíge é praticada sobretudo no município do Ambuila, com a colaboração dos sobas, segundo denúncias das autoridades locais.

O Ministério da Agricultura e Florestas sublinha, no comunicado, o seu compromisso em trabalhar para o desenvolvimento da economia de forma sustentável a médio e longo prazo.

10.29 Fortes chuvas destroem ponte sobre rio Vavayela

Jornal de Angola

31 De Janeiro de 2018

Texto: Arão Martins

O troço que liga as províncias da Huíla e do Huambo, passando pelo município do Caluquembe, está interdito desde segunda - feira, devido ao desabamento da ponte sobre o rio Vavayela, na localidade de Chivulo, em consequência das fortes chuvas que se abatem na região.

Em resposta a este incidente, o Governo Provincial da Huíla criou uma comissão multisectorial para fazer uma inventariação dos meios necessários para o arranque dos trabalhos. O elenco é dirigido pelo vice-governador provincial da Huíla para a Área Técnica e Infra-estruturas, Nuno Ndala, e íntegra responsáveis das Obras Publicas e do Instituto Nacional de Estradas de Angola (INEA).

Segundo o vice - governador Nuno Ndala, que esteve no local, a intensa chuva registada na segunda-feira causou o desabamento da ponte, porque a água transbordou para a estrada e arrastou à camada de asfalto, causando aberturas na estrada: "Por isso, a circulação de viaturas pesadas está cortada naquela

via. Portanto, apenas as pessoas com mercadorias ligeiras conseguem passar com ajuda de algumas operadoras que já estão à trabalhar no local", disse Nuno Ndala.

Por seu lado, o administrador municipal de Caluquembe, José Nataniel, informou que o desabamento está a criar grandes constrangimentos à população da localidade, particularmente no que toca ao fornecimento de combustível, alimentos, entre outros produtos de primeira necessidade, que são provenientes da província do Namibe e da cidade do Lubango. " A solução passa pela colocação de uma nova ponte metálica, com uma dimensão que vai entre 16 a 24 metros de comprimento", avançou o responsável máximo do município de Caluquembe, José Nataniel.

10.30 Parques nacionais passam a unidades orçamentadas

Jornal de Angola

31 De Janeiro de 2018

Texto: Manuela Gomes

A partir de Março próximo, os parques nacionais passam a ser unidades orçamentadas pelo Estado, o que vai permitir que as administrações criem serviços de gestão, recursos humanos e outras áreas auxiliares apropriadas, garantiu ontem, em Luanda, a ministra do Ambiente.

Falando num encontro com a imprensa, por ocasião do Dia Nacional do Ambiente, que hoje se assinala, Paula Francisco destacou o fomento do ecoturismo em Angola e lembrou que os parques nacionais, além da recuperação dos animais, são áreas com um passado histórico.

Explicou que o Programa Nacional do Fomento do Ecoturismo foi lançado em 2015, referindo que daí em diante o empresariado, em particular o nacional, tem aderido com muita timidez, o que coloca questões relacionadas com o empreendedorismo".

Para a governante, a inovação e a aposta no ecoturismo podem não só ajudar a juventude, mas, também, o crescimento de indústrias que podem ser partilhadas em outras experiências, como, por exemplo, na produção do sabão artesanal.

Relativamente ao funcionamento dos parques nacionais, disse que o Ministério do Ambiente está empenhado no reforço dos fiscais. Sublinhou que recentemente foi aprovada a Unidade de Criação dos Parques, que inclui a inserção e capacitação de ex - militares para o reforço da fiscalização, não só nas

áreas de conservação, mas, também, nos Serviços Nacionais de Fiscalização Ambiental.

Paula Francisco disse, por outro lado, que o Ministério do Ambiente confirma a existência de 60 Palancas Negras dentro do Santuário e assegurou dar continuidade ao programa de recuperação de animais. "Temos incentivado os parceiros do ambiente a continuarem com os seus estudos e levantamento sobre o habitat em particular da Palanca".

No que concerne à venda ambulante de animais selvagens, a ministra do Ambiente esclareceu que o sector está a levar a cabo uma campanha de educação da população, com o propósito de desincentivar tais práticas.

Para a governante, o Estado não só deve punir, mas, também, educar e ensinar as pessoas de como devem tratar a natureza, desde os animais, plantas e outros elementos da natureza.

Neste particular e segundo ela, estão as questões do saneamento básico, sobretudo a nível da costa marítima, os planos directores e de ordenamento ambiental, entre outras acções.

Quanto ao crescimento do número de obras na orla costeira, a ministra explicou que todo projecto carece de estudos, não só de impacto ambiental, mas, também, de solos, de ocupação de terrenos, licenciamento e outras questões. A exploração de madeira continua a ser também uma preocupação do sector, embora a ministra tenha reconhecido haver reposição nalguns casos das espécies feitas a partir da semente. Afirmou que já existem alguns viveiros em algumas províncias do país, mas ainda poucos para desmatamento que foi feito.

Face a esta situação, Paula Francisco apelou às associações para a continuidade da multiplicação das espécies e para que juntas trabalhem para a execução de uma grande campanha de reposição da cobertura vegetal.

A ministra do Ambiente reconheceu que os níveis de poluição no país são preocupantes e apelou a todos para que ajudem no restabelecimento de um meio ambiente sadio para se viver.

O Dia Nacional do Ambiente, comemorado anualmente a 31 de Janeiro, enquadra-se na Semana Nacional do Ambiental e foi proclamada em 1976.

II. MIGRAÇÃO

II.1 SME repatria em três meses mais de mil cidadãos da RDC

Jornal O PAÍS

15 De Janeiro de 2018

A informação consta no comunicado final da quarta reunião da comissão provincial de coordenação judicial do Zaire, realizada Sexta-feira, em Mbanza Kongo, que analisou, entre outros assuntos, o grau de cumprimento das recomendações saídas do último encontro.

O comunicado esclarece que, deste número, mil e 697 imigrantes ilegais foram expulsos por decisão administrativa e 12 por decisão judicial.

Os membros da comissão provincial e coordenação judicial recomendaram à delegação provincial do Ministério do Interior que continue com as expulsões aceleradas dos cidadãos estrangeiros em condição migratória ilegal autuados em flagrante delito, após homologação do Ministério Público.

Refere o comunicado que, no período em referência, o serviço penitenciário na região controlou 692 reclusos, destes, 296 são estrangeiros de diversas nacionalidades.

A criação de uma comissão para a apresentação ao governador provincial, José Joanes André, da necessidade de edificar um centro de reeducação de menores em conflito com a lei e a aquisição de mais meios operativos para a delegação do Interior, consta entre as recomendações.

Integram a referida comissão a delegação da Justiça e dos Direitos Humanos, Tribunal Provincial, Procuradoria-Geral da República (PGR), Ministério do Interior (MININT), Comando Provincial da Polícia Nacional, Serviço de Migração e Estrangeiros (SME), Serviços Prisionais, Direcção da Assistência, Família e Promoção da Mulher, Forças Armadas Angolanas (FAA), entre outras instituições.

Presidiu o encontro, que decorreu na sala de reuniões do SME, o Juiz-presidente do Tribunal Provincial, Eugénio Domingos.

12. EXPLORAÇÃO MINEIRA

12.1 Combate cerrado aos garimpeiros

Jornal de Angola

17 De Janeiro de 2018

Texto: Armando Sapalo

O governador da Lunda-Norte decretou ontem, na cidade do Dundo, "tolerância zero" à imigração ilegal e à extracção e tráfico ilícito de diamantes na província, pelo facto destes fenómenos colocarem em risco a soberania e a economia do país.

Em declarações aos jornalistas, no quadro dos 100 dias de governação desde a sua recondução e tornada de posse como governador provincial da Lunda-Norte, Ernesto Muangala considerou "crucial" o sector da defesa e segurança para a concretização das ações de combate à imigração clandestina, assim como à exploração e comercialização ilegal de diamantes.

Lembrou que a primeira medida tornada nos seus primeiros três meses de governação foi a de orientar a delegação provincial do Ministério do Interior para substituir os comandantes municipais, sobretudo nas circunscrições com intensa actividade de exploração diamantífera.

"Todos os municípios, sobretudo os diamantíferos, têm novos comandantes municipais", explicou Ernesto Muangala, garantindo que com a medida pretende diminuir ao máximo o impacto negativo do garimpo ilegal de diamantes na economia do país.

O diamante, recordou, é o segundo maior produto de exportação do país depois do petróleo, cujo peso das receitas dele proveniente, em termos de contribuição para o Orçamento Geral do Estado, deve ser salvaguardado. O governador destacou a operação "Luembe" desencadeada em Setembro do ano passado no município do Cambulo, como crucial, por se ter recuperado dos garimpeiros uma área de 7.000 quilómetros quadrados pertencente à Sociedade Mineira do Chitololo.

A operação "Luembe" no município do Cambulo resultou na detenção de mais de 25 mil cidadãos estrangeiros, em situação migratória ilegal, cidadãos nacionais entre soldados e oficiais das Forças Armadas Angolanas, provenientes de vários pontos do país, implicados no fenómeno da exploração e tráfico ilícito de diamantes, revelou o governador.

Ernesto Muangala revelou ainda que a evasão à área de concessão da Sociedade Mineira do Chitololo pelos garimpeiros ilegais resultou na redução drástica dos níveis de produção da empresa, na ordem dos 30 por cento. Orientou, por isso, as forças de defesa e segurança para a salvaguarda dos interesses económicos da região. "Se não houvesse a intervenção do governo provincial, a invasão dos garimpeiros naquela área iria provocar a paralisação do projecto Chitololo", afirmou o governador.

Operação Luembe-2

O governador da Lunda-Norte disse que as ações para o combate à imigração ilegal e o garimpo de diamantes prosseguem, acrescentando que está em curso a "operação Luembe-2", no município do Lucapa, uma das circunscrições da província muito vulnerável aos fenómenos de imigração ilegal e garimpo de diamantes.

A operação "Luembe-2" vai estender-se a outros municípios diamantíferos da província, caso do Cuango, Xá-Muteba e Capenda-Camulemba, informou Ernesto Muangala, que recentemente visitou a província do Kassai Central, na República Democrática do Congo, onde avaliou com os governadores das províncias congolenses que fazem fronteira com a Lunda-Norte a situação da imigração ilegal e a necessidade do reforço da segurança ao longo dos limites fronteiriços, para a redução dos focos de imigração clandestina.

"O país, a partir da Lunda-Norte, tem estado a sofrer uma invasão silenciosa de imigrantes ilegais da RDC e de países oeste africanos", declarou o governador.

A Lunda-Norte partilha uma fronteira de 770 mil quilómetros quadrados com a República Democrática do Congo, através das províncias do Kassai, Kassai Central, Kwilo, Kwango e Lwaluaba.

Perspectivas de governação

O governador da Lunda-Norte informou que durante os primeiros 100 dias de governação trabalhou de forma afinada na preparação dos seus colaboradores directos, no sentido de terem contacto permanente com a legislação da Administração Local do Estado, e desta forma serem materializadas as metas preconizadas.

O governador perspectiva, de acordo com a disponibilidade financeira, executar programas para o crescimento social e económico da província, consubstanciados no reforço dos sectores da saúde e educação, formação de quadros, melhorias das vias de comunicação e a eletrificação da província.

12.2 Exploração de inertes no Soyo ganha contornos alarmantes

Jornal de Angola

18 De Janeiro de 2018

Texto: Jaquelino Figueiredo

As escavações desenfreadas feitas em diferentes zonas do município, para a exploração de inertes, pelas empresas que trabalham na construção da auto-estrada Nzeto/Soyo e em algumas áreas habitadas do município do Soyo, na província do Zaire, preocupam as autoridades administrativas, devido ao impacto negativo ao ambiente, disse, naquela municipalidade, o chefe de departamento provincial de Ambiente e Recursos Naturais.

Manuel Salvador, que falava durante uma reunião com representantes das empresas Sinohydro, Carmon, EMCICA, CMC e singulares que exploram inertes para fins comerciais' disse que a acção pode evoluir em ravinas no futuro, à semelhança do que se assiste em várias províncias do país.

De acordo com Manuel Salvador, a outra preocupação das autoridades provinciais reside no facto das referidas empresas não disporem de planos de recuperação dos locais de extração de inertes.

Caso a situação continue, acrescentou, corre-se o risco de haver num futuro breve abertura de ravinas que podem causar danos aos solos, aos empreendimentos em execução e bens de terceiros ao nível da província.

Disse que o empréstimo de solos para execução de projectos sociais, quer públicos, quer privados, deve respeitar determinados parâmetro técnico, tais como o distanciamento mínimo de 100 metros com o eixo da estrada e a elaboração de planos para a sua recuperação, com vista a mitigar os efeitos negativos que a exploração pode causar.

"As zonas de onde são retirados os inertes para a execução de muitos projectos públicos, e não só, sofreram a remoção da vegetação e por isso estão expostas a intempéries e se não forem tomadas medidas de mitigação poderão evoluir para ravinas e, se isto vier a ocorrer, podemos até colocar em risco a própria Estrada acional nº 100", alertou o responsável.

Aquele especialista em ambiente disse que desde o início das obras na Estrada Nacional nQ100, o Governo Provincial não recebeu qualquer plano de recuperação dos jazigos por parte das empresas acima referenciadas, situação que preocupa as autoridades do Zaire.

"Até ao momento, o Governo Provincial do Zaire não recebeu e não tem ainda nos seus arquivos qualquer plano de recuperação proveniente destas empresas, mas vale relembrar que a obra da autoestrada Nzeto/Soyo está em cerca de 70 ou 80 por cento de execução e, dentro daquilo que são as recomendações do anexo do estudo de impacto ambiental existente, um dos procedimentos técnicos é a criação dos planos de recuperação", avançou.

Na qualidade de técnico ambiental, defende que os planos de recuperação dos locais de empréstimo de solos para execução de qualquer projecto devem ser feitos muito antes da implementação física mas, ainda, é possível fazer-se algo para reverter o actual quadro.

"Os planos de recuperação tinham de ser feitos muito antes, não é agora, mas devem ainda ser elaborados, como obrigação para as medidas de mitigação destas zonas de exploração de inertes", acrescentou.

"Não podemos ainda falar em ravinas ao longo do traçado da Estrada acional Nzeto/Soyo mas muitas zonas já têm alguns indicadores neste sentido. A título de exemplo, entre a zona de Mangue Grande e Kinzau houve várias intervenções e muitas dessas zonas estão por tratar. Nesse período chuvoso tem havido desmoronamento de solos e podem ocorrer fenómenos que indiciam princípios de ravinas", acrescentou. Outra preocupação das autoridades do Zaire, disse Manuel Salvador, tem a ver com as encostas ao longo da costa marítima, onde se tem retirado também solos sem aplicação de nenhuma medida de contenção, o que tem causado desmoronamento de solos, daí a necessidade deste encontro com todas as empresas envolvidas no sentido de identificar cada área explorada, com vista a orientar os planos de recuperação e transmitir as medidas que devem ser adoptadas.

"As acções a adoptar pelas empresas que constroem a Estrada acional nº100 devem ser, do ponto de vista ambiental, aceitáveis e sustentáveis. Aqui também são chamadas as entidades singulares, que têm como matriz da sua actividade a exploração de inertes para comercialização, tendo também a obrigação da criação de planos de recuperação", acrescentou.

Auto-estrada Nzeto/Soyo

A administradora municipal do Soyo, Lúcia Tomás, apelou para a protecção da auto-estrada nacional nº100 (Nzeto/Soyo), pelo facto do Estado angolano estar a investir milhões de dólares na sua execução física.

"Todos nós temos observado o grau de execução da obra da auto-estrada Nzeto/Soyo, que está a catapultar a mobilidade segura de pessoas e bens entre a província do Zaire e Luanda, pelo que a protecção do referido bem social afigura-se inevitável com vista a servir mais gerações", apelou. Para o efeito, segundo Lúcia Tomás, o cumprimento de normas e decretos do ambiente e da lei de minas nas zonas de extracção de solos diversos, para a execução de vários projectos públicos ou privados, deve ser obrigatório.

O representante da empresa Carmon, Serutcha dos Anjos Rosa, garantiu que vão cumprir com os procedimentos legais em termos de ambiente, no sentido de evitar problemas futuros, porque se tem assistido situações alarmantes, não só em Angola, como noutros países, como consequência da falta de respeito das leis que regiam o ambiente. "Vamos analisar a moratória dada pelas autoridades para apresentação de planos de recuperação das zonas de extracção de solos. Temos um contrato rubricado e a nossa obrigação é cumprir a legislação ambiental, porque todos nós precisamos da salubridade do meio. Temos visto alguns erros cometidos durante a execução das obras que causam muitas ravinas, que têm danificado as nossas estradas", acrescentou.

Serutcha dos Anjos Rosa reconheceu que a Carmon cometeu algumas falhas, que não especificou, devido à urgência na execução da obra Nzeto/Soyo, mas garantiu estarem a trabalhar com a direcção provincial do Ambiente para travar os impactos negativos resultantes dos trabalhos de construção civil.

"Tivemos algumas falhas em 2017, devido às nossas urgências, mas temos estado sempre com a Direcção Provincial do Ambiente para em conjunto vermos as melhores formas de travar esses impactos negativos", referiu.

Por seu turno, Gareth Carvalho, representante da EMCICA, disse que a sua empresa tem tido todas as precauções com o ambiente e que a única falha reside no facto de não terem entregado ainda o plano de recuperação dos solos.

"Neste momento já começamos a fazer a recuperação das jazidas dos solos calcários. Uma boa parte está tratada, sobretudo no que toca aos aterros", explicou.

1.2.3 Mina de ouro gera divergência entre garimpeiros e administração do Chipindo

Jornal O PAÍS

30 De Janeiro de 2018

Texto: João Katombela

O acesso aos jazigos de ouro no município de Chipindo, a 460 quilómetros a Leste da cidade do Lubango, na província da Huíla, está a gerar uma troca de acusações entre os munícipes, que se apresentam como sendo exploradores artesanais do minério e o administrador municipal.

Os supostos exploradores artesanais dizem estar a ser perseguidos pela Polícia Nacional e alguns efectivos das Forças Armadas Angolanas (FAA) que se encontram na zona mineira de Carmoloy, a mando do administrador municipal.

Questionados sobre a sua situação legal junto do Ministério da Geologia e Minas, os queixosos responderam que não estão legalizados porque o administrador não deixa, tudo porque "a Polícia e os militares" estão a explorar para o administrador municipal.

"Nós não estamos licenciados para o exercício porque o próprio administrador não deixa. Muitos dos nossos irmãos foram espancados, outros foram presos, está lá um grupo de polícias e militares que dizem ser guardas, mas afinal estão a explorar para o administrador municipal", denunciou Mateus Tchitekulo.

Visando repor a harmonia entre os munícipes e a administração municipal do Chipindo, os exploradores artes anais defendem a criação de Associações e Cooperativas que sejam reconhecidas pelo Governo para o exercício da actividade de exploração no município do Chipindo.

"Em todas as províncias do país onde existe minério há associações de exploradores artesanais. Por isso mesmo, para que não haja conflitos entre a Administração Municipal, na pessoa do seu administrador, nós defendemos que seja criada uma associação ou cooperativa de exploradores das artes anais de ouro aqui no Chipindo", indicou Ângelo Domingos. Por seu turno, o administrador municipal

do Chipindo nega as acusações dos munícipes segundo as quais os efectivos da Polícia Nacional e das Forças Armadas estejam a trabalhar na exploração do Ouro.

Daniel Salupassa explicou que a presença dos referidos efectivos junto à mina de Carmoloy surge da necessidade de se prevenir e garantir a sua segurança, já que garimpeiros de todo o país assaltaram o local.

"Nenhum gestor público tem o direito de ter efectivos das forças de segurança ao seu dispor, salvo naquilo que a lei permite. O que ocorre é que nós, enquanto gestores deste município, temos de salvaguardar aquilo que constitui o bem público. Por esta razão, nós fomos obrigados pelas circunstâncias a instalar no local uma companhia das Forças Armadas Angolanas, porque o município tinha sido assaltado por garimpeiros vindos de todos os pontos do país, até congolese", explicou.

Por outro lado, o administrador municipal revelou que não é possível legalizar ou licenciar pessoas particulares e associações que se dediquem à exploração de ouro no Chipindo pelo facto de as mesmas não reunirem as condições exigidas por lei.

Para esclarecimentos, Daniel Salupassa sublinhou que a Constituição da República de Angola (CRA), no seu artigo 16.º sobre os recursos naturais, atesta que estes são propriedades do Estado, que define os modos de acesso e de exploração.

"O Artigo 16º da CRA diz que os recursos naturais, sólidos, líquidos ou gasosos existentes no solo, subsolo, no mar territorial, na zona económica exclusiva e na plataforma continental sob jurisdição de Angola são propriedade do Estado, que determina as condições para a sua concessão, pesquisa e exploração, nos termos da Constituição, da lei e do Direito Internacional", salientou.

13. INVESTIMENTOS CHINÊS EM ANGOLA

13.1 Trocas comerciais com a China superam USD 20 mil milhões

Jornal O PAÍS

09 De Janeiro de 2018

Texto: Luís Faria

As exportações angolanas para a China registaram, de Outubro para Novembro, um crescimento de 12,28%, correspondendo a USD 1,63 mil milhões, de acordo com os dados dos Serviços de Alfândegas da China divulgados pelo Fórum Macu.

Já as compras efectuadas por Angola ao parceiro asiático registaram uma variação ligeiramente negativa (menos 0,82%) entre os dois meses, situando-se em USD 218,45 milhões, em Novembro. No conjunto, as trocas comerciais entre os dois países atingiram, no penúltimo mês de 2017, USD 1,85 mil milhões, um valor que supera em 10,56% o registado em Outubro.

Entre Janeiro e o final de Novembro de 2017 as trocas comerciais entre Angola e China aumentaram mais de 45% em relação ao mesmo período do ano anterior, somando USD 20,65 mil milhões. As exportações de Angola para a China aumentaram 46,73%, atingindo USD 18,56 mil milhões, ao passo que Pequim expediu para Luanda mercadorias no valor de USD 2,09 mil milhões, o que representa um acréscimo de 32,4% face a 2016.

Com o Brasil, o primeiro parceiro comercial da China entre os países de língua portuguesa, as trocas comerciais aumentaram 14,4% de Outubro para Novembro, acercando-se de USD 7,2 mil milhões, com as exportações da China para o Brasil a crescer ligeiramente mais que as exportações do Brasil para a China (15,71% e 14,4%, respectivamente). Mesmo assim Brasília vendeu mais a Pequim do que comprou. Com efeito a China importou do Brasil mercadorias no valor de USD 4,4 mil milhões e exportou para Terras de Vera Cruz bens avaliados em USD 2,7 mil milhões.

Até ao final de Novembro as trocas comerciais entre o Brasil e China totalizaram USD 80,03 mil milhões, mais 29,16% que em igual período de 2016. As exportações da China para o Brasil registaram um acréscimo de 31,9%, situando-se em USD 26,25 mil milhões, ao passo que as importações feitas do Brasil subiram 27,91%, atingindo USD 53,78 mil milhões.

Com Portugal, o terceiro parceiro comercial da potência Asiática entre os países que falam português, as trocas comerciais aumentaram 14,73% em Novembro face ao mês anterior, graças às importações que Pequim fez de produtos oriundos de Lisboa, as quais registaram um aumento de mais de 44%, ascendendo a USD 237,75 milhões, mostrando-se o comércio bilateral bastante equilibrado, já que, no mesmo mês, a China exportou para Portugal mercadorias avaliadas em USD 248,8 milhões (um valor 4% inferior ao registado em Outubro).

O comércio entre a China e Portugal atingiu, até final de Novembro, USD 5,15 mil milhões, crescendo ligeiramente e relação ao valor apurado em igual período de 2016, com a balança comercial entre os dois países a mostrar-se favorável a Pequim.

Nos primeiros onze meses do último ano o comércio entre a China e os países de língua portuguesa ascendeu a USD 107,75 mil milhões, o que representa um crescimento superior a 29,4% face a igual período de 2016. As importações que a China fez daquele grupo atingiram USD 74,75 mil milhões, mais 32,21%, e vendeu as exportações somaram USD 32,99 mil milhões, mais 23,66% em termos anuais homólogos.

13.2 China pretende assinar acordo de supressão de vistos com Angola

Jornal O PAÍS

10 De Janeiro de 2018

Texto: Maria Custódia

A fonte do Ministério angolano das Relações Exteriores (MIREX), assegurou que no dia 14 do mês em curso Wang Yi terá uma audiência com o presidente da República João Lourenço.

Acrescentou ainda que na visita a ser realizada nos dias 13 e 14 deste mês Wang Yi, pretende assinar com o governo angolano um acordo de supressão de vistos em passaportes ordinários, reforçar a cooperação bilateral, bem como manter os contactos já existentes entre os dois países.

Uma visita tradicional do chanceler chinês a África

O ministro chinês das Relações Exteriores, Wang Yi, estenderá a sua visita ao Gabão, Rwanda e São Tomé e Príncipe de 12 a 16 de Janeiro, anunciou o porta-voz da chancelaria chinesa, Lu Kang, nesta Terça-feira em Beijing.

"Nos últimos mais de 20 anos, os chanceleres chineses sempre escolheram a África como sua

primeira viagem depois da passagem para o ano novo. A continuidade desta tradição por Wang Yi mostra que a China dá grande atenção aos laços com a África", disse Lu numa conferência de imprensa.

A visita de Wang promoverá a confiança política mútua, fortalecerá a cooperação mutuamente benéfica e preparará a cúpula do Fórum de Cooperação China-África, que será realizada na China este ano, disse Lu.

13.3 China tenta evitar uma maré negra de petróleo em chamas

Jornal O PAÍS

10 De Janeiro de 2018

O navio-tanque "Sanchi", que transportava 136 mil toneladas de hidrocarbonetos leves (condensados), está em chamas desde Sábado à noite ao chocar com um cargueiro chinês.

O acidente teve lugar 300 Km a Leste da foz do rio Yangtsé, perto de Xangai, Leste da China.

O petróleo panamenho dirigia-se à Coreia do Sul e pertence à National Iranian Tanker Company (NITC), gestora da frota dos petroleiros do Irão, informou o Ministério do Petróleo iraniano.

Se sua carga vazar totalmente, provocará uma das piores marés negras das últimas décadas, segundo os especialistas.

O navio ainda está em chamas, e "com o navio em chamas, a maioria desses condensados deve consumir-se, e não apagar na água", avaliou a organização Greenpeace num comunicado enviado à AFP.

"Mas se o navio tombar antes que os hidrocarbonetos sejam totalmente consumidos, as operações de limpeza serão extremamente complicadas", acrescenta.

A carga consistia em produtos destinados à empresa sul-coreana Hanwha Total (joint venture entre a francesa Total e o conglomerado sul-coreano Hanwha). O navio e a sua carga estavam seguros, disseram as autoridades iranianas.

O navio de carga chinês, por sua vez, navegava sob a bandeira de Hong Kong e transportava 64 mil toneladas de grãos americanos para a China, de acordo com o Ministério dos Transportes chinês.

O petroleiro iraniano corre o risco de explodir e os seus 32 tripulantes continuam desaparecidos, embora

um primeiro corpo tenha sido resgatado e ainda não identificado.

Especialistas em meio ambiente estão preocupados com uma possível catástrofe ecológica ligada ao derrame de petróleo.

Se toda a carga do petroleiro for descarregada no mar, será uma das piores marés negras das últimas décadas. "É muito provável que destrua toda a vida marinha numa vasta área", indicou à AFP Wei Xianghua, cientista ambiente tal da Universidade Tsinghua, em Pequim. Mesmo no melhor das hipóteses, um retorno à normalidade levará muito tempo, de acordo com Wei.

Dois navios chineses especializados encontram-se no local do desastre para conter o derrame, segundo o ministério dos Transportes.

Trata-se da segunda colisão de um navio da NITC nos últimos anos. No Verão de 2016, um super-petroleiro do operador iraniano chocou contra um cargueiro no Estreito de Singapura, embora não tenha ocasionado vítimas nem provocado impacto ao meio ambiente.

O Estreito da Singapura é uma rota muito utilizada, o que aumenta o risco de colisão, como a ocorrida em Agosto entre um petroleiro e o destróier americano "USS John McCain". Ainda assim, os acidentes em alto mar continuam a ser incomuns.

13.4 Angola e China sem vistos

Jornal de Angola

11 De Janeiro de 2018

Texto: Santos Vilola

Os governos de Angola e da China vão rubricar, em Luanda, no próximo domingo, um acordo de facilitação de vistos em passaportes ordinários.

O acordo visa agilizar os mecanismos de concessão de vistos, sobretudo para empresários, académicos e investigadores de diferentes áreas do conhecimento, desportistas de alta competição, agentes culturais e cidadãos com necessidade de tratamento médico.

Os dois países já assinaram um acordo de supressão de vistos em passaportes diplomáticos e de serviço, ainda em vigor. Angola e China assinaram, em 2010, uma parceria estratégica e estão a celebrar 35 anos de relações diplomáticas.

Os termos do acordo de supressão de vistos em passaportes ordinários devem ser anunciados no final das conversações e da assinatura do instrumento

jurídico de cooperação neste domínio, segundo fonte do Ministério das Relações Exteriores ao Jornal de Angola.

Wang Yi deve ser recebido pelo Presidente da República, João Lourenço, em audiência, no Palácio da Cidade Alta, para abordar a cooperação bilateral, tendo em vista o seu reforço, anunciou o Ministério das Relações Exteriores em comunicado de imprensa.

Durante a visita do ministro chinês, equipas ministeriais dos dois países mantêm conversações oficiais dirigidas pelo ministro das Relações Exteriores, Manuel Augusto, e pelo homólogo chinês Wang Yi.

Em Outubro último, a atracção de mais investimento privado chinês para o mercado angolano nos sectores da agricultura, indústria, recursos humanos e da saúde esteve no foco do encontro entre o Presidente da República, João Lourenço, e o embaixador daquele país em Angola, Cui Aimin, Segundo Cui Aimin, a audiência concedida pelo Presidente da República serviu igualmente para analisar o estado da cooperação bilateral no domínio financeiro.

O diplomata chinês mani festou o interesse da parte chinesa em impulsionar a parceria existente entre os dois Estados.

No quadro da cooperação bilateral, o Governo chinês disponibilizou várias linhas de crédito a Angola através de seus bancos estatais de investimento. A primeira linha de crédito oficial chinesa para Angola data de 2002 e serviu para financiar o programa de reconstrução nacional iniciado depois da conquista definitiva da paz.

Balanço da cooperação

Em Setembro último, o balanço da cooperação entre Angola e a China em 2017 atingiu o valor de mais de 10 mil milhões de dólares em financiamento a novos projectos.

O volume de negócios resultou de vários projectos ligados à construção de infra-estruturas com grande importância para o bem-estar do povo angolano, nomeadamente a conclusão do Centro de Demonstração de Tecnologias Agrícolas e o Instituto de Relações Internacionais, a formação, entre outros.

Câmara de comércio

Em Agosto do ano passado, empresários angolanos e chineses juntaram se, em Luanda, para estudarem estratégias e retirar do contacto proveitos de cooperação entre ambos os países, num encontro que abordou os "caminhos para a participação do

empresariado privado angolano nos projectos, linhas de crédito e fundo de investimento chinês em Angola".

O Conselho Estratégico, criado pela Câmara de Comércio Angola-China, definiu os caminhos que o sector privado pode seguir, para tirar proveito da cooperação entre os dois países, enquanto a China se mantém como um país com grandes investimentos no continente africano, sendo Angola um dos beneficiários, com três por cento desse financiamento.

A reunião abordou, com profundidade, as parcerias mais vantajosas, tendo em atenção que a China já Investe em Angola desde 2003, essencialmente nas áreas das infra -estruturas e rodoviárias, onde já procedeu a um empréstimo no valor de 94 mil milhões de dólares.

O presidente da Câmara de Comércio Angola-China, Amaldo Caiado, justificou na ocasião que a reunião entre os empresários de ambos países aconteceu porque o Banco da China entrou no sistema financeiro angolano, procurando ultrapassar o momento menos bom da economia.

Arnaldo Caiado disse que a Câmara recebe diariamente uma média de 20 propostas para financiamento, mas prefere - se primar pela qualidade dos projectos na fase de negociações.

O responsável acrescentou que o órgão possui vários projectos de investimento, nas áreas do minério, agricultura, construção civil, saúde, educação e indústria.

"Hoje mesmo surgiu uma proposta com fundos chineses, para a constituição de uma universidade com foco no turismo, na língua oficial chinesa-mandarim, e na sua cultura", referiu.

13.5 China já concedeu USD 60 mil milhões a Angola

Jornal O PAÍS
11 De Janeiro de 2018

Embaixador da China acreditado em Angola, Cui Aimin, revelou que o seu país já concedeu 60 biliões de dólares ao Governo angolano para a construção de inúmeras obras de infra-estruturas como centrais de energia, estradas, pontes, hospitais e casas, incentivando o desenvolvimento económico e a melhoria da vida do povo de Angola.

Cui Aimin, em artigo de opinião publicado no Jornal de Angola de ontem, Quarta-feira, destaca ainda que

durante o fórum de investimento China-Angola realizado em Luanda em finais de 2016, foram celebrados 48 acordos de intenção de investimento no valor total de 1,2 bilião de dólares. Nos últimos oitos anos, escreve o diplomata chinês, mais de 60 médicos fizeram em Angola mais de duzentas mil consultas gratuitas a cidadãos angolanos no Hospital Geral de Luanda, construído com financiamento da China.

"A China é o maior parceiro comercial de Angola, ao passo que Angola é o segundo maior parceiro comercial, o maior fornecedor de petróleo da China, em África, um dos maiores mercados ultramarinos de obras empreitadas," salienta o Embaixador chinês em Angola. Cui Aimin destacou também que a comissão orientadora da cooperação económica e comercial entre a China e Angola tem permitido mais pragmatismo nas relações entre os dois países.

Em 2010, os governos angolanos e chinês, estabeleceram uma parceria estratégica para impulsionar a cooperação.

Angola e China estão a celebrar 35 anos de relações diplomáticas (12 de Janeiro de 1983). Ora foi precisamente para celebrar o acontecimento, que o ministro das Relações Exteriores chinês desembarca na capital do país, este Sábado, 13 de Janeiro, para no dia 14, Domingo proceder à assinatura do acordo de facilitação de vistos em passaportes ordinários. O acordo visa agilizar os mecanismos de concessão de vistos sobretudo para empresários, académicos e investigadores de várias áreas do conhecimento, desportistas de alta competição, agentes culturais e cidadãos com necessidade de tratamento médico. Os dois países já assinaram um acordo de supressão de vistos em passaportes Diplomático e de Serviço que está em vigor.

13.6 Empréstimo da China supera 60 mil milhões

Jornal de Angola

12 De Janeiro de 2018

A China concedeu a Angola empréstimos no valor de mais de 60 mil milhões de dólares desde que os dois países estabeleceram relações diplomáticas a 12 de Janeiro de 1983, revelou o embaixador da China em Angola, Cui Aimin, num artigo publicado no Jornal de Angola de quarta-feira.

Intitulado "Iniciar Nova Jornada na Parceria Estratégica entre a China e Angola", o artigo mostra que o montante foi gasto na construção de inúmeras infraestruturas, como centrais de energia, estradas,

pontes, hospitais e casas, incentivando o desenvolvimento económico e a melhoria da vida do povo angolano.

O embaixador diz no seu artigo que os resultados da cooperação pragmática nesses 35 anos silo frutíferos, sendo a China o maior parceiro comercial de Angola, enquanto Angola é o maior fornecedor de petróleo da China em África.

Cui Aimin recorda que no final de 2016 foi realizado em Luanda o Fórum de investimento China-Angola que resultou na celebração de 48 acordos de intenção de investimento, no valor total de 1.200 milhões de dólares. "Têm -se aperfeiçoado também os mecanismos de cooperação, nomeadamente da Comissão Orientadora da Cooperação Económica e Comercial entre a China e Angola, tendo a parte chinesa fornecido formação a mais de 2.500 quadros angolanos e concedido 300 bolsas de estudo", pode ler-se.

Ao fim de 35 anos de relacionamento bilateral, o embaixador Cui Aimin afirma que as relações sino-angolanas estilo "ao eu melhor nível", sendo "um exemplo da cooperação de benefícios mútuos e desenvolvimento comum entre a China e os países africanos".

Na segunda parte do artigo de opinião publicado no dia 11 deste mês, o embaixador diz que outros projectos doados pela China também estão a avançar, como silo casos o Centro de Demonstração de Tecnologia Agrícola e o instituto Superior das Relações Internacionais.

"Agora, as duas partes estão a implementar os êxitos alcançados pela Cimeira de Joanesburgo do FOCAC e cooperar nas áreas de agricultura, indústria, saúde e formação de quadros, no âmbito dos Dez Planos de Cooperação China-África, promovendo a transformação dos recursos naturais e humanos abundantes de Angola em benefício reais para o seu povo", lê-se no artigo.

O embaixador sublinhou que "Uma jornada de mil quilómetros não pode ser cumprida sem acumular os passos pequenos. Os 35 anos passados são urna história orgulhos a e memorável e fundaram a base para o desenvolvimento de longo prazo das relações China-Angola. Hoje em dia, perante as mudanças da conjuntura internacional, ambos, a China e Angola, aceleraram passos na reforma interna, abrindo novas perspectivas do relacionamento dos dois países."

Além disso, disse Cui Aimin "estamos a preparar a segunda sessão do Comissão Orientadora da Cooperação Económica e Comercial entre a China e

Angola, estamos a negociar o acordos bilaterais sobre a facilitação de circulação de pessoas, a protecção do investimento, a evitação da dupla tributação e troca de moedas". Para o embaixador, deve-se aproveitar bem essas oportunidades para superar-se obstáculos e "empurrar juntos a transformação na cooperação sino-angolana, elevando o seu nível e qualidade".

13.7 Angola e China assinam acordo

Jornal de Angola

13 De Janeiro de 2018

Os Governos de Angola e da China rubricam amanhã, em Luanda, um acordo de facilitação de vistos em passaportes ordinários. O ministro das Relações Exteriores, Manuel Augusto, e o seu homólogo da República Popular da China, Wang Yi, vão ser os signatários do acordo.

O diplomata chinês chega hoje a Luanda e é recebido pelo Presidente da República, para abordar a cooperação bilateral. Manuel Augusto e Wang Yi trocaram ontem mensagens de felicitações por ocasião dos 35 anos de relações diplomáticas entre os dois países, estabelecidas em Janeiro de 1983.

Durante a visita do ministro chinês, equipas ministeriais dos dois países mantêm conversações oficiais dirigidas pelo ministro das Relações Exteriores, Manuel Augusto, e pelo homólogo chinês Wang Yi. Em Outubro, a atracção de mais investimento chinês para o mercado angolano nos sectores da agricultura, indústria, recursos humanos e da saúde esteve no foco.

13.8 Angola e China assinam hoje um acordo de Facilitação Vistos

Jornal O PAÍS

14 De Janeiro de 2018

Texto: Maria Custódia e Neusa Filipe

Os governos de Angola e da China vão rubricar, hoje em Luanda, um Acordo de Facilitação de Vistos em Passaportes Ordinários, o chefe da diplomacia chinesa, Wang Yi, foi recebido pelo Presidente da República, João Lourenço, para uma visita oficial de dois dias ao país.

O acordo de Facilitação de Vistos em Passaportes Ordinários vai ser assinado entre o ministro angolano das Relações Exteriores, Manuel Augusto e o chefe da diplomacia chinesa, Wang Yi. O referido acordo visa agilizar os mecanismos de concessão de vistos sobretudo para empresários, académicos e

investigadores de várias áreas do conhecimento, desportistas de alta competição, agentes culturais e cidadãos com necessidade de tratamento médico.

Partidos políticos reagem à medida

O porta-voz do partido de União Nacional para Libertação Total de Angola (UNITA), Alcides Sakala, considerou que o ponto de partida é um passo importante que poderá potenciar boas relações entre os dois países quanto à circulação de pessoas e bens e acredita que os países envolvidos vão coordenar medidas para guiar este processo.

Por outro lado, o vice-presidente da Convergência Ampla de Salvação para Angola Coligação Eleitoral (CASA-CE), Manuel Fernandes referiu que as transações comerciais entre Angola e China estão em cima e têm verificado que muitos angolanos deslocam-se à China em busca de várias oportunidades, desde o vendedor ambulante ao empresário de alta montra.

"O nosso entendimento é que todo exercício que visa facilitar a vida dos angolanos seja em que esfera for é sempre melhor e bem-vindo. A China é o principal parceiro económico de Angola neste momento também é o principal credor do país", disse.

O responsável alertou ao Executivo de modo a tomar medidas contra cidadãos chineses que vêm trazer práticas pouco comuns e inaceitáveis no nosso país ao invés de ajudar o seu desenvolvimento, com actos como a delinquência, a falsificação de documentos e a máfia de toda a ordem, que considerou ser um grande perigo.

Já o secretário-geral do Partido de Renovação Social (PRS), Rui Malopa Miguel, avançou que um acordo entre dois povos é sempre salutar, alegando que vai facilitar no intercâmbio dos negócios sem grandes dificuldades bem como na circulação de um país para o outro.

Rui Malopa acrescentou que Angola precisa de investimentos, recursos estrangeiros e mais oportunidades que possam contribuir para o seu desenvolvimento e estabilidade. Apelou que os Estados devem criar mecanismos de controlo e fiscalização das entradas de modo a impedirem aquelas pessoas que não tiverem as condições necessárias para o acesso.

Trata-se de um instrumento jurídico vinculativo de âmbito direccionado, específico e recíproco, que futuramente passará a ser acionado pelos Governos dos dois países.

Angola e a China já assinaram um acordo de supressão de vistos em passaportes Diplomático e de Serviço que está em vigor. Angola e a China assinaram em 2010 uma parceria estratégica e estão a celebrar 35 anos de relações diplomáticas.

13.9 China anuncia apoio total a Angola

Jornal de Angola

14 De Janeiro de 2018

Texto: Cândido Bessa

A China está disposta a reforçar o apoio a Angola para acelerar o processo de diversificação económica, depois de já se ter tomado no maior financiador durante o período de reconstrução do país.

A abertura foi manifestada ontem, em Luanda, pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Wang Yi, à saída da audiência com o Presidente da República, João Lourenço. O ministro chinês disse ter avaliado com o Chefe de Estado os avanços registados ao longo dos 35 anos de relações, completados sexta-feira.

Wang Yi afirmou que novos financiamentos vão depender das necessidades de Angola. "Cabe às autoridades angolanas fazer a proposta e a China estuda-las", afirmou o ministro chinês, garantindo que o seu país não vai poupar esforços para ajudar no desenvolvimento de Angola.

"Nestes últimos anos da cooperação bilateral a China ajudou Angola a recuperar ou construir mais de 20 mil quilómetros de estradas, construiu mais de 2.800 quilómetros de linha férrea, construímos mais de 100 escolas e mais de 50 hospitais e milhares de habitações", disse o ministro, acrescentando que todos estes projectos têm como foco a melhoria das condições de vida do povo angolano.

"Somos parceiros, por isso fazemos tudo que estiver ao nosso alcance para ajudar Angola a desenvolver-se", disse o ministro chinês, que considera este ano importante para avaliar o passado e projectar um futuro brilhante.

As autoridades chinesas prometem apoiar, encorajar e criar facilidades para as empresas chinesas no sentido de investirem em Angola e ajudarem a desenvolver a indústria angolana. "As empresas chinesas têm capacidades e condições para fornecer equipamentos e tecnologias para relançar a indústria em Angola".

Wang Yí, que assina hoje, com o seu homólogo angolano, Manuel Augusto, o acordo de facilitação de vistos em passaportes ordinários, elogiou as reformas

que estão a ser realizadas pelo Presidente João Lourenço, no sentido de garantir um bom ambiente de negócios para as empresas estrangeiras, incluindo as chinesas.

"Informei ao Presidente João Lourenço que, como parceiros estratégicos que somos, a China apoia todos os esforços de Angola na busca dos cantinhos adequados para o desenvolvimento, segundo as suas condições, e vamos apoiar a estratégia de diversificação económica, formar quadros angolanos e ajudar a criar competências.

Num artigo de opinião publicado no Jornal de Angola, o embaixador da China, Cui Aimin, revelou que, após o estabelecimento das relações diplomáticas, a parte chinesa concedeu à parte angolana empréstimos que totalizam mais de 60 mil milhões de dólares, destinados à construção de inúmeras obras de infra-estrutura como centrais de energia, estradas, pontes, hospitais e casas.

No fim de 2016, segundo o diplomata, foi realizado em Luanda o Fórum de Investimento China-Angola, que resultou na celebração de 48 acordos de intenção de investimento no valor total de 1,2 mil milhões de dólares. "Actualmente, a China é o maior parceiro comercial de Angola, enquanto Angola é o segundo maior parceiro comercial, o maior fornecedor de petróleo da China em África, um dos maiores mercados ultramarinos de empreitadas", escreve o diplomata.

Para garantir a sustentabilidade da dívida e do respectivo serviço, o Executivo decidiu negociar o reescalamento da dívida com os principais parceiros bilaterais. Ao Ministério das Finanças foi incumbida a missão de concluir a análise de sustentabilidade da dívida que, em 2013 era equivalente a 24,5 por cento de toda a riqueza produzida no país durante o ano, mas em 2016 já equivalia a 56 por cento.

Entretanto, o ministro chinês garantiu que este assunto não foi discutido com o Presidente João Lourenço. "Não falamos da reestruturação da dívida", afirmou, para acrescentar que o Presidente João Lourenço avaliou de forma positiva todos os créditos concedidos pela China a Angola.

O Acordo de Facilitação de Vistos em Passaportes Ordinários é, de acordo com o ministro chinês, mais uma forma de impulsionar a cooperação bilateral, já que a ideia é agilizar os mecanismos de concessão de vistos a empresários e homens de negócios, académicos, pesquisadores científicos, homens de cultura, desportistas e pessoas com necessidades de tratamento médico.

Após a assinatura do documento, os dois ministros participam de uma conferência de imprensa para explicações em detalhe sobre o acordo de facilitação de vistos em passaportes ordinários, ocasião que vai servir também para uma abordagem mais ampla das relações entre a China e Angola, que datam de Janeiro de 1983.

Angola é, na África Austral, o maior parceiro comercial africano e coopera nos domínios militar, agrícola, académico, agro-industrial, infra-estrutural, petrolífero e tecnológico.

No quadro das boas relações bilaterais, o gigante asiático absorve cerca de metade do petróleo extraído em solo angolano, e conta com mais de 250 mil trabalhadores em Angola, sobretudo na construção e reparação de infra-estruturas, nomeadamente caminhos-de-ferro, estradas e habitações.

A China é a segunda maior economia mundial, a seguir aos Estados Unidos, e a maior potência comercial do planeta. Nesta sua primeira deslocação do ano, o ministro dos Negócios Estrangeiros chinês esteve no Ruanda e Gabão e vai ainda a São Tomé e Príncipe.

13.10 China minimiza alarmes sobre a dívida de Angola

Jornal de Angola

15 De Janeiro de 2018

Texto: João Dias

O ministro dos Negócios Estrangeiros da China, Wang Yi, disse ontem, em Luanda, não haver motivos para preocupação em relação à dívida de Angola para com a China, afastando o espectro da existência de quaisquer irregularidades com o seu cumprimento.

Wang Yi, que fez esta afirmação na conferência de imprensa realizada na sede do Mirex depois da assinatura do acordo de facilitação de vistos em passaportes ordinários, foi perentório em afirmar que não existem motivos de preocupação, pois "o serviço da dívida de Angola para com a China tem andado muito bem e nunca houve problemas".

A questão da dívida de Angola para com a China dominou a conferência de imprensa, e nenhum dos ministros foi omisso quanto a isso, embora nenhum deles tenha revelado o valor do montante, continuando, assim, a não ser do domínio público. Porém, dados publicados pela imprensa ocidental apontam para um investimento da China em Angola na ordem dos 60 mil milhões de dólares.

"Não tenho nenhuma preocupação com a dívida de Angola. Não estou preocupado de jeito nenhum, porque tanto o partido no poder em Angola, como o Governo estão a procurar o caminho para a diversificação da economia e a industrialização acelerada", disse, acrescentando que, com isso, Angola vai ter mais resultados e um desenvolvimento forte.

Wang Yi lembrou que, desde o alcance da paz em Angola, existiam países com capacidade para ajuda, mas não o fizeram. "Como bom amigo de Angola, a China estendeu a sua mão, já que somos ambos países em desenvolvimento. Por isso, damos o financiamento necessário para construir e para fazer evoluir significativamente Angola", disse, recordando que o seu país construiu mais de 20 mil quilómetros de estradas e mais de 2.800 quilómetros ferroviárias, além de infra-estruturas, habitação social, 100 escolas e 50 hospitais.

"Estes são os resultados tangíveis do investimento chinês em Angola", referiu, considerando as informações postas a circular na média ocidental infundadas e que não valem o seu comentário.

Dívida nos parâmetros

Quando questionado sobre o montante da dívida contraída por Angola à China, Manuel Augusto justificou não terem competência técnica para discutir números, cabendo-lhes analisar o enquadramento do nosso relacionamento, já que a dívida resulta da relação por via da cooperação económica e comercial.

"Os números existem e os sectores competentes estão a discuti-los. Não é necessariamente um dado público, mas devemos dizer que é uma dívida que se situa nos parâmetros daquilo que o Executivo angolano está autorizado a contrair".

O balanço que fizemos, sublinhou, é que até agora tem estado tudo a correr bem, lamentando o facto de o petróleo ter baixado de preço, o que compromete o cumprimento atempado de algumas obrigações internacionais, como é o caso com a China e outros países com quem Angola tem relações. "Mas o nome de Angola continua bem visto na praça financeira internacional. Estamos a trabalhar com a China para tornarmos ainda mais eficaz o resultado desses financiamentos nos nossos projectos de desenvolvimento".

O ministro Manuel Augusto anunciou para breve a reunião da comissão mista de cooperação em Luanda.

Facilitação de vistos

Angola e China rubricaram ontem, em Luanda, o acordo de facilitação de vistos em passaportes ordinários, resultado da excelente relação estratégica entre os dois Estados, cuja cooperação data de 12 de Janeiro de 1983. O ministro das Relações Exteriores de Angola, Manuel Augusto, e o ministro dos Negócios Estrangeiros da China, Wang Yi, foram os signatários do acordo.

Na sequência das conversações entre os dois ministros, foi realizada uma conferência de imprensa.

O ministro chinês, Wang Yi, disse que as duas partes "têm tido ao longo destes 35 anos uma amizade tradicional profunda, baseada na honestidade, amizade, igualdade e apoio mútuo".

O ministro Wang Yi lembrou que a cooperação bilateral tem estado desde sempre no primeiro escalão, sendo a China, actualmente, o maior parceiro comercial de Angola, maior comprador do petróleo e a maior fonte de financiamento.

13.11 Facilitação de vistos entre Angola e China dentro de 30 dias

Jornal O PAÍS

15 De Janeiro de 2018

Texto: Iracelma Kaliengue

O acordo, que começa a vigorar dentro de 30 dias, vai acelerar os mecanismos de concessão de vistos a empresários e homens de negócios, académicos e pesquisadores científicos, homens de Cultura, desportistas e pessoas com necessidades de tratamento médico. Após a reunião mantida com o ministro chinês, o ministro angolano, Manuel Augusto, referiu que a reunião serviu para discutir o "enquadramento das relações e apreciação da dívida de Angola". Manuel Augusto esquivou-se a mencionar o valor da dívida que Angola já contraiu com a China, tendo afirmado na ocasião que "até ao momento a dívida situa-se nos parâmetros daquilo que o Executivo está autorizado a fazer". Disse, por outro lado, que os dois países estão satisfeitos com os caminhos percorridos no quadro da cooperação.

Anunciou, entretanto, a abertura de urna discussão do ponto de vista técnico, novas formas e métodos inovadores para continuar a manter os níveis sustentáveis com o objectivo de não interromper com os projectos em curso e os que poderão surgir.

Afirmou que "as partes decidiram que as equipas técnicas dos dois países devem trabalhar no âmbito da preparação da segunda sessão da Comissão Orientadora de Cooperação Económica e Comercial,

que é o mecanismo utilizado pelos dois países para coordenar e supervisionar a cooperação económica bilateral".

Já o ministro chinês Wang Yi, afirmou na ocasião que as autoridades chinesas manifestaram confiança na capacidade de Angola de honrar os seus compromissos.

Afirmou, entretanto, que o Governo do seu país vai conservar o apoio que tem vindo a dar a Angola para o processo de diversificação da economia, assim como o processo de industrialização e modernização de Angola, no quadro das parcerias estratégicas existentes entre ambos.

Destacou ainda o interesse das partes em promover a actualização, dinamização e aumento da qualidade das acções de cooperação, bem como a confiança política, através de mais apoio às questões de interesse vitais.

Quanto Angola deve à China?

Os ministros, tanto o de Angola como o da China, recusaram-se a responder à questão durante a conferência de imprensa, ontem em Luanda. Entretanto há poucos dias o Embaixador da China acreditado em Angola, Cui Aimin, revelou que o seu país já concedeu 60 biliões de dólares ao Governo angolano para a construção de inúmeras obras de infra-estruturas como centrais de energia, estradas, pontes, hospitais e casas, incentivando o desenvolvimento económico e a melhoria da vida do povo de Angola.

Cui Aimin, num artigo de opinião publicado pelo Jornal de Angola da passada, Quarta-feira, destaca ainda que durante o fórum de investimento China - Angola realizado em Luanda em finais de 2016, foram celebrados 48 acordos de intenção de investimento no valor total de 1,2 bilião de dólares.

Nos últimos oito anos, escreve o diplomata chinês, mais de 60 médicos fizeram em Angola mais de duzentas mil consultas gratuitas a cidadãos angolanos no Hospital Geral de Luanda, construído com financiamento da China. "A China é o maior parceiro comercial de Angola, ao passo que Angola é o segundo maior parceiro comercial, o maior fornecedor de petróleo da China em África, um dos maiores mercados ultramarinos de obras e empreitadas," salienta o embaixador chinês em Angola.

Cui Aimin destacou também que a comissão orientadora da cooperação económica e comercial entre a China e Angola tem permitido mais pragmatismo nas relações entre os dois países. Em

2010, os governos angolanos e chinês estabeleceram uma parceria estratégica para impulsionar a cooperação. Angola e China estão a celebrar 35 anos de relações diplomáticas (12 de Janeiro de 1983). Ora, foi precisamente para celebrar o acontecimento que o ministro das Relações Exteriores chinês desembarcou na capital do país, este Sábado, 13 de Janeiro, para no dia 14, Domingo, proceder à assinatura do acordo de facilitação de vistos em passaportes ordinários. O acordo visa agilizar os mecanismos de concessão de vistos sobretudo para empresários, académicos e investigadores de várias áreas do conhecimento, desportistas de alta competição, agentes culturais e cidadãos com necessidade de tratamento médico. Os dois países já assinaram um acordo de supressão de vistos em passaportes Diplomático e de Serviço que está em vigor.

13.12 Angola e China mantêm sintonia

Jornal Economia & Finanças
19 De Janeiro de 2018

O ministro dos Negócios Estrangeiros da China, Wang Yi, disse, recentemente, em Luanda, não haver motivos para preocupação em relação à dívida de Angola para com a China, afastando o espectro da existência de quaisquer irregularidades com o seu cumprimento.

Wang Yi, que fez esta afirmação na conferência de imprensa realizada na sede do Mirex depois da assinatura do acordo de facilitação de vistos em passaportes ordinários, foi perentório em afirmar que não existem motivos de preocupação, pois "o serviço da dívida de Angola para com a China tem andado muito bem e nunca houve problemas".

Dados publicados pela imprensa ocidental apontam para um investimento da China em Angola na ordem dos 60 mil milhões de dólares.

13.13 Consórcio Chinês quer investir no sector agro-industrial

Jornal Expansão
19 De Janeiro de 2018
Texto: Alexandre Lourenço

O consórcio chinês, Citic e H&S pretende investir em projectos de abastecimento de água e planos agro-industriais na província da Huíla.

De acordo com o presidente do consórcio chinês, John Zheng, que não avançou os valores a investir, as partes estão interessadas em participar no plano de

desenvolvimento da região, com projectos de água, numa parceria público privada local, realçando que a Citic e H&S tem grande interesse na agricultura, indústria e minas para fazer nascer uma siderurgia, através de fundos próprios.

O empresário, que falava numa reunião com o governador da província da Huíla, João Marcelino Tyippinge, acrescentou que vai ser criada uma comissão para estudos entre o governo local e o consórcio para se verificar o terreno e prepará-los para possíveis financiamentos.

Por sua vez, o governador da Huíla, Marcelino Tyippinge, enalteceu a disponibilidade do consórcio em financiar projectos sociais na província, afirmando estarem disponíveis para qualquer investimento com a finalidade de atender às necessidades da população. O governador sublinhou ainda que os empresários da província são dedicados à actividade, mas faltam-lhes recursos ou conhecimentos na área tecnológica, razão pela qual considera importante o investimento do consórcio para desenvolver as áreas definidas.

A Citic Construction em Angola, subsidiária do grupo chinês com sede em Pequim Citic é a maior empresa de construção civil estatal da China.

A empresa, segundo o interlocutor, tem, além de investimentos no domínio da construção, uma fábrica de produção de perfis de alumínio no Pólo Industrial de Viana.

A construtora Citic, que está há 10 anos no País, e que agora está a diversificar os seus investimentos, edificou a centralidade do Kilamba, num orçamento de 3,5 biliões USD, o projecto KK 500, o Zango, para além do Namibe e Lubango, com o projecto das oito mil casas habitacionais.

Já a H&S é a maior empresa privada na China e em Angola actua nos sectores da construção civil e imobiliário, na área comercial e logística, agricultura e indústria.

13.14 “Em termos de novos investimentos chineses, 2017 foi um ano péssimo”

Jornal O PAÍS
20 De Janeiro de 2018
Texto: Miguel Kitari

Do ponto de vista de novos investimentos chineses em Angola, como é que foi 2017?

Ao fazermos esta análise dos investimentos, não podemos deixar de associar à política que, para já, foi um bom ano. Houve mudanças no nosso país, e felizmente mudanças para melhor. Importa realçar que o lema do ano passado foi "Corrigir o que está Mal e Melhorar o que está Bem". Portanto, foi um activo positivo que devemos assinalar de 2017. Do ponto de vista económico, nos domínios empresarial e comercial, posso afirmar que foi um dos piores anos.

Como justifica esta afirmação?

Porque do ponto de vista empresarial, nada correu bem. Infelizmente, tudo ficou condicionado ao momento crítico que a economia nacional atravessa, marcado por uma crise económica e financeira. É por isso que em 2017 nada ficou decidido em termos de novos investimentos. As pessoas que pretendiam fazer negócio não tinham como fazê-lo, uma vez que estavam impossibilitadas de comprar inputs e material de reposição, portanto, não tinham como fazer investimentos.

Então, em 2017, houve uma estagnação?

Para mim, não houve simplesmente uma estagnação, mas um recuo. Todavia, defendo que para se chutar a bola para frente, o pé tem de ser projectado para trás. É mais ou menos isso que aconteceu em 2017 em termos de negócios chineses em Angola, pelo que pensamos este ano pode ser de maiores investimentos.

Em função do quadro que acaba de descrever, qual é o número de empresas chinesas que investem em Angola e que estão registadas na CAC?

Neste momento estamos com 694 empresas que actuam em vários sectores de actividade. Estas são apenas empresas chinesas, sem parceria com angolanos. Em relação aos sectores que actuam, os chineses fazem de tudo um pouco, passando pela fotografia até a construção de barragens. Não há um sector onde não estão presentes. Para ter uma ideia concreta, temos aqui em Luanda um Jornal chinês que funciona em pleno. Todas as empresas chinesas têm a sua importância para a nossa economia.

Voltando ao balanço de 2017, ocorre-me agora que foi instalada uma sucursal do Banco Chinês em Luanda. Não dá garantias aos investidores chineses?

Não. Para que conste, este banco não vai resolver os problemas do nosso país. O Banco Chinês é apenas mais um rio leque dos muitos que Angola possui. E o sistema financeiro angolano teve muitos problemas em 2017. É por isso que este banco também não deixou de enfrentá-lo, e ele não tem capacidade para

dar resposta aos problemas estruturais que a nossa economia apresenta.

Já agora, do ponto de vista de novos investimentos, o que espera que venha acontecer em 2018?

Em termos de novos investimentos, posso dizer que estamos animados. Estamos com uma visão política diferente, estamos com uma liderança nova, e obviamente, com esperanças renovadas. Posso mesmo afirmar que não me lembro de um político que tenha alimentado tanta esperança como está a ser agora com o Presidente João Lourenço. Isso significa que, o facto de haver confiança política, é motivo para estarmos todos optimistas em relação ao futuro, particularmente no ano que agora começa.

É esse optimismo que os chineses transmitem?

Sim, estão muito esperançados. Estão mais ambiciosos, sobretudo para 2018. Entretanto, precisamos de realizar algumas acções no em relação à moeda nacional e no capítulo das transações financeira, para viabilizar o repatriamento de capitais.

Há muitas queixas dos chineses?

Há sim muitas queixas, mas para mim este não é o principal problema, é sim a burocracia. É o combate que temos de fazer agora. Caso consigamos reduzir, no mínimo, o excesso de burocracia que existe nas nossas instituições, vamos, seguramente, crescer muito do ponto de vista de investimentos estrangeiros. A nossa economia vai sair reforçada.

Já há um acordo de supressão de vistos entre Angola e a China. Como é que olha para isso?

É animador, e é um passo no sentido de reduzir a burocracia. Segundo, é um passo que pode fortalecer à economia, pois quando muita gente poder visitar o nosso país, até como turista, são receitas que entraram para o país. Não podemos ficar fechados, embora reconheça que temos de ter um sistema de controlo eficaz, permitindo à entrada daqueles cidadãos têm cadastro limpo e que são uteis à economia.

Grande parte das empresas chinesas que chegam à Angola traz mão-de-obra, até aquela não qualificada. Tem trabalhado com elas no sentido de recrutarem mais localmente?

Claro. Temos trabalhado com elas. Mas, deixa dizer que não há empresa que queira trazer mão-de-obra cara para uma economia diferente da sua. Portanto, isso resulta de alguma interpretação. As empresas chinesas estão a abrir centros de formação em Angola, e posso aqui citar o caso da CITIC, a ZETC

também abriu um centro. Isso quer dizer que em breve teremos mais técnicos angolanos nas empresas chinesas.

Está em curso o processo de diversificação da economia assente na agricultura e na indústria. Quando os empresários chineses manifestam intenção de investir no país, têm sido dirigidos para estes sectores?

Temos que confessar que temos uma pequena dificuldade neste sentido. A maior parte dos negócios no mundo da agricultura são privados, e eles apresentam dificuldades no estabelecimento de uma relação privado-privado, tudo por que não têm garantia de retorno do capital. É por isso que reforço a minha tese da criação, pelo Executivo, de um Fundo de Protecção de investimentos. Daria espaço para que as pessoas investissem, mesmo que o investimento não funcionasse em pleno. É por isso que os chineses preferem estabelecer parcerias com empresas e organismos do Estado.

E este ano, já recebeu muitas intenções de investimento?

Muitas que não as posso quantificar. Mas fazem por várias vias, whatsapp, correio electrónico, telefonemas e não só. No entanto, agora temos a concorrência de outros países do continente que querem levar daqui alguns investidores chineses. E se não resolvemos o problema da burocracia e mantermos o bom ambiente de negócio, muitos chineses vão deixar o país. A burocracia é um mal grave, pois dá lugar à corrupção.

13.15 Como se diz “sim patrão” em chinês

Jornal Folha 8

20 De Janeiro de 2018

O ministro dos Negócios Estrangeiros chinês, Wang Yi, disse em Luanda que não existe qualquer preocupação sobre a dívida de Angola para com a China, cujo valor não revelou. Enquanto mandar, como agora acontece, na nossa economia, Pequim continua de sorriso escancarado.

O chefe da diplomacia chinesa, que realizou uma visita de 24 horas a Angola, falava em conferência de imprensa, no final de negociações entre os dois países, que serviram para a discussão sobre as obrigações de cada uma das partes sobre os vários acordos existentes, particularmente, a dívida de Angola para com a China.

“Tal como qualquer país em desenvolvimento, numa fase inicial de sua economia, é muito natural que pretenda mais financiamentos. A China também experimentou este processo, esses são problemas mas temporários e não tenho nenhuma preocupação, não estou preocupado de maneira nenhuma, porque tanto o partido no poder como o Governo em Angola estão a achar o caminho que corresponde à situação doméstica de Angola, que é a diversificação da economia e industrialização acelerada”, disse o chefe da diplomacia chinesa. Esta posição surge numa altura em que o Governo angolano estuda forma de reestruturar a dívida pública, que ronda os 60% do Produto Interno Bruto (PIB).

Wang Yi garantiu que a China vai continuar a apoiar Angola no seu processo de diversificação da economia e o seu processo de industrialização e modernização em prol da paz e unidade do continente africano.

Durante a última semana, na antecipação dessa visita, o embaixador chinês em Luanda, Cui Aimin, informou que os empréstimos da China a Angola totalizam mais de 60 mil milhões de dólares (50 mil milhões de euros), concedidos desde que os dois países estabeleceram relações diplomáticas, em 1983. Já o ministro chinês recordou que a China foi o país que concedeu o financiamento a Angola para a sua reconstrução, após fim da guerra em 2002, tendo já apoiado na recuperação e construção de mais de

20.000 quilómetros de estradas, 2.800 quilómetros de ferrovias, além de outras infraestruturas básicas, nomeadamente escolas, hospitais e habilitações sociais.

“Tudo isso são os nossos resultados muito tangíveis, ontem [sábado] disse ao Presidente da República que o investimento chinês em Angola é com resultados reais. Esses comentários da média ocidental são infundidos, não vale a pena comentar”, frisou.

Segundo Wang Yi, as relações bilaterais existem há 35 anos estão baseadas na amizade, honestidade, e Angola é um parceiro da China estratégico no continente africano.

Por sua vez, o ministro das Relações Exteriores, Manuel Augusto, considerou a histórica e importante a vinda do seu homólogo ao país, “porquanto as relações bilaterais entre os dois países têm um nível de excelência, que é visível através de projectos que tem impacto na vida diária do povo angolano”.

Manuel Augusto disse que relativamente à dívida de Angola para com a China “as duas partes estão satisfeitas com o caminho percorrido até aqui”, tendo

decidido “discutir do ponto de vista técnico novas formas, métodos inovadores, que tornam esta dívida sustentável”.

Foram ainda discutidas formas para que “o seu curso não seja interrompido, para que os projetos já em curso e aqueles que venham a ser acordados possam ter a necessária almofada financeira”.

“Nós decidimos que equipas técnicas de Angola e da China devem trabalhar no âmbito da preparação da segunda sessão da comissão orientadora de cooperação económica e comercial entre Angola e China, que é o mecanismo utilizado entre os dois países para coordenar e supervisionar a cooperação económica bilateral”, disse, salientando que a mesma terá lugar em Luanda, muito em breve.

De acordo com o governante angolano, no quadro dessas discussões tomar-se-ão decisões relacionadas com a assinatura de instrumentos jurídicos considerados indispensáveis para conformarem ainda mais o apoio institucional à cooperação bilateral entre os dois países.

No final das conversações entre as duas delegações, os dois ministros assinaram um acordo de facilitação de vistos em passaportes ordinários, cujos contornos não foram divulgados.

13.16 Barcos chineses acusados de violar legislação em Benguela

Jornal O PAÍS

26 De Janeiro de 2018

Texto: Constantino Eduardo

A preocupação foi manifestada ontem, 25, à imprensa, pelo responsável do sector, engenheiro José Gomes da Silva, no termo da visita que o governador provincial de Benguela, Rui Falcão, efectuou a unidades pesqueiras da Baía- Farta e da Caota.

José Silva apontou a empresa Guanda, propriedade de armadores chineses, como sendo a principal violadora do espaço reservado, que, para o efeito, utiliza quatro embarcações.

Recentemente, os serviços de inspecção da Direcção Provincial das Pescas efectuaram uma operação que resultou na intercepção dessas mesmas embarcações, tendo-lhes sido aplicadas multas no valor de oito milhões de Kwanzas.

Segundo o responsável, a intercepção foi possível graças à colaboração de pescadores artesanais da

Baía-Farta que denunciaram o caso às autoridades, aos quais apelou a prosseguirem com as denúncias.

José Silva sublinhou que caso as violações das milhas persistam, poder-se-á comprometer a biomassa, daí a necessidade de os pescadores continuarem a colaborar denunciando os actos de violação.

Governador recomenda cumprimento da lei

Por seu turno, Rui Falcão enfatizou a necessidade de os empresários obedecerem às disposições legais, sob pena de serem sancionados com as disposições legais em vigor. Adverte que a prática dos industriais fere a lei, e revelou-se preocupado com as áreas em que se procedem os arrastos, acrescentando que a legislação estabelece limites e chama a atenção aos armadores para o respeito escrupuloso da mesma.

O desrespeito às zonas proibidas de pesca tem colocado em perigo a vida de tartarugas marinhas, tendo o governador provincial de Benguela garantido, nos próximos tempos, punir exemplarmente os infractores.

Para preservação desta espécie marinha, Rui Falcão defendeu uma interacção entre a Associação Provincial das Pescas, os empresários e todos cuja actividade está ligada ao mar.